



IPG

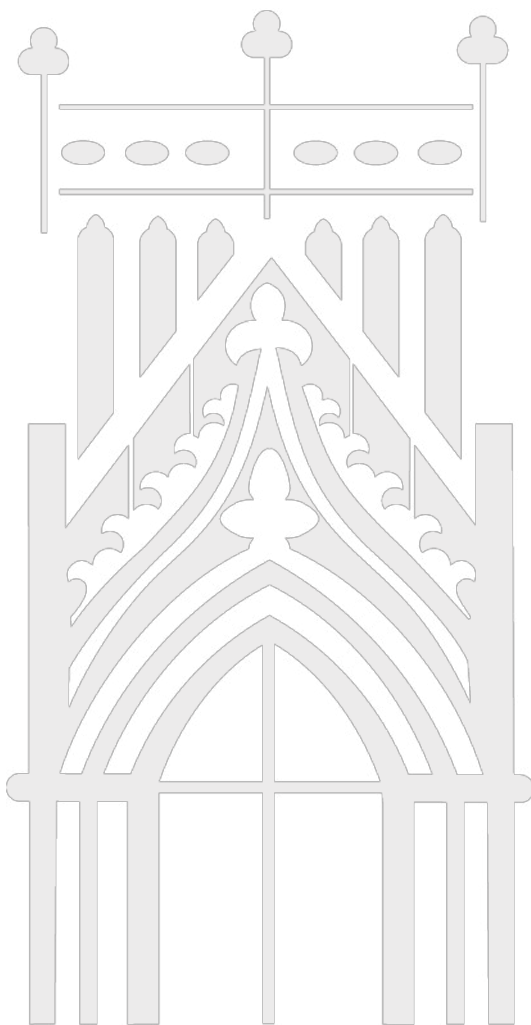
Politécnico
da Guarda
Polytechnic
of Guarda

Mestrado em Construções Cívicas

Contratação Pública na Administração
Pública Local no quadro da Nova Gestão
Pública

Cristina Alexandra Freire Martins

maio | 2015



Escola Superior
de Tecnologia
e Gestão



INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL
NO QUADRO DA NOVA GESTÃO PÚBLICA

CRISTINA ALEXANDRA FREIRE MARTINS

RELATÓRIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL

GUARDA

2015



INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA
ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA E GESTÃO

CONTRATAÇÃO PÚBLICA NA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL
NO QUADRO DA NOVA GESTÃO PÚBLICA

Relatório de Atividade Profissional apresentado
para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia
Civil, no Curso de Mestrado em Construções
Civis.

ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MARIA JOSÉ ANDRADE PAIS VALENTE
COORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR JOSÉ MANUEL MAYOR GONZALEZ

CRISTINA ALEXANDRA FREIRE MARTINS

GUARDA
2015

*“Ainda bem que existe sempre outro dia. E outros
sonhos. E outros risos. E outras coisas.(...).”*

William Shakespeare

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado da cooperação e incentivo de algumas pessoas a quem quero expressar o meu sincero agradecimento.

À Professora Doutora Maria José Andrade Pais Valente, orientadora da dissertação e ao Professor Doutor José Manuel Mayor Gonzalez, coorientador da dissertação, por toda a ajuda prestada ao longo destes meses.

Um agradecimento muito especial à Professora Doutora Maria José Andrade Pais Valente, que com a sua sabedoria, experiência e conhecimentos, acompanhou, analisou e corrigiu o desenvolvimento deste trabalho final de mestrado, sempre com uma particular simpatia e pragmatismo surpreendente. Foi para mim uma fonte de inspiração.

À Sandra Dias, pelo apoio incondicional, amizade, perfeccionismo, confiança, motivação e disponibilidade demonstrada.

Às minhas amigas, pelo companheirismo e verdadeira amizade.

Ao meu marido Gonçalo Nuno, pelo amor, pela notável capacidade académica e humana, que me faz sentir imensamente orgulhosa e por ser o meu companheiro de vida.

Aos meus filhos Gonçalo e Nuno, pelas alegrias que me dão, pelos conselhos sábios, por me fazerem sentir tão abençoada.

À minha família, por ser o meu porto de abrigo.

RESUMO

A presente dissertação é elaborada no âmbito da Contratação Pública na Administração Pública Local no quadro da Nova Gestão Pública (NGP) e no exercício de funções de Chefe de Divisão numa autarquia, entidade integrante da Administração Pública Local. Este trabalho contou com a orientação da professora doutora Maria José Andrade Pais Valente e do professor doutor José Manuel Mayor Gonzalez, docentes da Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

Partindo de um conhecimento baseado na experiência (pessoal) profissional na Câmara de Celorico da Beira, na qualidade de Chefe de Divisão na Divisão de Obras, abrangendo esta Divisão áreas tão diversas como a “*Gestão Urbanística*”, “*Ambiente*” e “*Obras Municipais*”, decidiu-se que o presente trabalho desenvolvesse a matéria relativa à Contratação Pública.

É apresentado um estudo de caso em que se explana a temática da Contratação Pública numa empreitada de obras públicas. O “Concurso Público”, enquanto o mais complexo dos tipos de procedimento utilizados na Administração Pública Local esteve na base da escolha e, também, pelo facto de ter estado sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas e por ter sido objeto de financiamento dos Fundos Comunitários.

Inicia-se este relatório com a referência ao percurso profissional, ao longo de 10 anos, no exercício de funções de Chefe de Divisão na Administração Pública Local. De seguida, enquadra-se a Administração Pública Local no “edifício” do Estado e a forma como política e financeiramente se articulam.

Posteriormente, o capítulo III é dedicado à Nova Gestão Pública; essa abordagem justifica-se porque o normativo da Contratação Pública constitui um documento de rutura que alterou as condições em que decorria o processo de Contratação Pública, passando a verificar-se maior flexibilidade, mais transparência e mais economia.

O *core* do relatório figura no capítulo IV, após se ter destinado três capítulos a descrever o perfil de um Técnico Superior, a caraterizar a estrutura organizacional da Administração Pública Local, e, ainda, a identificar a mudança/evolução na organização e na governança dessa administração. Procurou-se, neste estudo de caso, tratar os principais temas associados à fase pré-contratual da formação do contrato de empreitada de obras públicas.

Por fim, a conclusão, uma reflexão que decorre do exercício de sistematização exigido para a elaboração do presente relatório e seu enquadramento teórico e normativo. Enquadramento esse

que introduz outra perspectiva nos conhecimentos empíricos adquiridos no exercício das funções na Administração Pública Local.

PALAVRAS-CHAVE: Administração Pública Local; Nova Gestão Pública; Código dos Contratos Públicos; Contratação Pública; Empreitada de Obras Públicas.

ABSTRACT

This dissertation was drawn up on the basis of Public Procurement in the Local Public Administration, under the New Public Management (NPM), and from experience gained as Head of Department in a municipality, which is an integral entity of the Local Public Administration. This work had the guidance of teacher Maria José Andrade Pais Valente and teacher José Manuel Mayor Gonzalez, lecturers at the Escola Superior de Tecnologia e Gestão.

From knowledge based on my own professional experience at the Town Hall of Celorico da Beira as a Head of the Construction Department, , which covers a wide range of areas, such as “*Urban Management*”, “*Environment*” and “*Municipal Works*”, the decision taken was to focus and develop the theme of Public Procurement.

The case study that follows explains how Public Procurement is done in public works contracts.

The “public tendering” whilst the most complex type of process used in Local Public Administration was the one selected, , and also due to the fact that it has to be subject to prior inspection from the Court of Auditors and that it received funding from the European Community.

This report starts with a reference to my 10 years career, as a Head of Department in Local Public Administration. Followed by the framework of the Local Public Administration within the State and how it fits in politically and financially.

Subsequently, chapter III is dedicated to the new public management, the reason for this approach is due to the normative Public Procurement being a breakthrough document, which changed the conditions of Public Procurement procedure, resulting in more flexibility, more transparency and more savings.

The core of this report is contained in chapter IV, following the description of a senior technician, characterization of the organizational structure of Local Public Administration, and also identification of change/evolution in the organization and governance of this administration. In this case study, there was a focus in dealing with the main issues associated with the pre-contractual phase of creation of the public works contract.

Finally the conclusion, a reflection resulting from the system management required to compile this report and its theoretical and legal framework. A framework that introduces another

perspective on the empirical knowledge acquired in the exercise of functions in local public administration.

KEYWORDS: Local Public Administration; New Public Management; Code of Public Procurement; Public Procurement; Public Works Contract.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO	III
ABSTRATCT	V
ÍNDICE DE ANEXOS	XI
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XIII
ÍNDICE DE TABELAS	XIV
CAPÍTULO I – PERCURSO PROFISSIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL.....	1
Secção I – Atividades Desenvolvidas e Formação Profissional e Académica	1
1. Carreira Profissional na Administração Pública	1
1.1. Atualização Técnico-científica.....	2
1.1.1. A um nível mais formativo.....	2
1.1.2. A um nível mais Informativo	3
1.2. Atualização Organizacional	3
1.2.1. A um nível mais formativo.....	4
1.2.2. A um nível mais informativo (Palestras/Seminários/Cursos).....	5
1.3. Outras Atividades e Interesses	13
Secção II – Atividades Desenvolvidas no âmbito das Competências de Chefe de Divisão....	14
1. Introdução	14
2. Gestão Urbanística	15
3. Contratação Pública.....	18
4. Considerações Finais.....	20
CAPÍTULO II – AUTARQUIAS NO “EDIFÍCIO” DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. QUADRO JURÍDICO. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.....	23
1. Âmbito e Objetivos	23
2. As Autarquias Locais na estrutura do Estado. Contextualização e âmbitos de aplicação da Administração Pública Local.	23
2.1. As Autarquias Locais Portuguesas	23
2.2. Autonomia Local e Financiamento do Poder Local	32
3. Considerações Finais.....	38
CAPÍTULO III – A NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL.....	43
1. Introdução	43

2.	A utilização dos princípios da gestão empresarial na Administração Pública	44
2.1.	Nova Gestão Pública	47
2.2.	A Prestação de Contas. “Accountability”	49
2.3.	Nova Gestão Pública versus “Accountability”	51
3.	Considerações Finais.....	55
CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO. EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DA EN16, DESDE CELORICO DA BEIRA ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA COM A GUARDA”		57
1.	Introdução	57
2.	Identificação do Estudo de Caso: Empreitada “Beneficiação da EN16, desde Celorico da Beira até ao limite do Concelho de Celorico da Beira com a Guarda”	57
3.	Ciclo de Vida da Obra. empreitada “Beneficiação da EN16, desde Celorico da Beira até ao limite do Concelho de Celorico da Beira com a Guarda”	60
3.1.	Fase de Elaboração do Projeto.	60
3.2.	Fase de Formação do Contrato	68
3.3.	Fase de Execução da Obra.....	87
3.4.	Conclusão da Obra e Encerramento do Processo	95
3.5.	Observações (Ciclo de vida da Obra Pública).....	96
4.	Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas da Empreitada “Beneficiação da EN16, desde Celorico Da Beira até ao Limite com o Concelho da Guarda”	96
4.1.	Tribunal de Contas e Fiscalização Prévia.....	102
4.2.	Observações (Tribunal de Contas)	103
5.	Enquadramento legal do Estudo de Caso: O Código dos Contratos Públicos (CCP)	104
5.1.	O Código dos Contratos Públicos – Breve Apresentação	104
5.2.	A Entidade Adjudicante e o objeto do contrato nos termos do CCP.....	107
5.3.	O procedimento pré-contratual ao abrigo do CCP	111
5.3.1.	Tipos de procedimentos	112
5.3.2.	CrITÉrios de escolha do Tipo de Procedimento.....	116
5.4.	A tramitação processual do Concurso Público ao abrigo do CCP	119
5.5.	Observações (CCP)	123
6.	Financiamento dos Fundos Comunitários	124
6.1.	Financiamento da Empreitada “Beneficiação da EN16, desde Celorico da Beira até ao limite do Concelho com a Guarda”	124
6.2.	Programa Operacional da Região Centro – Mais Centro (QREN).....	125

6.3. Observações (Financiamento Comunitário)	127
7. Considerações Finais.....	128
CAPÍTULO V – CONCLUSÃO	131
BIBLIOGRAFIA.....	135
ANEXOS	141

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Planta com Traçado Geral – Área de Intervenção	145
Anexo 2 – Índice Geral do Projeto	151
Anexo 3 - Memória descritiva e justificativa	154
Anexo 4 - Mapa de Medições (Extrato)	156
Anexo 5 – Orçamento (Extrato)	158
Anexo 6 - Índice Geral do Caderno de Encargos do Projeto	161
Anexo 7 – Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto	162
Anexo 8 – Documentos do Autor do Projeto	163
Anexo 9 – Índice do Programa de Procedimento para a fase de formação do Contrato	169
Anexo 10 – Índice do Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas para a fase de formação do Contrato	172
Anexo 11 - Índice do Caderno de Encargos – Cláusulas Técnicas para a fase de formação do Contrato	174
Anexo 12 – Informação de Abertura de Procedimento	177
Anexo 13 – Informação de Cabimento	178
Anexo 14 – Deliberação do Executivo de Abertura do Procedimento	179
Anexo 15 – Despacho com nomeação dos Gestores de Procedimento	180
Anexo 16 – Anúncio publicado no Diário da República (DRE)	183
Anexo 17 – Notificação de apresentação de pedido de esclarecimento rececionada pela Entidade Adjudicante	184
Anexo 18 – Esclarecimentos das Peças do Procedimento (Pedido e Resposta)	184
Anexo 19 – Notificação de Publicação de Esclarecimentos a todos os interessados	185
Anexo 20 – Apresentação de Listas de Erros e Omissões	185
Anexo 21 – Resposta às Listas de Erros e Omissões apresentadas pelos concorrentes	186
Anexo 22 – Notificação de resposta à identificação de Erros e Omissões	187
Anexo 23 – Lista de Concorrentes que apresentaram proposta	187
Anexo 24 – Relatório Preliminar	190
Anexo 25 – Notificação de disponibilização de Relatório Preliminar para efeitos de Audiência Prévia	191
Anexo 26 – Pronúncias em sede de Audiência Prévia	191
Anexo 27 – Relatório Final	194
Anexo 28 – Documentos da Proposta	195
Anexo 29 – Deliberação do Executivo de Aprovação do Relatório Final e Adjudicação da Empreitada	207
Anexo 30 – Notificação de Adjudicação aos Concorrentes, apresentação dos Documentos de Habilitação e prestação da Caução	208
Anexo 31 – Documentos de Habilitação	209
Anexo 32 – Notificação de comprovativo de pagamento da Caução	218
Anexo 33 – Minuta do Contrato	223
Anexo 34 – Notificação da Minuta ao Adjudicatário	225
Anexo 35 – Notificação de Aceitação da Minuta do Contrato pelo Adjudicatário	226
Anexo 36 – Contrato da Empreitada	231

Anexo 37 – Auto de Consignação.....	232
Anexo 38 – Fluxo do Procedimento exportado da plataforma eletrónica de Contratação Pública	235
Anexo 39 – Visão Geral do Procedimento exportada da plataforma eletrónica de Contratação Pública.....	240
Anexo 40 – Informação de proposta da equipa de Fiscalização e do Diretor de Fiscalização para aprovação pelo Executivo	244
Anexo 41 – Auto de Medição	248
Anexo 42 – Auto de Receção Provisória.....	257
Anexo 43 – Conta Final da Empreitada	258
Anexo 44 – Notificação do Tribunal de Contas a informar da concessão do Visto ao Contrato da Empreitada	262
Anexo 45 – Contrato da Empreitada Visado.....	268
Anexo 46 - Diagrama Esquemático do Ajuste Direto	271
Anexo 47 – Diagrama Esquemático do Concurso Limitado por Prévia Qualificação	273
Anexo 48 – Diagrama Esquemático do Procedimento de Negociação	275
Anexo 49 – Diagrama Esquemático do Diálogo Concorrencial	277
Anexo 50 - Diagrama Esquemático do Concurso Público	278
Anexo 51 - Valores limite em vigor a partir de 1 de janeiro de 2014, para procedimentos de contratação previstos no código dos contratos públicos	281
Anexo 52 – Sistematização da Tramitação Processual do Ajuste Direto.....	285
Anexo 53 – Sistematização da Tramitação Processual do Concurso Limitado por Prévia Qualificação	286
Anexo 54 – Sistematização da Tramitação Processual do Procedimento de Negociação.....	287
Anexo 55 – Sistematização da Tramitação Processual do Diálogo Concorrencial.....	288
Anexo 56 – Notificação de decisão de aprovação da Candidatura	295
Anexo 57 – Contrato de Financiamento entre o Município e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro	309

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Rotunda que constitui o nó de ligação entre a EN16 e a A25	89
Figura 2 - Rotunda que constitui o nó de ligação entre a EN16 e a A25	89
Figura 3 - Rotunda que constitui o nó de ligação entre a EN16 e a A25	89
Figura 4 – Drenagem superficial das águas pluviais fora das localidades	90
Figura 5 – Requalificação do pavimento da via de comunicação	92
Figura 6 - Requalificação do pavimento da via de comunicação e construção de ciclovia	92
Figura 7 - Sinalização horizontal, vertical e luminosa	93
Figura 8 - – Sinalização horizontal	93
Figura 9 – Sinalização temporária.....	94
Figura 10 - Requalificação dos espaços envolventes à via de comunicação.....	94
Figura 11 - Requalificação dos espaços envolventes à via de comunicação.....	94

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Organização Política Administrativa de Portugal	25
Tabela 2 - Entidades do Setor Público Administrativo	27
Tabela 3 – Número de Vereadores dos Municípios, previsto nos termos da Lei	32
Tabela 4 - Ciclo de Vida da Obra Pública.....	60
Tabela 5 – Peças constantes do Projeto de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho	62
Tabela 6 – Peças constantes do Projeto de acordo com o artigo 87.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho	66
Tabela 7 – Apresentação do Projeto de acordo com o artigo 87.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.....	68
Tabela 8 – Fases do Procedimento de Formação e Aprovação do Contrato	70
Tabela 9- Estrutura do CCP	107
Tabela 10 - Entidades Adjudicantes nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do CCP	108
Tabela 11 - Entidades Adjudicantes nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do CCP.....	108
Tabela 12- Entidades Adjudicantes nos termos das alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 2.º do CCP	109
Tabela 13 - Aplicação do Regime Procedimental previsto no CCP.....	110
Tabela 14 – Princípios aplicáveis à Contratação Pública.....	110
Tabela 15 – Tipologia de Contratos no âmbito do CCP.....	111
Tabela 16 – Tipos de Procedimentos	112
Tabela 17 - Escolha do Tipo de Procedimento.....	116
Tabela 18 - Escolha do Tipo de Procedimento em função do Valor do Contrato, no caso de Empreitadas de Obras Públicas	117
Tabela 19 – Escolha do Tipo de Procedimento em função dos Critérios Materiais.....	118
Tabela 20 - Tramitação Processual do Concurso Público	122

CAPÍTULO I – PERCURSO PROFISSIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL

Optou-se por iniciar o Relatório das Atividades desenvolvidas com a descrição do percurso profissional que as justifica, bem como de toda a formação profissional e académica realizada em simultâneo.

Um capítulo primeiro perspetivado nesse sentido é pertinente, já que as atividades decorrem das competências exercidas no âmbito das funções de um Técnico Superior, na área de Engenharia Civil, ao nível da Administração Local.

Para a concretização do objetivo proposto para o capítulo, procurar-se-á enquadrar o percurso profissional no quadro da carreira de Técnico Superior da Administração Pública Local, bem como nos cargos dirigentes exercidos. Referir-se-ão, também, as atualizações realizadas em simultâneo, indispensáveis ao competente exercício das funções adstritas aos cargos desempenhados.

Apresentar-se-ão, ainda, as competências que decorrem da função de Dirigente Intermédio numa Divisão de uma estrutura autárquica. Não deixarão de se fazer algumas considerações pessoais antes de se passar ao capítulo seguinte.

SECÇÃO I – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ACADÉMICA

1. CARREIRA PROFISSIONAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O ingresso na carreira de Técnico Superior, na área de Engenharia Civil, na Administração Local, na Câmara Municipal de Celorico da Beira, ocorreu com a realização de um Estágio.

Refira-se que, enquanto Engenheira Civil, para admissão à Ordem dos Engenheiros, já tinha realizado um Estágio FORMAL, no Gabinete de Apoio Técnico (GAT) da Guarda, como certifica a sua qualidade de Membro Efetivo da Ordem dos Engenheiros, com Cédula Profissional N° 37039, desde Janeiro de 1998.

Em consonância com a carreira de Técnico Superior da Administração Pública, o percurso foi-se delineando, desde o nível inicial – Técnico Superior de 2ª Classe (1999-2003), passando ao nível seguinte, Técnico Superior de 1ª Classe (2003-2008), para culminar em Técnico Superior Principal (2008-2011). Foi colocada em funções de Técnica Superior nos termos da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

Enquanto Técnica Superior, na área de Engenharia Civil, foi chamada a desenvolver competências ao nível de dirigente, tendo sido nomeada Chefe de Divisão ao nível do Planeamento Urbanístico, Gestão Urbanística e Obras Municipais.

A atualização é uma realidade dos tempos atuais, as mudanças são permanentes e a necessidade de responder em tempo real a alterações organizacionais, legais e mesmo científicas exigem uma atenção particular a qualquer profissional, tanto maior se investido de funções dirigentes. O edifício da Administração Pública, por via dos constantes ajustamentos ao processo de descentralização e à acomodação de legislação e de alterações que decorrem da legislação europeia, tem uma dinâmica que exige uma predisposição constante à aprendizagem e ao desenvolvimento. Imbuídos desta perceção, procurar-se-á apresentar, na Secção que se segue, as formações realizadas, classificando como técnico-científicas aquelas que se consideram centrais na atualização técnico-científica da engenharia e como organizacionais aquelas que se consideram necessárias para o bom desempenho das funções de Técnica Superior em geral e de Dirigente, em particular.

1.1. ATUALIZAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

1.1.1. A UM NÍVEL MAIS FORMATIVO

- **PÓS-GRADUAÇÃO EM REDES E INSTALAÇÕES DE GÁS NATURAL**

Concluída com aproveitamento a Pós-Graduação, organizada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e Instituto Pedro Nunes, realizada no ano de 2000.

- **ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO TÉCNICA DA CIDADE E TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO**

Concluída com aproveitamento a especialização, organizada pela Fundação Bissaya-Barreto e Centro de Estudos e Formação (CEF), realizada em 2003.

- **CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROJETISTAS – RCCTE (DECRETO-LEI Nº 80/2006)**

Concluído com aproveitamento o curso de formação para projetistas de RCCTE, realizado pela Universidade da Beira Interior (UBI), no ano de 2009.

- **CURSO SOBRE A APLICAÇÃO INFORMÁTICA CYPECAD**

Concluído com aproveitamento curso de formação para Engenheiros Cívicos, realizado em 2001, organizado por Top Informática, SCAPE – Serviços Complementares de Apoio aos Programas de Engenharia. A aplicação informática aí lecionada tem-se revelado útil para suportar Projetos de Comportamento Térmico.

- CURSO DE DIRETORES DE OBRAS

Concluído com aproveitamento o curso de diretores de obras, realizado no ano de 1995/1996, organizado pelo Centro de Formação Profissional da indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (CICCOPN).

- PROJETO DE EDIFÍCIOS, PARA COMPARAÇÃO DE VARIÁVEIS INTRODUZIDAS NO PROJETO

Elaborado, com aproveitamento, para conclusão da licenciatura, Projeto de Edifícios, tendo sido estudada a relação entre duas variáveis, escolha técnica do tipo de fundações e a relação desta com os custos. Foram consideradas na elaboração desse projeto, para comparação, Fundações Diretas e Indiretas, fazendo variar o tipo de terreno e utilização de Edifícios de seis e doze pisos.

1.1.2. A UM NÍVEL MAIS INFORMATIVO

- ALTERAÇÕES AO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO (D.L. Nº136/2014, DE 9 DE SETEMBRO):

Formação organizada pela Fundação para o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA); este Decreto-lei procede à décima terceira alteração ao Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação (RJUE), bem como à segunda alteração ao Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, e à primeira alteração ao Decreto-lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto. Realizado em 2014.

1.2. ATUALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

As funções de Técnica Superior foram sempre desenvolvidas no contexto da Administração Pública Local. A carreira de Técnica Superior exige permanente conhecimento da legislação que entretanto vai saindo. As competências do poder local foram evoluindo e consequentemente a governação desse mesmo poder local foi-se ajustando, quer a novos princípios organizacionais, quer a imperativos decorrentes da legislação europeia. Por fim, as políticas de

ordenamento do território ditaram outras tantas alterações, pelo que a procura de formação é um desígnio natural. Importa destacar alguma dessa formação.

1.2.1. A UM NÍVEL MAIS FORMATIVO

- CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Concluído com aproveitamento o Curso de Especialização, realizado em 2010, organizado pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), tendo obtido a classificação final de 15 valores. Este curso integra o nível V de formação (Estrutura dos Níveis de Formação Profissional previstos no Despacho Normativo nº 4 – A/2008, de 24 de Janeiro).

- GESTÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL – QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL – FUNDAÇÃO PARA OS ESTUDOS E FORMAÇÃO AUTÁRQUICA (CEFA)

Esta Formação-ação teve início no ano de 2013 e ainda se encontra a decorrer.

O prazo de duração da formação-ação é de 12 meses. Tem como objetivo a reorganização das estruturas e do modelo de gestão das autarquias locais decorrentes da aplicação das novas disposições legais.

Visa a melhoria dos processos de gestão das autarquias e o reforço das competências profissionais dos trabalhadores.

Intervém principalmente nos domínios de:

- Melhoria da Eficiência e Redução de Custos;
- Otimização do Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
- Auditoria Interna e Controlo de Gestão;
- Excelência em Gestão;
- Apoio à mobilidade Interna.

- GRUPO PARA REORGANIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS E DO MODELO DE GESTÃO DAS AUTARQUIAS LOCAIS

Integra o grupo dinamizador do projeto, que recolhe e efetua o tratamento de dados, a definição de propostas de ação e a posterior dinamização da implementação das ações que venham a ser aprovadas pelo Executivo.

- GEPAL: CURSO DE GESTÃO PÚBLICA NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Concluído com 15 valores o curso de Gestão Pública na Administração Local (GEPAL), realizado no CEFA, obrigatório para dirigentes, nos termos da lei. Os destinatários são os titulares de cargos de direção intermédia da Administração Local provenientes de entidades públicas da Administração Local Autárquica, incluindo respetivas Associações pertencentes a cada região.

Visa promover a melhoria das competências técnicas e gestionárias exigidas aos titulares dos cargos de direção intermédia, de acordo com os parâmetros da NOVA GESTÃO PÚBLICA, transmitindo conhecimentos em áreas chave relacionadas com a inovação, a qualidade, a gestão por objetivos e a orientação para os resultados; consolidar a responsabilidade funcional e apoiar a construção de um modelo de liderança mobilizadora.

1.2.2. A UM NÍVEL MAIS INFORMATIVO (PALESTRAS/SEMINÁRIOS/CURSOS)

- NOVO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO 2014-2020:

Realizado em parceria com a UBI e IDT Consulting, em 2014.

- NOVO QUADRO COMUNITÁRIO DE APOIO 2014-2020:

Realizado pela Qualitividade, Consulting Group na Câmara Municipal de Fornos de Algodres, em 2014.

- FORMAÇÃO-AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL:

Realizado pela Fundação para o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), em 2014;

- FORMAÇÃO-AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL:

Realizado pela Fundação para o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), em 2014;

- CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA E AR INTERIOR DE EDIFÍCIOS:

Realizada pela Agência para a Energia (ADENE), em 2014;

- RJUE:

Realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), em 2012;

- FORMAÇÃO-AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL:

Realizado pela Fundação para o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), em 2014;

- LICENCIAMENTO ZERO – FERRAMENTAS ELETRÓNICAS, FUNCIONAMENTO DO BALCÃO DO EMPREENDEDOR:

Realizada pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA), em 2014;

- FORMAÇÃO-AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL:

Realizado pela Fundação para o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), em 2014;

- NOVO REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA NO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS:

Realizado pela Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB), em 2014;

- FORMAÇÃO-AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL:

Realizado pela Fundação para o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), em 2014;

- A INTERVENÇÃO DAS ENTIDADES EXTERNAS – OS CONDICIONALISMOS EM RAZÃO DA LOCALIZAÇÃO:

Realizada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), em 2014;

- PORTAL AUTÁRQUICO:

Plenário realizado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), em 2014;

- FORMAÇÃO-AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL:

Realizado pela Fundação para o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), em 2014;

- CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS:

Realizado pela CIM-COMURBEIRAS, em 2014;

- FORMAÇÃO-AÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL:

Realizado pela Fundação para o Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), em 2013;

- DEBATE PÚBLICO SOBRE ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A HABITAÇÃO:

Realizado no Instituto Politécnico da Guarda, em 2013;

- LICENCIAMENTO ZERO:

Realizado pela Associação de Trabalhadores da Administração Local (ATAM), em 2013;

- NOVO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ESTATUTO DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS:

Realizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), em 2013;

- VÍNCULOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÕES:

Realizado pela Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB), em 2013;

- O NOVO CÓDIGO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA – ABORDAGEM PRÁTICA COM ELABORAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS:

Realizado pela Associação de Municípios da Cova da Beira, em 2013;

- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – QUE FUTURO?

Realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos (SINTAP), em 2013;

- REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS:

Realizado pelo Centro de Formação Sindical (CEFOSAP), em 2013;

- CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS – EXECUÇÃO DO CONTRATO:

Realizado pelo Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional (CEFOSAP), em 2013;

- NOVO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (LEI Nº 66-B/2007, DE 28 DE DEZEMBRO):

Realizado pela Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB), em 2013;

- O NOVO REGIME DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA NO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS:

Realizado pela Associação de Municípios da Cova da Beira (AMCB), em 2013;

- REUNIÃO DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL:

Realizado pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), em 2013;

- ARTICULAÇÃO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA COM O LICENCIAMENTO ZERO:

Realizado pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), em 2012;

- SIR – SISTEMA DA INDÚSTRIA RESPONSÁVEL:

Realizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), em 2012;

- CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS:

Realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), em 2012;

- RJUE:

Realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), em 2012;

- SIRJUE – ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DA INDÚSTRIA RESPONSÁVEL COM O RJUE:

Realizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), em 2012;

- REVISÃO DO PDM – GUIA ORIENTADOR:

Realizado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), em 2012;

- LICENCIAMENTO ZERO:

Realizada pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), em 2012;

- REUNIÃO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO:

Realizada pela Associação dos Técnicos Municipais (ATAM), em Idanha-a-Nova, em 2012;

- FORMAÇÃO SOBRE IGUALDADE DE GÉNERO:

Realizado pela Associação de Municípios da Cova da Beira Interior (AMCB) - TECNOFORMA, em 2011;

- LICENCIAMENTO ZERO:

Realizado pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com fins Públicos (STE), em 2011;

- AUDITORIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS:

Realizado pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com fins Públicos (STE), em 2011;

- CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

Realizado pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), em 2011;

- O NOVO REGIME DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

Lecionado pelo Dr. João Amaral e Almeida (Membro da Comissão de Redação do Projeto do Código dos Contratos Públicos), na Guarda, em 2011;

- APLICAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROJETISTAS NOVO RCCTE (DL 80/2006):

Realizado pela Universidade da Beira Interior (UBI), em 2009;

- IMPLEMENTAÇÃO CAF:

Realizado por Global Change, no Parkubis Covilhã, em 2009;

- CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS:

Realizado pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), em Celorico da Beira, em 2009;

- AUTOAVALIAÇÃO CAF:

Realizado por Global Change, no Parkubis Covilhã, em 2009;

- URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO:

Realizado pela Associação dos Técnicos Municipais (ATAM), em 2008;

- REUNIÃO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO:

Realizado pela Associação dos Técnicos Municipais (ATAM), em 2008;

- O NOVO CÓDIGO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

Realizado pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), em 2008;

- CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

Realizado pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), em 2008;

- O NOVO CÓDIGO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA:

Realizado pelo Instituto de Gestão e Administração Pública (IGAP), em 2008;

- REUNIÃO DE APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO:

Realizado pela Associação dos Técnicos Municipais (ATAM), em 2007;

- SISTEMA DE CONTROLO DE EMPREITADAS:

Realizado pela Associação de Informática da Região Centro (AIRC), em 2007;

- IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE SEGUNDO O REFERENCIAL NORMATIVO ISO 9001:2000 NO MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA:

Realizado por Eurisko, Estudos, Projetos e Consultoria, S.A., em 2007;

- IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – REVISÃO / ATUALIZAÇÃO DO ZONAMENTO:

Realizado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e Direção – Geral dos Impostos;

- EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS:

Realizado pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM);

- IV^{as} JORNADAS DE CONSTRUÇÃO E URBANISMO:

Realizadas pelo Departamento de Engenharia Civil da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, em 2007;

- SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9001:2000 / SERVIÇOS PÚBLICOS (ADMINISTRAÇÃO LOCAL):

Realizada por Índice consultores, LDA, em Celorico da Beira, em 2005;

- SEMINÁRIO DE ALTA DIREÇÃO:

Realizado pelo Instituto Nacional de Administração (INA), em 2004;

- SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NA CONSTRUÇÃO CIVIL:

Realizado por Coelho e Menaia Sistemas, Lda., com a duração de 60 horas, em 2003;

- A REFORMA DA TRIBUTAÇÃO DO PATRIMÓNIO:

Realizado por Abílio Figueiredo Marques, Consultadoria Fiscal, Lda., em 2003;

- II COLÓQUIO INTERNACIONAL “UM CÓDIGO DE URBANISMO PARA PORTUGAL”:

Organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos de Direito do Ordenamento do Urbanismo e do Ambiente (CEDOUA) e Associação Portuguesa de Direito do Urbanismo, realizado em 2002, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

- I ENCONTRO DOS GTL DA REGIÃO DO CENTRO:

Realizado pela Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDRC);

- JORNADAS TÉCNICAS – CONSTRUÇÃO E CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA:

Realizado por PAVIA (PAVIA – Pavimentos e Vias, SA);

- REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO:

Realizado pela Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDRC);

- REGIME JURÍDICO DE LICENCIAMENTO MUNICIPAL DE OBRAS PARTICULARES:

Realizado pela Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDRC);

- CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:

Realizado pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), em 2002;

- O NOVO REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO:

Realizado pelo Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local (CEDREL), em 2001;

- REGIME JURÍDICO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO:

Realizado pela Associação dos Técnicos Administrativos Municipais (ATAM), em 2001;

- I^ªS JORNADAS DE ENGENHARIA CIVIL 2000:

Organizado pelo Departamento de Engenharia Civil da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico da Guarda, em 2000;

- REGULAMENTOS URBANÍSTICOS MUNICIPAIS – TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO:

Realizado pelo Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), em 1998;

- CURSO DE DIRETORES DE OBRAS:

Realizado pelo Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Norte (CICCOPN), em 1995/1996;

1.3. OUTRAS ATIVIDADES E INTERESSES

Enquanto Engenheira Civil, pelas atividades desenvolvidas no âmbito das suas funções de Técnica Superior, consolidou o gosto pela área do Ordenamento do Território e Urbanismo e desenvolveu, também, interesse por assuntos relativos a Programas de Fundos Comunitários.

A vertente privada do Engenheiro Civil, a nível de obras e projetos, foi sendo praticada na medida das compatibilidades de funções.

SECÇÃO II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DAS COMPETÊNCIAS DE CHEFE DE DIVISÃO

1. INTRODUÇÃO

Como já foi referido, o percurso profissional no quadro de uma carreira de Técnico Superior, na área de Engenharia Civil, no quadro da Administração Local, coincidiu com atribuições de competências imputáveis a um dirigente intermédio, mais concretamente de Chefe de Divisão.

Por norma, as competências de um Técnico Superior na área de Engenharia Civil numa autarquia, prendem-se com o estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e/ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; também com a elaboração, autónoma ou em grupo, de pareceres e projetos com diversos graus de complexidade e, ainda com a execução de outras atividades e apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços, bem como com a representação do órgão ou serviço em assuntos de sua especialidade, tomando opções de índole enquadradas por diretivas ou orientações superiores. O exercício destas funções é desenvolvido com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado.

Nesta circunstância, em particular, as competências do Técnico Superior devem ser observadas à luz das competências imputáveis a um Chefe de Divisão, dado a função do Técnico Superior ter sido desenvolvida nessa categoria. Assim, ao Chefe de Divisão compete dirigir o pessoal integrado na divisão, distribuindo, orientando e controlando a execução dos trabalhos dos subordinados; incumbem, também, tarefas como organizar as atividades da divisão, de acordo com o plano de atividades definido e proceder à avaliação dos resultados alcançados; promover a qualificação do pessoal da divisão; a elaboração de pareceres e informações sobre assuntos da competência da divisão a seu cargo. Em suma, o Chefe de Divisão tem a seu cargo uma equipa de trabalhadores, de formação multidisciplinar pela qual tem de se responsabilizar no que concerne ao trabalho a efetuar, decidido pelo Executivo da Câmara Municipal, e apresenta e assume as responsabilidades desses resultados.

As competências suprarreferidas foram desenvolvidas no âmbito da Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais e de outros serviços que, entretanto, foram sendo afetos à Divisão, decorrente de ajustamentos organizacionais e legislativos.

2. GESTÃO URBANÍSTICA

A **Gestão Urbanística** é a “ciência” que abarca todas as atividades relacionadas com a ocupação, uso e transformação dos solos. Comporta todas as atividades relacionadas com a ocupação, uso e transformação dos solos, quer sejam realizadas diretamente pela Administração Pública, quer pelos particulares sob a direção, promoção, coordenação ou controlo daquela.

As formas de intervenção urbanística, quer de entidades públicas quer de entidades privadas, nos solos, estando em vigor um plano municipal (P.D.M., P.U., P.P.), devem obviamente adequar-se e cumprir as prescrições desse plano. Em termos práticos, resume-se à gestão do território. O objetivo da Gestão Urbanística é apoiar a instrução dos procedimentos relativos ao licenciamento e autorização de operações urbanísticas. Caracteriza-se ainda por apoiar as atividades de fiscalização, através da verificação da legislação e regulamentos em vigor no município. Permite também a monitorização dos planos urbanísticos e a avaliação estatística de indicadores de carácter urbanístico para efeitos de planeamento.

A intervenção urbanística nos solos é promovida pela Administração Pública com a realização de obras de urbanização, construção de equipamentos coletivos, construção de habitação social, ou é promovida por particulares, encontrando-se, neste caso, sujeita a controlo por parte da Administração Pública¹.

A área de atuação da Gestão Urbanística tem como missão assegurar a gestão urbanística do concelho, contribuir para a implementação das soluções mais adequadas, por forma a promover a qualidade de vida da população, o desenvolvimento económico e social do concelho e a existência de um ambiente urbano atrativo, proporcionando o bem-estar da sociedade.

Na Gestão Urbanística apreciam-se e informam-se os projetos relativos às pretensões dos promotores privados (licenciamento de obras particulares), tendo em conta o enquadramento destes projetos ou pretensões nos instrumentos de planeamento urbanístico existentes, nas leis e regulamento aplicáveis e em vigor; elaboram-se informações técnicas sobre as operações urbanísticas colocadas à apreciação da Administração Pública, que verificam a conformidade

¹ Os municípios podem aguardar o aparecimento espontâneo da iniciativa privada de urbanização e construção ou incentivar os particulares, obrigando a implementação das iniciativas privadas a cumprir os PMOT.

dos pedidos com as regras e diplomas que regulamentam a matéria colocada a apreciação. Dependendo do pedido, poderá haver solicitação de pareceres a entidades externas à Câmara Municipal, que sobre o assunto também têm, nos termos da lei, de se pronunciar (ex.: indústrias, etc.). Nas Câmaras Municipais, é a quase sempre designada “Secção de Obras Particulares” que trata da Gestão Urbanística.

Na Câmara Municipal de Celorico da Beira, a Secção de Obras Particulares depende do Chefe de Divisão da área de Obras, ao qual compete orientar e zelar pelo normal funcionamento do serviço. Esta Secção tem como atribuições:

- Assegurar a correta gestão e aplicação dos planos municipais de ordenamento do território e demais regulamentos e legislação aplicável;
- Apreciar os requerimentos apresentados em matéria de licenciamento e comunicação prévia de operações urbanísticas (no âmbito do RJUE);
- Gerir os procedimentos relativos a obras particulares, até à emissão do alvará de licença de construção que titule a licença ou admissão da comunicação prévia, assegurando a conformidade dos projetos com os planos e regulamentos aprovados;
- Emitir parecer técnico sobre instalação de publicidade de forma a garantir padrões estéticos, funcionalidade e qualificação urbana;
- Certificar, a requerimento dos particulares, ou de entidades externas ao município, em matéria de pedidos de destaque;
- Fiscalizar as obras de construção civil e de urbanização de forma a garantir que as mesmas decorram de acordo com os projetos aprovados, com respeito pelos condicionamentos fixados no licenciamento e dentro dos prazos concedidos;
- Fiscalizar o cumprimento do Regulamento de Publicidade e ocupações da via pública;
- Executar tudo o mais que estiver relacionado com o serviço.

Para se enquadrar as atribuições suprarreferidas, importa reter que a correta ocupação urbana constitui uma das “peças” fundamentais no domínio do ordenamento do território. Em Portugal, assiste-se a efeitos negativos, na paisagem, no ambiente, no património edificado, etc., devido à incorreta aplicação e gestão das normas de planeamento urbanístico. Esta é uma situação que, assumidamente por todos os intervenientes, necessita de ser devidamente contida. Para tal, têm sido, ao longo do tempo, elaborados e desenvolvidos diplomas, regulamentando a matéria da gestão urbanística, na tentativa de alcançar melhores resultados e mais padronizados a nível

nacional. Encontrando-se dispersos os diplomas relativos à gestão urbanística no país, foi o Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que compilou todos num só diploma.

O preâmbulo do diploma que estabelece o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, mas também desde a sua primeira publicação) determina que o objetivo do diploma é: (i) a simplificação do sistema de controlo por parte da Administração Pública das iniciativas de promotores privados; (ii) o aumento da responsabilidade dos promotores privados; (iii) a diminuição da intensidade do controlo preventivo da Administração Pública, não correspondendo, no entanto, a uma menor responsabilização da mesma, mantendo-se nesta os poderes para fiscalizar e garantir que a atividade da iniciativa de promotores privados se desenvolve no estrito cumprimento da lei. Este regime jurídico procede a uma simplificação legislativa, reunindo, no mesmo diploma legal, regimes jurídicos que estavam tratados em diplomas diferentes (loteamentos urbanos, obras de urbanização, obras de edificação, etc.). O Decreto-lei n.º 555/99 passa a regular, além das operações de loteamento, obras de urbanização, obras de edificação, ainda todas as operações urbanísticas, isto é, todas as operações que implicam um uso, ocupação e transformação dos solos para fins urbanísticos (fica excluído obviamente o uso para fins agrícolas, pecuários, florestais, etc.). Cada uma das operações urbanísticas sujeitas ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação está claramente identificada no seu artigo 2.º.

O Decreto-lei n.º 555/99 foi sendo objeto de sucessivas alterações, uma das quais (Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro), introduziu uma vasta simplificação administrativa, alterando os procedimentos de controlo prévio, promovendo a responsabilização de cada interveniente, estabelecendo uma nova forma de relacionamento entre os órgãos da Administração e consagrando a utilização de sistemas eletrónicos para a desmaterialização dos processos e do relacionamento da Administração Pública com os particulares. Foi adotado um novo padrão de controlo prévio das atividades. Esta nova conceção estendeu-se para além das operações urbanísticas e foi acolhida noutros regimes, como o dos empreendimentos turísticos e do exercício das atividades industriais, comerciais, etc.

Da observação quer dos efeitos positivos da simplificação, quer dos lapsos ou efeitos negativos, mas sempre com o objetivo de promover a simplificação administrativa e determinar com rigor e clareza as operações urbanísticas e elementos instrutórios que devem ser objeto de aprovação, autorização ou parecer da Administração Pública, foi publicado e entrou em vigor um novo decreto-lei (Decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de março), que é constituído apenas por oito artigos,

sendo que o artigo sétimo determina a republicação do regime contendo as alterações que o próprio (Decreto-lei n.º 26/2010) introduziu.

Foi publicado no Diário da República, I Série, de 9 de setembro de 2014, o Decreto-lei n.º 136/2014, que estabelece novas alterações ao Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. Este decreto-lei entrou em vigor em 9 de janeiro de 2015, promovendo mais uma vez a simplificação legislativa e a redução dos prazos aplicáveis aos processos de licenciamento. Vem simplificar o controlo de operações urbanísticas no âmbito da “comunicação prévia com prazo” (figura jurídica introduzida pelo Decreto-lei n.º 48/2011, de 1 de abril, diploma relativo ao regime jurídico de licenciamento do exercício de uma atividade propriamente dita, também conhecido por “*Licenciamento Zero*”). A esse esforço de simplificação associa-se o correspondente esforço de responsabilização dos intervenientes nas operações urbanísticas, por um lado, assim como das medidas de tutela da legalidade urbanística, por outro. A publicação e entrada em vigor do Decreto-lei n.º 136/2014 são consideradas mais um passo para a simplificação e desburocratização e redução de “custos de contexto”. As alterações ao RJUE introduzidas por este decreto-lei implicam a revisão de outros regimes jurídicos.

As sucessivas alterações introduzidas ao RJUE procuraram alcançar o necessário equilíbrio entre a diminuição da intensidade do controlo prévio e o aumento da responsabilidade do particular, adotando um novo padrão de controlo prévio das atividades, assente no princípio da confiança nos intervenientes e limitando as situações que devem ser objeto de análise e controlo da Administração Pública, retirando dela todas as verificações que, atentos os valores e interesses urbanísticos a salvaguardar, não se revelaram justificáveis.

O princípio da simplificação administrativa constitui um corolário dos princípios da desburocratização e da eficácia na organização e funcionamento da Administração Pública, bem como uma das formas de concretização de um modelo de melhoria da prestação e gestão dos serviços públicos, orientado para a economicidade, eficiência e eficácia, já que se considera que a diminuição dos custos administrativos constitui um fator de competitividade económica do Estado, das empresas e dos cidadãos.

3. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Contratação Pública em Portugal e na Europa, com a evolução legislativa que sofreu desde a década de 70, atingiu um nível de maturidade que lhe permite ser um instrumento (umas vezes

mais, outras vezes menos) efetivo do desenvolvimento económico. As recentes diretivas comunitárias, de fevereiro de 2014, assumem o papel fundamental do “*procurement*” na Estratégia Europa 2020 e o seu contributo para o cumprimento dos objetivos de “*crecimento inteligente, sustentável e inclusivo*”.

As aquisições públicas reportam contratos e aquisições de importância estratégica para o Estado, correspondendo a uma importante fonte de rendimento para o setor privado, por isso a parte significativa do PIB. Na relação contratual entre Estado e operadores privados, os procedimentos de Contratação Pública perspetivam-se para a abertura ao mercado, o aumento da concorrência e da transparência e a utilização eficiente dos fundos públicos.

Em Janeiro de 2008, foi publicado o Código dos Contratos Públicos², que entrou em vigor em 30 de Julho desse mesmo ano. O Código foi responsável pela introdução de profundas alterações na Contratação Pública³, mas também pela adoção de soluções verdadeiramente inovadoras, do ponto de vista tecnológico, sobretudo na fase de formação dos contratos públicos. Com a entrada em vigor do Decreto-lei nº 18/2008 (Código dos Contratos Públicos), os processos aquisitivos passaram a ser desmaterializados, ou seja, todas as entidades adjudicantes passaram a estar obrigadas a efetuar todos os procedimentos em suporte eletrónico (on-line), desde concursos públicos a ajustes diretos.

A implementação e acompanhamento de todo este processo torna obrigatório o recurso a uma Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, por parte da entidade adjudicante, neste caso o Município. É, precisamente, essa plataforma que permitirá ao Município solicitar e receber propostas em formato eletrónico (on-line), e, também, divulgar as suas ofertas de contratação de forma mais rápida e eficiente.

Neste sentido, o Município de Celorico da Beira está a utilizar a Plataforma Eletrónica de Contratação Pública denominada “*SaphetyGov*”, através da qual são desenvolvidos todos os procedimentos aquisitivos de bens, serviços e de empreitadas que realiza, com exceção dos procedimentos de ajuste direto de regime simplificado.

² Em 24 de Novembro de 2005, a União Europeia, através da “Declaração Ministerial de Manchester”, tendo em vista proporcionar um mercado mais justo, transparente e concorrencial para as empresas, independentemente da sua dimensão e localização estabeleceu como metas: (1) Execução plena (100%) da contratação pública (aquisição de bens, aquisição de serviços e empreitadas na forma eletrónica, pelas administrações públicas europeias; e (2) Promoção do aumento da percentagem de contratação pública, sob a forma eletrónica, acima dos limiares comunitários.

³ É considerada Contratação Pública toda a aquisição pública de bens, serviços e empreitadas de obras públicas, acima dos 5 mil euros (excluindo portanto, os ajustes diretos de regime simplificado previstos no artigo nº 128º do CCP), não incluindo também a contratação excluída por força do disposto nos artigos 4º, 5º e 10º do Código dos Contratos Públicos.

Este enquadramento do processo de Contratação Pública é revelador das tarefas que passaram a ser desenvolvidas na Plataforma Eletrónica da Contratação Pública.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ocupou e desenvolveu as funções de Chefe de Divisão na Câmara Municipal de Celorico da Beira, na divisão que inclui todos os assuntos relacionados com obras, no âmbito das competências da Administração Pública Local, nos últimos 10 anos.

Ficaram a seu cargo, durante esse período de tempo, simultaneamente ou alternadamente, as secções relacionadas com a Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, consoante havia alterações de funcionamento, dos organigramas da autarquia, dos trabalhadores a quem eram alteradas as funções e ficavam afetos a novos serviços dentro da Organização.

A entrada na Organização “Câmara Municipal” de “equipas” de políticos, democraticamente eleitos naturalmente, mas com ideias e formas de trabalhar diferentes, trouxe sempre diferentes formas de abordagem dos assuntos; a importância que os ditos assuntos assumem é completamente diferente para políticos eleitos diferentes e em momentos sociais e políticos diferentes. O ponto de vista dos eleitos, relativamente ao ordenamento do território é sempre diferente e, não raras vezes, contrário ao ponto de vista de Executivos anteriores, em quase todos os aspetos; de cada vez que existem alterações no Executivo da Câmara Municipal, existem alterações nos pressupostos e abordagem dos assuntos.

É vulgar, por exemplo, estarem em fase de elaboração ou revisão Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) que, com a entrada de novos políticos para a Organização “Câmara Municipal”, e na sequência de uma nova gestão, são objeto de novo estudo por os pressupostos iniciais da elaboração ou da revisão de um PMOT serem completamente alterados pelo novo Executivo.

Quando se tinha como pressuposto uma determinada linha de dinamização do Município (mais virada para o Turismo, por exemplo, incentivando o aumento da implantação deste tipo de empreendimentos, através de aplicação de medidas de incentivo na área urbanística ou financeira, dentro das competências das Câmara Municipal), com a chegada de um novo Executivo, em regra, o que era um pressuposto importante, perde a sua importância e uma nova linha dinamizadora passa a ser o centro das atenções, e toda a Organização começa a trabalhar, de novo, com base em pressupostos diferentes e no sentido de serem implementadas as medidas do Executivo recém-chegado.

Cada novo Executivo influencia o modo de funcionamento da organização (Câmara Municipal), para desenvolver as ações para as quais foi eleito.

Na verdade, uma vez legitimamente eleitos, têm o poder de dirigir como entenderem, dentro da lei obviamente, os destinos da população que os elegeu: através da construção, ou não, de determinadas infraestruturas e equipamentos de utilização pública; do apoio, ou não, concedido aos cidadãos nas mais diversas vertentes da sua vida em sociedade; da disponibilização de recursos humanos para elaboração de candidaturas a fundos comunitários; da mobilização de produtores de determinado setor (no caso de Celorico da Beira, produtores de queijo Serra da Estrela) e atuar como intermediário entre estes e eventuais consumidores, tornando possível organizar os produtores de forma a conseguirem escoar o seu produto, etc.. Enfim, dinamizando a vida dos cidadãos através da economia ou da realização de eventos (ex.: apoiando a prática de Parapente, com a realização de etapas do campeonato mundial em Linhares da Beira, classificada como Aldeia Histórica, dando-lhe visibilidade turística).

Voltando ao assunto da sistematização das tarefas realizadas no exercício das funções como Chefe de Divisão, independentemente da alteração sucessiva dos Executivos, imprimindo sempre estes uma forte marca no trabalho desenvolvido, função das decisões que são tomadas, seja qual for a linha de orientação recebida, as tarefas foram sempre realizadas na área da Gestão Urbanística, do Ambiente e das Obras Municipais.

Vivem-se tempos em que a legislação é elaborada e publicada a um ritmo muito acelerado. As áreas de intervenção já identificadas foram objeto de alterações da legislação aplicável, que provocaram alterações sucessivas nos procedimentos a adotar.

Na área da Gestão Urbanística, Ambiente ou Obras Municipais, as alterações incidiram quer em termos de substância, quer em termos de forma.

Foram também efetuadas transferências de competências de entidades da Administração Central para a Administração Local. O licenciamento de determinados postos de abastecimento de combustíveis, determinadas indústrias,..., (antes da competência do Ministério da Economia), licenciamento de determinados empreendimentos turísticos (antes da competência do Turismo de Portugal, I.P.),..., transferência de competências na área da Educação, em que a manutenção das escolas é agora assegurada pelos municípios, tal como o transporte das crianças, o aquecimento no inverno, a limpeza e segurança dos parques infantis,...,transferência de competências dos Governos Cívicos, que entretanto deixaram de existir,..., são apenas alguns

exemplos de assuntos que foram objeto de alterações com implicações diretas na vida dos municípios.

Obviamente, os trabalhadores das autarquias locais tiveram de acompanhar toda esta evolução; os dirigentes, no caso, Chefe de Divisão, muito mais atentamente e com conhecimentos muito mais aprofundados e pormenorizados, por forma a responder às situações mais complexas com que o grupo de trabalho, sob a sua responsabilidade, se confrontava diariamente.

É um trabalho exigente, quer pela necessidade de atualização constante de assuntos, muito diferentes e abrangentes, quer pelo desempenho que o cidadão espera dos dirigentes para resolver qualquer problema mais complexo, quer por parte dos “gestores” da Organização (Executivo da Câmara Municipal), que pretendem sempre uma resposta ou solução para as questões em análise, por forma a agradar aos eleitores e por não terem tempo ou formação e conhecimentos para apresentarem eles próprios soluções (que não violem a lei).

Da experiência neste cargo resulta a constatação de que para os Executivos tudo é possível e quando a informação que lhes é apresentada contraria esse sentido, concluem que não têm a pessoa certa no lugar certo, isto é, o dirigente não tem perfil ou não tem as qualidades e conhecimentos necessários para poder acompanhar as políticas que idealizaram para o desenvolvimento da área territorial sob a sua jurisdição.

Isto leva a outra característica de perfil essencial num dirigente (Chefe de Divisão, Diretor de Departamento ou Diretor Municipal, no caso da Administração Local), que passa pela capacidade de conseguir avaliar, ponderar as soluções que apresenta e demarcar-se de decisões que entenda que desrespeitam qualquer diploma ou norma aplicável ao assunto em análise. Quem não tem capacidade para explicar, defender e manter esta posição, não tem perfil para desempenhar as funções com competência. A falta de tal característica pode causar problemas ao próprio, aos seus colaboradores e Executivo, ultrapassando as competências ou as obrigações a que as Câmaras Municipais, à semelhança de outras Organizações Públicas, estão sujeitas.

CAPÍTULO II – AUTARQUIAS NO “EDIFÍCIO” DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. QUADRO JURÍDICO. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS.

1. ÂMBITO E OBJETIVOS

Neste capítulo procurar-se-á contextualizar o percurso profissional no espaço físico onde foi acontecendo, no Município de Celorico da Beira. Para o efeito procurar-se-á observar o Poder Local no quadro da Administração Pública Portuguesa, identificando o Município como elemento da Administração Pública Local, integrado num nível de decisão política independente, ainda que, territorialmente, mais limitado. Referir-se-ão as competências afetas ao poder local, no sentido de se compreender as atribuições da função de Técnico Superior de Engenharia Civil numa Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos princípios subjacentes ao serviço público.

2. AS AUTARQUIAS LOCAIS NA ESTRUTURA DO ESTADO. CONTEXTUALIZAÇÃO E ÂMBITOS DE APLICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL.

2.1. AS AUTARQUIAS LOCAIS PORTUGUESAS

Na presente secção, há que fazer uma breve abordagem ao tema da Administração Pública Portuguesa, para se perceber a posição da Administração Pública Local nesse edifício.

Desde logo importa referir que a Administração Pública tem como objetivo principal a prossecução do interesse público, o que implica a existência de um dever de boa administração, ou seja, o de prosseguir o bem comum da forma mais eficiente possível, assim como o respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

A organização política administrativa de Portugal baseia-se no modelo de Estado unitário (artigo 6º da Constituição da República Portuguesa), apresentando uma divisão administrativa organizada em três níveis (artigo 236º da Constituição da República Portuguesa): as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. A primeira Constituição da República Portuguesa (CRP) aprovada após a revolução de 1974, e as subsequentes alterações, mantiveram a designação e as fronteiras geográficas da divisão administrativa que existia antes de 1974, estando prevista a extinção dos distritos quando forem criadas as regiões administrativas. As regiões administrativas não foram ainda instituídas e os 18 distritos, em vigor desde 1835, continuam a existir.

A Constituição da República Portuguesa (CRP) consagra o exercício da Administração Pública em vários níveis territoriais, como é estipulado no n.º 1 do seu artigo 6.º, quando refere que o estado é unitário e respeita, na sua organização, os princípios da autonomia dos poderes locais da descentralização democrática da Administração Pública. Respeito esse que justifica dedicar uma parte do texto da Constituição da República Portuguesa (CRP), o Título VIII da Parte III, a matéria relativa às autarquias locais. Passando as autarquias a: (i) estarem definidas enquanto pessoas coletivas de base territorial, dotadas de órgãos representativos cujo objetivo é a promoção dos interesses próprios das populações respetivas (artigo 235º); (ii) deterem atribuições próprias e definidas por lei, em conformidade com o princípio da descentralização administrativa (artigo 237º); (iii) possuírem um poder regulamentar próprio, nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias locais de grau superior, assim como dos das autoridades com poder tutelar (artigo 241º) e (iv) serem tuteladas administrativamente, via uma tutela de legalidade (verificação da execução da lei pelos órgãos da autarquia local), que apenas pode ser exercida nos casos e segundo as formas previstas na lei (artigo 242º).

De facto, a organização democrática das autarquias locais está consagrada no texto constitucional, pela via da atribuição do estatuto de administração autónoma, e pela definição das relações entre o Estado e as comunidades locais. Ao longo dos anos, houve, naturalmente, ajustamentos nesta divisão territorial, através da criação de novos municípios e freguesias para acomodar a dinâmica local.

Nesta organização política administrativa existente no território português, há, no entanto, uma exceção: as Regiões Autónomas. Os arquipélagos dos Açores e da Madeira constituem essas Regiões Autónomas, apresentando-se com um estatuto político-administrativo e órgãos próprios de governo, o que decorre das características geográficas, económicas, sociais e culturais próprias. A autonomia insular é política e administrativa, dispondo de poderes legislativos e Executivos próprios desempenhados através da Assembleia Regional e do Governo Regional. A autonomia que lhes é atribuída é mais ampla do que a reservada às regiões administrativas do continente.

Os arquipélagos dos Açores e da Madeira detêm poder legislativo, exercido através das assembleias legislativas, e poder Executivo, exercido pelos governos regionais, mas não detêm poder judicial próprio. Participam, ainda, nos órgãos e estruturas a nível nacional. A soberania nacional é representada, em cada região autónoma, por um representante da República, nomeado e exonerado pelo Presidente da República, após consulta ao Governo.

No que se refere às autarquias locais, os arquipélagos dos Açores e da Madeira, entre os seus poderes, detêm os seguintes: criar e extinguir autarquias, bem como modificar a respetiva área; exercer uma competência tutelar sobre as autarquias locais; fixar a categoria das povoações; adaptar à especificidade regional as leis gerais emanadas pelos órgãos de soberania sobre as matérias não reservadas a estes.

Em suma, a organização política administrativa acima descrita pode ser ilustrada da seguinte forma:

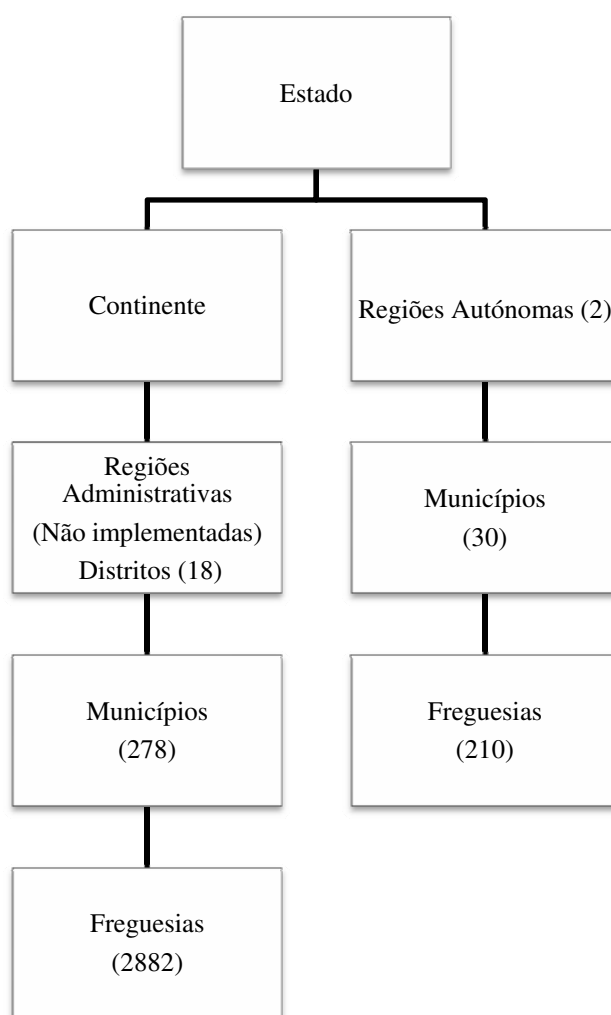


Tabela 1- Organização Política Administrativa de Portugal

Sobre a organização política administrativa do país, uma nota: a Constituição da República Portuguesa estabelece no seu artigo 236.º, n.º 1 que “*No Continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas*”, no entanto, a figura de Regiões Administrativas nunca foi criada. O debate que se gerou na sociedade portuguesa sobre as

Regiões Administrativas culminou no referendo sobre a regionalização em 1998, cujo resultado maioritário do “*não*” constituiu um revés para a sua criação.

Como as Regiões Administrativas não foram criadas, mantém-se a divisão distrital, estabelecida em 1835, que compreende 18 distritos. Esta divisão territorial dispõe de dois órgãos: a Assembleia Distrital e o Conselho Consultivo. Na prática, são raros os distritos em que estes órgãos funcionam.

Após este breve enquadramento normativo relativo à organização do poder político, pode-se afirmar que a lei fundamental do país, nesta matéria, vai ao encontro do que acontece em quase todos os países, onde há um governo com autoridade sobre todo o espaço nacional (governo central) e um determinado número de governos com jurisdição sobre subconjuntos do território nacional — governos subnacionais. Estes subconjuntos, por sua vez, podem distribuir-se por um único ou por vários níveis hierárquicos. (Baleiras, 2001)

Para clarificar esta matéria, devemos dizer que o Estado é constituído por várias entidades, a saber: os órgãos administrativos, em que estão presentes os três poderes políticos nacionais, (Governo da República, Assembleia da República e Presidente da República), assim como os órgãos administrativos das assembleias e governos regionais e municipais. Estas (e outras) entidades constituem o Setor Público Administrativo (SPA). Para além da Administração Central, como já mencionado, há dois níveis de decisão política autónoma, mais limitados territorialmente, designados por Administração Regional (AR) e Administração Local (AL).

Como se verifica, as funções administrativas não estão confiadas apenas ao Estado, mas também a outras pessoas coletivas territoriais, nomeadamente, as autarquias locais. Não se trata de uma mera repartição do poder decisório entre órgãos de uma pessoa coletiva, como acontece no processo de desconcentração na Administração Central, mas de uma forma de as pessoas coletivas terem capacidade para tomarem as suas próprias decisões sem estarem sujeitas à superintendência de um órgão superior, como refere Amaral (2006). Esta descentralização administrativa apresenta-se como princípio estruturante do poder local. A ilustração deste conjunto de entidades que constituem o SPA apresenta-se na tabela que se segue:

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL		Estado	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta Geral do Estado (correspondente aos Serviços Integrados)
		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Fundos de Segurança Social	Inclui todas as unidades institucionais centrais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração central
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL	Administrações regionais dos Açores	Órgãos do Governo Regional	Inclui os organismos cujas receitas e despesas se inscrevem unicamente na Conta dos Governos Regionais
		Serviços e Fundos Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Fundos de Segurança Social	Inclui todas as unidades institucionais regionais cuja atividade principal consiste em conceder prestações sociais
	Administração local	Distritos	Assembleias distritais
		Municípios	Câmaras municipais
		Freguesias	Juntas de freguesia
		Serviços Autónomos	Engloba os organismos com autonomia financeira e administrativa, financiados maioritariamente com transferências provenientes de outras unidades das administrações públicas e com impostos que lhes estejam consignados
		Instituições Sem Fim Lucrativo (ISFL)	Agrupa as ISFL que exercem essencialmente atividades não mercantis e são controladas e financiadas maioritariamente pela administração local

Fontes: INE, IP (2009); Regulamento (CEE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; §2.68 e seguintes; OCDE (2009c)

Tabela 2 - Entidades do Setor Público Administrativo

As autarquias locais, juntamente com as regiões administrativas e as associações públicas, constituem a administração autónoma. Ao contrário da administração direta do Estado, não prosseguem, através das suas competências, atribuições delegadas pela administração direta, mas sim, a satisfação das necessidades sentidas pela população que as compõem, isto é, que residem na sua circunscrição administrativa. Têm um elevado nível de autonomia face à Administração Central, uma vez que esta só consegue avaliar e fiscalizar a legalidade dos seus atos (tutela de mera legalidade), não opinando sobre o mérito e a oportunidade dos mesmos (poder de superintendência) como faz junto da administração indireta do Estado. As autarquias são assim definidas como pessoas coletivas de população e território, constituídas para a prossecução da satisfação dos interesses das populações que as elegeram.

Há a assinalar que a evolução histórica da organização administrativa portuguesa até aos nossos dias prossegue, na sua essência, o desenvolvimento e a consolidação dos municípios face ao governo central, tendo-se vindo a assistir a uma tendência fortemente descentralizadora de competências da Administração Central para as Autarquias Locais, embora estas últimas vivam

momentos de conflito entre a vontade de assumirem mais competências e a capacidade para as assumir da forma mais adequada, dada a existência de fatores demasiado rígidos nas estruturas, por vezes limitativos e impeditivos.

Os municípios portugueses foram formalmente criados na Constituição de 1976, confirmados no n.º 1, do seu artigo 237º, “*1. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais.*”. A autonomia administrativa e financeira dos órgãos do poder local a partir da Constituição Portuguesa de 1976 fica consagrada – Lei das Atribuições e Competências das Autarquias (Lei n.º 79/77 de 25 de Outubro) e a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 1/79 de 2 de Janeiro). No mesmo sentido, as leis aprovadas no início da década de oitenta (Decreto-lei n.º 100/84 de 29 de Maio e Decreto-lei n.º 98/84 de 29 de Março), vieram consolidar o municipalismo, que apareceu associado à promoção do desenvolvimento, à salvaguarda do património ou à valorização das culturas regionais.

O carácter inovador e a grande importância deste normativo constitucional explicarão o facto de nunca ter sofrido alterações a partir da redação original (1976). Há que referir que “*as Autarquias têm património e finanças próprias*”, no entanto, a grande revolução trazida pelo regime democrático foi, acima de tudo, o sufrágio direto e universal ao nível da Administração Local. As primeiras eleições autárquicas ocorreram em dezembro do mesmo ano.

Ora, sendo os órgãos autárquicos legitimamente eleitos, através de eleições democráticas, o poder local goza de elevado grau de autonomia e independência (política, financeira, patrimonial e administrativa). Têm orçamentos próprios, propostos pelos respetivos Executivos e aprovados nas respetivas assembleias representativas (Assembleias Municipais) e elaboram as contas de cada exercício.

Alguns princípios fundamentais foram ainda instituídos/retomados por essa constituição, dos quais se destacam: (1) o princípio da unidade do Estado; (2) o princípio da autonomia das Autarquias Locais e (3) o princípio da descentralização democrática da Administração Pública.

O conceito de autonomia local vem consagrado na Carta Europeia de Autonomia Local⁴ como o, “*direito das autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respetivas populações, uma parte importante dos assuntos*

⁴ A Carta Europeia de Autonomia Local foi aprovada e ratificada pela Resolução da Assembleia da república n.º 28/90 e publicada em Diário da República, I Série, n.º 245, de 23/10/1990.

públicos” (artigo 3.º, n.º 1). As autarquias locais dispõem de completa liberdade de iniciativa, relativamente a questões da sua competência que é fixada por lei.

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 237º, prevê, também, a descentralização administrativa, ao preconizar o princípio da descentralização administrativa para: (i) as atribuições; (ii) a organização das Autarquias Locais e (iii) a competência dos respetivos órgãos, em oposição ao Código Administrativo de 1936-1940. Neste alinhamento, a função administrativa deixa de estar confinada ao Estado (sentido estrito), expandindo-se, também, às Autarquias Locais.

Essa função administrativa das Autarquias Locais vem reconhecida no n.º 2 do artigo 238º da Constituição, ao determinar-se que o regime das Finanças Locais será estabelecido por lei e terá como objetivo a justa partição dos recursos públicos pelo Estado e pelas Autarquias Locais, e a correção de desigualdades entre autarquias.

De acordo com a Lei n.º 159/99⁵, os municípios dispõem de competências nos seguintes domínios: equipamento rural e urbano; energia; transportes e comunicações; educação; património; cultura e ciência; tempos livres e desporto; saúde; ação social; habitação; proteção civil; ambiente e saneamento básico; defesa do consumidor; proteção do desenvolvimento; ordenamento do território e urbanismo; polícia municipal e cooperação externa. Entretanto, o financiamento autárquico é homogéneo, é regulado pelo mesmo regime financeiro em todas as instituições dos municípios portugueses.

Mais recentemente, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro institui o regime jurídico das autarquias locais, do associativismo autárquico, o estatuto das entidades intermunicipais e a transferência e delegação de competências, operacionalizado por via de Contratos Interadministrativos e de Acordos de Execução.

Importa referir que das próprias atribuições conferidas aos municípios decorre a descentralização de despesas para a provisão de bens e serviços públicos (locais). É uma matéria bem mais fácil do que a descentralização de receitas ou o seu financiamento. Esta desproporção alerta para a possibilidade de desequilíbrio nos saldos orçamentais. Nesse caso, o défice de receitas tem de ser suprido com transferências do governo central. Além disso, as transferências são a solução clássica para a correção das externalidades e para a correção de assimetrias entre regiões mais ou menos desfavorecidas.

⁵ Esta lei revogou o Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de Março.

Sistematizando, as atribuições e competências das autarquias locais, definidas por lei, e aplicadas uniformemente em todos os concelhos, independentemente da dimensão destes, podem-se agrupar em duas áreas:

- **As que resultam da natureza das autarquias locais** (serviços que são prestados às populações locais, nomeadamente Equipamento Rural e Urbano, Energia, Transportes e Comunicações, Educação, Património, Cultura e Ciência, Tempos Livres e Desporto, Saúde, Ação Social, Habitação, Proteção Civil, Ambiente e Saneamento Básico, Defesa do consumidor, Promoção do Desenvolvimento, Ordenamento do Território e Urbanismo, Polícia Municipal e Cooperação Externa);
- **As que são delegadas pelo Estado** (funções que o Estado vem transferindo da Administração Central ou dos serviços desconcentrados para as autarquias locais, por exemplo a elaboração das cartas educativas, o licenciamento e fiscalização de atividades diversas anteriormente da competência dos Governos Cívicos).

Para o cumprimento das atribuições estabelecidas na lei, os municípios têm uma estrutura de governo local que compreende uma Assembleia Municipal com poderes deliberativos e um órgão Executivo (Câmara Municipal) que são eleitos por sufrágio direto (artigo 239.º, CRP). As candidaturas eleitorais para estes órgãos podem ser feitas através dos partidos políticos, coligações de partidos ou por grupos de cidadãos. Assim, os órgãos políticos representativos dos municípios são:

- **Assembleia Municipal:** Órgão deliberativo do Município, constituído pelos membros eleitos diretamente por sufrágio direto e universal, recenseados na área da respetiva autarquia, e por todos os Presidentes das Juntas de Freguesia da área de jurisdição do Município. O número de membros eleitos⁶ diretamente tem de exceder os restantes membros em pelo menos um membro. Compete à Assembleia Municipal, entre outras coisas, acompanhar e fiscalizar as atividades da Câmara Municipal, aprovar as posturas ou regulamentos, aprovar o plano e orçamento, conceder autorização para a contratação de empréstimos, estabelecer e fixar taxas municipais, autorizar a Câmara a adquirir e alienar ou onerar bens imóveis (Lei n.º 169/99, de 10 de Setembro e Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nos artigos que se mantêm em vigor e Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);
- **Câmara Municipal:** Estrutura política e órgão Executivo, que é apoiada por unidades dela dependente. A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente da

⁶ Os membros eleitos são designados através do sistema proporcional e pelo método de Hondt.

Câmara e pelos Vereadores, que são eleitos diretamente através da representação proporcional, podendo variar entre um número máximo de 17 e número mínimo de 5, consoante o número de eleitores do Município (Lei nº 169/99, de 10 de Setembro, nos artigos que se mantêm em vigor e Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro). É presidida pelo primeiro candidato da lista mais votada, concorrente ao órgão Executivo colegial ou em caso de vacatura do cargo, o que se lhe seguir na respetiva lista (artigo 57º, da Lei nº 169/99, de 10 de Setembro).

É ao **Presidente da Câmara Municipal** que compete a superintendência e coordenação dos serviços municipais, ajudado no desempenho das suas competências e das competências do Município pelos vereadores. Em última instância, compete-lhe supervisionar e coordenar a gestão e a direção do pessoal ao serviço do Município, ainda que os vereadores exerçam orientação direta das atividades desenvolvidas nas unidades funcionais do Município. Os **vereadores** podem trabalhar no Município em regime de tempo integral, em regime de tempo parcial ou de simples participação nas reuniões, sendo da responsabilidade do Presidente determinar o número de vereadores para cada um dos regimes, bem como a definição das funções e competências a desempenhar por cada um, de acordo com os limites definidos na lei. O Presidente da Câmara pode **delegar** ou **subdelegar** competências próprias nos vereadores, enquanto membros do órgão Executivo. As competências delegadas distribuídas pelos vereadores denominam-se pelouros, correspondendo a grandes áreas de intervenção dos municípios. A estrutura desses pelouros decorre da estratégia e objetivos de cada município, agrupando-os de acordo com as suas prioridades e a realidade socioeconómica do concelho. A estrutura dos municípios compreende órgãos de *staff*, para apoio pessoal ao Presidente da Câmara e aos vereadores, os gabinetes de apoio e assessoria. O número de pessoas que integram estes gabinetes está fixado por lei, dependendo da dimensão do concelho.

Ilustra-se de seguida a estrutura política do Executivo camarário decorrente da lei, em função da dimensão do município:

DISTRIBUIÇÃO DE VEREADORES	
DIMENSÃO DO MUNICÍPIO	NÚMERO DE VEREADORES
LISBOA	16
PORTO	12
>100 000 HABITANTES	10
>50 000 – 100 000 HABITANTES	8
<10 000 HABITANTES	4

Tabela 3 – Número de Vereadores dos Municípios, previsto nos termos da Lei

Importa, ainda, não esquecer que as autarquias locais (Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), organizações de natureza política cuja área geográfica de intervenção abrange o concelho ou a freguesia, respetivamente, pelas atribuições legalmente consignadas, e em especial, as Câmaras Municipais, têm responsabilidades sobre praticamente todos os domínios da vida local, agindo com autonomia total, salvo as limitações que decorrem da lei.

Em suma, a estrutura e organização administrativa dos municípios e dos seus serviços, procura garantir a prossecução dos objetivos, atribuições e competências que lhes são atribuídas pela lei. É uma tarefa de dimensão política e técnica. A lei estabelece a articulação entre o plano de atividades, o orçamento, a estrutura orgânica e o mapa de pessoal da Câmara Municipal. O fator financeiro é o principal fator condicionador da estrutura das Câmaras Municipais.

2.2. AUTONOMIA LOCAL E FINANCIAMENTO DO PODER LOCAL

A autonomia local reveste as seguintes formas:

- **AUTONOMIA JURÍDICA:** resultante da personalização jurídica própria atribuída pela Constituição;
- **AUTOADMINISTRAÇÃO:** resultante da existência de órgãos representativos eleitos, direta e indiretamente. Não há entidades nomeadas por pessoas exteriores à autarquia;
- **AUTODETERMINAÇÃO:** resultante da capacidade das autarquias locais, através dos seus órgãos representativos, de decidir as orientações da sua atividade

administrativa e as formas de as concretizarem, estando limitadas exclusivamente pelas normas legais;

- AUTONOMIA NORMATIVA: resultante do poder regulamentar das autarquias para disciplinar a prossecução de certos interesses próprios, desde que o âmbito material das normas não esteja confinado por lei a outra entidade pública;
- AUTONOMIA ADMINISTRATIVA: resultante da capacidade de praticar atos jurídicos apenas sujeitos ao controlo judicial;
- AUTONOMIA FINANCEIRA: resultante do direito da autarquia dispor de receitas próprias e a afetá-las às despesas livremente aprovadas, de acordo com o orçamento próprio,

pelo que se pode considerar que os poderes dos municípios são exercidos com autonomia face ao Estado, já que têm atribuições próprias, órgãos representativos eleitos (e não nomeados) e faculdade de gerir livremente os seus interesses, ainda que sejam objeto de controlo, exercido pelo Ministério das Finanças (Inspeção Geral das Finanças) e Tribunal de Contas.

Em termos técnicos, a autonomia local consubstancia-se num documento, o orçamento municipal, onde são previstas as receitas e as despesas do Município para cumprir as suas atribuições e funções no quadro dessa autonomia.

Os recursos financeiros dos municípios são no entanto, uma condicionante importante das escolhas políticas. Na verdade, os eleitos locais “são obrigados” a prestar maior atenção às finanças locais hoje do que no passado, tal é o aumento das atribuições e competências que vêm sendo cometidas aos municípios, que se confrontam com responsabilidades crescentes e com maiores exigências por parte dos cidadãos, sem serem acompanhadas dos recursos financeiros correspondentes.

Desde logo, importa notar que as receitas municipais (fontes de financiamento das despesas públicas locais) têm basicamente três origens, a saber: as transferências da Administração Central; os impostos ligados à detenção (IMI - Imposto Municipal de Imóveis) e à transação da propriedade (IMT - Imposto Municipal sobre Transações); o imposto sobre o uso e fruição de veículos (IMV - Imposto Municipal sobre Veículos), determinado de acordo com as características dos mesmos; a Derrama, que só pode ser lançada para ocorrer ao financiamento de investimentos ou no âmbito dos contratos do reequilíbrio financeiro; outras receitas provenientes de taxas designadamente da concessão de licenças e da prestação de serviços pelas autarquias locais; as multas e outras penalidades produzidas pela efetivação de sanções

pecuniárias; bem assim como outras receitas, de onde se destacam os fundos comunitários e o recurso ao endividamento.

De início, as fontes de financiamento dos municípios, ainda reguladas pelo Código Administrativo de 1940, dependiam das decisões casuísticas da Administração Central. A repartição dos recursos públicos pelos diversos níveis de governo era feita numa base puramente discricionária, nomeadamente através da concessão de subsídios, comparticipações no financiamento de projetos ou na correção de défices.

Esse esquema de dependência extrema não se alterou imediatamente com o novo regime. A instabilidade governativa tornou muito difícil a definição de um esquema legal de repartição de recursos. Esquema que demorou ainda quatro anos a ser estabelecido. Ainda que as leis de atribuições das autarquias locais e dos poderes dos órgãos autárquicos datem de 1977, só em 1979 foi publicada a lei que definiu as bases das relações financeiras entre a Administração Central e as Autarquias Locais, a Lei nº 1/79, de 2 de janeiro.

Para além de ter definido novos meios de financiamento⁷, favoreceu a autonomia do poder local. Isto porque passava a prever transferências diretas por parte do orçamento de Estado (através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, *FEF*), com base em critérios e regras previamente estabelecidos, evitando a arbitrariedade com que a Administração Central distribuía anteriormente o seu financiamento.

Em 1984, o financiamento das autarquias locais foi reformulado, pela publicação do Decreto-lei n.º 100/84, que reviu as atribuições e competências das autarquias reforçando o modelo presidencialista. Este diploma legal só não foi mais profundo, no sentido da descentralização, porque a intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) na economia nacional, à data, impunha rigor e contenção económica e financeira nas contas públicas, segundo Antunes (2001). Assim, introduziu-se o imposto de mais-valias e a possibilidade das autarquias locais passarem a dispor de uma percentagem de 37,5% sobre o IVA turístico. No entanto, foram introduzidos limites ao montante das transferências para as autarquias em função das despesas efetuadas e estabeleceu-se a proibição absoluta de qualquer forma de subsídios ou comparticipações do Estado ou Institutos Públicos à Administração Local.

⁷ Sobretudo através da tributação de várias realidades, da predial rústica e urbana, do imposto sobre veículos, do imposto para o serviço de incêndios e do imposto de turismo. Também passaram a ser incluídas como receitas locais, parte do produto global dos seguintes impostos: profissional, complementar, contribuição industrial, imposto sobre a aplicação de capitais, imposto sobre sucessões e doações e sisa.

Pouco tempo depois, em 1987, o mecanismo de transferências da Administração Central é ajustado no quadro da Lei das Finanças Locais (Lei nº 1/87, de 6 de janeiro), passando o *FEF* a ser apurado com base nos valores esperados de cobrança do IVA. O *FEF* resultava de $FEF_n = FEF_{n-1} * (IVA_n / IVA_{n-1})$, onde IVA_n - Valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado previsto no Orçamento de Estado do ano de referência e IVA_{n-1} - Valor do Imposto sobre o Valor Acrescentado previsto no Orçamento de Estado do ano anterior ao ano de referência. No quadro desta terceira lei, voltava também a ser permitida a transferência de subsídios para os municípios, para além do *FEF*, em situações excecionais e bem definidas (caso de calamidades, e desastres naturais, por exemplo) ou na celebração de contratos-programa no âmbito da comparticipação financeira de projetos de investimento.

Em 1998, a evolução da legislação das Finanças Locais culmina na Lei nº 42/98, de 6 de agosto; aí os instrumentos financeiros, bem como os mecanismos de cálculo das transferências da Administração Central são modificados. Estabelecem-se quatro pilares nas transferências do Orçamento de Estado para o poder local, a saber:

- O Fundo Base Municipal (FBM), com a finalidade de dotar os municípios de capacidade financeira mínima para o seu funcionamento e distribuído igualmente por todos os municípios;
- O Fundo Geral Municipal (FGM), para dotar os municípios de capacidade financeira adequada à sua dimensão populacional;
- O Fundo de Coesão Municipal (FCM) para combater as assimetrias regionais, reequilibrando a capacidade financeira dos municípios numa tentativa de atribuir mais financiamento àqueles que apresentassem piores indicadores de carência fiscal e de desigualdade de oportunidades de vida;

Por último,

- O Fundo Financeiro para as Freguesias (FFF) previsto como o primeiro mecanismo de financiamento direto das freguesias.

Há a destacar que a partir desta lei, estes mecanismos passaram a ser apurados mediante a cobrança efetiva das receitas do IRS, IRC e IVA⁸, abandonando o critério anteriormente utilizado da expectativa da cobrança do IVA.

Este sistema de três fundos municipais foi alterado em 2001 (Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto) com a criação de um terceiro fundo, o Fundo de Base Municipal (FBM), a distribuir igualmente por todos os municípios, ao qual correspondem 4,5% da média aritmética da cobrança de IRS, IRC e IVA e que visa dotar os municípios de capacidade mínima para o seu financiamento. Na verdade, as leis de 1984 e 1987 já previam uma componente a ser distribuída em partes iguais por todos os municípios, 5% e 10% respetivamente, pelo que o FBM apenas individualiza este critério num único fundo.

Em 2007, as finanças locais passaram a reger-se por um novo diploma legal – Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro. Este novo diploma surge num contexto de consolidação orçamental, a aposta do governo central está na redução das despesas públicas. A lei consagra algumas alterações legislativas relevantes, passíveis de serem sistematizadas em: (i) um novo regime de participação nos impostos do Estado; (ii) novos limites de endividamento e (iii) avaliação do desempenho e prestação de contas.

Desta forma, à primeira vista, consagraram-se maiores reduções à comparticipação da Administração Central e maior rigidez no limite ao endividamento das autarquias locais. Assim, ao nível das transferências da Administração Central, verificou-se, o desaparecimento do FBM (que passa a estar integrado no FCM, para o qual se prevê um reforço significativo, até 50% do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), em ordem à correção das assimetrias regionais (artigos 21.º e 23.º), dado que, na anterior lei, o FCM cifrava-se em 5,5% dos 30,5% do FEF) e uma redução na parte entregue pela Administração Central à Administração Local (o Fundo de Equilíbrio Financeiro, FEF, sofre uma redução vinculada de 30,5% para 25,3%, conforme artigo 19.º, número 1, alínea a) da lei em apreço).

É criada, no entanto, uma nova forma de transferência, o Fundo Social Municipal (FSM), cujo valor corresponde às transferências consignadas ao financiamento das despesas relativas às atribuições e competências dos municípios, associadas a funções sociais (educação, saúde e ação social), identificado por Rodrigues (2009).

⁸ Mais precisamente 30,5% da média aritmética simples da receita proveniente da cobrança do IRS, IRC e IVA.

No que concerne ao endividamento, a nova lei prevê que o endividamento líquido das autarquias, em 31 de dezembro de cada ano, não pode ser superior a 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, da participação do Município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior (artigo 37º, n.º 1, da lei em apreço).

O endividamento pressupunha empréstimos, os quais estavam consagrados na Lei n.º 2/2007, a partir do seu artigo 10.º, alínea l); reconhecia-se o recurso ao empréstimo como fonte de financiamento municipal, para além dos impostos locais, das taxas, da perequação financeira, das coimas, multas, derramas e preço. Em 2013, com a introdução da Nova Lei das Finanças Locais (NLFL) - Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro⁹ - o reconhecimento do empréstimo como fonte de receita municipal continuou a ser consagrado na alínea l), do seu artigo 14.º. Nas duas leis, a autonomia financeira é um dos pressupostos indelévels das autarquias locais que devem ter receitas próprias para que as suas decisões não se sujeitem a vontade governamental.

No entanto, a lei atual (Lei n.º 73/2013) e a antecedente (Lei n.º 2/2007) divergem. Desde logo, pode-se constatar que existem limites temporais delimitados diferentemente nas duas leis. A nova lei utiliza outros parâmetros para definir a maturidade dos empréstimos. Estabelece uma maturidade superior a um ano para os empréstimos a “médio e longo prazo”¹⁰, ao invés da anterior que determinava prazos até 1 ano para empréstimos a “curto prazo”, entre 1 e 10 anos para empréstimos a “médio prazo” e uma maturidade superior a 10 anos para empréstimos a “longo prazo”. Estabelece, ainda, que o prazo de vencimento dos empréstimos deve adequar-se à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, ultrapassar o prazo de vinte anos¹¹.

Não obstante as duas leis reconhecerem o endividamento como meio de financiamento, a nova lei é mais rigorosa no constrangimento a esse recurso. Estabelece como valor a não ultrapassar pela dívida total de operações orçamentais do Município (incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º) a fasquia de 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios

⁹ Esta lei decorre do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica, assinado em maio de 2011, onde se previa que, até ao final do último trimestre de 2011, fosse «*submetida à Assembleia da República uma proposta de revisão da Lei das Finanças Locais e da Lei das Finanças Regionais, com vista a adaptar as mesmas aos princípios e normas adotadas pela recentemente revista Lei do Enquadramento Orçamental, nomeadamente no que se refere: (i) à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro das administrações local e regional; (ii) ao enquadramento plurianual das regras de despesa, saldos orçamentais e regras de endividamento, e de orçamentação de programas; e (iii) à interação com as funções do Conselho das Finanças Públicas.*»

¹⁰ Conforme artigo 49.º, número 2, da LFL vigente.

¹¹ Conforme artigo 51.º, número 3, da LFL vigente.

anteriores, em 31 de dezembro de cada ano, ao invés da anterior que exigia a não excedência de 125% do montante das receitas originárias. Importa salientar que a lei atual deixa cair o conceito de endividamento líquido municipal para enfatizar a “dívida total” na qual inclui alguns elementos citados da antiga lei. Também o procedimento administrativo para a contração dos empréstimos é mais rigoroso na nova lei.

Genericamente, a nova lei das finanças locais reconhece o endividamento como receita autárquica mas é cada vez mais exigente com o recurso ao crédito, consciente dos custos financeiros elevadíssimos para os entes públicos e sobretudo para as gerações vindouras, em caso de endividamento “crónico” ou seja, caso ocorra atraso na amortização da dívida.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As autarquias locais, enquanto pessoas coletivas públicas distintas do Estado, asseguram a prossecução de interesses assentes numa fração do território nacional, mediante órgãos próprios representativos das respetivas populações. Além destes órgãos representativos da população, a noção de autarquias locais congrega mais três elementos indispensáveis nomeadamente: o território; o substrato populacional e interesses próprios diferentes dos interesses nacionais.

Para perceber o que se entende por interesses assentes numa fração de território, valerá a pena relembrar as razões para a intervenção do Estado em termos económicos, as quais se prendem com: correção da afetação de recursos (bens públicos/externalidades/monopólios/assimetria de informação); redistribuição da riqueza e do rendimento e estabilização da economia, de acordo com Musgrave, 1959¹².

Ora, essa intervenção do Estado, em teoria, tem subjacente um determinado desenho organizacional do próprio Estado. Um desempenho de funções que pode decorrer a partir de uma plena *centralização*, correspondente a uma forma unitária de governo, coincidente com o governo central; ou a partir de uma absoluta *descentralização*, modelo teórico em que os governos locais desempenham as competências fiscais; ou, ainda, a partir de uma forma *federativa*, que combina competências *centralizadas* e competências *descentralizadas*, num modelo cujas responsabilidades fiscais são compartilhadas entre os diferentes níveis de governo e suas respetivas unidades federativas.

¹² *The Theory of Public Finance*, New York: McGraw-Hill.

Um determinado nível de descentralização é justificável, no que respeita à função de afetação de recursos, em particular, ao aprovisionamento de bens públicos, na medida em que um espaço territorial restrito é mais favorável à identificação das preferências dos cidadãos, pelos governos, bem como a respetiva interpretação. E, ainda, associada a esta maior proximidade entre cidadãos/contribuintes e o governo, estaria o exercício de responsabilização, ou seja um maior controlo das comunidades relativamente às decisões desses níveis de governo.

É nesta perspetiva que se observa, quer a descentralização administrativa, na qual o Estado (pessoa jurídica) distribui competências a uma outra pessoa jurídica que não depende exclusivamente do governo central, quer a autonomia financeira, pela qual as autarquias locais têm direito, no âmbito da política económica nacional, a recursos próprios adequados à realização das incumbências correspondentes às suas atribuições e competências.

A evolução da governação autárquica, em Portugal, tem sido marcada por: (i) transferência de competências; (ii) reforma do sistema de financiamento das autarquias locais; (iii) maior autonomia das autarquias locais e (iv) novas formas de prestação de serviços públicos.

Pode-se dizer que se assiste a um confronto entre a pressão crescente sobre a despesa e as dificuldades suplementares de financiamento, daí decorrendo dilemas quotidianos de difícil tratamento (eficaz) na gestão autárquica.

Por um lado, tem-se um crescimento da despesa suportado numa: (i) pressão eleitoral, que induz à construção de equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas, onde se equacionam apenas as despesas da realização física do projeto e se subestimam os encargos futuros de exploração (salários, energia, manutenção, etc.), bem como de eventuais receitas de exploração nos equipamentos onde haja possibilidade de cobrança de taxas de utilização; (ii) lógica anual de elaboração e execução dos orçamentos, sendo quase sempre os impactos futuros das decisões tomadas no presente subavaliados e (iii) crescente transferência do exercício de novas competências, do Governo Central para os municípios, não acompanhada dos recursos financeiros adicionais, suficientes para o exercício dessas novas competências.

Por outro lado, o atual modelo das finanças locais confere pouca margem aos autarcas para atuarem sobre o nível das receitas, pelo que não surpreende que o escrutínio popular dos eleitos se faça exclusivamente pelo lado da realização da despesa pública. Impõe-se que os municípios se preocupem com as causas do crescimento da sua despesa, e tomem medidas de gestão orçamental eficazes para a manter sob controlo.

Precisamente por se estar no quadro da afetação de bens com recurso ao dinheiro do cidadão é que princípios como Economia, Eficiência e Eficácia fazem sentido reforçado. O princípio da Economia determina que os recursos devem ser disponibilizados em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço. O princípio da Eficiência visa a melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos. O princípio da Eficácia visa a obtenção dos objetivos específicos fixados, bem como dos resultados esperados.

Significa pois a necessidade de se introduzir a racionalidade económica na análise dos problemas da Administração Pública Local e na identificação das soluções. De entre as várias ideias introduzidas pela teoria económica, salienta-se a introdução dos mecanismos de mercado; a introdução de fatores que promovam a concorrência no setor público, nomeadamente com a contratação, procurando baixar custos e melhorar a qualidade da prestação dos serviços; a preocupação com a disciplina e parcimónia na utilização de recursos, cortando nos custos e procurando maior eficiência na utilização dos recursos; a preocupação com o controlo dos resultados enfatizando a necessidade de insistir nos resultados e não nos processos; também, a definição de medidas e padrões de desempenho com objetivos mensuráveis e claramente definidos.

A emergência de uma gestão pública direcionada para a flexibilização, para uma maior informação e para um maior controlo e uma maior responsabilização têm-se vindo a impor e a mudar o funcionamento dos serviços da Administração Pública. Apostar na excelência e transparência da gestão municipal, gerir os recursos com orientação para resultados que satisfaçam os munícipes e fomentar os investimentos que potenciem o desenvolvimento local, são desafios diários dos municípios.

Numa economia globalizada e sem fronteiras, a Administração Pública e a Administração Pública Local em particular, têm um papel determinante no desenvolvimento do país, através da melhoria da gestão, orientando-a para as necessidades e expectativas da população criando ou incentivando a utilização de mecanismos que alicercem o progresso socioeconómico das populações. É inevitável, portanto, a necessidade de aplicar metodologias de qualidade na gestão de recursos humanos, ambiente, ordenamento do território, inovação tecnológica, mas, têm de ser encontradas, principalmente, metodologias de excelência na gestão dos recursos financeiros.

As circunstâncias referidas, pressões de carácter económico, financeiro, político e ideológico, bem como o esgotamento das soluções protagonizadas pela Administração Tradicional

estabelecem, entre outras, condições para o aparecimento de um novo modelo de gestão, a Nova Gestão Pública, pelo que se fará uma referência a essa matéria no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – A NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP) NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL

1. INTRODUÇÃO

Tal como foi observado no Capítulo II, em Portugal, a evolução dos governos locais tem sido marcada sobretudo por: (i) transferência de competências; (ii) reforma do sistema de financiamento das autarquias locais; (iii) maior autonomia das autarquias locais e (iv) novas formas de prestação de serviços públicos.

Desde 1974 que se assiste ao aumento de competências dos governos locais, quer seja pelo esvaziamento das competências dos governos civis¹³, quer pela descentralização de competências por parte da Administração Central. E se recuarmos a data mais recente, à década de 90, pode-se observar desde a criação de programas de prémios e incentivos à qualidade, à implementação de programas de requalificação de recursos humanos (FORAL), até à introdução de ferramentas de gestão, tendo o POCAL revestido o caso mais emblemático. Mais recentemente, começou-se a assistir a modificações organizacionais na prestação do serviço público.

Entretanto, ao longo das últimas décadas, tem-se assistido, na generalidade dos países europeus, à retração do Estado Providência ¹⁴ (*Welfare State*), em resultado da crescente falta de recursos financeiros que obriga a repensar as despesas e receitas do setor público; da conjuntura globalizada que condicionou a adaptabilidade das novas tecnologias de informação e comunicação; das mudanças culturais e sociais que induziram nos cidadãos a exigência de um melhor setor público e da necessidade de desconcentrar os serviços públicos.

Em consequência, os serviços públicos têm vindo a sofrer remodelações, onde reestruturações organizacionais, que assentam no pressuposto da racionalização, se associam a reformas da Administração Pública, suportadas na divisa “*menos Estado, melhor Estado*”, ou seja, uma busca para delimitar as funções do Estado com a intenção discursiva de melhorar a qualidade e aumentar a transparência no seu funcionamento, através da “*modernização*” não burocrática da

¹³ Extintos por Decreto-lei n.º 114/2011, de 30 de novembro.

¹⁴ O Estado Providência surgiu no decurso de uma crise profunda sofrida a nível mundial e impôs-se definitivamente na Europa na fase posterior à 2.ª Grande Guerra, por meio da crescente intervenção do Estado na vida económica e social, também a dimensão e papel do governo aumenta e como consequência regista-se um aumento substancial das despesas públicas e do pessoal administrativo.

sua gestão. Foi neste contexto que surgiu o paradigma de gestão do *New Public Management* (NPM)¹⁵, utilizado pelos Governos desde 1980 para modernizar o setor público.

2. A UTILIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA GESTÃO EMPRESARIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Atualmente, as sociedades europeias enfrentam fortes desafios que as compõem à mudança. Após vários anos de ciclos económicos expansivos, com carácter permanente, os governos dos países desenvolvidos encontram-se perante a encruzilhada de continuar a prestar serviços de bem-estar com qualidade, manter uma política de investimento público, garantir a coesão social e poder conter, se não baixar a carga fiscal.

Ao nível da governança pública (*public governance*), a atividade do Estado ganha novos contornos, modificando-se o seu papel e a forma de desempenhar as suas missões na sociedade. Para Lopez y Gadea (2001:13), a sociedade requer dos seus governos mais e melhores serviços, com menos recursos. Para a consecução deste objetivo, têm sido seguidas diversas estratégias, mas todas elas com um propósito claro: travar o crescimento da Administração Pública, sem renunciar à manutenção dos benefícios das políticas de bem-estar social.

A cada tipo de Estado corresponde um determinado modelo de gestão pública. A um Estado liberal, não interveniente, corresponde um modelo de Administração Pública, usualmente designada de clássica ou legal-burocrática; neste modelo, as funções do Estado e da Administração Pública restringem-se à prática de atos administrativos. Já ao modelo de Estado, conhecido como “*Welfare State*”, responsável pelo desenvolvimento económico e pelo equilíbrio social da população; a Administração Pública que lhe corresponde ganha novos contornos, diferentes do modelo anterior. O peso dos profissionais é tão grande que muitos autores chamam a esse modelo Estado Administrativo. Entretanto, em meados da década de 70, este tipo de Estado e este modelo de administração experimentam o “fracasso”. A reforma da Administração Pública implica o desmantelamento do “*Welfare State*” e a redução do papel da administração. Os modelos de Administração Pública estão a evoluir de sistemas centralizados e centrados no Estado para sistemas mais flexíveis e descentralizados (Araújo, 2001).

¹⁵ O aparecimento do NPM tem que, também, equacionar as circunstâncias históricas, económicas e políticas, estando o seu desenvolvimento estritamente relacionado com a ascensão da Nova Direita, no Reino Unido (Margaret Thatcher, a partir de 1979) e nos Estados Unidos da América (Ronald Reagan) e o discurso recorrente de um setor público avantajado, muito dispendioso, ineficiente e inibidor da iniciativa privada.

O recurso a formas de cooperação institucional entre os setores público e privado torna-se uma realidade cada vez mais presente. À administração integrada tradicional sucede um Estado fragmentado, que promove uma colaboração com outros atores. Entre os novos arranjos interinstitucionais, destacam-se as formas híbridas, como as parcerias público-privadas (PPP) e as redes (*networks*). Na reforma administrativa dos países europeus, esta tónica comum tende a estar presente.

Quando hoje se fala de “administração” ou modernização da administração, pressupõe-se também a reforma do Estado. Poucas dúvidas existem sobre esta articulação “reformadora”: *“qualquer reforma da administração exige reforma do Estado e qualquer reforma do Estado é indissociável da reforma da administração”* (Canotilho, 2000:2).

Mozzicafreddo (1994) refere que a verdadeira e importante questão a colocar, quando se fala de reforma do Estado é: *“como ter uma melhor Administração Pública para servir os objetivos do sistema político democrático baseado na cidadania”*.

Posto isto, as Reformas Administrativas não são mais do que um conjunto sistemático de providências destinadas a melhorar toda a Administração Pública de um país, melhorando a sua eficiência em coerência com os princípios constitucionais.

A área de intervenção destas reformas, normalmente incide sobre as organizações da Administração Pública e o seu pessoal, com o propósito de ir aplicando práticas de gestão consideradas modernas, por forma a prestar serviços com maior eficiência e focando-se nas necessidades do cidadão.

As reformas do Estado refletem-se sempre sobre a reforma das suas estruturas institucionais, mas poderiam ter um alcance maior, mais alargado. No que diz respeito às reformas das estruturas institucionais, o princípio é, em regra, separar a criação das políticas públicas da execução das mesmas.

A Administração Central segue uma filosofia de comparação com as soluções oferecidas pelo setor privado para as suas escolhas e decisões, na definição de indicadores e de critérios de eficácia, na autonomia de gestão em função de orçamentos globais de funcionamento e na avaliação de resultados.

A aplicação de um modelo de gestão à Administração Pública, baseado na importação de regras do setor privado para o setor público, acarreta alterações conceptuais na governação – as

experiências do modelo de mercado através da aplicação dos princípios do setor privado, não têm muitos exemplos de sucesso na sua implementação na Administração Pública. Deixa-se ao gestor a escolha da melhor forma de implementar as mudanças. A falta de orientação teórica e empírica, para aplicar e implementar as mudanças, dificilmente obtém sucesso.

O setor público tem valores diferentes dos do setor privado, e, negligenciada essa distinção no processo de adoção das técnicas do mercado, destroem-se os valores tradicionais do Estado. O setor público tem um conjunto único de missões e de funções públicas como a representatividade, a igualdade, a imparcialidade, a integridade, a justiça ou a cidadania. De facto, adotando a lógica de mercado e utilizando os seus termos no setor público, o conceito de “cliente” não é adequado para falar de setor público à população, por ser uma designação redutora no âmbito dos direitos dos cidadãos face ao Estado. E a prestação de contas exige mecanismos baseados numa visão de cidadania bem mais ampla do que a ideia de consumidor de bens e serviços.

A preocupação com os “clientes” em substituição da preocupação dos “cidadãos”, expõe uma contradição nas reformas inspiradas na Nova Gestão Pública. Se o setor público trabalhar no paradigma associado à lógica de mercado, os princípios de seleção de “clientes” e os preços cobrados podem impedir os cidadãos desfavorecidos (que não podem ser “clientes” devido aos seus fracos recursos), de pedir contas às organizações que constituem o setor público. Há uma diminuição dos direitos de cidadania, da qual resulta falta de confiança do cidadão na governação, em particular dos cidadãos mais desfavorecidos.

Com a governação orientada para o mercado, a classe social que detém poder e influência (minoritária), tem, em regra, lucros expressivos com a compra dos ativos privatizados, ou, com a subcontratação de serviços, mas aos cidadãos mais desfavorecidos retira-se o consumo de certos bens e serviços (exemplo: saúde), provocando impacto negativo para as famílias com poucos rendimentos.

Apoiar princípios e pô-los em prática são coisas diferentes. Todos apoiam as mudanças na governação, mas poucos põem em prática os procedimentos necessários devido às eventuais consequências políticas de maus resultados. Os defensores da gestão empresarial fazem do “bom serviço” aos clientes a chave do sucesso. Na Administração Pública, a questão não é tão linear. Quando o contribuinte não é cliente de um dado serviço, coloca-se a questão de saber quem definirá as preferências, o contribuinte ou os clientes do serviço. No setor privado, a satisfação dos clientes será o melhor barómetro da eficácia dos serviços. Porém, no paradigma

da Administração Pública, pressupondo a existência de uma verdadeira democracia, o cumprimento dos objetivos desta vai para além da satisfação dos clientes.

Quando se questionam os governantes se estão de acordo com os princípios da gestão empresarial, facilmente se obtêm respostas afirmativas; porém, quando se procura nos seus orçamentos, por exemplo, verbas para programas de formação, necessária ao seu bom desempenho profissional, sempre presentes nas empresas do setor privado, dificilmente se encontram na Administração Pública.

2.1. NOVA GESTÃO PÚBLICA

A Nova Gestão Pública (*New Public Management – NPM*) é um modelo que surge na sequência da insatisfação das técnicas praticadas pela Administração Pública.

O termo Nova Gestão Pública foi utilizado inicialmente por Christopher Hood, fazendo referência à utilização de ferramentas de gestão privada na Administração Pública (Hood, 1990). O contexto histórico em que a Nova Gestão Pública foi aplicada traduziu-se em efeitos diferentes em países diferentes. O período que precedeu a NGP caracterizava-se pela designada “Burocracia”, com destaque para os elementos weberianos de: (i) reafirmação do papel do Estado como facilitador principal de soluções para os novos problemas da sociedade de hoje – globalização, tendências demográficas, ameaças ambientais e evolução tecnológica; (ii) valor da democracia representativa; (iii) papel da lei administrativa e dos princípios de igualdade perante a lei, segurança jurídica e escrutínio legal das ações do Estado e (iv) função pública distinta do setor privado.

A partir dos anos 70, resultado de um crescimento distorcido (desvirtuado) e do processo de globalização, o Estado entrou em crise e transformou-se na principal causa de redução das taxas de crescimento económico, da subida da taxa de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo. Considerou-se necessária a implementação de reformas.

Esta necessidade de inovação na gestão da Administração Pública, perante o cenário das reformas do Estado, fez com que surgisse um novo estilo de governação, com capacidade em tomar decisões pertinentes, com celeridade, e conseguindo sustentar políticas, atrair consensos e criar condições para o desenvolvimento de práticas organizadas, quebrando a rigidez do padrão de gestão utilizado até então (Burocracia Tradicional).

Com o esgotamento do modelo burocrata, passaram a ser introduzidas um conjunto de práticas na Administração Pública, caracterizadas pelo aumento de responsabilidades dos gestores, a mudança de enfoque do controle de processos para o controle de resultados e uma maior rigidez nas especificações de desempenho. Procurava-se, desta forma, o aumento de eficácia e eficiência do setor e maior responsabilização das Organizações da Administração Pública, relativamente aos “clientes” e “consumidores” do serviço público.

Há uma evolução no tempo, da aplicação destas práticas. O objetivo é sempre atingir o que se designa como “boa gestão”, caracterizada pela: (i) orientação para o cidadão; (ii) valor da gestão para os resultados; (iii) gestão profissionalizada e eficiente e (iv) complementaridade (sem substituição) dos mecanismos de democracia representativa com novas formas de consulta e representação direta. Essa evolução conta com questões como ética, transparência, gestão corporativa, conflitos de interesse entre acionistas e gestores e conflitos entre as corporações e a sociedade.

A Nova Gestão Pública tenta impor o impulso para a eficiência, a descentralização, a procura da excelência, a orientação para o serviço público. Jones e Thompson (2000) criaram um modelo para a Nova Gestão Pública que os próprios denominaram como os cinco “R” da Nova Gestão Pública: **Reestruturação**; **Reengenharia**; **Reinvenção**; **Realinhamento**; e **Reconceitualização**.

As alterações nas técnicas de trabalho introduzidas na Administração Pública, inspiradas na Nova Gestão Pública, têm como objetivos, entre outros:

- Transparência no planeamento e ações públicas;
- Criação de mecanismos de participação do cidadão;
- Gestão responsável de recursos públicos;
- Qualidade: fazer a coisa certa com responsabilidade social;
- Ética;
- Eficácia: ter em atenção os objetivos da Organização Pública e do cidadão;
- Administração Pública Local para fazer a articulação do desenvolvimento;
- Enfoque nas necessidades do cidadão;
- Visão de longo prazo;
- Construção de consenso em relação ao futuro pretendido;

Os defensores da utilização das ferramentas do mercado na Administração Pública alegam a necessidade de alteração da economia, alterações tecnológicas (nas áreas da informação,

transportes, telecomunicações, energia, estruturas que já não protegiam os cidadãos dos monopólios, negando-lhes o acesso a esses benefícios tecnológicos), razões orçamentais, globalização, investigação económica e maior diversidade de valores e grupos sociais.

Há também autores que defendem que a corrente da Nova Gestão Pública, associada ao paradigma da aplicação das regras do mercado à Administração Pública, falha em questões essenciais como:

- Ser ignorado o facto de a sociedade civil necessitar de direitos no domínio público onde há valores não sujeitos à lógica da oferta e da procura (ex.: direito à liberdade, direito à dignidade, direito à justiça);
- O mercado puro não se traduz sempre em efeitos económicos ótimos. São atribuídos preços errados de carácter apenas económico, sem se contabilizar outros importantes (ex.: bens que poluem não refletem os custos ambientais no seu preço);
- Má interpretação da motivação humana (as pessoas também vivem de sentimentos, valores, realidades não transacionáveis).

Importa destacar que a existência da Administração Pública é fundamental em qualquer sociedade. Definida como toda a “máquina” do Estado (ou conjunto de todas as Organizações que constituem o Estado), preparada para a realização dos serviços que lhe cabem, visando a satisfação das necessidades coletivas, as Organizações da Administração Pública (como as do setor privado) têm de criar estruturas para o modo de trabalho (ou técnicas de trabalho), para garantir que os objetivos sejam alcançados. As técnicas de trabalho consistem sempre num processo de planear, organizar, orientar e controlar o uso dos recursos da Organização para alcançar os seus objetivos de forma mais eficiente e eficaz.

2.2. A PRESTAÇÃO DE CONTAS. “ACCOUNTABILITY”

Mosher (1968) apresenta a palavra “*accountability*” como sinónimo da obrigação de responder por algo, de responsabilidade objetiva. A “*accountability*” acarreta a responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra pessoa, por algum tipo de desempenho.

Da noção de responsabilidade, Tavares (2003) identifica-a como “*o estado em que alguém (responsável) se encontra, pelo qual, por força de um compromisso (...) fica sujeito a responder, a “prestar contas” pelos seus atos*”; identifica, no âmbito da Gestão Pública, as seguintes responsabilidades: responsabilidade política (apreciada pelos órgãos políticos); responsabilidade criminal e civil (ambas apreciadas pelos tribunais); responsabilidade

disciplinar (apreciada pelos órgãos da Administração); responsabilidade financeira (apreciada pelo Tribunal de Contas); responsabilidade social (apreciada pela sociedade).

A transparência está subjacente ao conceito de “*accountability*” e é essencial para a prossecução dos interesses de uma sociedade moderna, justa, que contribua para um ambiente social saudável. É também essencial para criar nos cidadãos, confiança e apoio para as ações dos governantes.

Qualquer reforma administrativa terá início partindo de um diagnóstico correto e criterioso da Administração Pública. Por isso, uma vez apresentadas as soluções pela Nova Gestão Pública, não se podem descuidar as especificidades da Administração Pública, e fazer a “prestação de contas” (“*accountability*”) aos cidadãos.

Nas sociedades democráticas confia-se que os governantes e o serviço público sejam responsáveis perante os cidadãos. Por isso, é importante destacar a prestação de contas (“*accountability*”). Se esta “prestação de contas” não é feita, o cidadão perde a confiança na Administração Pública e nas suas Organizações. Na verdade, a “prestação de contas” promove a confiança do cidadão no Estado e nas suas estruturas, mas coloca, também, a questão de quem deve ter competências para materializar a “*accountability*”, isto é, como se identifica alguém para ser o responsável pela “prestação de contas”, pela apresentação ao cidadão, da “*accountability*”. E quem o aprecia? Um superior hierárquico? Um Tribunal? (...).

Colocada esta questão, a “*accountability*” ganha contornos ligados à legitimidade do poder e, consequentemente à democracia e aos valores em que assenta um governo democrático. E assim se transforma a “*accountability*” numa questão de democracia.

Assim, a “prestação de contas”, a “*accountability*”, no contexto da legitimidade do poder, contém questões e valores democráticos. A preservação dos direitos democráticos, nas mais diversas vertentes da sociedade, implica o alargamento do controlo efetuado pelo Estado, que constitui condição essencial de garantia da democracia, e está-se a pressupor democracia organizada.

Cidadãos “desprovidos de organização” não conseguem garantir a “*accountability*”. Uma sociedade organizada é requisito indispensável para garantir a “*accountability*”. Há autores que consideram que quanto mais evoluído for o sistema democrático e mais esclarecidos os cidadãos, maior será o interesse pela “*accountability*”, porque esta tende a acompanhar o desenvolvimento dos valores democráticos (igualdade, participação, representatividade,...),

trazendo consigo a necessidade de proteção dos cidadãos contra os abusos de poder. Mosher (1968), a propósito, afirma que a inexistência de um controlo efetivo e de penalizações aplicáveis ao serviço público, em caso de falhas na execução de diretrizes legítimas, debilita o ideal democrático do governo pelo povo, porque expõe os cidadãos aos riscos potenciais da burocracia, no sentido negativo – abuso de poder. Inevitavelmente, coloca-se a questão: *Os mecanismos de controlo que existem serão suficientes para defender os cidadãos de abusos de poder, serão eficazes na promoção da justiça social, dão garantias de que os governantes trabalham para o bem da sociedade?*

A Constituição atribui a competência de controlo externo da burocracia ao Parlamento e ao Tribunal de Contas. Prevê também mecanismos de controlo interno.

Há autores que defendem a existência de entidades de controlo mistas, não governamentais, com representantes dos cidadãos, da comunidade empresarial, do governo ou das autarquias, dos trabalhadores, promovendo um equilíbrio de forças e a garantia de uma maior vigilância da Gestão Pública. Pessoalmente, resultado da observação da vida quotidiana do país, em todos os seus setores, não tenho fé no funcionamento pleno e desinteressado deste tipo de entidades. Falta a educação dos cidadãos em cidadania, para começar, e outros valores para os quais a sociedade (do nosso país) não está educada para conseguir (ou sequer querer) realizar com sucesso. Acrescente-se que o mundo real exige serviços mais baratos, mas padrões de qualidade mais elevados, de confiança, em termos práticos, pessoal qualificado mas com baixos salários...!

Acerca deste conceito, “*accountability*”, há autores que defendem que é importante atuar sobre a avaliação dos resultados por forma a fechar o ciclo da prestação de contas, a qual pressupõe o conceito de inteligência, ou seja, prestar contas vai para além de “apresentar contas”, assenta no “dar-se conta”, tomar consciência, ali onde a gestão pública e a opinião pública se encontram. O lado ético da prestação de contas e dos valores democráticos é essencial na transparência de todo um processo de decisão, das opções políticas, da participação dos cidadãos, na salvaguarda da economia dos recursos públicos e na confiança colocada na Administração Pública.

2.3. NOVA GESTÃO PÚBLICA VERSUS “ACCOUNTABILITY”

Os Estados que se foram tornando mais democráticos, tornaram-se, simultaneamente, mais burocráticos, já que o processo de burocratização foi, em grande parte, resultado do processo de democratização. Aparece aqui um contraditório. A solução das dificuldades apela à restrição do

Estado (“*Estado mínimo*”), mas o aumento da dimensão desse mesmo Estado sobrevém da implementação e alargamento das áreas de intervenção da própria democracia.

Max Weber desenvolveu o conceito de autoridade legítima, em que pressupunha que todo o sistema com autoridade tinha de ser legitimado, adotando-se técnicas de comando e de controlo. Comando e controlo exigem hierarquia. Num sistema hierarquizado existe a separação entre a decisão e a operacionalização (execução) dessa decisão. As burocracias funcionaram assim entre 1890 e 1930, era da industrialização, onde existiam rígidas estruturas hierárquicas.

Os críticos da Burocracia referem que esta é insensível, impessoal, tecnocrática, parcial, que prejudica “*constantemente os superiores instrumentos do setor privado*” e oprime a iniciativa individual. Apontam o despesismo e o desperdício. Tudo é apresentado como mau no paradigma burocrático.

Por outro lado, os defensores do modelo burocrático, como Goodsell (1983), consideram que a responsabilidade é uma das qualidades mais importantes, e em concreto, a de um político. O sentido de responsabilidade do político assume particular relevância, como modelo de ação e de comportamento, de observância das normas e de empenho responsável. Este modelo contraria o ambiente de desresponsabilização generalizada do político e das instituições que gere, face ao cidadão e à sociedade em geral.

Dito isto, o poder político está no centro das iniciativas de reforma da Administração Pública. É portanto, num contexto alargado de modernização das instituições políticas que a reforma da administração se equaciona, tal como foi no âmbito do poder político que a Administração, desde a sua estruturação, se formou em termos de funções e procedimentos, atendendo aos objetivos políticos da sociedade e do Estado (Mozzicafredo, 2001).

Será possível, com os mecanismos de controlo imprescindíveis à prestação de contas, aplicar as regras importadas do setor privado como previsto na Nova Gestão Pública? Coloca-se a questão da compatibilidade entre inovação e prestação de contas, controlo e valores democráticos. Serão compatíveis?

A Nova Gestão Pública, orientada para o mercado, é um desafio ao conceito de prestação de contas.

Com a importação do modelo da Nova Gestão Pública, a “governança” foi objeto de mudanças relativas aos seus objetivos, às suas normas, às suas estruturas, às suas funções e aos

beneficiários dos seus serviços. Estas mudanças têm como objetivo a eficácia, o resultado, a concorrência, a autonomia, as parcerias, a orientação para o “cliente”. Na verdade, este modelo carrega consigo implicações significativas sobre a prestação de contas públicas, sobre o plano político, sobre a gestão instrumental e metodológica. A governação pública tem sido objeto de alterações significativas (nos objetivos, normas, estruturas, beneficiários de serviços), com implicações importantes na prestação de contas. Um dos problemas mais visíveis da governação pública é o facto de a autonomia avançar muito mais rapidamente que a responsabilização.

Segundo alguns autores a Nova Gestão Pública substituiu o cumprimento das regras, pela eficácia e eficiência, esquecendo que a ausência de mecanismos de prestação de contas é o melhor caminho para a ineficácia e ineficiência. Desvirtua ainda alguns valores democráticos, a ter em conta na prestação de contas como: as normas (responder a quê), os agentes (responder a quem) e os meios (como assegurar a prestação de contas).

O conteúdo da prestação de contas aos cidadãos é essencial. Uma mudança do tipo de governação, esquecendo valores tradicionais da democracia (de responder pelo bem-estar social) reduz-se atualmente a dar contas sobre a aceleração do crescimento económico, maximização de receitas e minimização de custos.

A forma de prestação de contas, atualmente, incide mais sobre critérios económicos e procedimentais, do que relativamente às verdadeiras preocupações públicas (de carácter mais amplo que o financeiro e procedimental). Uma governação que é responsável por desempenhos económicos focados no mercado, não é necessariamente responsável pelos direitos dos cidadãos, pela legalidade, pelo bem-estar e justiça social.

Quando o Estado presta ele próprio bens e serviços com base em projetos socioeconómicos concretos, estas atividades são mais fáceis de controlar. Operando de forma indireta é mais difícil de examinar ou inspecionar não contribuindo para a “*accountability*”. Também passa a ser mais difícil apurar responsabilidades.

A autonomia de estruturas e de procedimentos determinada pela Nova Gestão Pública no sistema de governação neoliberal, a desagregação de uma série de departamentos transformando-os numa multiplicidade de entidades económicas autónomas e diferentes na sua natureza, com níveis de autonomia administrativa, financeira e de gestão consideráveis, afeta os meios de prestação de contas tradicionais, pondo em causa a sua utilidade. Passa a ser necessária a criação de novos meios, mais adequados, à nova realidade. Uma vez inexistentes,

fica-se sem se saber onde estão os apregoados ganhos de eficácia e eficiência dos novos modelos de gestão pública.

Esta autonomia de serviço público propicia a redução da possibilidade de os representantes políticos eleitos controlarem as atividades destes organismos e limita o alcance dos debates políticos sobre os programas prosseguidos por estes organismos, que são dirigidos como empresas privadas com quase total autonomia de financiamento. Não raras vezes, os políticos adotam estas soluções (ou modelos), porque podem falar de boas decisões, quando a referida autonomia dos organismos obtém bons resultados e imputarem os maus resultados aos “gestores autónomos”. Há ainda o perigo de esta solução (ou modelo) conduzir à “obsessão” por resultados, não tendo em conta os valores democráticos sendo até adotadas medidas criticáveis do ponto de vista democrático.

As parcerias entre público e privado complicam a forma de prestação de contas, porque são mais difíceis de submeter a um controlo normativo e político normal. Não se conseguem detetar as transações entre responsáveis governamentais e as empresas, isto é, nem sempre é possível detetar o modo de interação e de negociação entre as partes, ficando por apurar se há efetivamente defesa do interesse público.

Uma liberdade excessiva de gestão pode provocar o esquecimento das leis e enfraquecer o controlo administrativo, à medida que os organismos são transformados em sociedades comerciais. Como se consegue garantir que, quando atores privados atuam em substituição do Estado, os direitos dos cidadãos e das organizações são objeto da mesma atenção e proteção como se estivessem a trabalhar diretamente com o Estado. Nestas circunstâncias, os mecanismos de mercado podem deixar cair o controlo social, com o argumento de garantia de máxima eficiência, agravando-se a situação quando os governantes perdem a capacidade de recuperar os setores onde perdem intervenção, ficando reféns das empresas.

Ainda assim, pode-se afirmar que numa administração forte e consolidada, sedimentada nos princípios básicos do serviço público, da legalidade, imparcialidade, neutralidade e prestação de contas é – tem sido – útil e possível introduzir as flexibilidades inerentes à Nova Gestão Pública. Porém, na ausência da solidez de um tal esqueleto administrativo, a flexibilidade do *NPM* pode ser disfuncional e corruptora de princípios básicos da administração, tornando-se difícil ao Estado responder em domínios que lhe são próprios e que o mercado não fornece: a garantia de equidade e de igualdade de oportunidades para os cidadãos e para a sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em contraste com a era industrial, a sociedade atual está em permanente e rápida mudança, devido às tecnologias da informação e comunicação. As organizações, ao longo do tempo, foram reduzindo os seus níveis hierárquicos, substituindo-os por práticas de gestão pela qualidade, descentralizando autoridade e promovendo a capacidade dos seus trabalhadores, por forma a manterem-se competitivos no novo mercado global. Também práticas políticas e institucionais que não têm em conta as exigências, aspirações e necessidades dos cidadãos, contribuem para a falta de legitimidade e de democracia.

A Administração Pública dá sempre prioridade ao bem comum. A natureza da cidadania não é apenas matéria de direito e deveres; constitui toda uma dimensão que estrutura as sociedades democráticas. Pelo que a governação não pode deixar de assentar na existência da democracia. E a democracia exige transparência, prestação de contas e informação credível. Aos cidadãos a quem é retirado dinheiro, em nome do interesse público, tem de ser assegurada competência, eficácia e não desperdício na gestão dos dinheiros públicos. Tal exige formas de controlo e avaliação rigorosas.

Os principais desafios que se colocam à ação do Estado moderno relacionam-se com as dimensões do aumento da eficácia, da eficiência, da equidade, da justiça social e dos valores democráticos, para além de compreender as novas configurações das relações Estado/Sociedade/Mercado, distinguindo os valores políticos e relativos à gestão do papel do Estado e a sua articulação com a prestação de contas (“*accountability*”).

Prestação de contas (*accountability*, *imputabilité*) significa a obrigação de divulgar, demonstrar, explicar e justificar o que se faz, como se faz; como se cumprem as responsabilidades financeiras, políticas ou outras, sendo mais do que uma questão jurídica ou procedimental.

Quando se reflete sobre a relação entre o cidadão e as reformas da Administração Pública, verifica-se que o cidadão deixa para a Administração Pública e suas instituições, a resolução de todos os problemas. A Administração Pública e suas instituições não resolvem os problemas sozinhas por não serem o único interveniente na sociedade. Os cidadãos têm a obrigação de contribuir para a melhoria da comunidade, da sociedade, do país, intervindo; e contribuir para a implementação das reformas mais adequadas às necessidades. Tal implica além da existência de indivíduos esclarecidos, o envolvimento destes no processo de implementação de reformas, estarem de boa-fé, pensando no interesse público e não no individual.

Sendo certa a existência de falta de confiança dos cidadãos nas instituições, é também certa a falta de intervenção destes no sentido de alterarem o(s) sistema(s) pernicioso(s) das instituições; ao contrário, muitas vezes contribuem para a continuidade dessas rotinas. Subscrovo o pensamento de muitos, que consideram que é uma guerra perdida no paradigma de muitos países, onde incluo o nosso.

Além desta relação Administração Pública/cidadão, que não é fácil de gerir, existe ainda a relação, também difícil, entre o poder subordinado dos dirigentes da Administração Pública (no seu tradicional papel de análise técnica) perante os eleitos ou nomeados seus superiores, quando há incapacidade de manter a informação que produz sobre as políticas, os programas ou projetos, que não sirvam os interesses públicos. Todos (eleitos e cidadãos) esperam que alguém lhes resolva os problemas, seja possível ou não, nos termos da lei.

De qualquer forma, estou convicta que, assumindo-se como positivas certas práticas de gestão no setor público, como o aumento da flexibilidade organizativa, a competitividade, a racionalidade de gestão, a adaptação às necessidades da envolvente, convirá não transpor de forma não criteriosa as formas de gestão empresarial, com uma lógica de racionalidade e de âmbito tão diferente, para as organizações da Administração Pública, onde os valores sociais como legalidade, democracia, funções sociais e o nível de objetivos múltiplos e contraditórios, próprios do setor público, se enquadram na lógica da esfera pública de escolha coletiva e não na lógica empresarial.

Em jeito de conclusão desta reflexão, a implementação de reformas consistentes na Administração Pública, o exercício das funções dos trabalhadores da Administração Pública com responsabilidade e ética, só é possível com eleitos e com cidadãos esclarecidos e de boa-fé nos processos que lhes digam respeito.

CAPÍTULO IV – ESTUDO DE CASO. EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DA EN16, DESDE CELORICO DA BEIRA ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA COM A GUARDA”

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentar-se-á o estudo de caso, um exemplo real de uma empreitada de obras públicas, far-se-á relato das fases que decorrem desde o momento de preparação do projeto até à sua execução, passando pelo acompanhamento do mesmo. O enquadramento legal, no regime da Contratação Pública, não será descurado, na medida em que fazê-lo permite um exercício de reflexão acerca da Administração Pública, a Velha e a Nova, que permitirá tecer as considerações finais que encerrarão este capítulo.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO DE CASO: EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DA EN16, DESDE CELORICO DA BEIRA ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA COM A GUARDA”

Escolheu-se um estudo de caso que permite a análise e acompanhamento da evolução da tramitação dos procedimentos, decorrentes dos princípios da Nova Gestão Pública na Administração Pública Local.

O estudo de caso refere-se a uma **empreitada de obras públicas**. Faz-se a descrição dos procedimentos e tratamento dos processos na perspetiva da Contratação Pública. Escolheu-se uma obra enquadrada em termos de tipologia como uma **infraestrutura**, por ser este tipo de obra, o de realização mais comum, no âmbito das competências da Administração Pública Local.

A empreitada, objeto do estudo de caso, teve como objetivo beneficiar e requalificar a estrada nacional EN16, que faz a ligação entre a vila de Celorico e termina no limite do concelho com a Guarda. Salvaguardaram-se e compatibilizaram-se os interesses públicos e privados, quer os pré-existentes como os eventualmente provocados por esta intervenção.

Na síntese e apresentação geral do projeto da obra é justificada a necessidade de intervenção, pelo facto da via de comunicação se encontrar em estado de degradação significativo, constituindo, por tal, causa de insegurança para os utentes.

Os princípios subjacentes ao projeto consistiram na construção e sustentação da via de comunicação propriamente dita e requalificação dos espaços envolventes; na preservação e valorização ambiental, sem provocar alterações relevantes na paisagem, contribuindo para a sua valorização. O objetivo pretendido foi melhorar as condições de circulação da estrada existente e tratar a sua envolvente.

O projeto teve em atenção e considerou como princípios, a estruturação viária, a sua hierarquização (tendo em conta as pré-existências, como a A25 e outras estradas e caminhos que cruzam com a EN16 – via a intervencionar), a dignificação dos espaços pertencentes à mesma, localizados na sua envolvente e a preservação e valorização ambiental.

Os referidos pressupostos foram equacionados, não descuidando as necessidades dos utentes e da população local; os compromissos com outras entidades administrativas e competências das entidades públicas (Câmara Municipal; Estradas de Portugal, I.P; Ascendi; INIR; etc.), que sobre o projeto têm de se pronunciar.

Deste projeto de execução resultou a manutenção do traçado longitudinal existente na globalidade da intervenção. O perfil transversal (tipo) sofreu algumas alterações, tendo sido adotada uma faixa de rodagem de 6,00 m e um passeio/ciclovía (espaço acumulando as duas funções) sobrelevado obviamente, e com 1,50 m de largura.

Com a elaboração do levantamento topográfico ao longo da via de comunicação existente, configurou-se, de imediato, a existência de constrangimentos para a execução do projeto. Como se trata de uma beneficiação e não de uma obra de raiz, detetaram-se circunstâncias que, não podendo ser alteradas, condicionaram, de alguma forma, a elaboração do projeto.

Apesar de alterações pontuais, a regra subjacente à elaboração do projeto foi manter o traçado longitudinal, tal como os perfis transversais da via existente. As variações do perfil transversal resultaram da localização, uma vez que a estrada intervencionada, ao longo do seu percurso, se desenvolve dentro de duas localidades e fora de qualquer localidade. Fora das localidades, todo o traçado é uniforme e o perfil transversal tipo idêntico, tendo sido mantidos a faixa de rodagem com 6,00m e o passeio/ciclovía com 1,50m. Não foi prevista qualquer retificação significativa do traçado em perfil. Fizeram-se apenas ligeiras correções do traçado, em curvas e na rotunda proposta.

O levantamento topográfico abrangeu um corredor de terreno confinante com a estrada, suficientemente grande, para perceção correta do relevo do terreno adjacente à faixa de

rodagem, bem como identificação de construções e infraestruturas existentes. Deixaram-se no terreno pontos de referência para, em fase de obra, estudar alternativas, se fosse o caso, e permitir o apoio necessário à execução dessas mesmas alternativas. No entanto, as cotas que integram o projeto, em obra, foram todas verificadas. Importa relevar que o levantamento topográfico é georreferenciado.

Os constrangimentos existentes foram marcantes na definição do traçado longitudinal, perfil longitudinal e perfis transversais do projeto. Também o estado de degradação da faixa de rodagem foi motivo de estudo adequado.

Optou-se por uma solução que não implicasse expropriações de terrenos e respeitasse os limites da via de comunicação, conforme as pretensões do dono da obra (Câmara Municipal). Também os passeios existentes foram mantidos por uma questão de boa gestão financeira, não desperdiçando o existente que se encontrava em boas condições, e, nesse caso, previu-se a execução apenas da pavimentação da faixa de rodagem.

Nas localidades da Ratoeira e Lajeosa, a rasante teve obrigatoriamente de ter em atenção as pré-existências, designadamente as cotas dos passeios existentes e acessos a habitações.

A pretensão da Câmara Municipal de Celorico da Beira, em termos de beneficiação da estrada, focou-se principalmente na pavimentação da faixa de rodagem por a mesma se encontrar em avançado estado de degradação, bem como atualização e reposição da sinalização e drenagem da faixa de rodagem. Previu-se também o tratamento paisagístico da área confinante com a estrada.

No projeto foi prevista a realização de trabalhos preparatórios relativos à montagem do estaleiro de apoio à obra, movimento de terras para regularização dos perfis longitudinal e transversal, construção de lancis, construção da faixa de rodagem, construção dos passeios/ciclovias, sinalização horizontal e vertical, construção de rede de águas pluviais, etc.

A área de intervenção do estudo de caso apresentado encontra-se identificada na Planta à escala 1: 25.000 (Anexo 1).

3. CICLO DE VIDA DA OBRA. EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DA EN16, DESDE CELORICO DA BEIRA ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA COM A GUARDA”

Desde logo importa ter uma visão integrada do ciclo de vida da obra pública, desde a sua conceção à consequente receção, passando pelo projeto, planeamento e execução, conforme vem ilustrado na tabela seguinte:

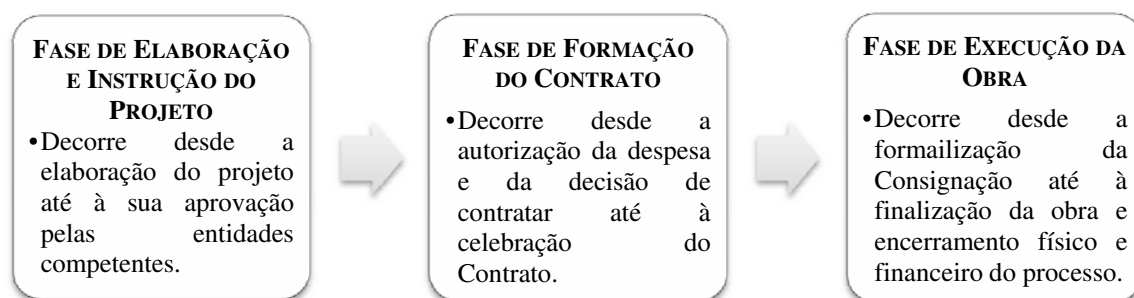


Tabela 4 - Ciclo de Vida da Obra Pública

3.1. FASE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO.

As fases do desenvolvimento do projeto, entre dono da obra e projetistas, passam, essencialmente, e sem grande pormenorização, por:

- Efetuar o planeamento e prestar os esclarecimentos do(s) objetivo(s) a que se destina o Projeto;
- Ser assertivo com o conceito subjacente ao(s) objetivo(s) e consequentemente à estrutura que vai consubstanciar o projeto;
- Elaboração do projeto-base;
- Elaboração do projeto de execução.

O projeto de execução é composto por peças escritas e desenhadas, destinadas a facultar todos os elementos necessários à definição rigorosa dos trabalhos a executar (conjugação da alínea t) do artigo 1.º com o artigo 7.º, ambos do Anexo I à Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho¹⁶). No estudo de caso, tratando-se de uma empreitada relativa a *estradas*, o projeto de execução é instruído nos termos da legislação referida no presente parágrafo conjugada com o n.º 2 do artigo 87º do Anexo I da mesma Portaria (Anexo 2).

As peças escritas contêm Memória Descritiva (Anexo 3); Mapa de Medições dos trabalhos a realizar (Anexo 4); Orçamento previsto, que serve à entidade adjudicante para encontrar o preço-base da empreitada aquando da realização do procedimento para adjudicação (Anexo 5); Caderno de Encargos contendo as cláusulas técnicas e jurídicas a incluir no contrato aquando da realização do concurso (Anexo 6: figura apenas o índice geral do Caderno de Encargos do projeto, por se considerar o respetivo conteúdo demasiado extenso para ser equacionado no âmbito deste Relatório). Este Caderno de Encargos é constituído por duas partes:

1. Condições Gerais; e
2. Condições Particulares.

Das Condições Gerais constam:

1. Disposições Iniciais;
2. Obrigações do Empreiteiro;
3. Obrigações do Dono da Obra;
4. Representação das partes e controlo da execução do contrato;
5. Receção e liquidação da obra;
6. Disposições Finais.

Das Condições Particulares constam:

1. Vias de Comunicação – características dos materiais, incluindo a sua natureza, qualidade e dimensões, respetiva procedência e condições de receção e armazenamento;
2. Execução dos trabalhos;

¹⁶ Portaria que aprova, ao abrigo do n.º 7 do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução, a que se referem os n.º 1 e 3 do artigo 43.º do CCP, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados como instruções para a elaboração de projetos de obras, constantes do anexo I à presente portaria, da qual faz parte integrante.

3. Arquitetura paisagística;
4. Rede de drenagem de águas pluviais.

As peças desenhadas do projeto de execução são constituídas por todos os elementos que definem a localização da obra a realizar, as suas características e dimensões, tais como plantas, perfis, cortes, pormenores de execução, etc.

Apresenta-se na tabela 5, que se segue, a sistematização do acima referido:

a) Memória descritiva e justificativa, incluindo a disposição e descrição geral da obra, evidenciando quando aplicável a justificação da implantação da obra e da sua integração nos condicionamentos locais existentes ou planeados; descrição genérica da solução adoptada com vista à satisfação das disposições legais e regulamentares em vigor; indicação das características dos materiais, dos elementos da construção, dos sistemas, equipamentos e redes associadas às Instalações Técnicas;
b) Cálculos relativos às diferentes partes da obra apresentados de modo a definirem, pelo menos, os elementos referidos na regulamentação aplicável a cada tipo de obra e a justificarem as soluções adoptadas;
c) Medições e mapas de quantidade de trabalhos, dando a indicação da natureza e da quantidade dos trabalhos necessários para a execução da obra;
d) Orçamento baseado nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições;
e) Peças desenhadas de acordo com o estabelecido para cada tipo de obra na regulamentação aplicável, devendo conter as indicações numéricas indispensáveis e a representação de todos os pormenores necessários à perfeita compreensão, implantação e execução da obra;
f) Condições técnicas, gerais e especiais, do caderno de encargos.

Tabela 5 – Peças constantes do Projeto de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho

O projeto foi instruído nos termos previstos na lei, contendo os Termos de Responsabilidade correspondentes a cada projeto de especialidades (Anexo 7); documentos pessoais de identificação dos projetistas e Declarações da Ordem dos Engenheiros (Anexo 8) e outras entidades que lhes conferiam competências para executar as funções de projetistas, nos diversos projetos pelos quais eram responsáveis.

Para a execução do projeto, foi efetuado levantamento topográfico (georreferenciado) da via de comunicação e uma faixa de área envolvente, bem como a identificação das construções e infraestruturas existentes, sobre o qual se realizou o trabalho que antecede o projeto.

A rasante do perfil longitudinal nos dois aglomerados populacionais que a estrada atravessa (Ratoeira e Lajeosa do Mondego) foi condicionada pelas preexistências, como cotas dos passeios e acessos a edifícios.

A Câmara Municipal pretendeu que a requalificação da via de comunicação incidisse fundamentalmente no reforço e regularização da pavimentação da faixa de rodagem, atualização e definição da sinalização e, por fim, drenagem de toda a área intervencionada.

Previu-se também a execução de uma rotunda com duas faixas de rodagem, junto do nó de ligação da EN16 com a A25; a rotunda foi dimensionada tendo em conta todas as orientações do INIR, entidade que atualmente tem a seu cargo as atribuições específicas em relação à rede rodoviária nacional.

Neste projeto, a rede de drenagem de águas pluviais possui troços onde esta se faz para o terreno natural, com várias saídas ao longo do percurso e possui troços em que existe ligação à rede municipal existente. Mais especificamente, foram previstas formas de efetuar o escoamento das águas pluviais para fora da faixa de rodagem, assim organizadas: (i) onde existem passeios, a drenagem das águas pluviais faz-se através de colocação de sarjetas, para a recolha da água, que depois é encaminhada para o seu destino final; (ii) noutros troços, faz-se a utilização de um sistema de valetas que recolhe a água, que é encaminhada para o terreno natural.

Além da legislação geral aplicável a todos os projetos, a instrução do processo relativo a este projeto em particular (via de comunicação) tem de obedecer aos artigos 7.º e 87.º do Anexo I à Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, específica para projetos relativos a *estradas*.

No caso de projetos de estradas, têm de ser identificados todos os nós de ligação, incluindo as vias de aceleração e desaceleração, e interseções referenciadas ao sistema de coordenadas ligado à rede geodésica do país (alínea g) do n.º 2 do artigo 87.º do Anexo I à Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho). Esta obrigatoriedade é aplicável ao nó de acesso entre a EN16 com a A25, fazendo parte dos documentos do projeto, a apresentação dos pormenores relativos à rotunda ali prevista.

Pormenores (peças desenhadas) relativos a diferentes projetos de especialidades são apresentados a diferentes escalas. Por exemplo, um pormenor da rede de drenagem de águas pluviais (peça desenhada) é apresentado, nos termos da lei, à escala 1:50 ou 1:20 (alínea n) do n.º 2 do artigo 87.º do Anexo I à Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho).

Este projeto, para se considerar devidamente instruído, quer para aprovação pelas entidades com competência nesta matéria (*estradas*), quer pela Câmara Municipal, quer em termos de instrução para Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas, quer para efeitos de Auditorias (por exemplo pela União Europeia, por ter sido financiado por Fundos Comunitários), é organizado, também de acordo com o artigo 87.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de Julho, relativo a *estradas*, além de toda a legislação aplicável aos projetos em geral.

Na tabela que se segue, apresentam-se as peças constantes do Projeto de Execução da obra “Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira até ao limite do concelho com a Guarda):

1. Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE);
2. a) Esboço corográfico à escala 1:25.000;
b) Implantação e apoio topográfico;
c) Traçado em planta, incluindo vias suplementares para veículos lentos, se necessárias, nas escalas 1:1.000 ou 1:2.000 e incluindo o traçado dos restabelecimentos da rede viária existente, num sistema de coordenadas ligado à rede geodésica do país;
d) Traçado em perfil longitudinal nas mesmas escalas do traçado em planta para os comprimentos e sobreelevado de dez vezes para as alturas, com as cotas num sistema de coordenadas referidas à rede geodésica do país;
e) Perfil ou perfis transversais tipo na escala 1:50 indicando os ângulos de rotação da plataforma a considerar ao longo do traçado, a estrutura do pavimento, tipo e dimensões das valetas e as inclinações dos taludes;
f) Perfis transversais na escala 1:200;
g) Nós de ligação, incluindo as respectivas vias de aceleração e de desaceleração, e intersecções referenciados ao sistema de coordenadas ligado à rede geodésica do país, contendo as informações referidas em c), d), e) e f);
h) Estudo geológico e geotécnico incluindo planta geológica e perfil geotécnico longitudinal e, sempre que se justifique, perfis geotécnicos transversais nas mesmas escalas adoptadas em c), d) e f), bem como localização e caracterização sumária de materiais;
i) Projeto de terraplenagem, incluindo tipos de equipamentos a utilizar, gráfico de distribuição de terras e identificação de zonas de depósito;
j) Dimensionamento das obras geotécnicas especiais: consolidação dos taludes, estruturas de suporte, aterros de grande dimensão e travessias de baixas aluvionares, com indicação dos processos executivos;
l) Projeto do pavimento;
m) Plantas parcelares à escala 1:1.000 ou 1: 2.000 com os limites num sistema de coordenadas ligado à rede geodésica do país e devidamente cotadas em relação ao eixo da estrada;
n) Sistema de drenagem incluindo traçado em planta e perfil longitudinal na escala de 1:1.000 ou 1:2.000, com pormenores na escala 1:50 ou 1:20;

o) Estudo de integração e enquadramento paisagístico;
p) Planta geral de localização dos serviços afectados, designadamente, linhas e postes de alta e média tensão, linhas eléctricas de baixa tensão, linhas telefónicas, condutas de gás, de abastecimento de água e de saneamento, oleodutos e condutas de fibra óptica, na escala 1:1.000 ou 1:2.000;
q) Soluções a adoptar para o tráfego durante a execução da obra, de que fazem parte o traçado em planta e perfil longitudinal dos desvios, perfil ou perfis transversais tipo, perfis transversais e sistema de drenagem nas mesmas escalas referidas em c), d), e) e f), além do dimensionamento de pavimentos e equipamentos de segurança;
r) Estudo dos equipamentos de segurança, nomeadamente, guardas de segurança, amortecedores de impacto, protecção de motociclistas, escapatórias;
s) Estudo da sinalização vertical e horizontal;
t) Estudo do equipamento de serviços, nomeadamente praças e instalações de portagens, áreas de serviço e áreas de repouso, centros de assistência e manutenção;
u) Obras de arte correntes e especiais integradas no projeto geral, com indicação dos processos construtivos;
v) Dimensionamento dos túneis, com indicação dos processos executivos;
x) Estudo das obras acessórias, tais como serventias e caminhos paralelos, vedações, iluminação e telecomunicações.

Tabela 6 – Peças constantes do Projeto de acordo com o artigo 87.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho

O projeto, ao longo da sua elaboração, vai sendo avaliado, nomeadamente verificando se as etapas programadas para a sua elaboração estão a ser cumpridas, isto é, se o planeamento efetuado para a elaboração do projeto está a ser seguido; se o desenvolvimento do projeto está a ir ao encontro à finalidade a que o mesmo se destina; se a solução mais adequada está a ser encontrada; se estão a ser corretamente elaborados todos os documentos necessários à correta interpretação do projeto (em obra) e sua instrução para aprovação pelas entidades competentes para o efeito, nos termos da lei aplicável.

Os objetivos e a elaboração célere e eficiente do Projeto de Execução são atingidos caso estejam a ser corretamente utilizadas as ferramentas e recursos para a elaboração do projeto, e se adotado um esforço organizado, orientado para atingir as características desejadas do projeto, da maneira mais rentável e económica.

O Projeto de Execução deve ser dividido nos diferentes fascículos independentes, apresentados na tabela que se segue:

Projeto de Execução	a) Síntese de apresentação geral do projeto;
	b) Implantação e apoio topográfico;
	c) Estudo geológico e geotécnico;
	d) Traçado geral;
	e) Nós de ligação e intersecções;
	f) Restabelecimentos, serventias e caminhos paralelos;
	g) Drenagem;
	h) Pavimentação;
	i) Integração Paisagística;
	j) Equipamentos de segurança;
	l) Sinalização;
	m) Sistema de telemática rodoviária;
	n) Canal técnico rodoviário;
	o) Sistema de postos de emergência SOS;
	p) Iluminação;
	q) Vedações;
	r) Serviços afectados;
	s) Obras de arte correntes e obras de arte especiais;
	t) Túneis;
	u) Áreas de serviço e de repouso;

v) Projetos complementares, nomeadamente muros, desvios provisórios, barreiras acústicas, passagens para a fauna;
x) Expropriações;
z) Centros de Assistência e Manutenção;
aa) Portagens.

Tabela 7 – Apresentação do Projeto de acordo com o artigo 87.º da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho

Uma vez elaborado o projeto de acordo com a lei aplicável e pretensões do dono da obra, instruído nos termos da lei e aprovado pelas entidades que sobre o mesmo têm de se pronunciar, este reúne as condições para ser efetuado o procedimento concursal adequado em conformidade com o Código dos Contratos Públicos (CCP).

3.2. FASE DE FORMAÇÃO DO CONTRATO

A fase de formação de um contrato de empreitada de obras públicas tem um quadro legal aplicável, em função do tipo de procedimento adotado – o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP) e que estabelece a disciplina aplicável à Contratação Pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

É considerada Contratação Pública toda a aquisição pública de bens, serviços e empreitadas de obras públicas, acima dos 5 mil euros (excluindo portanto, os Ajustes Diretos de regime simplificado previstos no artigo 128º do CCP), não incluindo também a contratação excluída por força do disposto nos artigos 4º, 5º e 10º do Código dos Contratos Públicos.

As preocupações relacionadas com o bom desenvolvimento da execução da obra pública, na fase de formação do contrato, podem ser elencadas:

- A identificação do modelo de contratação em função dos objetivos, dos recursos e dos riscos; o planeamento da contratação por Ajuste Direto, por Concurso Público e por Concurso Limitado por Prévia Qualificação;
- A definição da solução da obra e as especificações úteis e necessárias do caderno de encargos e do programa de procedimento de contratação;
- A análise das propostas, os motivos de exclusão, os esclarecimentos às mesmas e o âmbito do poder de correção oficiosa;

- A avaliação das propostas segundo os critérios do mais baixo preço e da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante;
- O projeto da decisão da adjudicação, a audiência prévia, a eventual reformulação do projeto de decisão e eventual repetição da audiência prévia;
- A adjudicação, a não adjudicação, a aprovação da minuta do contrato e a revogação da decisão de contratar;
- Os requisitos de habilitação, documentos comprovativos, prestação da caução e celebração do contrato;
- A fiscalização prévia do contrato pelo Tribunal de Contas;
- A consignação da obra e o ajustamento do plano de trabalhos.

É imprescindível identificar os momentos críticos do planeamento do processo e os constrangimentos mais determinantes, como a escolha do procedimento, a identificação de erros e omissões, os motivos de exclusão das propostas e os critérios de análise, bem como refletir acerca dos principais aspetos sobre os quais se debruça a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, o modo e o prazo dessa fiscalização.

A escolha do procedimento adotado para a empreitada foi efetuada em função do valor estimado da despesa, tendo-se considerado adequado o Concurso Público, nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º do CCP. No caso de empreitadas, o Concurso Público está sujeito a regras bem definidas, conforme se explica a seguir.

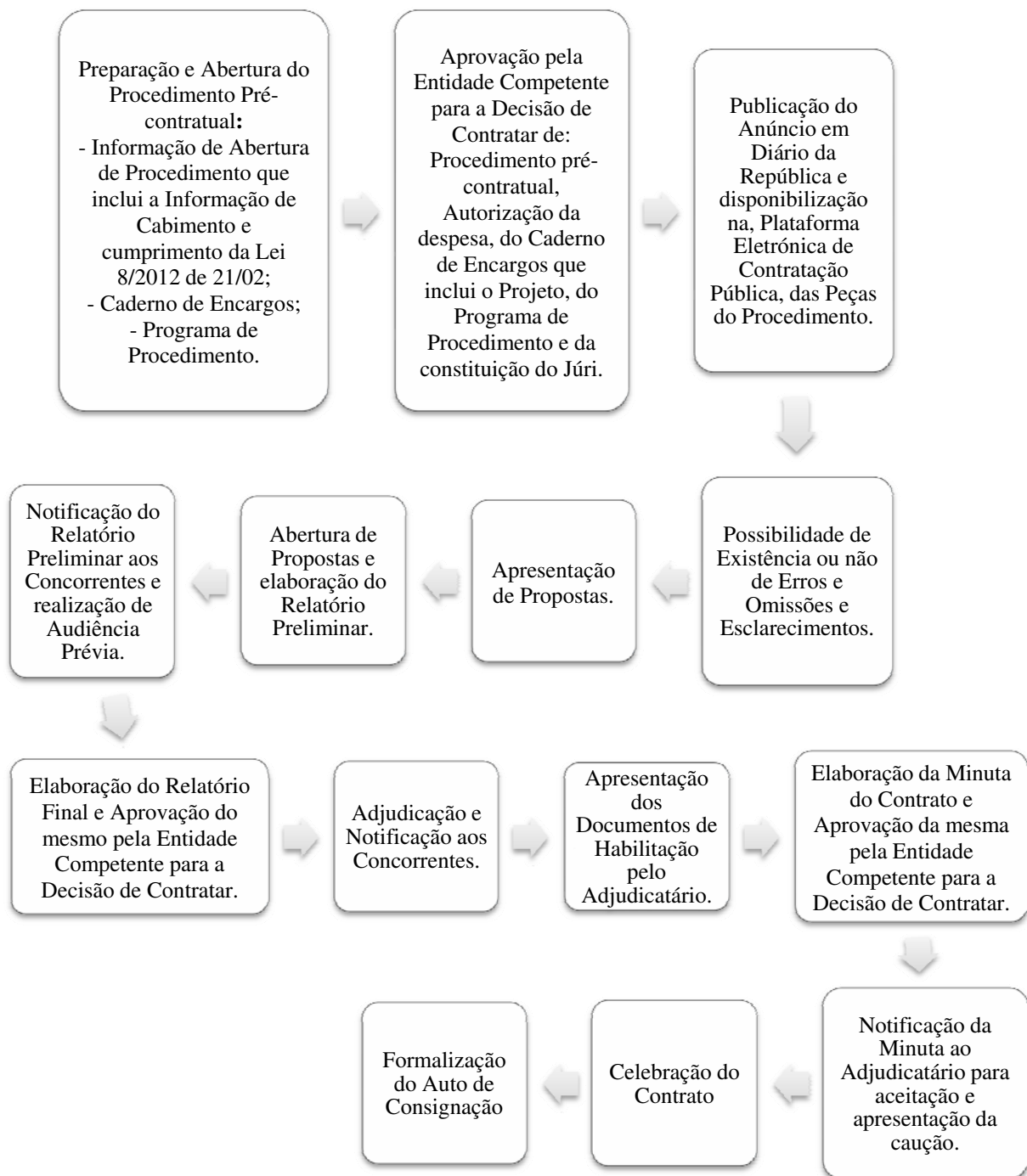


Tabela 8 – Fases do Procedimento de Formação e Aprovação do Contrato

O Concurso Público de empreitadas obriga à existência de documentos específicos para este procedimento, designadamente:

➤ **PEÇAS DO PROCEDIMENTO**

As peças do procedimento de formação do contrato no caso do Concurso Público são o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos; estes são aprovados pelo órgão competente para a decisão de contratar.

1. PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

O **Programa de Procedimento** é o regulamento que define os termos a que obedece a fase de formação do contrato até à sua celebração. Consiste num “guia” de procedimentos pré-contratuais que contém as “regras do jogo” e deve incluir, entre outros, os seguintes elementos:

- A identificação do concurso;
- A identificação da entidade adjudicante;
- A identificação do órgão competente para a decisão de contratar;
- O fundamento da escolha do Concurso Público;
- O órgão competente para prestar esclarecimentos;
- Os documentos de habilitação, diretamente relacionados com o objeto do contrato a celebrar, a apresentar nos termos do artigo 81.º do CCP;
- O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, bem como o prazo a conceder pela entidade adjudicante para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação (artigo 86.º do CCP);
- Os documentos constituintes da proposta (artigos 57.º, 58.º e 60.º do CCP);
- A admissibilidade ou não da apresentação de propostas variantes e o número máximo de propostas variantes admitidas;
- O prazo para a apresentação das propostas;
- O prazo de obrigação de manutenção das propostas;
- O critério de adjudicação, e quando adotado o critério da proposta economicamente mais vantajosa, o modelo de avaliação das propostas;
- O modo de prestação da caução e o valor da mesma;

Não se coloca o documento do Programa de Procedimento em anexo, por este ser muito extenso; coloca-se um extrato do mesmo, correspondente ao índice, uma vez que dessa forma ficam elencados os assuntos que são desenvolvidos no referido documento (Anexo 9).

2. CADERNO DE ENCARGOS

O Caderno de Encargos é a peça do procedimento que contém as cláusulas a incluir no contrato a celebrar. É um “projeto” de contrato, prevendo as obrigações de ambas as partes em sede de execução contratual. As cláusulas do Caderno de Encargos dizem respeito a aspetos de execução do contrato a celebrar: preço, prazo, qualidade, garantia, características, etc.. Estes aspetos da execução do contrato, podem, ou não, estar submetidos à concorrência, ou seja, podem ser totalmente ou parcialmente deixados em “branco” para os concorrentes preencherem com as suas propostas ou ser definidos de forma “fechada”, no sentido de não admitirem que os concorrentes proponham soluções diferentes.

Nas empreitadas de obras públicas não é permitida a introdução no Caderno de Encargos de especificações técnicas que mencionem produtos de fabrico ou proveniência determinada, de modo a não serem afetados os princípios da concorrência e transparência.

O Caderno de Encargos deve fixar um preço-base, ou seja, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do concurso (artigo 47.º do CCP).

O Caderno de Encargos é constituído por duas partes distintas: uma correspondente a cláusulas jurídicas e a outra correspondente às cláusulas técnicas aplicáveis ao projeto a que o documento se refere.

O Caderno de Encargos colocado a concurso durante a fase de formação do contrato é constituído pelas cláusulas técnicas do Caderno de Encargos apresentado com o projeto, não tendo as cláusulas jurídicas apresentadas pelo projetista nesse documento sido utilizadas, mas em sua substituição as cláusulas jurídicas adotadas pela Câmara Municipal em todos os procedimentos concursais que efetua.

Não se coloca o Caderno de Encargos em anexo, por este ser muito extenso; coloca-se um extrato do mesmo, correspondente ao índice das Cláusulas Jurídicas (Anexo 10) e das Cláusulas Técnicas (Anexo 11), ficando dessa forma elencados os assuntos que são desenvolvidos nos documentos que, no seu conjunto, constituem o Caderno de Encargos.

➤ **DECISÃO DE CONTRATAR**

No estudo de caso apresentado, foi efetuada a tramitação procedimental comum a todos os procedimentos, tendo tido início com a decisão de contratar, conforme artigo 36.º do CCP.

Todos os tipos de procedimentos pré-contratuais, independentemente do objeto do contrato a celebrar, iniciam-se com a “**decisão de contratar**”. Esta decisão é tomada na sequência:

- a) Da verificação, por parte da entidade adjudicante, da existência de uma necessidade;
- b) Da sua completa caracterização, e
- c) Da identificação do objeto do contrato a celebrar.

A decisão de contratar cabe ao órgão competente para a decisão de autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar. (Obs.: As regras de distribuição da competência para autorizar despesa constam do regime da realização de despesa pública ainda contido nos artigos 16.º a 22.º e 29.º do Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho (preceitos expressamente ressalvados pela norma revogatória do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro)).

Todas as competências atribuídas ao “**órgão competente para a decisão de contratar**” podem ser delegadas, nos termos do artigo 109.º do CCP.

Na empreitada objeto do estudo de caso, foi elaborada a **Informação Técnica** (Anexo 12), relativa à **abertura do procedimento pré-contratual**, em 6 de Novembro de 2012, à qual se atribuiu o “número interno de procedimento” – CP 1/2013¹⁷.

É definido nessa informação o **CPV** (*common procurement vocabulary*) – vocabulário comum para os contratos públicos, que corresponde a uma designação que descreve os fornecimentos, as obras ou os serviços objeto do contrato a celebrar.

Da Informação de Abertura do Procedimento consta:

- 1. O **objeto** (a que se destina a empreitada e identificação dos trabalhos a realizar);
- 2. O **prazo** para apresentação de propostas;
- 3. O **preço-base** (sem IVA);

¹⁷ CP 1/2013: Concurso Público n.º 1 de 2013.

4. A **escolha do tipo de procedimento** (função do valor estimado para a despesa com a realização da empreitada). Foi proposta a escolha do **Concurso Público**, nos termos da alínea b) do artigo 19.º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.
5. A **discriminação das peças do procedimento**, que no procedimento escolhido (Concurso Público sem publicação no JOUE)¹⁸ são: o Programa de Procedimento (artigos 41.º a 132.º do CCP) e o Caderno de Encargos (artigos 42.º a 49.º do CCP, e Portaria n.º 701-H/2008). As peças do procedimento colocam-se em anexo à informação, para serem aprovadas, pelo órgão competente para autorizar a despesa;
6. O **Júri do concurso** (artigos 67.º a 69.º do CCP);
7. A indicação da **entidade competente para a decisão de contratar**, que neste caso é a Câmara Municipal (Executivo);
8. As **propostas** relativas à decisão de contratar e autorização da despesa, para aprovação pelo Executivo, por forma a ser possível aos Serviços Técnicos operacionalizarem o Concurso Público.

Falta acrescentar que, com esta informação já consta a **Informação de Cabimento**, *com informação relativa ao cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro* (vulgarmente designada por “*Lei dos Compromissos*”), emitida pelos Serviços Financeiros da autarquia (Anexo 13).

Da reunião do Executivo resulta uma **deliberação** de abertura do procedimento com as propostas constantes da informação técnica aprovadas (Anexo 14).

O Presidente da Câmara efetua também um despacho (Anexo 15) a designar os trabalhadores que vão exercer as funções de “**gestores de procedimento**”; estes terão autorização para introduzir na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública¹⁹ todos os documentos relativos ao procedimento, aprovado pelo Executivo, exceto os que são da exclusiva competência do Executivo, que nomeia o seu próprio representante para exercer essas funções (em regra o Presidente da Câmara).

¹⁸ Àquela data a escolha do concurso público sem publicação no JOUE permitia a celebração de contratos de valor inferior a 5.000.000,00 €. O valor estimado de despesa a efetuar na realização da empreitada era de 1.126.598,15 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

¹⁹ Como se irá observar no ponto 4, esta plataforma é uma das inovações aportadas ao CCP e que, de certa forma, traduz alterações na gestão do processo da contratação pública. Essa plataforma vai permitir integrar todo o processo, vai torna-lo transparente para todos os envolvidos e aumentar a acessibilidade e usabilidade ao mesmo. De certa forma, esta plataforma constitui um embrião para uma flexibilização, tão cara à Nova Gestão Pública.

➤ PUBLICITAÇÃO DO ANÚNCIO

Todos os procedimentos pré-contratuais (com exceção do Ajuste Direto) são publicitados no Diário da República (DRE), mediante **Anúncio** (Anexo 16) enviado à Imprensa Nacional – Casa da Moeda através de meios eletrónicos, conforme o formato e as modalidades de transmissão indicado no portal do Diário da República Eletrónico (DRE). A publicação do Anúncio é efetuada no prazo máximo de 24 horas (exceto nos concursos públicos urgentes, que é publicado em tempo real). O Anúncio é, posteriormente, divulgado pela entidade adjudicante, através da sua publicação na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública por si utilizada.

A partir deste momento todo o processo passa a ser desmaterializado, efetuado na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública utilizada pela entidade adjudicante. A desmaterialização processual prevê, a consulta *online* da documentação nas várias fases do procedimento.

A Contratação Pública é promovida, em Portugal, de forma integralmente eletrónica (através de plataformas).

➤ CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO CONCURSO

O Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos são integralmente disponibilizados na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública utilizada pela entidade adjudicante (n.º 2 do artigo 133.º do CCP), desde o dia da publicação do anúncio no DRE até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

A disponibilização das peças pode depender do pagamento à entidade adjudicante de um preço adequado (n.º 3 do artigo 133.º do CCP), que é devolvido aos concorrentes que o requeiram (n.º 3 do artigo 133.º do CCP) quando:

- As respetivas propostas não sejam excluídas ou retiradas;
- O órgão competente para a decisão de contratar decida não adjudicar com fundamento no disposto nas alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP;
- O órgão competente para a decisão de contratar revogue a decisão com base no n.º 2 do artigo 80.º do CCP;
- O concorrente fique objetivamente impedido de celebrar o contrato na sequência da retificação ou da expressa aceitação de erros ou omissões das peças do concurso (que, por exemplo, pode implicar que o mesmo deixe de estar habilitado a participar).

A aquisição das peças do concurso não constitui condição de participação no mesmo (n.º 5 do artigo 133.º do CCP).

➤ **ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO CONCURSO (ARTIGO 50.º DO CCP)**

Os esclarecimentos acerca das peças do procedimento são solicitados pelos interessados que tenham obtido as peças do procedimento, através da plataforma eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas (artigo 50.º do CCP).

No estudo de caso, foi apresentado um pedido de esclarecimentos por um concorrente, em 18/02/2013 (Anexo 17), ao qual foi dada resposta pela entidade adjudicante em 27/02/2013 (Anexo 18), tendo sido notificados todos os interessados em 27/02/2013 (Anexo 19).

A entidade adjudicante dá resposta aos esclarecimentos apresentados até ao final do segundo terço do prazo para apresentação das propostas, que é publicada na plataforma eletrónica, sendo esta publicação notificada a todos os interessados.

➤ **ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS (ARTIGO 61.º DO CCP)**

Os erros e omissões detetados no Caderno de Encargos devem ser apresentados, pelos concorrentes, ao órgão competente para a decisão de contratar até ao termo do quinto sexto do prazo fixado para apresentação das propostas. Os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem:

- Aspetos que se revelem desproporcionais com a realidade;
- Tipo ou quantidade das prestações necessárias à integral execução do contrato;
- Condições técnicas de execução do objeto do contrato que o concorrente não considere executáveis.

As listas com identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizadas na plataforma eletrónica com notificação a todos os que tenham adquirido as peças do procedimento.

A apresentação por qualquer interessado da lista dos trabalhos de erros e omissões suspende o prazo para apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto daquele prazo (artigo 61.º do CCP).

Perante a apresentação de listas com identificação dos erros e omissões, o órgão competente para a decisão de contratar deve:

- a) Pronunciar-se sobre as listas apresentadas dentro do período correspondente ao sexto final do prazo para a apresentação de propostas; neste caso, o prazo para apresentação de propostas recomeça desde a data da publicação da decisão e pelo número de dias correspondente ao último sexto do prazo para apresentação das propostas;
- b) Não se pronunciar, entendendo-se que todos os erros e omissões constantes das listas foram recusados; o prazo recomeça desde o dia em que a proposta deveria ter sido apresentada, acrescido de um sexto do prazo, correspondendo ao período em que esteve suspenso;
- c) Aceitar a lista de erros e omissões apresentada, e quando esta implique alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.

Quando não há apresentação de lista de erros e omissões, a proposta é apresentada no prazo fixado no procedimento.

No estudo de caso, foram apresentadas listas de erros e omissões por dois concorrentes, em 05/03/2013 (Anexo 20), tendo sido dada resposta pela Entidade Adjudicante em 21/03/2013 (Anexo 21) e notificados os concorrentes em 21/03/2013 (Anexo 22).

➤ **CONTAGEM DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS**

O prazo para a apresentação das propostas é um prazo contínuo (não se suspende nos sábados, domingos e feriados) e é fixado livremente, de acordo com a natureza do contrato e respeitando os limites mínimos do CCP.

O prazo conta-se a partir da data do envio do Anúncio para publicação (n.º 3 do artigo 470.º do CCP). O Concurso Público é sempre publicitado no DRE e no JOUE, consoante o órgão competente para a decisão de contratar pretenda que o valor do contrato a celebrar seja superior (ou inferior) aos limiares comunitários aplicáveis. Quando o Anúncio for publicitado em ambos (DRE e JOUE), os respetivos anúncios devem ser enviados simultaneamente (n.º 7 do artigo 131.º do CCP).

No estudo de caso, o prazo para apresentação das propostas foi de 30 dias a contar da data da publicação do Anúncio no Diário da República Eletrónico (DRE).

➤ **PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS (ARTIGO 64.º DO CCP)**

O prazo para apresentação das propostas é prorrogado quando:

- a) As retificações ou os esclarecimentos das peças concursais sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito pelo CCP (até ao termo do segundo terço do prazo para apresentação das propostas) – neste caso, a prorrogação tem lugar por prazo equivalente ao do atraso verificado na comunicação (n.º 1 do artigo 64.º do CCP);
- b) As retificações das peças concursais ou a aceitação de erros e omissões do Caderno de Encargos impliquem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso; neste caso, a prorrogação tem lugar, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início do prazo para apresentação das propostas até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões (n.º 2 do artigo 64.º do CCP);
- c) O Programa de Procedimento ou o Caderno de Encargos não tiverem sido disponibilizados desde o dia da publicação do Anúncio no Diário da República. Neste caso a prorrogação tem lugar, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado na disponibilização, embora só seja devida a pedido dos interessados (n.º 6 do artigo 133.º do CCP);
- d) A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças procedimentais. Neste caso, o órgão competente para a decisão de contratar pode decidir prorrogar, ou não, o prazo de apresentação das propostas. Em caso positivo, esta prorrogação é para todos os interessados e o período de prorrogação do prazo é o considerado adequado pelo órgão competente para a decisão de contratar, em função da fundamentação do pedido (n.º 3 do artigo 64.º do CCP).

As decisões de prorrogação do prazo para apresentação das propostas (obrigatórias ou facultativas) cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e passam a fazer parte integrante das peças do procedimento. Publica-se *Aviso* daquelas decisões mediante anúncio retificativo do anúncio inicial (n.º 4 do artigo 64.º e n.º 7 do artigo 133.º do CCP).

No estudo de caso, foi aprovado em reunião do Executivo a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 64.º do CCP, na sequência da apresentação das listas de erros e omissões e aceitação das mesmas pela firma projetista e consequentemente pelo Executivo. Importa relevar que não houve alteração do preço-base.

➤ **APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS (ARTIGO 60.º DO CCP)**

De acordo com o artigo 56.º do CCP, **proposta** é “a declaração pela qual o concorrente manifesta ao dono da obra a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo”.

Os documentos que constituem a proposta só podem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante. A receção das propostas é registada com referência da data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Os documentos que constituem a proposta são (artigo 57.º do CCP):

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, de acordo com o Anexo I do CCP;
- Documentos que, em função do objeto do Contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- Documentos exigidos pelo Programa do Procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do Contrato não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;
- Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
- Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução;
- Plano de trabalhos;
- Estudo prévio, nos casos previstos no n.º 3 do artigo 43.º, competindo a elaboração do projeto de execução ao adjudicatário.

No estudo de caso, foram apresentadas oito propostas (Anexo 23).

➤ **LISTA DE CONCORRENTES (ARTIGO 138.º DO CCP)**

No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, o Júri procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante. É facultada a consulta das propostas apresentadas a todos os concorrentes, na plataforma. Os concorrentes têm um “*login*” e uma “*password*” de acesso que rececionam da parte da entidade gestora da plataforma.

Pode qualquer interessado que não tenha sido incluído na lista de concorrentes apresentar reclamação desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo, para o efeito, apresentar comprovativo de apresentação da sua proposta – recibo eletrónico. Caso a reclamação seja aceite, mas a proposta do reclamante não se encontre disponível na plataforma, é fixado novo prazo ao reclamante para a apresentar (n.º 3 e n.º 4 do artigo 138.º do CCP).

A elaboração e publicitação da **lista dos concorrentes** (Anexo 23) substitui o ato público, consistindo apenas na verificação da identidade dos concorrentes que apresentaram propostas, mas sem que seja efetuada qualquer avaliação dos concorrentes ou das propostas, para efeitos de admissão ou exclusão das mesmas, tendo sido este o procedimento adotado no estudo de caso.

➤ **ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E ESCLARECIMENTOS QUE O JÚRI PODE SOLICITAR RELATIVOS ÀS PROPOSTAS (N.º 2 DO ARTIGO 70.º, ARTIGO 139.º, N.º 2 E N.º 3 DO ARTIGO 146.º DO CCP)**

O Júri analisa e avalia as propostas apresentadas, quer para efeitos de exclusão, como de ordenação das propostas admitidas. Existe a possibilidade de o Júri solicitar esclarecimentos sobre as propostas apresentadas. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes passam a fazer parte integrante da proposta, desde que:

- a) Não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem;
- b) Não alterem ou completem os atributos da proposta;
- c) Não visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão (nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP).

Os esclarecimentos prestados ao Júri, sobre as propostas, são disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, e todos os concorrentes são imediatamente notificados dessa disponibilização.

Após a ordenação das propostas, é possível selecionar a proposta que se encontra em primeiro lugar.

São excluídas as propostas cuja análise revele (artigo 70.º do CCP):

- Que não apresentam algum dos atributos, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
- A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
- Que o preço contratual seria superior ao preço-base;
- Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados; considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando for 40%, ou mais, inferior ao preço-base;
- Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

No estudo de caso, o Júri procedeu à análise e avaliação das propostas apresentadas em conformidade com as disposições legais atrás referidas, tendo daí resultado o Relatório Preliminar. Não foram solicitados quaisquer esclarecimentos das propostas apresentadas pelos concorrentes por parte do Júri.

➤ **RELATÓRIO PRELIMINAR (ARTIGO 146.º DO CCP)**

Após a análise e avaliação das propostas, o Júri elabora fundamentadamente o Relatório Preliminar (Anexo 24) no qual consta a ordenação das propostas admitidas, bem como a identificação das propostas a excluir. A exclusão das propostas é fundamentada nos termos previstos no artigo 70.º e nos n.º 2 e n.º 3 do artigo 146.º do CCP).

O Relatório Preliminar tem como anexos os eventuais esclarecimentos prestados pelos concorrentes relativos às suas propostas.

No estudo de caso, foram admitidas, pelo Júri, cinco propostas e excluída uma proposta (Anexo 24).

➤ **AUDIÊNCIA PRÉVIA (ARTIGO 147.º DO CCP)**

O Relatório Preliminar é enviado, através da plataforma eletrónica, a todos os concorrentes, pelo Júri, (Anexo 25) fixando-se um prazo não inferior a cinco dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo da **Audiência Prévia** (Anexo 26). Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso a toda a troca de correspondência (informações e comunicações escritas de qualquer natureza) entre a entidade adjudicante e concorrentes.

No estudo de caso, não houve pronúncias em sede de audiência prévia (Anexo 26).

➤ **RELATÓRIO FINAL (ARTIGO 148.º DO CCP)**

Efetuada a audiência prévia, o Júri elabora o **Relatório Final** (Anexo 27), devidamente fundamentado, onde pondera as eventuais pronúncias dos concorrentes, em sede de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do Relatório Preliminar e pode, ainda nesta fase, propor a exclusão de propostas, se considerar a existência de um facto que justifique a exclusão. Neste último caso, ou, no caso de se verificar uma alteração da ordenação proposta no Relatório Preliminar, há lugar a nova audiência prévia.

O Relatório Final é então enviado pelo Júri ao órgão com competência para a decisão de contratar, para decisão de adjudicação, ou não.

No estudo de caso, não tendo havido pronúncias em sede de audiência prévia, o Júri elaborou o Relatório Final, mantendo o conteúdo constante do Relatório Preliminar.

O Júri enviou o Relatório Final para aprovação e decisão de adjudicação, ao órgão com competência para a decisão de contratar, tendo o mesmo sido aprovado e adjudicada a empreitada ao concorrente colocado em primeiro lugar no quadro de ordenação das propostas. Indicam-se, em anexo, os documentos constantes da proposta objeto da adjudicação (Anexo 28).

➤ **ADJUDICAÇÃO E NOTIFICAÇÃO (ARTIGOS N.º 73.º, N.º 76.º E N.º 77 DO CCP)**

O artigo 73.º do CCP define **adjudicação** como sendo “*o ato pelo qual o órgão competente para a decisão de contratar aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as propostas apresentadas*”.

No estudo de caso, o critério de adjudicação considerado foi “*o do mais baixo preço*”, sendo para isso necessário que o Caderno de Encargos definisse todos os restantes aspetos da execução do contrato a celebrar, submetendo apenas à concorrência o preço a pagar pela entidade adjudicante (artigo 74.º do CCP).

Cabe, então, ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação das propostas constantes no Relatório Final, para efeitos de adjudicação (n.º 4 do artigo 124.º do CCP). Após a decisão de adjudicação (Anexo 29), o órgão competente para a decisão de contratar notifica a decisão de adjudicação em simultâneo a todos os concorrentes (Anexo 30), acompanhada do Relatório Final de análise das propostas.

Juntamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário, fixando um prazo, para:

- Apresentar os documentos de habilitação nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Prestar a caução devida.

No estudo de caso, procedeu-se à tramitação atrás indicada.

➤ **APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ARTIGOS 81º A 84º E 126º DO CCP).**

O adjudicatário tem de apresentar, após a adjudicação, os documentos previstos no artigo 81.º do CCP:

- Declaração de não verificação de impedimentos (modelo constante do Anexo II do CCP);
- Documentos comprovativos de:
 - Não condenação por crime que afete a sua honorabilidade profissional (no caso de pessoas singulares) ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência (no caso de pessoas coletivas);
 - Inexistência de dívidas à Segurança Social;
 - Inexistência de dívidas ao Fisco;
 - Não condenação por crimes graves (no caso de pessoas singulares) ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência (no caso de pessoas coletivas);

- Alvarás ou títulos de registo emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.;
- Outros documentos exigidos nas peças do procedimento.

O adjudicatário, quando tal for possível, pode indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde podem ser consultados alguns dos documentos de habilitação e autorizar a sua consulta. Neste caso é dispensada a apresentação de tais documentos.

No estudo de caso, foram apresentados os documentos de habilitação pelo adjudicatário (Anexo 31) e prestada a caução (Anexo 32).

➤ **PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO (ARTIGOS 88.º A 91.º DO CCP)**

A **caução** é destinada “*a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais*” que o adjudicatário assume com a celebração do contrato (n.º 1 do artigo 88.º do CCP) (Anexo 32).

A adjudicação caduca se o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação no prazo fixado no Programa do Procedimento ou no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar ou ainda se o adjudicatário não prestar a caução que lhe foi exigida (n.º 1 do artigo 86.º e n.º 1 do artigo 91.º do CCP). Em caso de caducidade na sequência dos motivos atrás referidos, a adjudicação é direcionada para a proposta subsequente, com a obrigatoriedade de apresentação dos mesmos documentos de habilitação.

Depois de aprovada a **minuta do contrato** pela entidade adjudicante (Anexo 33), esta submete, de seguida, na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, a minuta do contrato sobre a qual, o adjudicatário se deve pronunciar no prazo de 5 (cinco) dias (Anexo 34). Caso não se pronuncie, a minuta considera-se aprovada.

No estudo de caso, o adjudicatário notificou a entidade adjudicante, em 21/06/2013, da aceitação da minuta do contrato (Anexo 35).

➤ **CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (ARTIGOS 94.º A 106.º DO CCP)**

A celebração do **Contrato** deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta do contrato, e nunca antes de decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da

decisão de adjudicação, apresentados todos os documentos de habilitação exigidos e prestada a caução (n.º 1 do artigo 104.º do CCP).

O Contrato é reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas (n.º 1 do artigo 94.º do CCP). Salvo previsão expressa no Programa do Procedimento, não é exigível a redução do Contrato a escrito, no caso de empreitada de obras públicas, quando o preço contratual não exceda os 15.000 euros.

De acordo com o n.º 1 do artigo 96.º, faz parte integrante do Contrato, quando reduzido a escrito, um clausulado que deve conter, sob pena de nulidade daquele, os seguintes elementos:

- A identificação das partes e dos respetivos representantes, assim como do título a que intervêm, com indicação dos atos que os habilitem para esse efeito;
- A indicação do ato de adjudicação e do ato de aprovação da minuta do contrato;
- A descrição do objeto do Contrato;
- O preço contratual, ou seja “*o preço a pagar, pela entidade adjudicante, em resultado da proposta adjudicada, pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato*” (n.º 1 do artigo 97.º do CCP);
- O prazo de execução das prestações objeto do Contrato;
- Os ajustamentos aceites pelo adjudicatário;
- A referência à caução prestada pelo adjudicatário;
- A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente ao Contrato, a realizar no ano económico da celebração do mesmo ou, no caso de tal despesa se realizar em mais de um ano económico, a indicação da disposição legal habilitante ou do plano plurianual legalmente aprovado, de que o Contrato em causa constitui execução ou ainda do instrumento, legalmente previsto, que autoriza aquela repartição de despesa.

De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, fazem sempre parte integrante do Contrato, independentemente da sua redução a escrito:

- Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- O Caderno de Encargos;

- A proposta adjudicada;
- Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

O órgão competente para a decisão de contratar deve comunicar ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do Contrato (n.º 3 do artigo 104.º do CCP).

No estudo de caso, foi celebrado o Contrato da empreitada em 26/06/2013 (Anexo 36).

➤ **CONSIGNAÇÃO**

A Consignação deve estar concluída, na falta de estipulação contratual, no prazo de 30 dias após a data da celebração do Contrato, no caso de consignação total ou da primeira consignação parcial, ou logo que o dono da obra tenha acesso aos prédios e autoridade para os entregar a terceiros, no caso das demais consignações parciais (n.º 1 do artigo 358.º do CCP).

É nesta fase que o dono da obra faculta ao adjudicatário (empreiteiro) acesso aos locais e quaisquer elementos complementares do projeto para a execução da obra, procedendo-se à assinatura do Auto de Consignação.

O Auto de Consignação marca o início da contagem do prazo estipulado no Contrato para a execução da obra.

O prazo para a execução da empreitada é contínuo, incluindo sábados, domingos e feriados, sendo apenas adicionado ao prazo inicial para execução da obra, os períodos respeitantes a prorrogações.

No estudo de caso, o **Auto de Consignação** foi celebrado em 18/07/2013 (Anexo 37).

Colocam-se também em anexo o **Fluxo do Procedimento** (Anexo 38) e **Visão Geral do Procedimento** (Anexo 39), exportados da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, permitindo uma visão global da tramitação correspondente à Contratação Pública do procedimento objeto do estudo de caso.

3.3. FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA

A fase de execução da obra caracteriza-se pela realização física dos trabalhos contabilizados no projeto de execução e em respeito de todos os requisitos constantes no mesmo. O adjudicatário começa a execução dos trabalhos na sequência da formalização da Consignação, ou ainda, a contar da data em que o dono da obra comunica ao empreiteiro a aprovação do Plano de Segurança e Saúde (n.º 1 do artigo 362.º do CCP).

Cabe ao empreiteiro a realização tanto da obra, como dos trabalhos preparatórios ou acessórios. A disponibilização e fornecimento de todos os meios necessários, nomeadamente materiais, meios humanos, técnicos e equipamentos são da responsabilidade do mesmo.

Com o início da realização da obra, pressupõe-se que o adjudicatário já identificou soluções e estratégias para a sua execução. A monitorização, acompanhamento e fiscalização das empreitadas de obras públicas, orientadas para o cumprimento dos prazos e dos custos projetados, cabe à entidade adjudicante, sem prejuízo de o adjudicatário também efetuar estas diligências, por forma a assegurar que cumpre o Contrato celebrado.

Conhecer as limitações decorrentes do regime legal, os obstáculos jurídicos e técnicos para a implementação de soluções de gestão adequadas (técnicas e jurídicas), é essencial para a fase de execução da obra.

É fundamental identificar os principais desafios e fases da gestão de uma obra pública, para antecipar e ultrapassar os constrangimentos, de carácter legal ou outros, que possam surgir.

Após acauteladas as dificuldades previsíveis na obra, nesta fase (digo isto, porque durante a execução da obra é frequente aparecerem situações não previsíveis aquando do planeamento da obra), dá-se então início à realização da mesma.

Durante a execução da obra, com o projeto de execução como ponto de partida, todas as situações têm de ser devidamente acompanhadas e controladas, quer por adjudicatário, quer por entidade adjudicante: a consignação; o plano de trabalhos; os erros e omissões; os trabalhos a mais; a medição e o pagamento; as sanções contratuais pecuniárias; o incumprimento do Contrato; as vistorias e receção provisória; as obrigações em fase de pós-construção e a forma de efetivação; a receção definitiva e a liberação das cauções e eventuais determinantes objeto de contencioso judicial, quando aplicável.

O artigo 350.º do CCP prevê que, na falta de estipulação contratual, o empreiteiro tem obrigação de realizar todos os trabalhos considerados preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro²⁰, bem como os trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no local.

A execução da obra é um processo no qual os representantes das duas partes, designadamente o Diretor de Fiscalização ou funcionário designado para representar o dono da obra (Anexo 40) e o Diretor de Obra designado para representar o empreiteiro, devem desenvolver um processo de cooperação em favor dos bons resultados finais.

O Diretor de Obra deve acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local da obra sempre que, para tal, seja convocado. É a ele que devem ser remetidos os avisos, as ordens e as notificações que se relacionam com os aspetos técnicos da empreitada.

O Diretor de Fiscalização deve dispor de poderes suficientes e estar habilitado com os elementos indispensáveis para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo empreiteiro; deve proceder às verificações e medições dos trabalhos e dar ao empreiteiro ordens, avisos e notificações necessárias. Cabe à fiscalização acompanhar e verificar o exato cumprimento do projeto, bem como as eventuais alterações ao Contrato, Caderno de Encargos e plano de trabalhos. Para tal, são efetuadas medições no local por representantes do dono da obra com a colaboração do representante do empreiteiro, que são formalizadas em Auto de Medição (Anexo 41). A medição é efetuada mensalmente, na falta de estipulação contratual (n.ºs 1 e 2 do artigo 388.º do CCP).

Faz-se, de seguida, sem pormenorização, uma breve descrição dos trabalhos executados na empreitada do estudo de caso. Como já foi referido, a empreitada teve como objetivo beneficiar e requalificar a estrada nacional EN16, que faz a ligação entre a vila de Celorico da Beira e termina no limite do concelho com a Guarda. Salvaguardaram-se e compatibilizaram-se os interesses públicos e privados, quer os pré-existentes como os eventualmente provocados por esta intervenção.

²⁰ O estaleiro é o local onde se realizam trabalhos, assim como locais onde ocorrem atividades de apoio direto à obra, designadamente o conjunto de terrenos, construções, infraestruturas e respetivo equipamento que serve de apoio à execução da obra.

A necessidade de intervenção deveu-se ao facto de a via de comunicação se encontrar em estado de degradação significativo, constituindo, por tal, causa de insegurança para os utentes. Os trabalhos executados focaram-se essencialmente na requalificação do existente.



Figura 1 - Rotunda que constitui o nó de ligação entre a EN16 e a A25

o de maior dificuldade. Este *nó* foi necessariamente analisado com maior detalhe e pormenorização devido às condicionantes impostas pelas regras a que as autoestradas estão sujeitas, e, em termos de execução, o de maior complexidade. O *nó* com a A25 foi concretizado através da construção de uma rotunda. Esta melhorou significativamente o trânsito naquele local, por haver vários acessos a confluir no troço da EN16 junto da A25.



Figura 3 - Rotunda que constitui o nó de ligação entre a EN16 e a A25



Figura 2 - Rotunda que constitui o nó de ligação entre a EN16 e a A25

As figuras 1, 2 e 3 procuram ilustrar a opção tomada.

A rotunda com duas faixas de rodagem encontra-se no PK-3+030 (conforme legenda do projeto) e encontra-se em harmonia com o existente. Foi executada tendo em conta as disposições normativas do INIR relativamente ao dimensionamento de rotundas.

A partir desta rotunda foi contemplada uma ligação viária a uma “plataforma logística” existente (Infraestrutura de Transportes), servindo a rotunda para distribuir o trânsito naquele local de forma mais rápida, eficaz e segura.

As águas pluviais têm de ser escoadas da via de comunicação com eficácia por motivos de segurança para os utentes. A drenagem superficial, longitudinal e transversal da via tem como finalidade assegurar a recolha e o transporte das águas pluviais que se concentram sobre a plataforma (diretamente ou através da escorrência de taludes laterais), para fora da sua zona de influência.

Executou-se a drenagem de águas pluviais, em toda a extensão da via de comunicação, com particular atenção ao troço integrado nas povoações de Ratoeira e Lajeosa do Mondego. A rede de drenagem de águas pluviais possui troços onde a drenagem se faz para o terreno natural, tendo várias saídas, ao longo de todo o percurso e possui troços com ligação à rede pública existente. Foram cumpridas as prescrições do Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais aprovado pelo Decreto-regulamentar nº 23/95, de 23 de Agosto.

Executaram-se sistemas diferentes de drenagem das águas pluviais: drenagem através de sarjetas, drenagem através de valetas triangulares em betão e drenagem através de caleira com rasgo que permite escoar a água. A primeira solução é a que se desenvolve em grande parte do troço onde a via possui passeios e faixa de ciclovia. Esta passa pela aplicação de sarjetas e caixas de visita em toda a sua extensão.



Figura 4 – Drenagem superficial das águas pluviais fora das localidades

A segunda solução passa pela utilização de um sistema de valeta triangular (figura 4), a qual encaminha as águas para o terreno natural. Num pequeno troço de via foi projetada uma caleira com rasgo ao longo do passeio para escoamento das águas. Existiam ainda troços de drenagem que foram mantidos.

Nas localidades, existe no arruamento de redes de saneamento do tipo separativo constituído

por troços retilíneos de tubos de PP corrugado, da classe 0,8 MPa com junta autoblocante, assentes sobre almofada de terra crivada. Todos os trabalhos foram executados conforme o projeto, que admitiu como parâmetros de cálculo:

- Tempo de concentração da bacia e duração de precipitação: 10 minutos;
- Região pluviométrica C e período de retornos de 5 anos no método de curvas IDF;
- Intensidade de precipitação: 51,16 mm/hora.

No cálculo dos caudais a drenar, o projeto considerou para as intensidades de precipitação as resultantes da adoção das curvas de intensidade com duração e frequência (I-D-F) para a região em estudo (região pluviométrica C), recomendadas no Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais;

Para duração da chuva de cálculo foi considerado o tempo de 5 minutos, admitindo 5 minutos para o tempo de concentração da bacia.

Com a metodologia indicada, fez-se um dimensionamento da secção de cheia adotando para os coletores diâmetros mínimos de 315 mm, sendo a inclinação máxima de 7% e mínima de 0,3%. As velocidades previstas são inferiores a 5 m/s.

Os critérios gerais adotados para a conceção e pré-dimensionamento dos órgãos de drenagem foram:

- Conduzir superficialmente a água a rececionar;
- Colocar pontos de descarga, de forma a limitar a altura da lâmina de água junto à plataforma;
- Evitar inclinações inferiores a 0,5%, no intuito de minimizar os fenómenos de assoreamento e acumulação de águas.

A drenagem da plataforma da faixa de rodagem foi assegurada na generalidade, pelas inclinações transversal e longitudinal da via, com escoamento das águas pluviais para as bermas. Executaram-se coletores para conduzir as águas pluviais recolhidas pelas sarjetas para o seu destino final. Foi também construída uma valeta com secção semicircular entre a plataforma e o terreno natural para a recolha das águas provenientes da plataforma.

Para a realização do sistema de drenagem longitudinal executaram-se coletores longitudinais com diâmetro de 0,315 m e 0,400 m; sarjetas e caixas de visita circulares ao longo de todo o traçado.

As passagens hidráulicas existentes ao longo do traçado, em termos de drenagem transversal, foram mantidas, tendo sido apenas efetuada a sua limpeza.

A requalificação do pavimento da via de comunicação (figuras 5 e 6), ao longo de toda a sua



Figura 5 – Requalificação do pavimento da via de comunicação

extensão, foi executada de formas diferentes em troços diferentes, atendendo às necessidades que cada troço exigia. A pavimentação da EN16, nomeadamente o perfil transversal tipo, no troço de Celorico da Beira ao limite do concelho com a Guarda, foi executado com a colocação de camada de regularização com espessura de 0,08 m; camada de desgaste com espessura de 0,06 m sobre o pavimento existente (após fresagem do pavimento existente mantendo as camadas de base).

Na zona do *nó* com a A25 (rotunda), foram colocadas duas camadas novas de base (de 20cm de *tout-venant* cada uma), tornando-a mais resistente, por essa rotunda, além da ligação com uma autoestrada, efetuar também a ligação da estrada intervencionada com uma estrada de acesso a uma empresa de Infraestruturas de Transportes, com intenso tráfego de veículos pesados, exigindo mais cuidado na resistência do pavimento na faixa de rodagem executada naquela área. Em todo o pavimento foi colocado lancil com 8cm de largura também em betão. Entre os PK 4+297 e o PK 4+879, na localidade de Lajeosa do Mondego, executou-se a pavimentação em cubo de granito de 11cm de aresta e foi elevada a cota do passeio e passadeiras executadas em calcário.



Figura 6 - Requalificação do pavimento da via de comunicação e construção de ciclovia

Os passeios/ciclovias (figura 6) e placas centrais foram executadas em betonilha pigmentada a cor vermelha e lisa e foram rebaixados nas zonas de entrada para prédios privados. Nas placas centrais foi colocado lancil rampeado de betão.

O tratamento da estrada, ao nível da segurança, consistiu também na colocação de guardas de segurança nos locais junto a taludes de aterro superiores a 2,00m de altura, presentes em troços dos dois primeiros quilómetros. Na restante extensão do traçado intervencionado foram colocadas guardas de segurança nas zonas de talude de aterro superior a 1m de altura.

Estes equipamentos foram colocados dentro dos limites da via existente, evitando quaisquer expropriações. As guardas de segurança colocadas são de grande resistência às intempéries com sistema de fixação chumbado ao solo.

A existência de uma correta sinalização nas vias de comunicação é importante para a sua segurança. A sinalização que existia na EN16 apresentava um elevado estado de degradação; no entanto, foram aproveitados alguns dos sinais da sinalização vertical, por uma questão de

economia, como é o caso da sinalização a indicar a existência de passadeiras (figura 7), luminosa (figura 8) e com sistema de *leds*. A



Figura 8 - - Sinalização horizontal

sinalização vertical colocada é constituída por diversos tipos de sinais verticais (luminosos ou não), e a sinalização horizontal é constituída por marcas pintadas no pavimento, contínuas e/ou

descontínuas, executada em material termoplástico refletor branco, de aplicação a quente, com incorporação de esferas de vidro, garantindo-se assim a perfeita visibilidade noturna. Os sinais verticais colocados são de dimensão pequena – sinais de 0,60 m, refletores, para serem facilmente perceptíveis, pelos utentes, em período noturno.



Figura 7 - Sinalização horizontal, vertical e luminosa

Nas zonas de núcleo urbano, os sinais verticais foram colocados a uma altura de 2,20m; já nos troços fora das localidades a altura dessa sinalização foi de 1,50m entre o solo e o bordo inferior do sinal. Também dentro das localidades foi reduzida a velocidade permitida.



Figura 9 – Sinalização temporária

A sinalização temporária (figura 9), colocada no local durante o período em que decorreu a obra, cumpriu o Decreto-regulamentar n.º 22-A/1998 de 1 de Outubro. Foi, durante todo o período de execução da obra, permitida a circulação automóvel, exigindo por tal sinalização adequada para os transeuntes durante aquele período, por falta de percurso alternativo viável.

A execução da empreitada decorreu com normalidade, sem acontecimentos de importância significativa, que implicassem alterações ao projeto e ao próprio Contrato de empreitada.

Além da construção e sustentação da via de comunicação propriamente dita, foi efetuada a requalificação dos espaços envolventes, a preservação e valorização ambiental, sem provocar alterações relevantes na paisagem, contribuindo para a sua valorização, dignificando os espaços pertencentes à mesma.



Figura 10 - Requalificação dos espaços envolventes à via de comunicação



Figura 11 - Requalificação dos espaços envolventes à via de comunicação

3.4. CONCLUSÃO DA OBRA E ENCERRAMENTO DO PROCESSO

➤ RECEÇÃO PROVISÓRIA

Logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte e tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra, o empreiteiro ou o dono da obra podem solicitar a **receção provisória da obra** mediante a realização de uma vistoria (n.º 1 do artigo 394.º do CCP).

A **vistoria** deve ser realizada pelo dono da obra, com a colaboração do empreiteiro, e tem como objetivo “*verificar se todas as obrigações contratuais e legais do empreiteiro estão cumpridas de forma integral e perfeita*” e “*atestar a correta execução do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável*” (n.º 2 do artigo 394.º do CCP).

Se não forem detetadas deficiências, elabora-se o **Auto de Receção Provisória** (Anexo 42), que deve ser assinado pelos intervenientes, designadamente pelo dono da obra e pelo empreiteiro ou, na falta deste, por duas testemunhas presentes ou por outros intervenientes, que declaram que a obra está, no todo ou em parte, em condições de ser recebida, ou não.

Se forem detetadas deficiências imputáveis ao empreiteiro, elabora-se um auto de vistoria, onde as mesmas são identificadas, sendo dado um prazo ao mesmo para as sanar, após o qual é efetuada nova vistoria com vista à receção provisória da empreitada.

A partir da data da assinatura do Auto de Receção Provisória, inicia-se o prazo de garantia da obra, nos termos definidos no artigo 397º do CCP, durante o qual o empreiteiro está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra.

➤ CONTA FINAL

A **Conta Final da Empreitada** (Anexo 43) deve ser elaborada no prazo de 2 (dois) meses após a primeira revisão ordinária de preços subsequente à receção provisória ou no caso de não haver revisão ordinária de preços, o prazo conta-se a partir da data da receção provisória (n.º 1 e n.º 2 do artigo 399.º do CCP). A competência de aprovação da conta final da empreitada é do dono da obra.

Fazem parte da conta final da empreitada os seguintes elementos (artigo 400.º do CCP):

- Uma conta corrente à qual são levados, por verbas globais, os valores de todas as medições e revisões ou acertos decorrentes de reclamações decididas, o prémio por cumprimento antecipado do Contrato e as sanções contratuais aplicadas;
- Um mapa dos trabalhos a mais, dos trabalhos de suprimento de erros e omissões e dos trabalhos a menos, com a indicação dos preços unitários pelos quais se procedeu à sua liquidação;
- Um mapa de todos os trabalhos e valores sobre os quais subsistam reclamações ou reservas do empreiteiro ainda não decididas.

➤ **RECEÇÃO DEFINITIVA**

De acordo com o n.º1 do artigo 398.º do CCP, decorrido o prazo de garantia, será feita nova vistoria em relação à totalidade ou a cada uma das partes da obra, para efeitos de receção definitiva. Se não forem encontradas anomalias, a receção definitiva é formalizada em auto – **Auto de Receção Definitiva**. Este auto ainda não foi elaborado por se encontrar a decorrer o período de garantia da empreitada.

3.5. OBSERVAÇÕES (CICLO DE VIDA DA OBRA PÚBLICA)

Terminada a obra, decorrido o prazo de garantia e efetuada a receção definitiva, fica terminada a execução física da obra. Em princípio deverá estar também concluída a sua execução financeira (cujo tratamento é do âmbito da competência dos Serviços Financeiros).

O Contrato de empreitada do estudo de caso foi objeto de Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas, por ter um valor que obriga tal fiscalização, decorrente da conjugação da Lei de Orçamento de Estado com o CCP. É sobre o Tribunal de Contas e a sua fiscalização prévia no âmbito dos contratos de empreitadas que se foca a secção seguinte.

**4. FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA EMPREITADA
“BENEFICIAÇÃO DA EN16, DESDE CELORICO DA BEIRA ATÉ AO LIMITE COM O
CONCELHO DA GUARDA”**

O processo a remeter ao Tribunal de Contas, para sujeição do Contrato da empreitada, objeto do estudo de caso, a fiscalização prévia, integra os seguintes documentos, de acordo com a Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011, de 16 de agosto:

- Original e fotocópia autenticada do Contrato;
(Alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º e do artigo 8.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Minuta do Contrato aprovada pela entidade competente;
(Alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Original da deliberação autorizadora do ato a fiscalizar.
(Alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

Para além destes documentos, enviam-se também para o Tribunal de Contas, para o efeito acima indicado, relativos à empreitada objeto do estudo de caso, os **elementos instrutórios comuns do Processo**, de acordo com a Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011 de 16 de agosto de 2011, que a seguir se indicam:

- Informações de cabimento e de compromisso, datadas e subscritas pelo responsável pelos serviços de contabilidade com competência para o efeito, prestadas de acordo com o modelo constante do Anexo I;
(N.º 1 e n.º 5 do artigo 9.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Declaração atestando que da celebração do Contrato não resulta o aumento da dívida pública fundada;
(Alínea b) do n.º 4 do artigo 9.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Cópia dos documentos previsionais, na parte em que está inscrita a despesa em causa, bem como das modificações de que foi objeto;
(N.º 1 do artigo 10.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Informação com identificação do valor total dos compromissos assumidos no âmbito do projeto, evidenciando a existência de saldo suficiente para assegurar os encargos decorrentes do documento submetido a fiscalização prévia (Contrato);
(Alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Informação de controlo dos fundos disponíveis, demonstrativa de que o compromisso assumido não ultrapassa os fundos disponíveis;
- Contrato de financiamento e reprogramação já solicitada, para o mesmo ficar adequado à real execução física e financeira constante do contrato de empreitada submetido a fiscalização prévia
(Artigo 12.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto);

- Autorização que precedeu a abertura do procedimento ou declaração de que no projeto de orçamento aplicável está inscrita a verba adequada para suportar a despesa, de acordo com o modelo constante do Anexo II;
(N.ºs 1 e 3 do artigo 13.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Identificação nominal e funcional dos autores dos atos submetidos a fiscalização prévia, assim como a data em que foram proferidos os despachos, deliberações ou declarações que instruem o processo, nomeadamente os relativos à autorização da despesa.
(N.ºs 1 e 2 do artigo 14.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

Para além dos documentos anteriores, enviam-se também para o Tribunal de Contas, para o efeito acima indicado, relativos à empreitada objeto do estudo de caso, os **elementos instrutórios específicos do Processo**, de acordo com a Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011 de 16 de agosto de 2011, que a seguir se indicam:

- Documentos com as deliberações de contratar e de aprovação das peças do procedimento pelo órgão competente para o efeito;
(Alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Documento com a designação e composição dos membros do Júri do procedimento;
(Alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Anúncio de abertura do procedimento publicado no Diário da República e documentos comprovativos do respetivo envio;
(Alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Pedidos de prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas;
(Alínea d) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Documentos que evidenciam as deliberações de prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas, respetivas notificações aos interessados e publicação de avisos;
(Alínea e) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Notificações de retificações de erros e omissões das peças do procedimento, bem como dos esclarecimentos solicitados sobre as citadas peças e notificações das respetivas respostas;
(Alínea f) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Programa do Procedimento e Caderno de Encargos;
(Alínea g) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Pedidos dos interessados de classificação de documentos que instruem as suas propostas para efeitos de restrição de acesso aos mesmos e notificação de respetiva decisão;
(Alínea h) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Listas com a identificação dos erros e das omissões do Caderno de Encargos detetados pelos interessados e notificação da sua apresentação;
(Alínea i) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Documento contendo a deliberação do órgão competente para o efeito sobre a(s) lista(s) de erros e de omissões apresentada(s) e respetiva notificação aos interessados;
(Alínea j) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Proposta completa do adjudicatário instruída nos termos legais;
(Alínea k) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Lista dos concorrentes;
(Alínea l) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Reclamações apresentadas pelos concorrentes, bem como impugnações das deliberações do Júri e decisões que sobre estas tenham sido tomadas;
(Alínea m) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Pedidos de esclarecimentos sobre as propostas, formulados pelo Júri, respostas apresentadas e notificação desse facto a todos os concorrentes;
(Alínea n) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Atas de negociações e versões finais integrais das propostas, bem como notificações para a sua apresentação;
(Alínea o) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Relatório(s) Preliminar(es) elaborado(s) pelo Júri, sua comunicação para efeitos de audiência prévia e pronúncias apresentadas;
(Alínea p) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Relatório(s) Final(ais) elaborado(s) pelo Júri e documento com a deliberação de adjudicação tomada pela entidade com a competência para o efeito;
(Alínea q) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Notificações da deliberação de adjudicação a todos os concorrentes;
(Alínea r) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Petições de impugnações administrativas apresentadas pelos concorrentes contra a deliberação de adjudicação, sua notificação aos restantes concorrentes para efeitos

de audiência prévia, pronúncias apresentadas e deliberações da entidade adjudicante que tenham incidido sobre aquelas impugnações;

(Alínea s) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Cópia da Certidão do Registo Comercial do adjudicatário, acompanhada dos documentos de habilitação apresentados, bem como das notificações aos restantes concorrentes da apresentação desses documentos;

(Alínea t) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Prestação da caução nos termos fixados nos documentos do procedimento;

(Alínea u) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Documento com deliberação de aprovação da minuta do Contrato e, quando haja ajustamentos ao seu conteúdo aceites pelo adjudicatário, a notificação daqueles a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas do procedimento;

(Alínea v) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Pareceres de outros organismos, quando legalmente exigidos;

(Alínea w) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Petições de impugnações judiciais de atos administrativos ou equiparados praticados no decurso do procedimento, de peças neste patenteadas ou do Contrato celebrado;

(Alínea x) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Aviso de publicitação da adjudicação no portal da internet e anúncio da celebração do Contrato no JOUE, quando exigidos;

(Alínea y) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Avisos (ou registos) de emissão e receção de atos e declarações produzidas no procedimento notificadas ou comunicadas por meios de transmissão eletrónica de dados;

(Alínea z) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Documentos que se revelem necessários à demonstração de que foram cumpridos os requisitos estabelecidos na lei;

(Alínea aa) do n.º 1 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Documento evidenciando a revisão do projeto de execução por entidade distinta do seu autor quando a obra a executar assumia complexidade relevante ou sejam utilizados métodos, técnicas ou materiais de construção inovadores;

(Alínea a) do n.º 2 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

- Lista dos elementos que acompanham o projeto de execução nos termos do artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e, se for o caso, da fundamentação para a desnecessidade de algum(ns) desses elementos;
(Alínea b) do n.º 2 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Declaração que ateste que os elementos da solução da obra referidos na alínea b) do n.º 2 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011 a definem e enquadram nos termos previstos na citada disposição legal, subscrita pela entidade competente para a decisão de contratar;
(Alínea c) do n.º 2 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Declaração de que o projeto de execução cumpre todas as disposições legais e técnicas sobre a construção antissísmica, acompanhada dos termos de responsabilidade subscritos pelo(s) autor(es) de tal projeto, nos termos da lei aplicável e relativos à sua conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, subscrita pela entidade competente para a decisão de contratar;
(Alínea d) do n.º 2 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Declaração de que se encontram constituídas as servidões administrativas sobre prédios de terceiros necessárias à realização de trabalhos preparatórios ou acessórios da obra e, consoante o caso, de que a entidade adjudicante se encontra na posse administrativa da totalidade dos prédios a expropriar ou dos necessários ao início da execução da obra, nos termos previstos no plano de trabalhos, subscrita pela entidade competente para a decisão de contratar;
(Alínea e) do n.º 2 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)
- Auto de Consignação dos locais de execução dos trabalhos.
(Alínea f) do n.º 2 do artigo 17.º da RTC n.º 14/2011, de 16 de Agosto)

Toda a documentação elencada não é mais do que a documentação relativa ao procedimento de Contratação Pública efetuado ao abrigo do CCP, que deu origem à formação e celebração do Contrato de empreitada.

Efetuada a remessa do processo para verificação do Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, considera-se visado ou declarado conforme o Contrato, se não tiver havido decisão de recusa de visto no prazo de 30 dias após a data do seu registo de entrada.

É feita uma verificação preliminar do processo de Visto no prazo de 15 dias a contar da data do registo de entrada no Tribunal de Contas, podendo o mesmo ser devolvido à Câmara Municipal para qualquer diligência instrutória.

O processo relativo ao estudo de caso foi remetido ao Tribunal de Contas em 2013/08/13, tendo este comunicado à autarquia que o mesmo havia sido rececionado e lhe tinha sido atribuído o número de Processo 1248/2013.

Foram solicitados à autarquia esclarecimentos, que foram prestados; posteriormente foi rececionada notificação do Tribunal de Contas (Anexo 44), a informar que o processo tinha sido visado, sendo enviado, em anexo a essa notificação, o original do Contrato de empreitada com o respetivo Visto do Tribunal de Contas (Anexo 45)

4.1. TRIBUNAL DE CONTAS E FISCALIZAÇÃO PRÉVIA

O Tribunal de Contas é uma entidade superior de controlo externo independente, que contribui para a legalidade e regularidade financeira e promove a melhoria da gestão financeira. Constitui um marco importante na vida pública portuguesa, pelo contributo que dá para a transparência na administração das Finanças Públicas. As suas ações visam, não só, garantir a legalidade e correção financeira como contribuir para o aperfeiçoamento da legislação.

O Tribunal de Contas concorre para o reforço dos laços de confiança entre o Estado e o cidadão, pelo exercício do seu dever de controlo externo e independente das Finanças Públicas portuguesas, operacionalizado através do desempenho das funções de fiscalização prévia, concomitante e sucessiva e subsequente efetivação de responsabilidades financeiras.

A função de fiscalização prévia, uma das referidas no parágrafo anterior, pode ser observada nos termos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC – Lei nº 98/97, de 26 de agosto, com a redação dada pelas sucessivas alterações), onde o **controlo prévio** aprecia a legalidade financeira dos atos, contratos e outros instrumentos geradores de despesa ou representativos de responsabilidades financeiras, antes de os mesmos produzirem efeitos ou de os respetivos pagamentos serem efetuados.

No caso das Câmaras Municipais, todos os contratos celebrados com valor superior a 350.000 euros estão sujeitos a este tipo de controlo (necessitam do **Visto** do Tribunal de Contas). O valor é definido na Lei do Orçamento de Estado (LOE).

O objetivo do **Visto** é verificar se os atos e contratos não apresentam desconformidades legais a que corresponda nulidade, violação de norma financeira ou ilegalidade de que resulte alteração do resultado financeiro, sendo dado especial enfoque à verificação da existência de recursos orçamentais e disponibilidades suficientes para cumprir os compromissos assumidos.

No que diz respeito a ilegalidades detetadas pelo Tribunal de Contas, no âmbito deste tipo de controlo (fiscalização prévia), as mesmas relacionam-se com o incumprimento do Código dos Contratos Públicos (CCP), ou, com situações mais complexas relativas a violações graves dos princípios aplicáveis, designadamente pela falta de procedimentos concorrenciais e a ilegalidades com forte impacto no resultado financeiro. O Tribunal de Contas deteta também violações de regras de natureza financeira, algumas geradoras de nulidade. Pela “novidade” e respetivo impacto, evidenciam-se também as violações do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local, algumas delas também geradoras de nulidade.

Pela importância do Tribunal de Contas nos processos de Contratos Públicos, decidiu-se fazer uma breve referência à Missão e Visão do Tribunal de Contas.

4.2. OBSERVAÇÕES (TRIBUNAL DE CONTAS)

A **Missão** do Tribunal de Contas é fiscalizar a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, julgar as contas que a lei mandar submeter, dar parecer sobre a Conta Geral do Estado e sobre as Contas das Regiões Autónomas, apreciar a gestão financeira pública, efetivar as responsabilidades financeiras e exercer as demais competências que lhe forem atribuídas pela lei.

A **Visão** do Tribunal de Contas é promover a verdade, a qualidade e a responsabilidade nas Finanças Públicas.

O Tribunal de Contas, tal como as entidades superiores de controlo externo independente de outros países, está vinculado aos princípios da integridade, imparcialidade, objetividade e transparência, que constituem os fundamentos da sua autoridade e da confiança que os cidadãos nele depositam. Estes valores têm como objetivo a promoção da verdade, da qualidade e da responsabilidade nas Finanças Públicas.

As competências do Tribunal de Contas são exercidas, em termos genéricos, através de controlo prévio, controlo sucessivo e a efetivação de responsabilidades financeiras, e ainda através da fiscalização concomitante, que incide sobre a atividade desenvolvida antes de concluída a respetiva gerência e, em especial, sobre despesas resultantes de atos e contratos que não estejam sujeitos a fiscalização prévia.

O Tribunal de Contas tem competências de fiscalização e controlo sobre todos os serviços e entidades públicas administrativas e empresariais, ao nível central, regional e local, e também

sobre as empresas e outras entidades privadas concessionárias de serviços e obras públicas ou que recebam “dinheiros” públicos, incluindo as suas verbas provenientes da União Europeia.

Para além das suas competências de controlo financeiro, prévio, concomitante e sucessivo, o Tribunal de Contas detém poderes jurisdicionais de efetivação de responsabilidades financeiras, através do julgamento dos responsáveis a quem sejam imputados atos ou omissões, com desrespeito pelos princípios e regras determinados pelo quadro legal em que se desenvolve a sua ação, isto é, infrações financeiras.

O Tribunal de Contas pode ainda sancionar ações e omissões dos responsáveis que embora não violem qualquer norma financeira, impedem ou dificultam a ação de controlo da legalidade financeira (artigo 66º da LOPTC).

O Tribunal de Contas desenvolve um conjunto de ações de cooperação com instituições congéneres de outros países, quer no quadro de relações bilaterais quer no âmbito de organizações internacionais de instituições superiores de controlo.

No âmbito da União Europeia, o Tribunal de Contas é o **interlocutor nacional do Tribunal de Contas Europeu**. Nesta qualidade realiza o controlo da utilização dos vários fundos comunitários.

5. ENQUADRAMENTO LEGAL DO ESTUDO DE CASO: O CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP)

5.1. O CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS – BREVE APRESENTAÇÃO

Aquando da apresentação do estudo de caso relativo à Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira até ao limite do concelho com a Guarda) foi-se acompanhando as fases do processo da empreitada com referência às disposições estatutárias constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

O CCP transpõe as Diretivas Comunitárias²¹ e faz ainda a regulação de todos os procedimentos não abrangidos pelos âmbitos objetivo e subjetivo dessas Diretivas, mas que, ainda assim, revestem a natureza de procedimentos pré-contratuais públicos. Determina também uma linha de continuidade relativamente aos principais regimes jurídicos à data em vigor à sua publicação (Decreto-lei nº 59/99, de 2 de março, Decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho e Decreto-lei n.º

²¹ Diretivas n.ºs 2004/17/CE e 2004/18/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março, alteradas pela Diretiva nº 2005/51/CE, da Comissão, de 7 de setembro, e retificadas pela Diretiva nº 2005/75/CE do Parlamento Europeu e da Comissão, de 16 de novembro.

223/2001, de 9 de agosto), de forma a garantir a segurança e estabilidade jurídica aos operadores económicos.

Sumariando o CCP fez:

- A transposição das Diretivas Comunitárias relativas à Contratação Pública;
- A introdução de novas figuras jurídicas procedimentais;
- A alteração do paradigma da Contratação Pública, quer nos conceitos quer nos valores;
- A utilização de novas tecnologias de informação e comunicação;
- A redução de prazos e custos relativos aos processos;
- Aumento da transparência e controlo dos processos;
- A simplificação procedimental;
- A promoção da transparência dos procedimentos;
- O aumento da imparcialidade das decisões de adjudicação, bem como da transparência deste ato;
- O favorecimento da concorrência.

Para além da regulação de todos os procedimentos contratuais e pré-contratuais públicos e da garantia de continuidade normativa, o CCP prossegue também o objetivo de introduzir um maior rigor e celeridade em matéria de Contratação Pública e de execução de contratos administrativos, tendo em conta a relevância da atividade administrativa contratualizada e a indispensabilidade do controlo da despesa pública (enquanto instrumento que reúne toda a disciplina aplicável à Contratação Pública, uniformizando regras dispersas, regulamentação de vazios jurídicos, de simplificação procedimental e de modernização legislativa).

Para essa concretização, o CCP reúne normas comuns aos procedimentos pré-contratuais elaborados para a formação do Contrato e “moderniza” a Contratação Pública, trazendo inovações e alterações, a saber:

- Inclusão da contratação dos setores especiais (água, energia, transportes e serviços postais);
- Reuniu as regras aplicáveis à formação de todos os Contratos públicos;
- Alargou o âmbito de aplicação das regras da Contratação Pública;
- Alargou a amplitude das entidades adjudicantes, tendo considerado o setor público tradicional e o setor empresarial;

- Desmaterialização processual, tendo os procedimentos pré-contratuais passado a ser efetuados em plataformas eletrónicas utilizadas pelas entidades adjudicantes, a consulta *online* da documentação nas várias fases dos procedimentos, utilização de leilões eletrónicos (não aplicáveis a empreitadas), etc.;
- Simplificação procedimental, através da redução do número de procedimentos pré-contratuais previstos na lei, bem como uniformização das regras desses procedimentos;
- Responsabilização das entidades adjudicantes, através da divulgação obrigatória, do modelo de avaliação das propostas no momento da abertura do procedimento; através da imposição do dever de adjudicação; indemnização dos concorrentes em caso de não adjudicação, etc.;
- Redução dos prazos procedimentais.

Como comprova o parágrafo anterior, o CCP prevê objetivos ambiciosos, como a desmaterialização dos procedimentos de adjudicação, a redução de custos e o ganho da eficiência através da aposta nas tecnologias de informação, e através destas, garantir a transparência na atividade da Contratação Pública. Relativamente ao “*suporte eletrónico da Contratação*”, ou enquadramento da Contratação Pública Eletrónica, o CCP acabou por impor às entidades adjudicantes a obrigatoriedade de promover os procedimentos de Contratação Pública em plataformas eletrónicas²², a partir de 31 de outubro de 2009 (através da publicação do Decreto-lei nº 223/2009, de 11 de setembro).

Para apoiar o enquadramento legal do estudo de caso que se seguirá optou-se por apresentar na tabela que se segue a estrutura do CCP.

²² As plataformas asseguram a interligação com o Portal do diário da República, com o Jornal Oficial da União europeia e quando estejam em causa contratos de empreitadas de obras públicas e concessão de obras públicas, com o Portal do Instituto da Conservação e do Imobiliário (artigo 8º, alínea b) da Portaria nº 701-G/2008, de 29 de julho).

PARTE I - ÂMBITO DE APLICAÇÃO
Esta parte do CCP, intitulada «Âmbito de aplicação», é constituída por 15 artigos (1.º a 15.º) e estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime dos contratos públicos.
PARTE II - CONTRATAÇÃO PÚBLICA
Parte referente à contratação pública propriamente dita, desde o lançamento do concurso até à seleção do adjudicatário, em que se considera "(...) especialmente aplicáveis os princípios da transparência, da igualdade e da concorrência", e compreende os artigos 16.º a 277.º.
PARTE III - REGIME SUBSTANTIVO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
Esta parte refere-se à realização e acompanhamento dos contratos, abrangendo os artigos 278.º a 454.º.
PARTE IV - REGIME CONTRA-ORDENACIONAL
Esta parte não se aplica às prestações típicas do contrato de empreitada de obras públicas (pelo que não será contemplada no presente estudo). Abrange os artigos 455.º a 464.º.
PARTE V - DISPOSIÇÕES FINAIS
Esta parte refere-se às disposições finais do CCP e aos Anexos e compreende os artigos 465.º a 473.º.

Tabela 9- Estrutura do CCP

5.2. A ENTIDADE ADJUDICANTE E O OBJETO DO CONTRATO NOS TERMOS DO CCP

No estudo de caso, a autarquia de Celorico da Beira é identificada como entidade adjudicante, o que decorre do n.º 1 artigo 2º do CCP, onde o conceito de *entidade adjudicante*, é atribuído ao Estado, Regiões Autónomas, Autarquias Locais, Institutos Públicos e Associações Públicas. Estas pessoas coletivas de direito público (através dos seus órgãos e serviços) são responsáveis pela realização de despesa pública e, por isso, vinculadas pela lei e princípios gerais da atividade da Administração Pública a aplicar os procedimentos contratuais.

O que pode ser ilustrado assim:

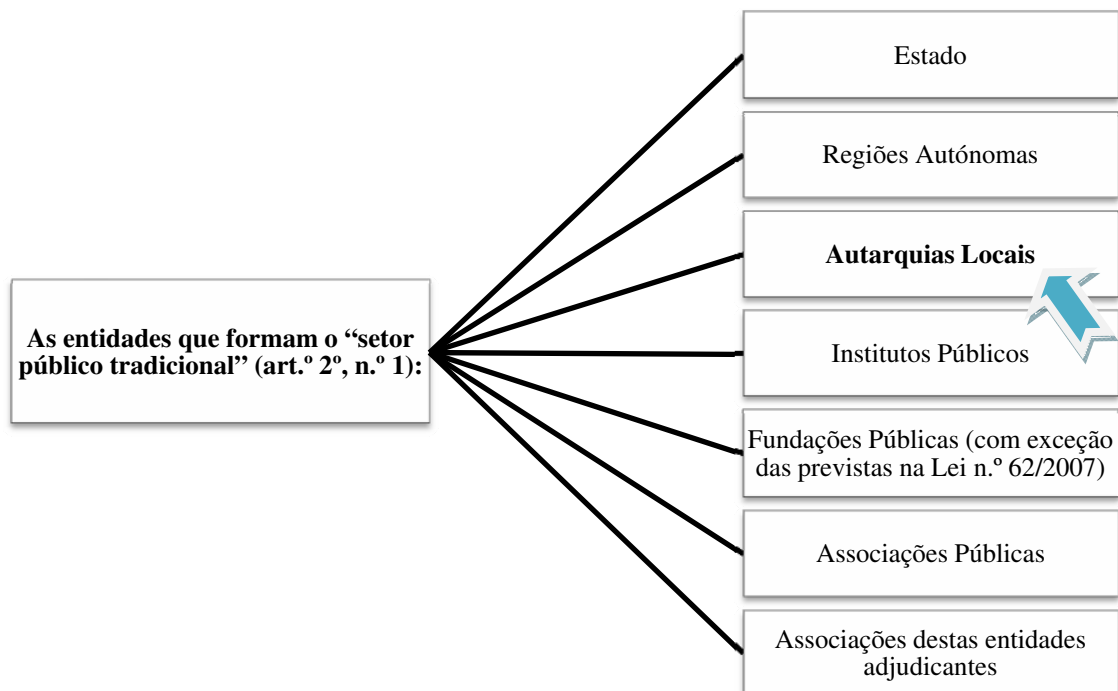


Tabela 10 - Entidades Adjudicantes nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do CCP

Ainda que o legislador expanda o conceito de entidade adjudicante de acordo com a redação constante das alíneas a), b), c) e d) do nº2 do artigo 2º:

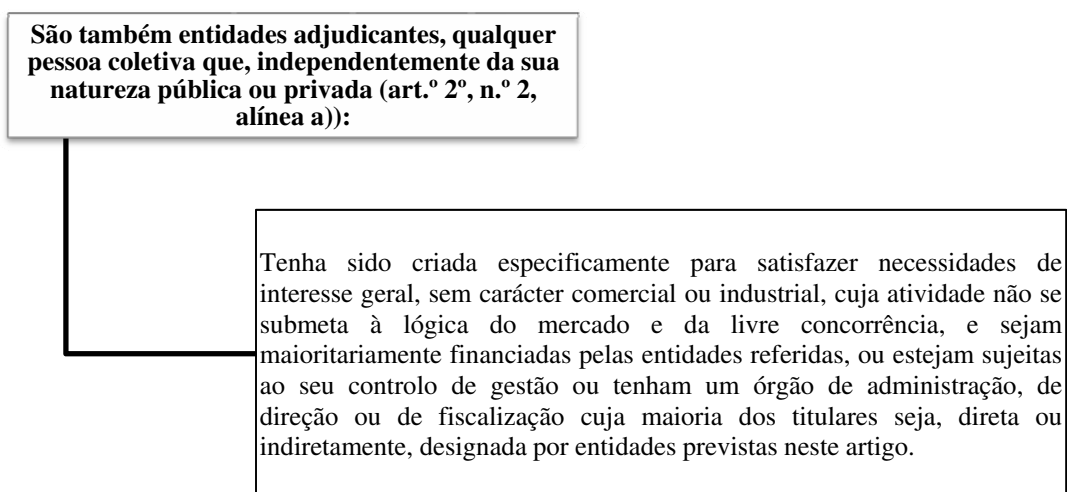


Tabela 11 - Entidades Adjudicantes nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º do CCP

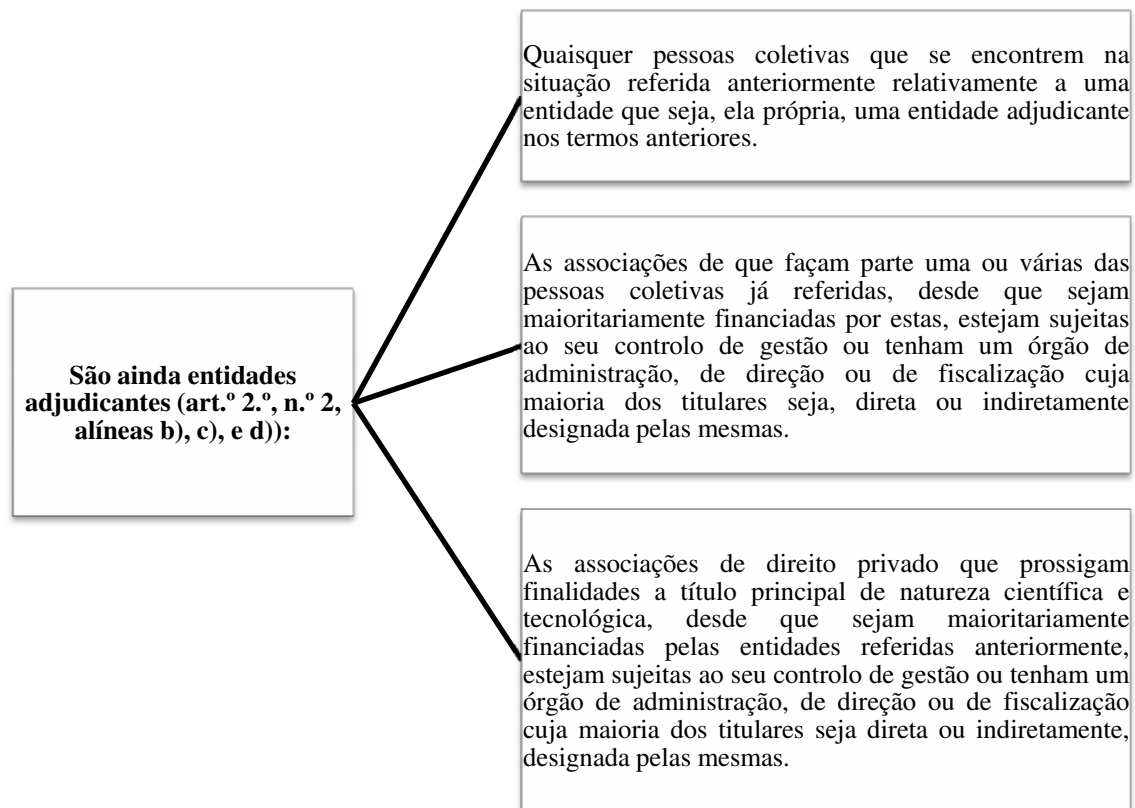


Tabela 12- Entidades Adjudicantes nos termos das alíneas b), c) e d) do n.º 2 do artigo 2.º do CCP

Importa referir que, no âmbito subjetivo do CCP, o Município de Celorico da Beira passa a designar-se contraente público após a celebração do Contrato. Ou seja, a denominação “entidade adjudicante” apenas é válida para a fase da formação dos contratos; uma vez celebrado o Contrato, as entidades adjudicantes passam a designar-se “*contraentes públicos*”.

Também, veio identificada como *Empreitada de Obras Públicas* a Beneficiação da Estrada Nacional EN16, que faz a ligação entre a vila de Celorico e o limite do concelho com a Guarda, e isso resulta da aplicação conjunta do n.º 2 do artigo 1º do CCP, que consagra a abrangência de aplicação do Código, considerando que *contratos públicos* são todas e quaisquer relações jurídicas bilaterais, *em que uma das partes seja uma entidade adjudicante*, e do n.º 2 do artigo 16º, PARTE II – Contratação Pública, que se aplica à formação de contratos cujo objeto abranja prestações que, em razão da sua natureza ou das suas características, bem como da posição relativa das partes no Contrato ou do contexto da sua própria formação, estão ou sejam suscetíveis de estar submetidos à concorrência de mercado.

Passível de vir sistematizado assim:

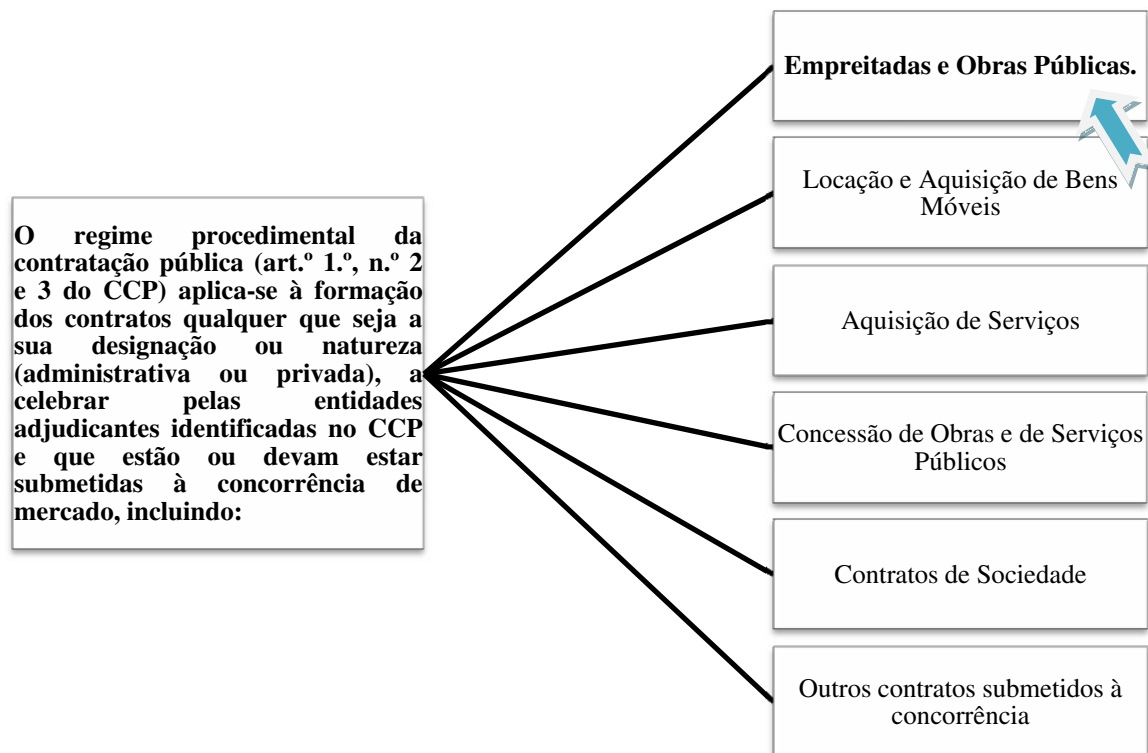


Tabela 13 - Aplicação do Regime Procedimental previsto no CCP

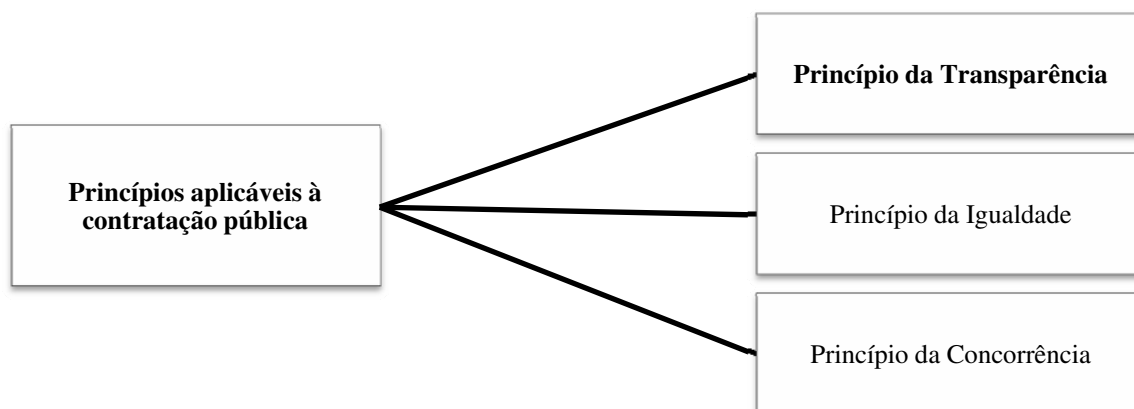


Tabela 14 – Princípios aplicáveis à Contratação Pública

Na Parte II, o CCP regula o regime de Contratação Pública, aplicando-se à formação dos contratos públicos, entendendo-se como tal os que, independentemente da sua designação e natureza, sejam celebrados pelas entidades adjudicantes na aceção do Código.

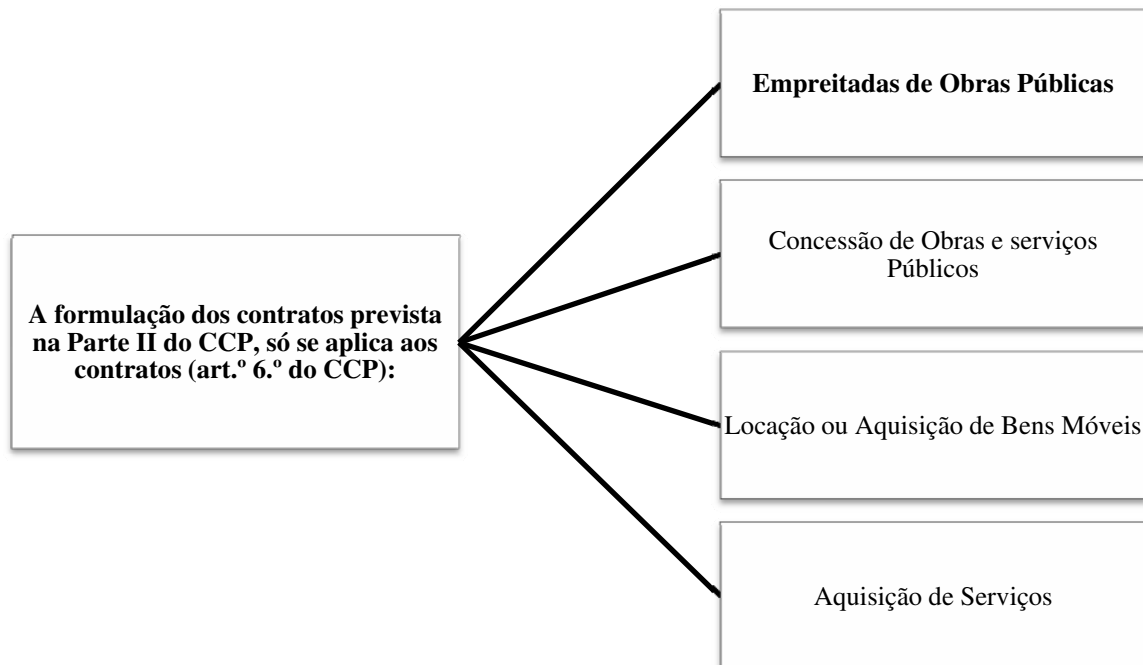


Tabela 15 – Tipologia de Contratos no âmbito do CCP

5.3. O PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL AO ABRIGO DO CCP

No estudo de caso apresentado foi identificado como modelo de contratação o Concurso Público, decisão consubstanciada quer na nomenclatura de procedimentos proposta ao abrigo do CCP, quer nos critérios subjacentes à escolha do tipo de procedimento, ao abrigo do mesmo normativo, a saber:

5.3.1. TIPOS DE PROCEDIMENTOS

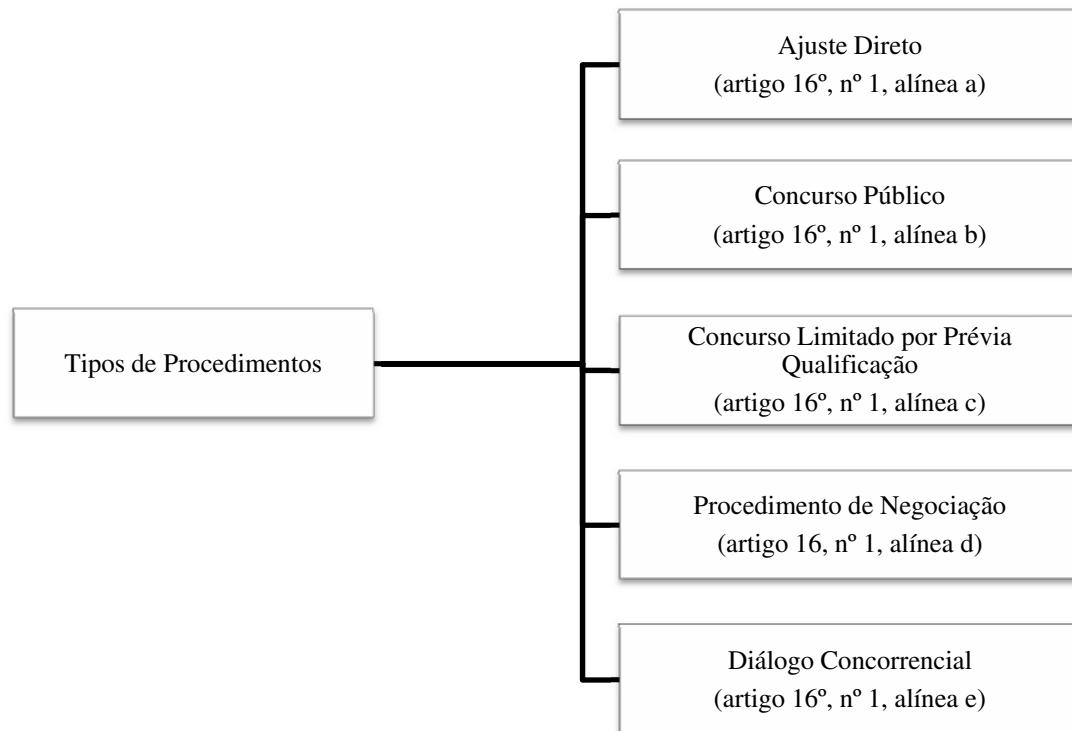


Tabela 16 – Tipos de Procedimentos

De uma forma breve optou-se por sumariar cada um dos tipos de procedimento. A ordem de apresentação é a constante da tabela, à exceção do Concurso Público que passa a ser o último, facto que decorre de ser esse o procedimento subjacente ao estudo de caso apresentado. Assim:

➤ AJUSTE DIRETO

Nos termos da lei (artigo 112.º do CCP), **Ajuste Direto** é “*o procedimento em que a entidade adjudicante convida diretamente uma ou várias entidades à sua escolha a apresentar proposta*” (Anexo 46). Os Ajustes Diretos podem ser efetuados com convite apenas a uma entidade ou a mais entidades.

Mesmo nos casos em que é possível convidar apenas uma entidade, a concorrência fica assegurada pelo facto de o n.º 2 do artigo 113.º do CCP impor limites na escolha dessas entidades, ao estabelecer que “*não podem ser convidadas a apresentar proposta entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado, no ano económico em curso, ou nos dois anos económicos anteriores, na sequência de ajuste direto (...) propostas para a celebração de*

contratos cujo objeto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar (...)”.

No que ao Ajuste Direto se refere, o CCP tem a preocupação de assegurar transparência, através quer da limitação estabelecida relativa ao número de contratos por Ajuste Direto que as entidades adjudicantes podem celebrar com uma determinada entidade (em cada três anos económicos só pode celebrar com a mesma empresa contratos cujo somatório dos valores seja igual ou inferior ao limiar do Ajuste Direto – n.º 2 do artigo 113, do CCP). Isto é, no Ajuste Direto não podem ser convidadas a apresentar proposta empresas com as quais a mesma entidade adjudicante já tenha celebrado, nesse ano económico ou nos dois anos económicos anteriores, contratos cujo objeto abranja prestações do mesmo tipo, e cujo preço contratual seja igual ou superior ao do Ajuste Direto (150.000 euros ou 1.000.000 euros nas empreitadas de obras públicas, consoante a entidade adjudicante; 75.000 euros ou 207.000 euros nas aquisições de bens e serviços, consoante a entidade adjudicante), através da obrigatoriedade de publicitação de quaisquer contratos celebrados na sequência de Ajuste Direto pela entidade adjudicante, no portal www.base.gov.pt, estabelecendo que esta publicação, além de obrigatória, é condição de eficácia do Contrato (artigo 127.º do CCP), ou seja, sem esta publicação, o contrato não tem qualquer validade, não podendo a entidade adjudicante efetuar quaisquer pagamentos.

Importa saber que existe ainda o **Ajuste Direto Simplificado**, que não está sujeito às regras atrás referenciadas; pode ser utilizado apenas para locação e aquisição de serviços cujo valor não exceda 5.000 euros, cujas regras estão previstas no artigo 128º do CCP. Não pode ser aplicado a empreitadas de obras públicas.

➤ CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO

O **Concurso Limitado por Prévia Qualificação** (Anexo 47) é o procedimento utilizado, em geral, em obras de grandes dimensões. Aplica-se para qualquer valor estimado do Contrato e rege-se, com as necessárias adaptações, pelas disposições que regulam o Concurso Público (artigo 162.º a 192.º do CCP).

Este procedimento integra as seguintes fases:

- Apresentação das candidaturas e qualificação dos candidatos;
- Apresentação e análise das propostas e adjudicação.

Também neste tipo de procedimento, só podem ser celebrados contratos de valor inferior ao dos limiares comunitários (5.186.000 euros nas empreitadas de obras públicas; 134.000 euros nas aquisições de bens e serviços, se for o Estado; 207.000 euros nas aquisições de bens e serviços, se for alguma das outras entidades adjudicantes), exceto se o anúncio do concurso também for publicado no Jornal Oficial da União Europeia, caso em que os contratos podem ser de qualquer valor.

No Concurso Limitado por Prévia Qualificação, apenas os candidatos selecionados pela entidade adjudicante, na fase de candidaturas, podem apresentar propostas.

Sucintamente, é feita uma avaliação prévia dos candidatos, e só posteriormente são selecionados os que reúnem condições para apresentarem proposta.

➤ **PROCEDIMENTO DE NEGOCIAÇÃO**

O **Procedimento de Negociação** (Anexo 48) rege-se, com as necessárias adaptações, pelas disposições que regulam o Concurso por Prévia Qualificação (artigo 193.º a 203.º do CCP).

O CCP apenas admite o recurso ao Procedimento de Negociação nos casos limitados em que as diretivas comunitárias o permitem (artigo 29.º do CCP).

➤ **DIÁLOGO CONCORRENCIAL**

O **Diálogo Concorrencial** (Anexo 49), procedimento introduzido pelo direito comunitário, apenas pode ser usado para a formação de contratos particularmente complexos, em que a entidade adjudicante necessita de estabelecer um diálogo com os potenciais interessados para conseguir elaborar o próprio caderno de encargos (artigo 104.º a 218.º do CCP).

O CCP considera particularmente complexos os contratos relativamente aos quais seja objetivamente impossível:

- definir a solução técnica adequada;
- definir os meios técnicos aptos a concretizar a solução;
- definir a estrutura jurídica ou financeira inerente ao contrato a celebrar.

Apesar de apresentados os diversos tipos de procedimentos constantes no CCP, no âmbito das competências da Administração Pública Local, os mais utilizados são o Ajuste Direto e o Concurso Público.

➤ CONCURSO PÚBLICO

O CCP prevê as seguintes modalidades de Concurso Público:

- **Concurso Público “normal”** (artigo 130.º e seguintes); e
- **Concurso Público urgente** (artigo 155.º a 161.º).

O Concurso Público “normal” pode ainda, apenas no caso de contratos de locação ou aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços, ter (ou não) leilão eletrónico. Esta premissa não se aplica a contratos de empreitadas. No caso de empreitadas, o Concurso Público está sujeito a regras bem definidas.

O **Concurso Público** (Anexo 50) é um procedimento em que qualquer empresa/interessado, que reúna os requisitos exigidos no Programa de Procedimento, pode apresentar proposta (artigo 130.º a 161.º do CCP).

O anúncio do Concurso Público é publicitado no Diário da República (DRE) e posteriormente divulgado através de publicação na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública.

As peças do Concurso Público (Caderno de Encargos e Programa de Procedimento) são obtidas pelos interessados através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública, encontrando-se disponíveis desde o dia da publicação do Anúncio no Diário da República até ao termo do prazo fixado para apresentação de propostas (artigo 133.º do CCP).

No Concurso Público desapareceu o “ato público” de abertura de propostas (tendo constituído esta uma das principais inovações deste diploma), consequência da desmaterialização dos procedimentos; a abertura de propostas é agora realizada através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública que a entidade adjudicante utiliza. Outra inovação significativa é o facto de só o adjudicatário ter a obrigação de apresentar os documentos de habilitação. Antes deste diploma entrar em vigor, todos os concorrentes estavam obrigados a apresentar os documentos de habilitação, havendo desta forma uma redução de quantidade de papel utilizado e de celeridade na apreciação efetuada pelo Júri.

A escolha deste tipo de procedimento permite a celebração de contratos de valor inferior ao dos limiares comunitários (5.186.000 euros nas empreitadas de obras públicas; 134.000 euros nas aquisições de bens e serviços, se for o Estado; 207.000 euros nas aquisições de bens e serviços, se for alguma das outras entidades adjudicantes), exceto se o Anúncio do concurso também for

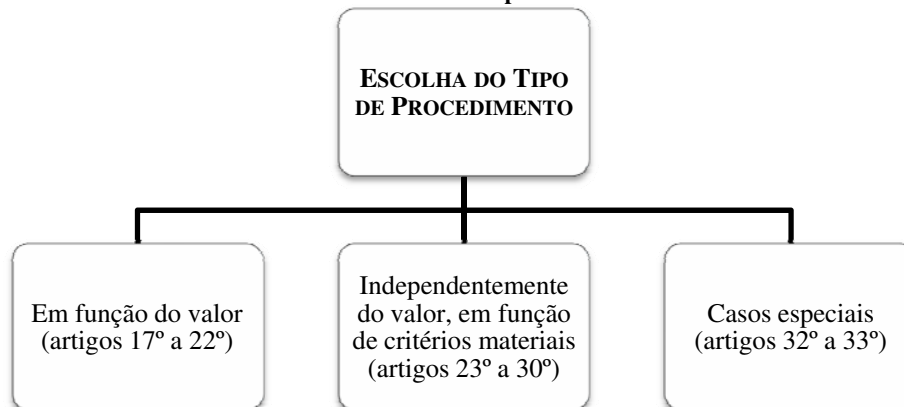
publicado no Jornal Oficial da União Europeia, caso em que os contratos podem ser de qualquer valor.

A título informativo, nos casos de contratos de locação ou aquisição de bens móveis ou de serviços, a entidade adjudicante pode recorrer a um leilão eletrónico propiciando que os concorrentes apresentem propostas mais vantajosas para a entidade adjudicante, no decurso do leilão. Uma observação interessante é o facto de no caso de leilões eletrónicos, a entidade adjudicante não poder divulgar a identidade dos concorrentes que nele participam, por forma a evitar qualquer possibilidade de conluio entre os mesmos.

5.3.2. CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO TIPO DE PROCEDIMENTO

No que diz respeito à escolha do procedimento pré-contratual, o CCP fixa dois tipos de critérios (nos termos dos artigos 17º a 30º), um que atende ao valor do Contrato e outro que atende a critérios materiais. A escolha do procedimento pode ainda ser determinada em função de casos especiais (nos termos dos artigos 32º e 33º).

Tabela 17 - Escolha do Tipo de Procedimento



O valor do contrato a celebrar passou a ser a regra de escolha do procedimento. O **Valor do Contrato** é o valor máximo do benefício económico, que, em função do procedimento adotado, pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o objeto contratual.

O CCP faz também uma revisão dos limites relativos ao valor do Contrato em função do procedimento pré-contratual adotado, tendo aumentado esse valor.

Importa ainda referir que a escolha do tipo de procedimento condiciona o valor do Contrato a celebrar; este não pode ultrapassar os limites definidos para cada tipo de procedimento (fixados

no artigo 17.º e seguintes). Quanto maior for a “despesa pública” do Contrato, maiores são as exigências impostas pelo princípio da concorrência, e por isso, mais complexo deverá ser o procedimento pré-contratual adotado.

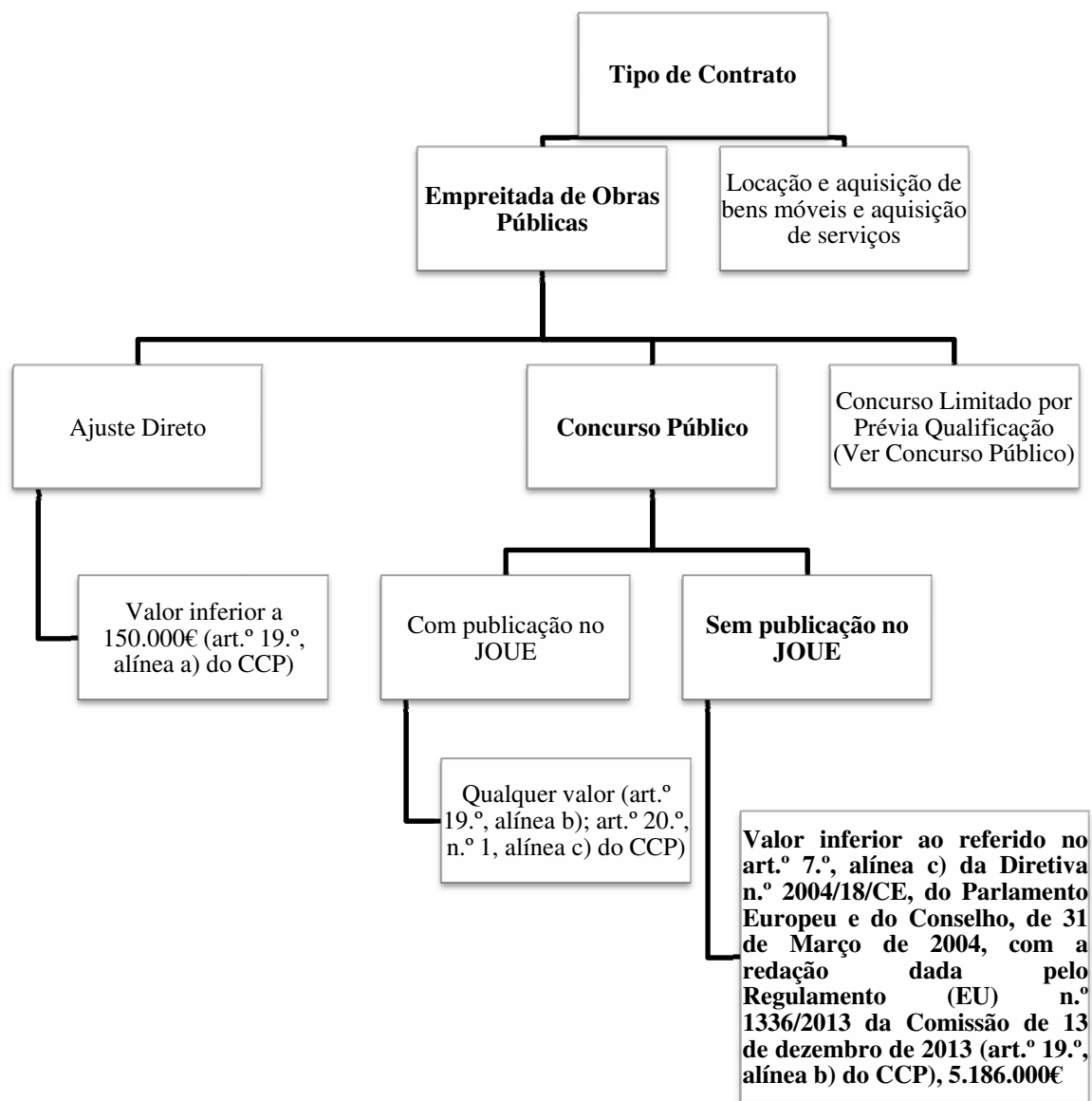


Tabela 18 - Escolha do Tipo de Procedimento em função do Valor do Contrato, no caso de Empreitadas de Obras Públicas

Os critérios materiais permitem a celebração de Contratos através de certos procedimentos independentemente do valor do Contrato a celebrar.

Relativamente à escolha dos procedimentos em função de critérios materiais, esta está condicionada pelas Diretivas Comunitárias. Foram criadas regras especiais para a escolha do procedimento em função do tipo de Contrato a celebrar ou da respetiva entidade adjudicante (Anexo 51).

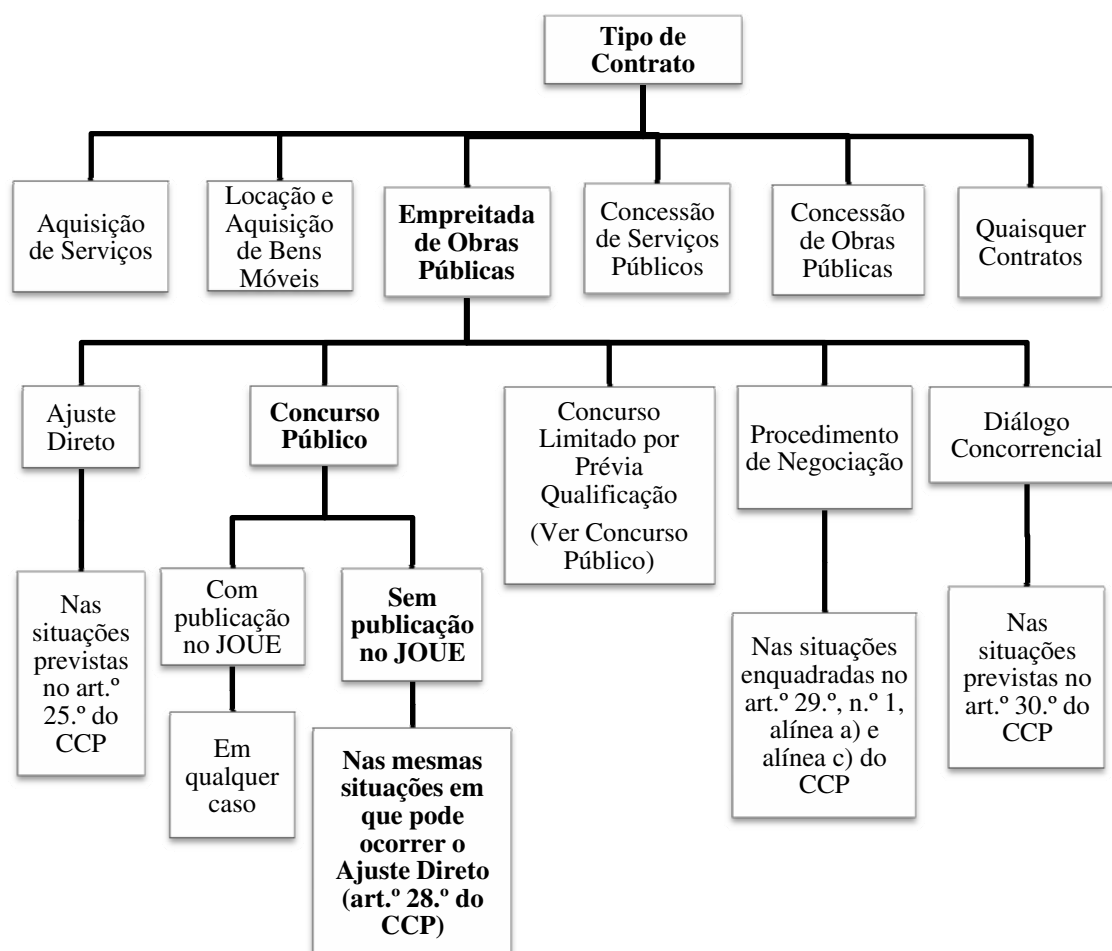


Tabela 19 – Escolha do Tipo de Procedimento em função dos Critérios Materiais

5.4. A TRAMITAÇÃO PROCESSUAL DO CONCURSO PÚBLICO AO ABRIGO DO CCP

O início dos trâmites legais no caso em estudo, apresentado no ponto 3 deste capítulo para que resultasse num equipamento ou infraestrutura ao serviço da comunidade, conforme competência

e objetivos da Administração Pública Local, no final da formação do contrato e execução da obra, seguiu todas as regras relativas à tramitação processual prevista no CCP. Importa referir que existe naturalmente a adequação dessas regras para cada tipo de procedimento, apesar de as regras serem comuns na tramitação processual dos procedimentos pré-contratuais.

Recorrendo ao CCP optou-se por elencar as regras comuns na tramitação processual dos procedimentos pré-contratuais, as quais passam por:

- Anúncio (artigos 34.º e 35.º do CCP):
O Anúncio é publicado na Internet (Site da Câmara Municipal) e no Diário da República Eletrónico (DRE).
- Início do procedimento (artigos 36.º a 39.º do CCP):
 - Decisão de contratar e autorização da despesa (artigo 36.º do CCP);
 - Escolha fundamentada do tipo de procedimento (artigo 38.º do CCP).
- Peças do Procedimento (artigo 40.º):
As peças do procedimento são obtidas pelos interessados, digitalmente, a partir da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública utilizada pela entidade adjudicante.
 - Ajuste Direto: Convite à apresentação de propostas e Caderno de Encargos;
 - Concurso Público: Programa de Procedimento e Caderno de Encargos;
 - Concurso Limitado: Programa de Procedimento, Convite à apresentação de propostas e Caderno de Encargos;
 - Negociação: Programa de Procedimento, Convite à apresentação de propostas e Caderno de Encargos;
 - Diálogo Concorrencial: Programa de Procedimento, Convite à apresentação de soluções, Convite à apresentação de propostas, Memória Descritiva e Caderno de Encargos.
- Regras de participação (artigos 52.º a 55.º):
 - Impedimentos dos candidatos:
 - Estado de insolvência;
 - Não condenação criminal ou administrativa por infrações graves em matéria profissional;
 - Situação regularizada para com o Fisco e a Segurança Social;

- Tenham prestado assessoria à elaboração de peças do procedimento.
- Proposta (artigos 55.º a 66.º):
 - Documentos obrigatórios (artigo 57.º);
 - Idioma, em regra português (artigo 58.º);
 - Preço indicado sem IVA (artigo 60.º);
 - Apresentação em plataforma eletrónica (artigo 63.º);
 - Prazo para apresentação das propostas (artigos 64.º e 65.º).
- Júri (artigos 67.º a 69.º), exceto no caso de Ajuste Direto com uma só proposta.
- Análise das propostas:
 - Análise das propostas e exclusão das que não cumpram os requisitos (artigo 70.º).
- Adjudicação:
 - Adjudicação (artigos 71.º e 72.º) com base em 2 critérios:
 - Preço mais baixo; ou
 - Proposta economicamente mais vantajosa para o adjudicante.
- Documentos de habilitação e sua apresentação em formato eletrónico (artigos 81.º e 83.º).
- Caução (artigos 88.º a 91.º):
 - Função: Garantir a celebração do Contrato e o seu posterior cumprimento (artigo 88.º);
 - Exigível quando o contrato implique um preço superior a 200.000 euros (artigo 88.º);
 - Valor da Caução: 5% do preço contratual (artigo 89.º);
 - Modo de prestação (artigo 90.º).
- Celebração do Contrato (artigos 94.º a 106.º):
 - Redução a escrito, salvo exceções (artigos 94.º e 95.º);
 - Menções do Contrato (artigos 96.º e 97.º);

- Minuta do Contrato: (artigos 98.º a 103.º);
 - Outorga do Contrato (artigo 104.º).
- Consignação (artigo 355.º).

Sistematizam-se, de seguida, as peças de procedimento correspondentes ao Concurso Público²³.

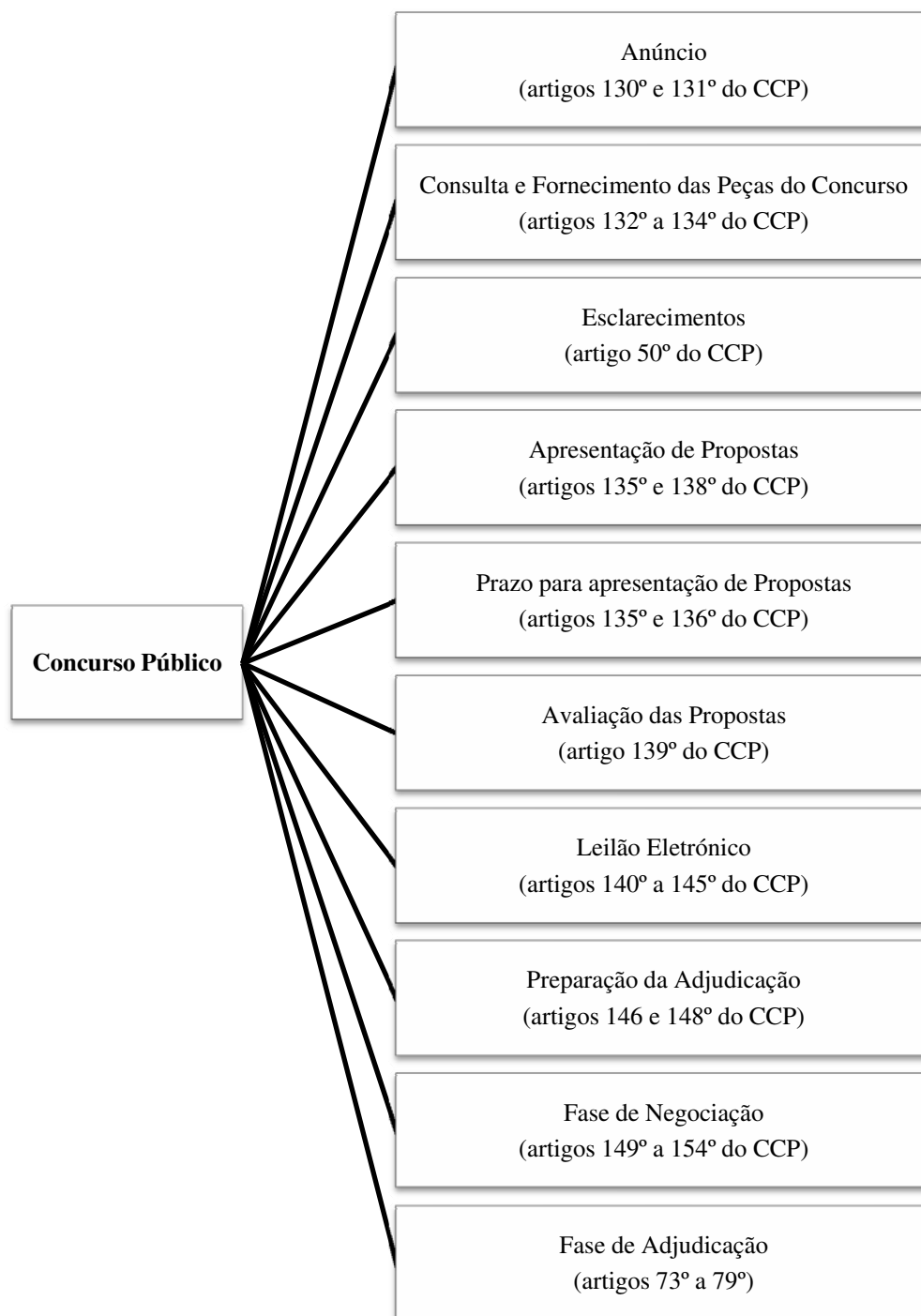


Tabela 20 - Tramitação Processual do Concurso Público

²³ Igual sistematização foi feita para cada tipo de procedimento, optou-se por levar para anexo para evitar a sobrecarga do texto (Anexos 52, 53, 54 e 55).

5.5. OBSERVAÇÕES (CCP)

Em jeito de conclusão, o Código dos Contratos Públicos (CCP) veio regular a formação e execução dos contratos públicos, definindo todos os procedimentos que decorrem desde que é tomada a decisão de contratar até à adjudicação do Contrato, assim como à sua execução.

Este Código (CCP) fomenta a simplificação de processos e regras, bem como a redução dos custos, criando condições e facilitando a ação dos agentes económicos na Contratação Pública em áreas como a locação e aquisição de bens móveis e serviços, as empreitadas, a concessão de obras públicas, o fornecimento de bens e das empreitadas, o fornecimento de bens e das empreitadas nos domínios específicos da água, da energia, dos transportes e das telecomunicações.

O CCP implementa ainda, com inovação e rigor, as regras essenciais relativas à metodologia de avaliação das propostas. Os fatores que densificam o critério de adjudicação constituem o ponto fundamental de qualquer programa de concurso, sendo a sua enunciação e publicitação de incontestável importância, tanto para os concorrentes (que com base em tais fatores delinearão a respetiva estratégia e apresentarão os seus argumentos concursais), como para a entidade adjudicante (já que é com base nesses fatores que se vai encontrar a proposta economicamente mais vantajosa), se tiver sido esse o critério de adjudicação escolhido.

Também a utilização dos meios eletrónicos nas compras públicas é sustentada por um conjunto de benefícios esperados; entre os que mais são apontados pelos estudos internacionais, têm-se os custos e o tempo de duração dos procedimentos, a maior equidade nas oportunidades de uma justa concorrência, a transparência, a desburocratização e o valor global das propostas – que no seu conjunto consubstanciam a ideia de melhores compras públicas.

A monitorização²⁴ de todo este processo é fulcral. A observação daí decorrente será contingencial para a evidência empírica (ou não) da intuição percecionada de que a celeridade e transparência dos procedimentos, bem como a responsabilização de todos os intervenientes estão a fazer caminho no sentido de uma nova gestão de compras na Administração Pública.

²⁴ A APMEP – Associação Portuguesa dos Mercados Públicos publicou em janeiro de 2011, o Relatório Final relativo ao 2.º Inquérito Nacional sobre a Contratação Pública Eletrónica – Dez. 2010.

6. FINANCIAMENTO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

6.1. FINANCIAMENTO DA EMPREITADA “BENEFICIAÇÃO DA EN16, DESDE CELORICO DA BEIRA ATÉ AO LIMITE DO CONCELHO COM A GUARDA”

Para a empreitada objeto do estudo de caso foi efetuada uma candidatura aos Fundos Comunitários, enquadrada no Regulamento Específico “**Mobilidade Territorial**” do **Eixo Prioritário 3 – Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais**, do **Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro)**.

O Regulamento Específico “Mobilidade Territorial” financiou operações com objetivos relativos a acessibilidades e transportes nacionais, regionais, locais e urbanos que contribuíssem para melhorar a circulação de pessoas e de mercadorias, que promovessem a coesão territorial, que qualificassem e integrassem os espaços regionais e que reforçassem a competitividade empresarial e a articulação urbana.

As operações elegíveis, no Regulamento Específico “Mobilidade Territorial”, foram referentes a construção/beneficiação de troços de rede municipal e de eixos supramunicipais que contribuíssem para organizar uma rede local de itinerários estruturantes, assim como a instalação de sinalização indicativa e de código, definidos para conjuntos de municípios.

A candidatura apresentada e aprovada “Beneficiação da Rede Viária no Concelho de Celorico da Beira” (Anexo 56) correspondeu ao desenvolvimento de três projetos: a Beneficiação da En16 (Celorico – limite do concelho – Guarda), a Beneficiação da EM555 (Prados – entroncamento de Linhares) e da EM554 (Mesquitela) e a Beneficiação da EM1102 (Velsa), que tiveram por base a estruturação viária, hierarquização dos espaços e vias, segurança na circulação rodoviária e melhor acessibilidade na ligação entre as várias freguesias do concelho, assim como permitir uma circulação com maior segurança.

A candidatura foi aprovada com os seguintes valores:

- Investimento total: 2.420.702,96€;
- Investimento elegível: 2.420.702,96€;
- Participação FEDER: 1.574.981,97€;
- Taxa: 65,063%.

Na sequência da aprovação referida, foi celebrado Contrato de Financiamento (Anexo 57) entre o Município de Celorico da Beira e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro.

A candidatura foi, posteriormente, objeto de diversas reprogramações (temporais, físicas e/ou financeiras), tendo sido a reprogramação mais importante a relativa ao aumento da taxa de comparticipação de 65,063% para 85%, com o consequente aumento do valor correspondente à comparticipação FEDER. Na sequência desta reprogramação, foi celebrada Adenda ao Contrato de Financiamento, tendo os valores de financiamento (taxa e comparticipação FEDER) sido atualizados.

O financiamento da candidatura é efetuado mediante os pedidos de pagamento apresentados pelo Município (beneficiário) à Autoridade de Gestão. A elaboração do pedido de pagamento é iniciada com a receção da fatura e correspondente auto de medição subscritos pelos representantes do dono da obra e do empreiteiro, que são posteriormente submetidos na Plataforma Eletrónica do Mais Centro para análise e validação pela Autoridade de Gestão. Uma vez validado o pedido de pagamento, a Autoridade de Gestão comunica ao IFDR que estão reunidas as condições para processar o pagamento do financiamento ao beneficiário, relativo ao pedido de pagamento submetido. Acrescenta-se apenas que existe um valor mínimo de 5% do valor elegível aprovado na candidatura para ser possível submeter qualquer pedido de pagamento. São submetidos os pedidos de pagamento necessários até ser atingido o valor máximo elegível aprovado.

Por ser o programa ao abrigo do qual foi aprovada a candidatura e disponibilizado o financiamento para a execução da empreitada do estudo de caso apresentado neste Relatório, apresenta-se, de seguida, mais desenvolvido o **Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro)**.

6.2. PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO CENTRO – MAIS CENTRO (QREN)

A candidatura aprovada para a empreitada objeto do estudo de caso inseriu-se no **Programa Operacional Regional do Centro (Mais Centro)**, constituindo este um dos Programas Operacionais Regionais do Continente, integrado no QREN.

O quadro institucional de aplicação do Programa Operacional Regional do Centro respeita as disposições relevantes do Regulamento (CE) n° 1083/2006 do Conselho de 11 de Julho e do Regulamento (CE) n° 1080/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho de 5 de Julho, as

orientações nacionais que na matéria foram estabelecidas pelo QREN e demais legislação comunitária e nacional sobre esta matéria e outros documentos complementares de implementação do Programa.

A arquitetura do modelo de governação do QREN e dos Programas Operacionais 2007-2013 encontra-se definida pela Resolução do Conselho de Ministros nº 25/2006, de 10 de Março.

O Regulamento (CE) nº 1083/2006 de 11 de Julho estabelece disposições gerais sobre os Fundos e determina que sejam designadas para cada Programa Operacional três autoridades, para além dos organismos competentes para receber os pagamentos efetuados pela Comissão e o organismo ou os organismos responsáveis pelos pagamentos aos beneficiários. Foi estabelecido (no modelo de governação global) que cada Programa Operacional tivesse:

- Uma **Autoridade de Gestão**, que assumiu a responsabilidade pelo exercício de competências de gestão, definidas pelos regulamentos comunitários e pela legislação nacional, para a globalidade do Programa;
- Uma **Autoridade de Certificação**, responsável pela certificação das declarações de despesas e dos pedidos de pagamento antes dos mesmos serem enviados à Comissão Europeia, competente para receber os pagamentos efetuados pela Comissão; estas funções encontram-se atribuídas, de forma segregada, ao Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) para o FEDER e Fundo de Coesão e ao Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu (IGFSE) para o FSE, que assumem esta responsabilidade para todos os Programas Operacionais, tendo estes mesmos organismos ainda por função assegurar os fluxos financeiros com a Comissão Europeia;
- Uma **Autoridade de Auditoria**, que atesta a conformidade dos sistemas de gestão e de controlo de todos os Programas Operacionais, sendo ainda responsáveis pela emissão de opinião sobre os sistemas de gestão e de controlo previstas na regulamentação comunitária; estas funções são assumidas pela Inspeção Geral das Finanças (IGF), designada como Autoridade de auditoria única do QREN para todos os Programas Operacionais.

A Autoridade de Gestão do PO assegura o exercício de competências de gestão profissional para o Programa Operacional, assegura o cumprimento das responsabilidades constantes no artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006; é uma Estrutura de Missão, nos termos da Lei nº 4/2004, de 15 de Janeiro na redação dada pelo Decreto-Lei nº 105/2007, de 3 de Abril.

A Autoridade de Gestão, designada nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 60º do Regulamento (CE) nº 1083/2006 é representada pelo Gestor.

O Gestor do PO Regional do Centro integra-se na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC).

A Autoridade de Gestão do PO assegura a gestão e a qualidade da execução do Programa Operacional de acordo com os princípios de boa gestão financeira.

6.3. OBSERVAÇÕES (FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO)

O Programa Operacional da Região Centro (Mais Centro), no período 2007-2013, foi constituído por seis Eixos Prioritários fundamentais que se identificam abaixo:

- EIXO 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento
- EIXO 2 – Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos
- EIXO 3 – Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais
- EIXO 4 – Proteção e Valorização Ambiental
- EIXO 5 – Governação e Capacitação Institucional
- EIXO 6 – Assistência Técnica

Relativamente ao Eixo 3 – Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-regionais, importa destacar que apesar dos progressos conseguidos na Região Centro ao nível das redes de infraestruturas e de equipamentos e serviços coletivos, persistem, numa grande parte da região, situações deficitárias em matéria de fatores de fixação da população, em especial nas zonas de mais baixa densidade demográfica, institucional e económica.

Os investimentos em infraestruturas, equipamentos e serviços coletivos de proximidade enquadraram-se na designada “Qualificação integrada de Espaços Sub-regionais”. Estes investimentos foram concebidos de um modo integrado e algumas vezes realizados através da concertação intermunicipal. Assegurava-se, numa perspetiva de coesão, o acesso à educação, à saúde, etc.

Importava assim que as intervenções gerassem novas dinâmicas, alterassem a tendência para o despovoamento, a desertificação e o estreitamento da base económica local, e se afirmassem

como criadoras de novos fatores de excelência nos meios não-urbanos, fixando ou atraindo população e novas atividades²⁵.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A publicação do Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro é dos temas que mais interessam à Administração Pública Local, por ter alterado todos os pressupostos existentes nos diplomas anteriores. No que diz respeito a empreitadas de obras públicas, alterou substancialmente os trâmites em que se desenvolvia a atividade da Contratação Pública, “consolidada em três gerações de textos normativos”, tendo sido apresentado neste estudo de caso, minuciosamente, como a mesma decorre atualmente.

O Código dos Contratos Públicos (CCP) prevê objetivos ambiciosos, como a desmaterialização dos procedimentos de adjudicação, a redução de custos e o ganho da eficiência através da aposta nas tecnologias de informação, e através destas, garantir a transparência na atividade da Contratação Pública, deveras importante nos processos de empreitadas de obras públicas, atendendo ao valor que normalmente está associado à execução dessas obras.

A par da simplificação, clarificação e modernização das regras e procedimentos aplicáveis, prevê a atribuição de uma maior responsabilização de todos os intervenientes no processo de contratação, bem como na consagração dos princípios fundamentais que devem presidir à Contratação Pública, tais como a concorrência, igualdade, estabilidade, publicidade e transparência. O CCP procede a uma nova sistematização da Contratação Pública, estabelecendo um procedimento de formação para toda a Administração Pública.

Também relativamente ao “suporte eletrónico da contratação”, ou enquadramento da Contratação Pública Eletrónica, o CCP acabou por impor às entidades adjudicantes a obrigatoriedade de promover os procedimentos de Contratação Pública em plataformas eletrónicas, a partir de 31 de Outubro de 2009 (através da publicação do Decreto-lei n.º 223/2009, de 11 de Setembro). O uso da tecnologia propicia celeridade da comunicação, redução de custos e transparência do procedimento, por se permitir uma maior exposição de conteúdos, durante mais tempo, à análise dos interessados (o acesso às propostas, após a sua abertura, e demais atos concursais passam a estar acessíveis durante mais tempo e em condições mais favoráveis de consulta, designadamente em qualquer momento após a sua descriptação

²⁵ Página oficial do Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro).

pelo júri e até 6 meses após a conclusão do procedimento – n.º 4 do artigo 20.º da Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de Julho).

No âmbito do estudo de caso apresentado neste capítulo, foi explanado, com objetividade, a fase de formação dos contratos no âmbito de aplicação do CCP (Contratação Pública), tendo este capítulo versado, essencialmente, sobre a Contratação Pública relativa a contratos de empreitadas, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos. Foi também apresentada a tramitação processual obrigatória na sequência da função de tutela que o Estado exerce sobre as autarquias, como por exemplo, através do Tribunal de Contas, bem como os procedimentos obrigatórios para obter o Financiamento Comunitário.

CAPÍTULO V – CONCLUSÃO

Numa era dominada simultaneamente pelos princípios da subsidiariedade e da globalização, o desenvolvimento das sociedades e dos territórios requer a existência de organizações cada vez mais eficazes e eficientes, prestadoras de serviços qualificados, capazes de responder adequadamente às exigências e expectativas dos cidadãos do século XXI. É inevitável e óbvia a necessidade de modernização do Estado e dos serviços públicos, mas sem perder de vista o fim a que a Administração Pública se destina: o Serviço Público.

A crise financeira (com início nos EUA em 2007/2008) provocou danos nas atividades económicas a nível mundial, instalando-se em vários países europeus, com quem Portugal tem a maior parte das suas relações comerciais e onde o próprio se inclui. Nos últimos anos, Portugal ficou marcado por uma desaceleração na atividade económica e sofreu uma retração no investimento, quer privado, quer público.

As restrições que afetam a capacidade de investimento do Estado, afetam, inevitavelmente, a atividade económica do país, numa sociedade em que o mercado está demasiado ligado e dependente do Estado (na minha perspetiva). Constrangimento reforçado pela obrigatoriedade do cumprimento da regra de défices inferiores ou iguais a 3% do PIB, exigência do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), e agravado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira a que Portugal se sujeitou em 2011. A inevitabilidade do controlo orçamental por via da despesa é uma realidade. Evidentemente que o Estado tem de efetuar despesa, para o fim último do bem-estar dos cidadãos (razão da sua existência); tem é que garantir os princípios de Eficiência, Eficácia e Economia.

Parece consensual que existe uma necessidade de alterar o paradigma da governação, e algumas medidas já foram até implementadas em Portugal. Associados à mudança do desenho do Estado, têm-se sucedido diversos modelos de Gestão Pública. Diversas pressões, de carácter económico, político ou ideológico, propiciaram as condições necessárias para o aparecimento de novos modelos de gestão. Os desafios e as mudanças do mundo atual são enormes; a sociedade, virada para a economia, exige aumento da eficiência do setor público, uma boa gestão das contas públicas, necessárias para ficarem asseguradas as condições que proporcionem estabilidade e crescimento económico. Os cidadãos consideram a Administração Pública como consumidora da riqueza dos outros setores, sendo apresentados estes como tendo mais produtividade. Os cidadãos desejam e pedem uma administração mais competente, mais rápida, mais barata e mais eficiente (Kettl, 2000).

Foram desenvolvidas, em todos os países do mundo, reformas da Administração Pública, para dar resposta às necessidades atuais, uma delas, designada por Nova Gestão Pública (“New Public Management” na sua designação original). A Nova Gestão Pública importa mecanismos do setor privado para o setor público. Pretende induzir a existência de um Estado menos intervencionista, mas que continue a regular as funções importantes da sociedade e dos cidadãos. Naturalmente, a adoção deste modelo de gestão implica alterações em toda a Administração Pública, Central e Local. A Nova Gestão Pública procurou livrar-se das disfunções burocráticas, mas acabou por criar novas disfunções dos valores do serviço público, como é explicado no Capítulo a que se dedicou mais tempo a esta matéria.

“Os países mais desenvolvidos do mundo já estão a tentar libertar-se desta vaga (...) e ensaiam um novo período denominado “New Public Service””, em que os administradores e clientes do Estado passarão a ser verdadeiros cidadãos; a burocracia e o “negócio” serão substituídos pela Democracia, onde o neoliberalismo poderá dar lugar ao neo-intervencionismo e onde o “Government” será substituído pela “Governance” e pelo equilíbrio transparente entre os interesses do Estado e da sociedade. (Luís Vidigal, 2011)

Em linha com esta tendência, em Portugal vários diplomas têm contribuído para a concretização das reformas administrativas na Administração Pública. No caso da Contratação Pública, matéria sobre a qual versa este trabalho, com a publicação do Código dos Contratos Públicos (CCP), conseguem-se assegurar (embora só ingenuamente se consideraria que de forma total): (i) maior transparência na adjudicação das empreitadas e aquisição de serviços pelo setor público; (ii) maior igualdade de circunstâncias em que as empresas concorrem, por todo o processo e respetiva documentação estarem acessíveis aos concorrentes, na plataforma eletrónica, desde o momento da abertura das propostas; (iii) maior concorrência, com o aumento de empresas que concorrem, uma vez que o processo decorre numa plataforma eletrónica acessível a todos os interessados, com as mais-valias que daí advêm (financeiras e na qualidade do serviço prestado); (iv) poupança, por todo o processo pré-contratual decorrer de forma desmaterializada; (v) diminuição da complexidade (ex. só o adjudicatário apresenta os documentos de habilitação); etc.

As evidências reveladas ao longo da explanação do estudo de caso focado na Contratação Pública demonstram a forma como decorre a Contratação Pública na Administração Pública Local em Portugal. E não restam dúvidas de que as novas formas de gestão e as novas ferramentas de trabalho prosseguem o objetivo de simplificação da tramitação procedimental pré-contratual, através da aposta nas novas tecnologias de informação (implicando

desmaterialização do processo, simplificação, encurtamento dos prazos, etc.), bem como a transparência e a desburocratização, numa lógica de maior rigor na gestão dos recursos públicos e responsabilização de todos os intervenientes.

Com este estudo de caso pretende-se ilustrar os benefícios que a Administração Pública tem vindo a alcançar com a modernização e implementação de diplomas e formas de gestão, que por sua vez estão em contínua evolução. Estas reformas são fundamentais, para o Estado se reinventar, tornando-se cada vez mais eficiente e eficaz, adaptando-se às alterações e à evolução da sociedade, tornando-se um Estado respeitado, compreendido e considerado como uma referência na sociedade.

Concluindo esta análise, os modelos de gestão pública, têm subjacente, normalmente, uma ideologia de Estado. Sempre que este conceito muda, as funções do Estado, comumente, também vêm afetadas.

“O modelo do “New Public Management”, no seu estado puro e idealista, foi criado no reino unido por Margaret Thatcher no início dos anos 80, propagou-se a alguns países como a Austrália e a Nova Zelândia, procurando aproximar o modelo de gestão pública ao modelo de gestão privada. Mais do que uma evidência científica, este novo paradigma de gestão partiu de um preconceito de que tudo o que é mau é público e tudo o que é bom é privado.” (Luís Vidigal, 2011). Este paradigma, para mim, é como um copo meio cheio, nem totalmente verdadeiro nem totalmente falso. Se é verdadeira a existência de inércia e injustiça no setor público, também é verdadeiro o efetivo de recursos humanos de elevada capacidade técnica e académica (talvez, indevidamente remunerados, indevidamente julgados, e justificadamente inconformados).

Esta explanação tem por âmbito a apresentação da Contratação Pública na Administração Pública Local; tenta também identificar *“reformas administrativas”* que tivessem tido impacto e implicassem progresso nesta matéria da Administração Pública. Sendo certo que as mudanças não determinam a obrigatoriedade de criação de novas estruturas governativas, determinam, na minha opinião, dotar a Administração Pública de profissionais cuja qualidade de desempenho se manifeste nas capacidades, comportamentos e atitudes, essenciais para o sucesso dos objetivos dessa mesma Administração Pública. A profunda transformação ocorrida na sociedade colocou em questão a *“missão”* do Estado, bem como a sua dimensão e as suas funções.

Existe até uma certa confusão na mente de alguns cidadãos em relação às funções que competem a cada setor. A culpabilização do Estado pelos cidadãos deve-se, em certa medida, a esta “desordem”. Claro que existem muitos outros fatores na sociedade que contribuem para a dita “desordem”, mas não são objeto deste estudo. Uma outra reflexão a fazer é até que ponto a sociedade se envolve, ou não, nos problemas locais e até que ponto o município oferece aos cidadãos acesso a informação, no processo de decisão, que cabe ao município e que é responsabilizado pelas decisões que toma. Ao nível dos municípios, com o passar do tempo e das transformações da sociedade, verifica-se a assunção e interiorização da máxima “*pensar globalmente e agir localmente*”.

De forma global, a Administração Pública tem vindo a obter benefícios quer com novas formas de gestão, quer com novas ferramentas de trabalho (através da aposta nas novas tecnologias de informação), implicando desmaterialização dos processos, simplificação, encurtamento dos prazos, transparência e desburocratização.

BIBLIOGRAFIA**LIVROS E ARTIGOS CONSULTADOS E/OU REFERENCIADOS:**

- ALLISON, Graham (1998). *Public and Private Management*.
- ALMEIDA, João Amaral e (2011). *O Novo Regime da Contratação Pública*. Comunicação efetuada na Guarda, na qualidade de Membro da Comissão de Redação do Projeto do Código dos Contratos Públicos.
- AMARAL, Diogo Freitas do (2006). *Curso de Direito Administrativo*. Vol. I, 3.^a Edição. Coimbra. Edições Almedina.
- AMARAL, Diogo Freitas do (2004). *Manual de Introdução ao Direito*. Vol. I. Almedina.
- ANTUNES, Eugénio (2010). *Nova Gestão Pública – Gestão Pública e “Accountability”*. Comunicação apresentada no âmbito do Curso de Gestão Pública na Administração Pública (GEPAL), realizado pelo CEFA, em 2010.
- ANTUNES, José Manuel Oliveira (2009). *Código dos Contratos Públicos – Regime de Erros e Omissões*. Almedina.
- ANTUNES, Isabel Cabaço (2001). “Pensar global para a Acção Local”. *Revista de Administração e Políticas Públicas*, II, n.º 1. Braga.
- ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de (2002). *Gestão Pública em Portugal: Mudança e Persistência Institucional*. Coimbra: Quarteto Editora.
- ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de (2005). *A Reforma Administrativa em Portugal: em busca de um novo paradigma*. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3274>.
- BALEIRAS, Rui Nuno. “Governação Subnacional: Legitimidade Económica e Descentralização da Despesa Pública”. In José da S. Costa e Peter Nijkamp (coords., 2009), *Compêndio de Economia Regional, Vol. I: Teoria, Temáticas e Políticas*. Cascais: Princípia.
- BANDEIRA, Pedro (2008). *Código dos Contratos Públicos – Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro*. DisLivro.
- BERZELAY, Michael (2001). *The New Public Management*. University of California Press.
- BRAGA, Ana Luísa; Maria João Marques; Sónia Dias; Vânia Leite (2008/2009), *Código dos Contratos Públicos (CCP) – Análise e Consequência Práticas*. In Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública. INA Editora.

-
- CANOTILHO, José (2000). “Paradigmas de Estado e Paradigmas de Administração Pública”. In *Instituto Nacional de Administração – Moderna Gestão Pública*. Lisboa: INA Editora.
 - CARVALHO, Elisabete de (2013). “Decisão na Administração Pública – Diálogo de Racionalidades”. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 73.
 - CARVALHO, Manuel Ferreira de (2011). *Gestão Pública: Um novo paradigma para a governação da Administração Local em Portugal*. Comunicação efetuada no 8.º Congresso Nacional da Administração Pública. INA Editora. Disponível em: http://repap.ina.pt/bitstream/10782/577/1/Gestao%20publica_um%20novo%20paradigma%20governancao%20AP%20local.pdf.
 - FARINHA, Carlos (2010). *Programa de Concurso de Empregada de Obras Públicas*. Modelo-tipo anotado e comentado. Livraria Petrony.
 - GONÇALVES, Pedro Costa (2008). *Estudos de Contratação Pública*. Vol. I, II, e III. Coimbra Editora.
 - GOODSELL, Charles (1983). *O caso de Burocracia: a polémica da Administração Pública*. Washington: CQ Press.
 - GOUVEIA, Jorge Bacelar. *Direito Administrativo. Administração Local Autárquica*. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/jbg_MA_14248.pptx.
 - HOOD, Christopher (1991), “A Public Management for All Seasons?”. In *Public Administration*. Vol. 69, n.º 1.
 - JONES, L. R.; THOMPSON, F. (2000). “Um modelo para a nova gerência pública”. *Revista do Serviço Público*. Vol. 51, n.º 1.
 - KETTL, Donald F. (2000). *The Global Public Management Revolution. A Report on the Transformation of Governance*. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.
 - LUZ, Cláudia. *A Nova Gestão Pública*. Disponível em: <http://www.regiao-sul.pt/noticia.php?refnoticia=78849>.
 - MOREIRA, José Manuel; André Azevedo Alves (2010). *Gestão Pública e Teoria das Burocracias: entre a visão clássica da Administração Pública e o novo paradigma da governação pública*. INA Editora.
 - MOSHER, F. (1982). *Democracy and the Public Service*. 2nd Edition. New York, NY: Oxford University Press.
 - MOZZICAFREDO, Juan Pedro. *O Estado-Providência em transição*. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/24/236.pdf>.
 - MOZZICAFREDO, Juan (2001). “Modernização da Administração Pública e Poder Político”. In Juan Mozzicafredo; João Salis Gomes (org.), *Administração e Política*:
-

Perspectivas de Reforma da Administração Pública na Europa e nos Estados Unidos. Oeiras: Celta Editora.

- MOZZICAFREDO, Juan; João Salis Gomes; João S. Batista (org.) (2003). *Ética e Administração: Como Modernizar os Serviços Públicos?*. Oeiras: Celta Editora.
- MUSGRAVE, Richard A. (1959). *The Theory of Public Finance*. New York: McGraw-Hill.
- OLIVEIRA, Fernanda Paula (2004). *Instrumentos de Participação Pública em Gestão Urbanística*. 2.ª Edição. Coimbra. Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA).
- PINHEIRO, João Henriques (2011). *Âmbito de Aplicação do Código dos Contratos Públicos e Normas Comuns de Adjudicação*. Cedipre.
- PIRES, Miguel Lucas (2010). *Princípios Gerais de Atividade e Organização Administrativas*. Comunicação apresentada no âmbito do Curso de Gestão Pública na Administração Pública (GEPAL), realizado pelo CEFA, em 2010.
- PIRES, Miguel Lucas (2010). *Princípios Constitucionais*. Comunicação apresentada no âmbito do Curso de Gestão Pública na Administração Pública (GEPAL), realizado pelo CEFA, em 2010.
- REIS, Rafael Vale e (2010). *A União Europeia*. Comunicação apresentada no âmbito do Curso de Gestão Pública na Administração Pública (GEPAL), realizado pelo CEFA, em 2010.
- REIS, Rafael Vale e (2010). *Organização Administrativa Portuguesa*. Comunicação apresentada no âmbito do Curso de Gestão Pública na Administração Pública (GEPAL), realizado pelo CEFA, em 2010.
- REIS, Rafael Vale e (2010). *Âmbito do Código dos Contratos Públicos e Procedimentos Adjudicatórios*. Comunicação apresentada no âmbito do Curso de Gestão Pública na Administração Pública (GEPAL), realizado pelo CEFA, em 2010.
- ROCHA, Manuel Lopes; Jorge Cruz Macara; Filipe Viana Lousa (2008). *A Contratação Pública Electrónica e o Guia do Código dos Contratos Públicos*. Academia Vortal.
- ROCHA, J. A. Oliveira (1991). *Princípios de Gestão Pública*. Editorial Presença.
- ROCHA, J. A. Oliveira (2011). *Gestão Pública – Teoria, Modelos e Prática*. Escolar Editora.
- TAVARES, Luís Valadares (2004). *O Novo Quadro Legal da Administração Pública: Inovação e Mudança Cultural*. INA Editora.

- VIDIGAL, Luís (2011). *New Public Management à portuguesa. Uma reflexão para o novo Governo*. Disponível em: <http://mudaroestado.blogspot.pt/2011/06/normal-0-21-false-false-false-pt-x-none.html>.
- VIDIGAL, Luís (2011). *O papel do Estado na Sociedade da Informação: Um novo olhar sobre a reforma do Estado à luz das tecnologias*. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/vidigal/o-papel-do-estado-na-sociedade-da-informao-luis-vidigal>.
- WEBER, Max (1946). *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York. Oxford University Press.

LEGISLAÇÃO:

- A Carta Europeia de Autonomia Local, aprovada e ratificada pela Resolução da Assembleia da República n.º 28/90 e publicada em Diário da República, I Série, n.º 245, de 23 de outubro de 1990.
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos – CCP), na sua atual redação.
- Portaria n.º 701-A/2008, de 29 de julho.
- Portaria n.º 701-B/2008, de 29 de julho.
- Portaria n.º 701-C/2008, de 29 de julho.
- Portaria n.º 701-D/2008, de 29 de julho.
- Portaria n.º 701-E/2008, de 29 de julho.
- Portaria n.º 701-F/2008, de 29 de julho.
- Portaria n.º 701-G/2008, de 29 de julho.
- Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.
- Portaria n.º 701-I/2008, de 29 de julho.
- Portaria n.º 701-J/2008, de 29 de julho.
- Diretivas n.º 2004/17/CE e n.º 2004/18/CE, ambas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março.
- Regulamento (EU) n.º 1336/2013 da Comissão, de 13 de dezembro de 2013, que altera as Diretivas n.º 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.
- Constituição da República Portuguesa, de 2 de abril de 1976 (CRP), na sua atual redação.
- Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

- Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro (Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado), na sua atual redação.
- Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro
- Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de dezembro (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação – RJUE), na sua atual redação.
- Decreto-lei n.º 48/2011, de 1 de abril (Licenciamento Zero), na sua atual redação.
- Decreto-lei n.º 380/99, de 22 de setembro de 1999 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT), na sua atual redação.
- Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas - LOPTC), na sua atual redação.
- Resolução n.º 14/2011, de 16 de agosto de 2011, do Tribunal de Contas.

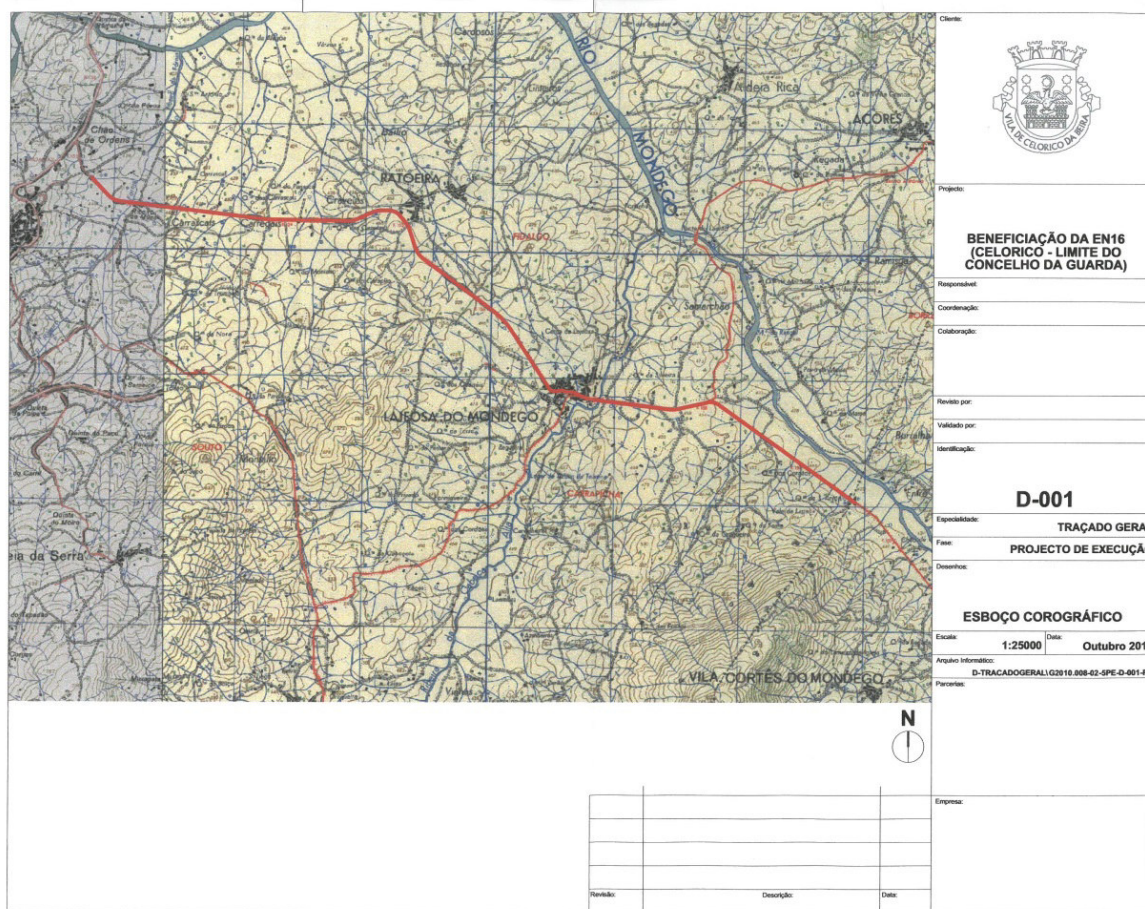
WEBGRAFIA:

- www.portugal.gov.pt/
- www.portautarquico.pt/
- www.ina.pt/
- www.ine.pt
- www.parlamento.pt
- www.europa.eu
- www.base.gov.pt
- www.qren.pt
- www.maiscentro.qren.pt
- www.portugal2020.pt
- www.dgaep.gov.pt
- www.dgterritorio.pt
- www.ordemengenheiros.pt
- www.lnec.pt
- www.aiccopn.pt
- www.ama.pt
- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), disponível em: http://www.ifdr.pt/ResourcesUser/FEDER%20e%20FC%202007-2013/Regulamentacao/Documentos/Reg_Nacional/Reg_Geral_02abril2013.pdf.

- Regulamento Específico da “Mobilidade Territorial”, do Eixo 3, do Programa Operacional Regional do Centro, disponível em: http://maiscentro-arquivo.ccdrc.pt/private/admin/ficheiros/uploads/3_RE_MOT.pdf.
- *Documento Verde da Reforma da Administração Local. “Uma Reforma de Gestão, uma Reforma de Território e uma Reforma Política”*, disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/132774/doc_verde_ref_adm_local.pdf.
- Relatórios da EX – IGAL, disponível em: <http://www.igf.min-financas.pt/publicacoes1/relatorios-ex-igal.aspx>.

ANEXOS

ANEXOS REFERENTES À FASE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO



Anexo 1 – Planta com Traçado Geral – Área de Intervenção

ÍNDICE GERAL DO PROJETO**(DE ACORDO COM O N.º 2 DO ART.º 87.º DA PORTARIA N.º 701-H/2008)****A) SÍNTESE DE APRESENTAÇÃO GERAL DO PROJETO****– PEÇAS ESCRITAS:***Termo de responsabilidade do autor do projeto**Documentos do autor do projeto**Memória descritiva e justificativa**Mapa de medições**Orçamento**Resumo do orçamento**Caderno de encargos**A-001 – Planta de localização***B) IMPLANTAÇÃO E APOIO TOPOGRÁFICO****– PEÇAS ESCRITAS:***Termo de responsabilidade do autor do projeto**Documentos do autor do projeto**Memória descritiva e justificativa***– PEÇAS DESENHADAS:***B-001 – Planta de apresentação**B-002 – Levantamento topográfico**B-003 – Levantamento topográfico**B-004 – Levantamento topográfico**B-005 – Levantamento topográfico**B-006 – Levantamento topográfico**B-007 – Levantamento topográfico**B-008 – Levantamento topográfico**B-009 – Levantamento topográfico**B-010 – Levantamento topográfico**B-011 – Levantamento topográfico**B-012 – Levantamento topográfico***C) ESTUDO GEOLÓGICO E GEOTÉCNICO***Não aplicável.***D) TRAÇADO GERAL****– PEÇAS ESCRITAS:***Termo de responsabilidade do autor do projeto**Documentos do autor do projeto*

*Memória descritiva e justificativa**– PEÇAS DESENHADAS:**D-001 – Esboço corográfico**D-002 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 0+000 a PK 0+650**D-003 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 0+650 a PK 1+300**D-004 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 1+300 a PK 1+950**D-005 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 1+950 a PK 2+600**D-006 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 2+600 a PK 3+250**D-007 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 3+250 a PK 3+900**D-008 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 3+900 a PK 4+550**D-009 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 4+550 a PK 5+200**D-010 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 5+200 a PK 5+850**D-011 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 5+850 a PK 6+500**D-012 – Planta perfil – Eixo 1 – PK 6+500 a PK 7+170**D-013 – Planta perfil – cruzamento**D-014 – Perfis transversais tipo**D-015 – Perfis transversais**D-016 – Perfis transversais**D-017 – Perfis transversais**D-018 – Perfis transversais**D-019 – Perfis transversais**D-020 – Perfis transversais**D-021 – Perfis transversais**D-022 – Perfis transversais**D-023 – Perfis transversais**D-024 – Perfis transversais**D-025 – Perfis transversais**D-026 – Perfis transversais**D-027 – Perfis transversais**E) NÓS DE LIGAÇÃO E INTERSECÇÕES**– PEÇAS ESCRITAS:**Termo de responsabilidade do autor do projeto**Documentos do autor do projeto**Memória descritiva e justificativa**– PEÇAS DESENHADAS:**E-001 – Localização da rotunda**E-002 – Pormenorização da rotunda**F) RESTABELECIMENTOS, SERVENTIAS E CAMINHOS PARALELOS*

Não aplicável.

G) DRENAGEM

– PEÇAS ESCRITAS:

Termo de responsabilidade do autor do projeto

Documentos do autor do projeto

Memória descritiva e justificativa

Cálculos justificativos da rede de drenagem de águas residuais pluviais

– PEÇAS DESENHADAS:

G-001 – Planta de localização

G-002 – Planta de apresentação

G-003 – Rede de drenagem de águas pluviais

G-004 – Rede de drenagem de águas pluviais

G-005 – Rede de drenagem de águas pluviais

G-006 – Rede de drenagem de águas pluviais

G-007 – Rede de drenagem de águas pluviais

G-008 – Rede de drenagem de águas pluviais

G-009 – Rede de drenagem de águas pluviais

G-010 – Rede de drenagem de águas pluviais

G-011 – Perfis longitudinais

G-012 – Perfis longitudinais

G-013 – Perfis longitudinais

G-014 – Perfis longitudinais

G-015 – Perfis longitudinais

G-016 – Perfis longitudinais

G-017 – Pormenor das valas tipo

G-018 – Pormenor do sumidouro

G-019 – Pormenor do colector em zonas de passagem de veículos

G-020 – Pormenor das caixas de visita

G-021 – Pormenor da boca de saída

H) PAVIMENTAÇÃO

– PEÇAS ESCRITAS:

Termo de responsabilidade do autor do projeto

Documentos do autor do projeto

Memória descritiva e justificativa

– PEÇAS DESENHADAS:

H-001 – Planta de apresentação

H-002 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 0+000 a PK 0+650

H-003 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 0+650 a PK 1+300

H-004 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 1+300 a PK 1+950
H-005 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 1+950 a PK 2+600
H-006 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 2+600 a PK 3+250
H-007 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 3+250 a PK 3+900
H-008 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 3+900 a PK 4+550
H-009 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 4+550 a PK 5+200
H-010 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 5+200 a PK 5+850
H-011 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 5+850 a PK 6+500
H-012 – Pavimentação – Eixo 1 – PK 6+500 a PK 7+170
H-013 – Pormenores de construção dos pavimentos

I) INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA

Não aplicável.

J) EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

– PEÇAS ESCRITAS:

Termo de responsabilidade do autor do projeto

Documentos do autor do projeto

Memória descritiva e justificativa

– PEÇAS DESENHADAS:

J-001 – Planta de apresentação

J-002 – Localização dos guarda-corpos

L) SINALIZAÇÃO

– PEÇAS ESCRITAS:

Termo de responsabilidade do autor do projeto

Documentos do autor do projeto

Memória descritiva e justificativa

– PEÇAS DESENHADAS:

L-001 – Planta de apresentação

L-002 – Sinalização

L-003 – Sinalização

L-004 – Sinalização

L-005 – Sinalização

L-006 – Sinalização

L-007 – Sinalização

L-008 – Sinalização

L-009 – Sinalização

L-010 – Sinalização

L-011 – Sinalização

L-012 – Sinalização

L-013 – Sinalização

L-014 – Pormenores de sinalização

L-015 – Plano de sinalização temporária

M) SISTEMA DE TELEMÁTICA RODOVIÁRIA

Não aplicável.

N) CANAL TÉCNICO RODOVIÁRIO

Não aplicável.

O) SISTEMA DE POSTOS DE EMERGÊNCIA SOS

Não aplicável.

P) ILUMINAÇÃO

Não aplicável.

Q) VEDAÇÕES

Não aplicável.

R) SERVIÇOS AFECTADOS

Planta de serviços afectados (a juntar)

S) OBRAS DE ARTE CORRENTES E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

Não aplicável.

T) TÚNEIS

Não aplicável.

U) ÁREAS DE SERVIÇO E DE REPOUSO

Não aplicável.

V) PROJETOS COMPLEMENTARES, NOMEADAMENTE MUROS, DESVIOS PROVISÓRIOS, BARREIRAS ACÚSTICAS, PASSAGENS PARA A FAUNA

Não aplicável.

X) EXPROPRIAÇÕES

Não aplicável.

Z) CENTROS DE ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO

Não aplicável.

AA) PORTAGENS.

Não aplicável.

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Anexo 2 – Índice Geral do Projeto

Câmara Municipal de
CELORICO DA BEIRA



Memória descritiva e justificativa

*(Logotipo e
Identificação da Firma)*

(Assinatura do Técnico)



(Dados da Firma e Morada)

(Logotipo e Identificação
da Firma)

MUNICIPIO DE CELORICO DA BEIRA

BENEFICIAÇÃO DA EN16
(CELORICO – LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PROJECTO.....	2

(Assinatura do Técnico)

(Logotipo e Identificação
da Firma)

MUNICIPIO DE CELORICO DA BEIRA

BENEFICIAÇÃO DA EN16
(CELORICO – LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA)

1. INTRODUÇÃO

A memória descritiva e justificativa que se segue diz respeito ao Síntese de Apresentação Geral do Projecto relativo ao Projeto de Beneficiação EN16 entre Celorico e o limite do concelho da Guarda.

Ao longo da actual estrutura viária que se apresenta com um perfil transversal uniforme condicionado apenas pelo seu estado de degradação actual, nomeadamente quanto ao traçado, houve o cuidado de manter o existente.

2. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PROJECTO

A intenção do projecto é beneficiar e requalificar a nacional que faz a ligação entre Celorico e o limite do concelho da Guarda., salvaguardando e compatibilizando na medida do possível os interesses públicos e privados.

O projecto tem por base os seguintes princípios:

- Estruturação viária.
- Hierarquização dos espaços e vias.
- Dignificação dos espaços.
- Preservação e valorização ambiental.

Todos estes pressupostos foram equacionados, tendo em atenção os compromissos das Entidades Administrativas e necessidades da população.

Para melhor compreensão das peças que constituem o projecto, optou-se por definir a proposta num único eixo.

O eixo traduz a zona onde se pretende melhorar as condições de estrada existente, propondo uma solução geral com 6.00m de faixa de rodagem e um passeio/ciclovía sobrelevado com 1,50m que a acompanha.

(Localidade) , Outubro de 2012

O Técnico:

(Assinatura do Técnico)

(Nome do Autor do Projeto)

(Engenheiro Civil - U.P. Inscrito na OE sob n (xx))

Anexo 3 - Memória descritiva e justificativa

Câmara Municipal de
CELORICO DA BEIRA



Mapa de medições

(Logotipo e Identificação
da Firma)

(Assinatura do Técnico)



(Dados da Firma e Morada)

(Logotipo e Identificação
da Firma)

MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

PROJECTO DE EXECUÇÃO

BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO - LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA)

MAPA DE MEDIÇÕES

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	N.º de partes iguais	DIMENSÕES			QUANTIDADES	
		Comp (m)	Larg (m)	Alt (m)	Parciais	Acumuladas
1 VIAS DE COMUNICAÇÃO						
1.1 Trabalhos preparatórios						
1.1.1 Montagem, manutenção e desmontagem de estaleiro de apoio à obra, incluindo fornecimento e implementação do Plano de Segurança e Saúde, instalações para a fiscalização, todas as infraestruturas necessárias de abastecimento de água, energia provisória, drenagem de águas residuais entre outras que se mostrem absolutamente necessárias à normal execução dos trabalhos, vedações, garantias de acesso, enscadeiras, desvios de trânsito.	1,00				1,00	1,00 vg
1.1.2 Apoio topográfico à realização dos trabalhos.	1,00				1,00	1,00 vg
1.1.3 Sinalização provisória dos trabalhos.	1,00				1,00	1,00 vg
1.2 Movimento de terras						
1.2.1 Desmatção, incluindo eventual derrube de árvores, desenaizamento, limpeza do terreno no traçado (Pronto Para Repavimentar) e nas bermas, carga, transporte e colocação dos produtos em vazadouro e eventual indemnização por depósito, em toda a extensão do traçado.	1,00				1,00	1,00 vg
1.2.2 Escavação de terreno de qualquer natureza, incluindo abertura de cova para execução de vias e passeios, elevação, baldeação e transporte das terras sobrantes para vazadouro ou colocação em pargas para aterro e ainda todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com especificação de caderno de encargos. Nota: Os volumes apresentados referem-se às quantidades de projecto com referencia ao terreno original e às cotas finais de projecto. considera-se incluído todos os acrescentos necessários para execução dos trabalhos, nomeadamente os volumes necessários para a criação de áreas suplementares de trabalho, entre outros que o empreiteiro se julgue obrigado a realizar para lhe permitir a execução da obra com todas as condições de segurança.	4.307,00				4.307,00	4.307,00 m3
1.2.3 Aterros em terras seleccionadas na regularização do terreno às cotas do projecto, incluindo todos os materiais e trabalhos complementares, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos. Nota: Os volumes apresentados referem-se às quantidades de projecto com referencia ao terreno original e às cotas finais de projecto. considera-se incluído todos os acrescentos necessários para execução dos trabalhos, nomeadamente os volumes necessários para a criação de áreas suplementares de trabalho, entre outros que o empreiteiro se julgue obrigado a realizar para lhe permitir a execução da obra com todas as condições de segurança.	5.898,00				5.898,00	5.898,00 m3
1.3 Elementos construídos						
1.3.1 Construção de Lancis						
1.3.1.1 Fornecimento e assentamento de lancil guia com 8cm de espessura e 20cm de altura em betão, tipo Guia da Pavicer ou equivalente, incluindo base de betão cicópico e todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos.	10.000,00				10.000,00	10.000,00 m.l.

(Assinatura do Técnico)

1

Câmara Municipal de
CELORICO DA BEIRA



Orçamento

(Logotipo e Identificação
da Firma)

(Assinatura do Técnico)



(Dados da Firma e Morada)

(Logotipo e Identificação
da Firma)

MUNICIPIO DE CELORICO DA BEIRA

PROJECTO DE EXECUÇÃO

BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO - LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA

ORÇAMENTO

DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Unidades	Quantidades	Preços unitários	Preços Globais
1 VIAS DE COMUNICAÇÃO				
1.1 Trabalhos preparatórios				
1.1.1 Montagem, manutenção e desmontagem de estaleiro de apoio à obra, incluindo fornecimento e implementação do Plano de Segurança e Saúde, instalações para a fiscalização, todas as infraestruturas necessárias de abastecimento de água, energia provisória, drenagem de águas residuais entre outras que se mostrem absolutamente necessárias à normal execução dos trabalhos, vedações, garantias de acesso, enscadeiras, desvios de trânsito.	vg	1,00	1.000,00€	1.000,00€
1.1.2 Apoio topográfico à realização dos trabalhos.	vg	1,00	800,00€	800,00€
1.1.3 Sinalização provisória dos trabalhos.	vg	1,00	800,00€	800,00€
1.2 Movimento de terras				
1.2.1 Desmatção, incluindo eventual derrube de arvores, desenraizamento, limpeza do terreno no traçado (Pronto Para Repavimentar) e nas bermas, carga, transporte e colocação dos produtos em vazadouro e eventual indemnização por depósito, em toda a extensão do traçado.	vg	1,00	500,00€	500,00€
1.2.2 Escavação de terreno de qualquer natureza, incluindo abertura de cova para execução de vias e passeios, elevação, baldeação e transporte das terras sobrantes para vazadouro ou colocação em pargas para aterro e ainda todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com especificação de caderno de encargos. Nota: Os volumes apresentados referem-se às quantidades de projecto com referencia ao terreno original e às cotas finais de projecto. considera-se incluído todos os acrescentos necessários para execução dos trabalhos, nomeadamente os volumes necessários para a criação de áreas suplementares de trabalho, entre outros que o empreiteiro se julgue obrigado a realizar para lhe permitir a execução da obra com todas as condições de segurança.	m3	4307,00	2,50€	10.767,50€
1.2.3 Aterros em terras seleccionadas na regularização do terreno às cotas do projecto, incluindo todos os materiais e trabalhos complementares, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos. Nota: Os volumes apresentados referem-se às quantidades de projecto com referencia ao terreno original e às cotas finais de projecto. considera-se incluído todos os acrescentos necessários para execução dos trabalhos, nomeadamente os volumes necessários para a criação de áreas suplementares de trabalho, entre outros que o empreiteiro se julgue obrigado a realizar para lhe permitir a execução da obra com todas as condições de segurança.	m3	5898,00	2,50€	14.745,00€
1.3 Elementos construídos				
1.3.1 Construção de Lancis				
1.3.1.1 Fornecimento e assentamento de lancil guia com 8cm de espessura e 20cm de altura em betão, tipo Guia da Pavicer ou equivalente, incluindo base de betão cícópico e todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos.	m.l.	10000,00	5,90€	59.000,00€

(Assinatura do Técnico)

1

MUNICIPIO DE CELORICO DA BEIRA

BENEFICIAÇÃO DA EN16

(CELORICO – LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA)

ÍNDICE

I. CONDIÇÕES GERAIS	4
1. DISPOSIÇÕES INICIAIS	4
Cláusula 1. Objecto	4
Cláusula 2. Disposições por que se rege a empreitada	4
Cláusula 3. Interpretação dos documentos que regem a empreitada	5
Cláusula 4. Esclarecimento de dúvidas.....	5
Cláusula 5. Projecto	5
2. OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO	6
2.1. Preparação e planeamento dos trabalhos	6
Cláusula 6. Preparação e planeamento da execução da obra.....	6
Cláusula 7. Plano de trabalhos ajustado	7
Cláusula 8. Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos.....	8
2.2. Prazos de execução	9
Cláusula 9. Prazo de execução da empreitada	9
Cláusula 10. Cumprimento do plano de trabalhos.....	10
Cláusula 11. Multas por violação dos prazos contratuais	10
Cláusula 12. Actos e direitos de terceiros.....	10
2.3. Condições de execução da empreitada.....	11
Cláusula 13. Condições gerais de execução dos trabalhos	11
Cláusula 14. Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção	11
Cláusula 15. Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra.....	12
Cláusula 16. Aprovação de equipamentos, materiais e elementos de construção.....	12
Cláusula 17. Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção.....	13
Cláusula 18. Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção	13
Cláusula 19. Aplicação dos materiais e elementos de construção.....	13
Cláusula 20. Substituição de materiais e elementos de construção.....	13
Cláusula 21. Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra	14
Cláusula 22. Erros ou omissões do projecto e de outros documentos	14
Cláusula 23. Alterações ao projecto propostas pelo empreiteiro.....	14
Cláusula 24. Menções obrigatórias no local dos trabalhos.....	15
Cláusula 25. Ensaios	15
Cláusula 26. Medições	15
Cláusula 27. Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados.....	16
Cláusula 28. Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra.....	16
2.4. Pessoal	17
Cláusula 29. Obrigações gerais.....	17
Cláusula 30. Horário de trabalho	17
Cláusula 31. Segurança, higiene e saúde no trabalho	17
3. OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA.....	18

MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

BENEFICIAÇÃO DA EN16

(CELORICO – LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA)

Cláusula 32.	Preço e condições de pagamento	18
Cláusula 33.	Adiantamentos ao empreiteiro	19
Cláusula 34.	Reembolso dos adiantamentos	19
Cláusula 35.	Descontos nos pagamentos	20
Cláusula 36.	Mora no pagamento	20
Cláusula 37.	Revisão de preços	21
3.1.	Seguros	23
Cláusula 38.	Contratos de seguro	23
Cláusula 39.	Objecto dos contratos de seguro	24
4.	REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	25
Cláusula 40.	Representação do empreiteiro	25
Cláusula 41.	Representação do dono da obra	26
Cláusula 42.	Livro de registo da obra	26
5.	RECEPÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA	26
Cláusula 43.	Recepção provisória	26
Cláusula 44.	Prazo de garantia	27
Cláusula 45.	Recepção definitiva	27
Cláusula 46.	Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução	28
6.	DISPOSIÇÕES FINAIS	29
Cláusula 47.	Deveres de colaboração recíproca e informação	29
Cláusula 48.	Subcontratação e cessão da posição contratual	29
Cláusula 49.	Resolução do contrato pelo dono da obra	29
Cláusula 50.	Resolução do contrato pelo empreiteiro	31
Cláusula 51.	Foro competente	32
Cláusula 52.	Comunicações e notificações	32
Cláusula 53.	Contagem dos prazos	32
II.	CONDIÇÕES PARTICULARES	33
1.	VIAS DE COMUNICAÇÃO	33
1.1.	CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS, INCLUINDO A SUA NATUREZA, QUALIDADE E DIMENSÕES, RESPECTIVA PROCEDÊNCIA E CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO E DE ARMAZENAMENTO	33
1.1.1	Prescrições de carácter geral	33
1.1.2	Terraplenagens	34
1.1.3	Drenagem	37
1.1.4	Pavimentação	40
1.1.5	Sinalização	54
1.1.6	Guardas de segurança semi-flexíveis	68
1.2.	EXECUÇÃO DOS TRABALHOS	74
1.2.1	Trabalhos não especificados	74
1.2.2	Terraplenagens	74
1.2.3	Estabelecimento do leito do pavimento	85
1.2.4	Drenagem	86
1.2.5	Pavimentação	89

MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

BENEFICIAÇÃO DA EN16

(CELORICO – LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA)

1.2.6	Sinalização.....	110
2.	ARQUITECTURA PAISAGISTA	120
2.1.	Trabalhos preparatórios	120
2.1.1	Implantação de estaleiro	120
2.1.2	Decapagem do terreno	120
2.1.3	Movimento de terras	121
2.2.	Construção de pavimentos	124
2.2.1	Pavimentos em Betão betuminoso	124
2.2.2	Pavimento em cubo de 11x11x11cm	124
2.2.3	Pavimento em betão poroso	125
2.3.	Lancis e guias de betão	125
2.3.1	Critério de medição e descrição do artigo.....	125
2.3.2	Condições técnicas.....	126
2.4.	Equipamentos e Mobiliário urbano.....	126
2.4.1	Critério de medição e descrição do artigo.....	126
2.4.2	Condições técnicas.....	126
3.	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS PLUVIAIS.....	127
3.1.	Abertura e tapamento de valas e terraplanagens	127
3.2.	Pavimentos	128
3.3.	Tubagens	128
3.4.	Betões.....	128
3.5.	Condições especiais de execução de trabalhos	128
3.6.	Regras de medição	128
3.7.	Ensaio de materiais.....	129

Anexo 6 - Índice Geral do Caderno de Encargos do Projeto

**TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJECTO
DE VIAS DE COMUNICAÇÃO**

(Nome do Autor do Projeto) , com domicílio profissional na Rua (Morada)
Freguesia (xx) Concelho (xxxx) portador do Cartão do Cidadão n.º (xxxx) válido até
(xxxx) inscrito na Ordem dos Engenheiros (Região (xx)) sob o n.º (xx) , declara, para efeitos
do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que
lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, que o projecto de Vias de Comunicação de
que é autor, relativo à obra de Beneficiação da EN16, entre Celorico da Beira e o limite do Concelho
de Guarda, na freguesia de Ratoeira, concelho de Celorico da Beira, a promover pela Exma. Câmara
Municipal de Celorico da Beira, com sede na Rua Sacadura Cabral, freguesia e concelho de Celorico
da Beira, observa as normas legais e regulamentares aplicáveis.

(Localidade) , Outubro de 2012

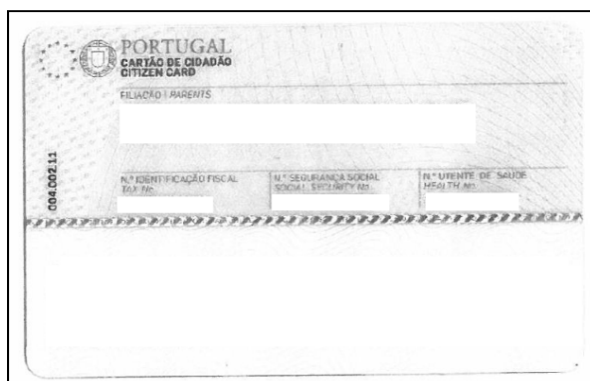
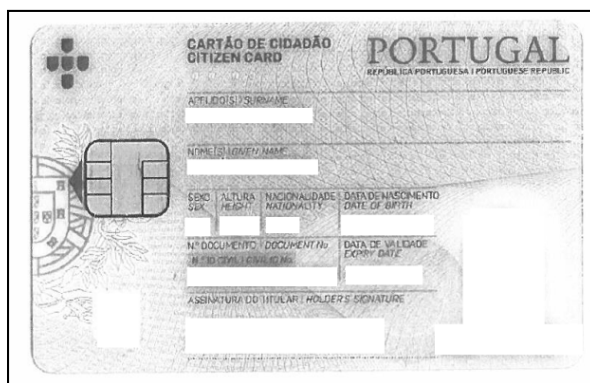
O Técnico

(Assinatura do Autor do Projeto)

(Nome do Autor do Projeto)

(Engenheiro Civil - U.P. inscrito na OE sob n.º (xx))

Anexo 7 – Termo de Responsabilidade do Autor do Projeto



Anexo 8 A – Documentos do Autor do Projeto (Cartão de Cidadão)

**Ordem dos Engenheiros**

Região (xxxx)

Rua de (xxxx)

Telefone: (xxxx)

DECLARAÇÃO

Nrº Regional- (xxx)

O Conselho Directivo da Região (x) da Ordem dos Engenheiros declara, para efeitos do estabelecido no nº 3, do Artigo 10º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010 de 30 de Março, que o(a) Engenheiro(a) Civil (Nome do Autor do Projeto)

é membro efectivo(a) desta Ordem, titular da Cédula Profissional nº (xx), tem o nível de qualificação profissional de (xx) e está na efectividade dos seus direitos como Engenheiro(a).

Nos termos do disposto no artigo 8.º da Lei nº 31/2009 de 3 de Julho e nos termos do disposto nos pontos nº1 dos artigos 8.º, 9.º, 10.º, 11.º da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro, pode exercer a função de Coordenação de Projecto e elaborar e subscrever projectos de engenharia relativos a obras da categoria I, II, III e IV, de acordo com o artigo 11.º do anexo I e anexo II da Portaria 701-H/2008, de 29 de Julho.

Esta declaração destina-se a ser exibida perante as entidades licenciadoras e é válida pelo prazo de 1 ano.

(Localidade) (Data)

Pelo Conselho Directivo

(Assinatura)

OER
Declaração nº**Anexo 8 B - Documentos do Autor do Projeto (Declaração da Ordem dos Engenheiros)**

ANEXOS REFERENTES À FASE DE FORMAÇÃO DO CONTRATO



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

BENEFICIAÇÃO DA EN16 (Celorico da Beira – Limite do Concelho – Guarda)

RUA SACADURA CABRAL • 6360 – 350 CELORICO DA BEIRA • TELEF. 271 747 400 • FAX 271 747 409 • obrasmunicipais@cm-celorico-dabeira.pt



Divisão de Obras Particulares e Municipais
MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

1

ÍNDICE

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

- Artigo 1.º – Objeto do Procedimento
- Artigo 2.º - Definições
- Artigo 3.º - Entidade Pública Contratante
- Artigo 4.º - Preço base do concurso, prazo de execução da empreitada e peças que instruem o processo do concurso
- Artigo 5.º - Consulta e fornecimento das peças do procedimento
- Artigo 6.º - Esclarecimentos e retificações relativos às peças do procedimento e erros e omissões do caderno de encargos
- Artigo 7.º - Inspeção do local dos trabalhos
- Artigo 8.º - Idioma
- Artigo 9.º - Contagem dos prazos

CAPÍTULO II

CONCORRENTES E PROPOSTAS

- Artigo 10.º - Concorrentes
- Artigo 11.º - Impedimentos
- Artigo 12.º - Proposta e documentos da proposta
- Artigo 13.º - Indicação dos preços das propostas
- Artigo 14.º - Proibição de propostas variantes
- Artigo 15.º - Modo de apresentação das propostas e dos documentos
- Artigo 16.º - Lugar e data limite de apresentação das propostas e dos documentos que as acompanham
- Artigo 17.º - Retirada da proposta
- Artigo 18.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas
- Artigo 19.º - Prazo de manutenção das propostas
- Artigo 20.º - Classificação de documentos da proposta

CAPÍTULO III

JÚRI DO PROCEDIMENTO, ATO PÚBLICO, ADMISSÃO FORMAL DOS CONCORRENTES E DAS PROPOSTAS, ADJUDICAÇÃO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

SECÇÃO I

JÚRI DO PROCEDIMENTO

- Artigo 21.º - Júri
- Artigo 22.º - Funcionamento do Júri
- Artigo 23.º - Competência do Júri, Lista dos Concorrentes e Consulta das propostas apresentadas

SECÇÃO II

ATO PÚBLICO DO PROCEDIMENTO

- Artigo 24.º - Ato Público
- Artigo 25.º - Formalidades do Ato Público

SECÇÃO III

ANÁLISE DAS PROPOSTAS E CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- Artigo 26.º - Análise das propostas
- Artigo 27.º - Preço anormalmente baixo
- Artigo 28.º - Esclarecimentos sobre as propostas
- Artigo 29.º - Critério de adjudicação



Divisão de Obras Particulares e Municipais
MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

2

SECÇÃO IV

PREPARAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

- Artigo 30.º - Relatório preliminar
- Artigo 31.º - Audiência prévia
- Artigo 32.º - Relatório final
- Artigo 33.º - Dever de adjudicação
- Artigo 34.º - Causas de não adjudicação
- Artigo 35.º - Revogação da decisão de contratar
- Artigo 36.º - Devolução do preço pago pela disponibilização das peças do concurso
- Artigo 37.º - Notificação da decisão de adjudicação

SECÇÃO V

HABILITAÇÃO

- Artigo 38.º - Documentos de habilitação
- Artigo 39.º - Modo de apresentação dos documentos de habilitação
- Artigo 40.º - Apresentação dos documentos de habilitações por agrupamentos
- Artigo 41.º - Notificação da apresentação dos documentos de habilitação
- Artigo 42.º - Não apresentação dos documentos de habilitação
- Artigo 43.º - Falsidade de documentos e declarações

SECÇÃO VI

CAUÇÕES PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DO CONTRATO

- Artigo 44.º - Caução
- Artigo 45.º - Modo de prestação da caução
- Artigo 46.º - Não prestação da caução

SECÇÃO VII

CONFIRMAÇÃO DE COMPROMISSOS

- Artigo 47.º - Prorrogação do prazo para a confirmação de compromissos
- Artigo 48.º - Não confirmação de compromissos

CAPÍTULO IV

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- Artigo 49.º - Aprovação da minuta do contrato
- Artigo 50.º - Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar
- Artigo 51.º - Notificação da minuta do contrato
- Artigo 52.º - Reclamação da minuta do contrato
- Artigo 53.º - Aceitação da minuta do contrato
- Artigo 54.º - Notificação dos ajustamentos ao contrato
- Artigo 55.º - Redução do contrato a escrito
- Artigo 56.º - Outorga do Contrato
- Artigo 57.º - Representação na outorga do contrato
- Artigo 58.º - Não outorga do contrato
- Artigo 59.º - Relatório de Contratação
- Artigo 60.º - Normas aplicáveis

ANEXOS AO PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

- Anexo I - Modelo da Proposta
- Anexo II - Modelo de Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos
- Anexo III - Modelo de declaração de habilitação
- Anexo IV - Modelos-caução

RUA SACADURA CABRAL • 6360 – 350 CELORICO DA BEIRA • TELEF. 271 747 400 • FAX 271 747 409 • obrasmunicipais@cm-celoricoabeira.pt



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

CADERNO DE ENCARGOS

BENEFICIAÇÃO DA EN16 (Celorico da Beira – Limite do Concelho – Guarda)

RUA SACADURA CABRAL • 6360 – 350 CELORICO DA BEIRA • TELEF. 271 747 400 • FAX 271 747 409 • obrasmunicipais@cm-celorico-da-beira.pt



Divisão de Obras Particulares e Municipais
MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

1

ÍNDICE**CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES INICIAIS**Cláusula 1.^a – ObjetoCláusula 2.^a - Disposições por que se rege a empreitadaCláusula 3.^a - Interpretação dos documentos que regem a empreitadaCláusula 4.^a - Esclarecimento de dúvidasCláusula 5.^a – Projeto**SECÇÃO I****PREPARAÇÃO E PLANEAMENTO DOS TRABALHOS**Cláusula 6.^a - Preparação e planeamento da execução da obraCláusula 7.^a - Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos**SECÇÃO II****PRAZOS DE EXECUÇÃO**Cláusula 8.^a - Prazo de execução da empreitadaCláusula 9.^a - Cumprimento do plano de trabalhosCláusula 10.^a - Multas por violação dos prazos contratuaisCláusula 11.^a - Atos e direitos de terceiros**SECÇÃO III****CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA**Cláusula 12.^a - Condições gerais de execução dos trabalhosCláusula 13.^a - Erros ou omissões do projeto e de outros documentosCláusula 14.^a - Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiroCláusula 15.^a - Menções obrigatórias no local dos trabalhosCláusula 16.^a - EnsaiosCláusula 17.^a – MediçõesCláusula 18.^a - Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registadosCláusula 19.^a - Execução simultânea de outros trabalhos no local da obraCláusula 20.^a - Outros encargos do empreiteiro**SECÇÃO IV****PESSOAL**Cláusula 21.^a - Obrigações geraisCláusula 22.^a - Horário de trabalhoCláusula 23.^a - Segurança, higiene e saúde no trabalho**CAPÍTULO II****OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA**Cláusula 24.^a - Preço e condições de pagamentoCláusula 25.^a - Adiantamentos ao empreiteiroCláusula 26.^a - Descontos nos pagamentos



Divisão de Obras Particulares e Municipais
MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

2

Cláusula 27.^a - Mora no pagamento

Cláusula 28.^a - Revisão de preços

SECÇÃO VI

SEGUROS

Cláusula 29.^a - Contratos de seguro

Cláusula 30.^a - Outros sinistros

CAPÍTULO IV

REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 31.^a - Representação do empreiteiro

Cláusula 32.^a - Representação do dono da obra

Cláusula 33.^a - Livro de registo da obra

CAPÍTULO V

RECEÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA OBRA

Cláusula 34.^a - Receção provisória

Cláusula 35.^a - Prazo de garantia

Cláusula 36.^a - Receção definitiva

Cláusula 37.^a - Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 38.^a - Deveres de informação

Cláusula 39.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

Cláusula 40.^a - Resolução do contrato pelo dono da obra

Cláusula 41.^a - Resolução do contrato pelo empreiteiro

Cláusula 42.^a - Foro competente

Cláusula 43.^a - Comunicações e Notificações

Cláusula 44.^a - Contagem dos prazos


Cláusula 45.^a - Prazo de execução

MUNICIPIO DE CELORICO DA BEIRA
BENEFICIAÇÃO DA EN16
(CELORICO – LIMITE DO CONCELHO DA
GUARDA)

I. CONDIÇÕES PARTICULARES.....	1
1. VIAS DE COMUNICAÇÃO.....	1
1.1. CARACTERÍSTICAS DOS MATERIAIS, INCLUINDO A SUA NATUREZA, QUALIDADE E DIMENSÕES, RESPECTIVA PROCEDÊNCIA E CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO E DE ARMAZENAMENTO.....	1
1.1.1 Prescrições de carácter geral.....	1
1.1.2 Terraplenagens.....	2
1.1.3 Drenagem.....	5
1.1.4 Pavimentação.....	8
1.1.5 Sinalização.....	22
1.1.6 Guardas de segurança semi-flexíveis.....	36
1.2. EXECUÇÃO DOS TRABALHOS.....	42
1.2.1 Trabalhos não especificados.....	42
1.2.2 Terraplenagens.....	42
1.2.3 Estabelecimento do leito do pavimento.....	53
1.2.4 Drenagem.....	54
1.2.5 Pavimentação.....	57
1.2.6 Sinalização.....	78
2. ARQUITECTURA PAISAGISTA.....	88
2.1. Trabalhos preparatórios.....	88
2.1.1 Implantação de estaleiro.....	88
2.1.2 Decapagem do terreno.....	88
2.1.3 Movimento de terras.....	89
2.2. Construção de pavimentos.....	92
2.2.1 Pavimentos em Betão betuminoso.....	92
2.2.2 Pavimento em cubo de 11x11x11cm.....	92
2.2.3 Pavimento em betão poroso.....	93
2.3. Lancis e guias de betão.....	93
2.3.1 Critério de medição e descrição do artigo.....	93
2.3.2 Condições técnicas.....	94
2.4. Equipamentos e Mobiliário urbano.....	94
2.4.1 Critério de medição e descrição do artigo.....	94
2.4.2 Condições técnicas.....	94
3. REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS PLUVIAIS.....	95
3.1. Abertura e tapamento de valas e terraplanagens.....	95

3.2. Pavimentos.....	96
3.3. Tubagens.....	96
3.4. Betões.....	96
3.5. Condições especiais de execução de trabalhos.....	96
3.6. Regras de medição.....	96
3.7. Ensaaios de materiais.....	97

Anexo 11 - Índice do Caderno de Encargos – Cláusulas Técnicas para a fase de formação do Contrato

	DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS	<div style="text-align: center; font-weight: bold; font-size: small;">Município de Celorico da Beira</div> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><tr><td style="width: 30%;">Livro :</td><td style="width: 30%; text-align: center;">(xxx)</td><td style="width: 40%;"></td></tr><tr><td>Registo</td><td style="text-align: center;">(xx)</td><td>Ano:</td></tr><tr><td>Entrada</td><td></td><td></td></tr><tr><td>Registado</td><td style="text-align: center;">(xxxxx)</td><td></td></tr></table>	Livro :	(xxx)		Registo	(xx)	Ano:	Entrada			Registado	(xxxxx)	
Livro :	(xxx)													
Registo	(xx)	Ano:												
Entrada														
Registado	(xxxxx)													
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;">PARECER</div> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"><i>(Parecer da Chefe de Divisão)</i></div> <div style="margin-top: 20px;">Chefe de Divisão _____</div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;">DESPACHO/DELIBERAÇÃO</div> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"><i>(Despacho do Presidente da Câmara a remeter para reunião do Executivo)</i></div>													
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; background-color: #f0f0f0;">INFORMAÇÃO TÉCNICA</div> <p>ASSUNTO: Abertura do Procedimento Pré-contratual referente à Empreitada de Beneficiação da EN 16 (Celorico da Beira – Limite do Concelho – Guarda)</p> <p>DATA:</p> <ol style="list-style-type: none">1. N.º DE PROCEDIMENTO – CPV: 45 233 220 – 7 – Pavimentação de Estradas 2. OBJETO Execução da empreitada referente à Beneficiação da EN 16 (Celorico da Beira – Limite do Concelho – Guarda). Os trabalhos constantes do projeto de execução patente a concurso são relativos a vias de comunicação, drenagens, pavimentação e sinalização. 3. PRAZO O prazo de execução da empreitada é de 9 meses, a contar nos termos do estipulado no artigo 362.º do Código dos Contratos Públicos. 4. PREÇO-BASE (S/ IVA) O preço-base do presente procedimento é de 1.126.598,15 € (Um milhão, cento e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e oito euros e quinze centimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado. <div style="text-align: right; margin-top: 20px;"><i>(Rubrica do Técnico)</i></div>														

1/3



DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS

SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

5. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

Em função do valor estimado considera-se adequado a escolha do Concurso público, conforme enquadramento legal demonstrado no quadro seguinte:

CRITÉRIO	FUNDAMENTAÇÃO	
	DIREITO	FACTO
	Alínea b) do artigo 19.º do Decreto-Lei N.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação.	
VALOR ESTIMADO	A escolha do concurso público sem publicação no JOUE só permite a celebração de contratos de valor inferior a 5.000.000,00€	O valor estimado de despesa a efetuar é de 1.126.598,15 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

6. PEÇAS DO CONCURSO

- a) Programa de Procedimento (artigos 41.º e 132.º);
- b) Caderno de Encargos (artigos 42.º a 49.º, e Portaria 701-H/2008).

7. JÚRI DO CONCURSO (67.º A 69.º)

Função	Nome	Carreira / Cargo
Presidente		
1.ª Vogal	(Membros do Júri)	
2.ª Vogal		(Carreira/cargo dos
1.ª Vogal Suplente		Membros do Júri)
2.ª Vogal Suplente		

8. ENTIDADE COMPETENTE

O órgão da Entidade Pública Contratante para a decisão de contratar é a Câmara Municipal de Celorico da Beira.

9. PROPOSTAS

- a) Aprovação da decisão de contratar e decisão de autorização da despesa (art.º 36.º);
- b) Aprovação da escolha procedimento (art.º 38.º);
- c) Aprovação do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, em anexo (art.42.º/2);
- d) Aprovação da Designação do Júri (art.º 67.º/1);
- e) Delegação de competências no Júri. Solicita-se nos termos do art.º 109.º do CCP a delegação no Júri das competências para prestar esclarecimentos e retificar peças de procedimento nos termos do art.º 50.º e aceitar ou rejeitar as listas de erros e omissões apresentadas nos termos do art.º 61.º;

Solicita-se que os Serviços Financeiros juntem à presente, informação de cabimento, contendo informação relativa ao cumprimento da Lei nº8/2012, de 21 de Fevereiro, após a qual o Exmo Sr. Presidente poderá decidir o referido no ponto 9 da presente informação.

(Rubrica do Técnico)

4/3



DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS
SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

Acrescenta-se ainda que se encontra em negociação a aquisição da parcela de terreno a ocupar pela rotunda a construir no âmbito desta empreitada, estando o assunto a ser tratado pelo Gabinete Jurídico e Executivo.

Por indicação do Gabinete Jurídico, a negociação encontra-se em fase final.

A Técnica

(Assinatura do
Técnico(a))

Presente à reunião de Câmara...../...../.....

(Deliberação do Executivo)

Em anexo: Cópia da Informação Interna com registo nº de

3/3

Anexo 12 – Informação de Abertura de Procedimento

Município de Celorico da Beira
Informação de Cabimento
Plano Oficial de Contabilidade Autárquica - Pocal

DESP.:

Código de	(xxxxxx)	Beneficiação da EN16 (Celorico - Limite Concelho da Guarda)			
		Fonte de Financiamento	Administração Autárquica	(xxx)	%
			Administração Central	(xxx)	%
			Fundos Comunitários	(xxx)	%
Classificação Funcional - (xxxxxx)					
Orçamento para o ano de (xxxxxx)					
Classificação Orgânica - (xxx)					
Classificação Económica - (xxx) Viadutos, arruamentos e obras complementares					
1	Dotação Inicial				(xxxxxx) ,00
2	Reforços / Anulações				(xxxxxx) ,00
3	Congelamentos / Descongelaamentos				(xxxxxx) ,00
4 = 1 + 2 - 3	Dotação Corrigida				(xxxxxx) ,00
5	Compromissos assumidos				(xxxxxx) ,00
6 = 4 - 5	Dotação Disponível				(xxxxxx) ,00
7	Compromisso relativo à despesa em análise				(xxxxxx) ,00
8 = 6 - 7	Saldo Residual				(xxxxxx) ,00

Data -

Assinatura do responsável

(Assinatura)

1. Valor da Rubrica no Orçamento Inicial

2. Valor das Modificações à Rubrica (+/-)

3. Valor das Cativações (+/-), caso as haja

4. 1 + 2 - 3

5. Cabimentos (026) para a rubrica, até ao atual

6. 4 - 5 (ou valor da 023 para a rubrica, deduzido das Cativações)

7. Valor do Cabimento em análise (atual)

8. 6 - 7 (ou valor da 023 para a Rubrica, deduzido das Cativações e do Cabimento em análise)

Anexo 13 – Informação de Cabimento



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA
Câmara Municipal

CERTIDÃO

----- (Nome do Presidente da Câmara) , PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA, certifica que da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Celorico da Beira de (Data) consta uma deliberação com o seguinte teor: -----

----- **5. DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS** -----

----- **ASSUNTO: ABERTURA DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL REFERENTE À EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO DA BEIRA - LIMITE DO CONCELHO - GUARDA)** -----

----- Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de (Data) , com o registo interno n.º (x) relativa ao assunto em epígrafe e que se apensa a esta ata, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador (xxxxxx) , aprovar: -----

----- A contratação, autorização de despesa e escolha do procedimento; -----

----- O programa de procedimento e caderno de encargos; -----

----- A constituição do júri conforme indicado no ponto 7 da presente informação e delegação de competências do mesmo, de acordo com a alínea e), do ponto 9, da informação técnica. -----

----- Por ser verdade se passa a presente certidão, que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Celorico da Beira, (Data) -----

O Presidente da Câmara Municipal

(Assinatura)

Secção (Identificação da Secção)

RUA SACADURA CABRAL, 6360-350 CELORICO DA BEIRA • TELEF. 271 747 400 • TELEFAX 271 747 409 • www.cm-celoricotabelra.pt

Gratinal-Águeda

Formato A 4

Anexo 14 – Deliberação do Executivo de Abertura do Procedimento



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA
Câmara Municipal

DESPACHO

(Nome do Presidente da Câmara) , Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, designa, para o procedimento pré-contratual referente à empreitada "Beneficiação da EN 16 (Celorico da Beira – Limite do Concelho - Guarda", como Gestoras de Procedimento as Sras. Eng^{as} Cristina Alexandra Freire Martins e (Nome de Técnico) , as quais poderão introduzir documentos relativos ao referido procedimento na Plataforma Electrónica de Contratação Pública BizGov.

Celorico da Beira, 21 de Janeiro de 2013

O Presidente da Câmara

(Assinatura)

(Nome do Presidente da Câmara)

OM/MF

RUA SACADURA CABRAL, 6360-350 CELORICO DA BEIRA • TELEF. 271 747 400 • TELEFAX 271 747 409 • www.cm-celoricodabeira.pt

Gratinal-Agueda

Formato A 4

Anexo 15 – Despacho com nomeação dos Gestores de Procedimento

II SÉRIE



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Sexta-Feira, 8 de Fevereiro de 2013

Número 28

PARTE L - CONTRATOS PÚBLICOS

MUNICIPIO DE CELORICO DA BEIRA

Anúncio de procedimento n.º 631/2013

MODELO DE ANÚNCIO DO CONCURSO PÚBLICO

1 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

NIF e designação da entidade adjudicante:

506849635 - Município de Celorico da Beira

Serviço/Órgão/Pessoa de contacto: Divisão de Urbanismo e Gestão de Espaços Públicos

Endereço: Rua Sacadura Cabral, n.º 39

Código postal: 6360 350

Localidade: Celorico da Beira

Telefone: 00351 271747400

Fax: 00351 271747409

Endereço Eletrónico: obrasmunicipais@cm-celoricodabeira.pt

2 - OBJETO DO CONTRATO

Designação do contrato: Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)

Descrição sucinta do objeto do contrato: O presente contrato tem por objeto a beneficiação de um troço da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda), sito no concelho de Celorico da Beira. Os trabalhos constantes do Projeto de Execução patente a concurso são relativos a vias de comunicação, drenagens, pavimentação e sinalização, encontrando-se os mesmos quantificados em projeto e correspondente mapa de quantidades.

Tipo de Contrato: Empreitada de Obras Públicas

Valor do preço base do procedimento 1126598,15 EUR

Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos)

Objeto principal

Vocabulário principal: 45233220

Valor: 1126598,15 EUR

3 - INDICAÇÕES ADICIONAIS

Diário da República, 2.ª série - N.º 28 - 8 de Fevereiro de 2013 - Anúncio de procedimento n.º 631/2013 - Página n.º 2

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro: Não
O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico: Não
É utilizado um leilão eletrónico: Não
É adotada uma fase de negociação: Não

4 - ADMISSIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES: Não

6 - LOCAL DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a beneficiação de um troço da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda), sito no concelho de Celorico da Beira, Freguesias de S. Pedro, Ratoeira e Lageosa do Mondego

País: PORTUGAL

Distrito: Guarda

Concelho: Celorico da Beira

Código NUTS: PT168

7 - PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Empreitadas de obras públicas

Prazo contratual de 9 meses contados nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do CCP

8 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, NOS TERMOS DO N.º 6 DO ARTIGO 81.º DO CCP

O adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

1. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II e que faz parte integrante do Programa do Procedimento;
2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP;
3. Alvará ou os títulos de registo emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário (INCI), contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, designadamente as seguintes categorias e subcategorias:
 - a) A 1.ª subcategoria da 2.ª categoria (Vias de Comunicações, Obras de Urbanização e Outras Infra-estruturas) na classe correspondente ao valor global da proposta;
 - b) As 6.ª e 8.ª subcategorias da 2.ª categoria (Vias de Comunicações, Obras de Urbanização e Outras Infra-estruturas) e a 2.ª subcategoria da 5.ª categoria (Outros trabalhos), nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitam.

9 - ACESSO ÀS PEÇAS DO CONCURSO E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1 - Consulta das peças do concurso

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados:

Divisão de Urbanismo e Gestão de Espaços Públicos

Endereço desse serviço: Rua Sacadura Cabral, n.º 39

Código postal: 6360 350

Localidade: Celorico da Beira

Telefone: 00351 271747400

Fax: 00351 271747409

Endereço Eletrónico: obrasmunicipais@cm-celoricodabeira.pt

9.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante: SaphetyGov

10 - PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS OU DAS VERSÕES INICIAIS DAS PROPOSTAS SEMPRE QUE SE TRATE DE UM SISTEMA DE AQUISIÇÃO DINÂMICO

Até às 23 : 59 do 30.º dia a contar da data de envio do presente anúncio

11 - PRAZO DURANTE O QUAL OS CONCORRENTES SÃO OBRIGADOS A MANTER AS RESPECTIVAS PROPOSTAS

66 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

12 - CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

Mais baixo preço

13 - DISPENSA DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO: Não

14 - IDENTIFICAÇÃO E CONTACTOS DO ÓRGÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Designação: José Francisco Gomes Monteiro

Endereço: Rua Sacadura Cabral, n.º 39

Código postal: 6360 350

Localidade: Celorico da Beira

Telefone: 00351 271747400

Fax: 00351 271747409

Endereço Eletrónico: geral@cm-celoricodabeira.pt

Diário da República, 2.ª série - N.º 28 - 8 de Fevereiro de 2013 - Anúncio de procedimento n.º 631/2013 - Página n.º 3

15 - DATA DE ENVIO DO ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA REPÚBLICA
2013/02/08

16 - O PROCEDIMENTO A QUE ESTE ANÚNCIO DIZ RESPEITO TAMBÉM É PUBLICITADO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA: Não

17 - OUTRAS INFORMAÇÕES
Regime de contratação: DL n.º 18/2008, de 29.01

18 - IDENTIFICAÇÃO DO AUTOR DO ANÚNCIO
Nome: José Francisco Gomes Monteiro
Cargo: Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira

406742143

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750

saphetygov <small>CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA</small>		saphety <small>PURCHASE TO ANY SOLUTIONS</small>	
Notificação de Apresentação de Pedido de Esclarecimento sobre as Peças do Procedimento - Procedimento CP1/2013.			
Nº do procedimento:	CP1/2013		
Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)		
Data de criação:	18/02/2013 19:03:05		
Enviado por:	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda		
Destinatário(s):	Município de Celorico da Beira - Presidente; Município de Celorico da Beira - Vogal; Município de Celorico da Beira - Suplente; Município de Celorico da Beira - Suplente; Município de Celorico da Beira - Vogal		
Tipo de Notificação:	Notificação de pedido de esclarecimento sobre as Peças do Procedimento		
Assunto:	Notificação de Apresentação de Pedido de Esclarecimento sobre as Peças do Procedimento - Procedimento CP1/2013.		
Anexos:	Sem anexos		
<p>Notificam-se V.Exas. da Apresentação de Pedido de Esclarecimento sobre as Peças do Procedimento pelos interessados. O respetivo detalhe encontra-se disponível em www.saphety.com/saphetygov, mediante introdução de login e password.</p>			

Anexo 17 – Notificação de apresentação de pedido de esclarecimento rececionada pela Entidade Adjudicante

Esclarecimento			
Esclarecimentos das peças do procedimento			
Nº do procedimento:	CP1/2013	Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira ...
Data/Hora Colocação:	18/02/2013 19:03:05	Data/Hora Resposta:	27/02/2013 11:24:20
Colocado por:	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Respondido por:	Município de Celorico da Beira - Vogal
Pergunta		Resposta	
<p>Vimos pelo presente meio, solicitar os seguintes esclarecimentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Para o capítulo da drenagem solicita-se a peça desenhada G-015, que no projecto se encontra parcialmente oculto. 2. Para o artigo 0.2.1.4.1 solicita-se as dimensões da grelha anti-roubo. <p>Cumprimentos,</p> <p>Ana Saraiva</p>		<p>Exmos Srs.</p> <p>Somos a enviar a V. Ex^{as} resposta aos pedidos de esclarecimentos solicitados.(Em anexo)</p> <p>Cumprimentos</p>	
Anexos		Anexos	
Sem anexos		Esclarecimentos EN16.pdf G2010.008-02-5PE-G-015-R1.dwf	
<input type="button" value="Voltar"/>			

Anexo 18 – Esclarecimentos das Peças do Procedimento (Pedido e Resposta)

CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA

PUBLICAR O RÁPIDO, USAR O

Notificação de Publicação de Esclarecimentos sobre as Peças do Procedimento - Procedimento CP1/2013.

Nº do procedimento:	CP1/2013
Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)
Data de criação:	27/02/2013 11:24:20
Enviado por:	Município de Celorico da Beira - Vogal
Destinatário(s):	Embeiral - Engenharia e Construção SA; Habitâmega, Construções S.A.; João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda; ENERGCAMBRA, LDA; FASE - Estudos e Projectos, SA; Restradas - Revitalização de Estradas do Norte, Lda; Martinho & Martinho, Lda.; MOTA-ENGL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.; Biosfera Construções, unipessoal, Lda; Higinio Pinheiro & Irmão S.A.; IRMAOS MOREIRAS, S.A.; Rosas Construtores, S.A.; MAQUIRECTA LDA; Adriano Luz Duarte Balaia, Lda.; ALFEROPE - LOGÍSTICA LDA; LIFETOURIS - VIAGENS, TURISMO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA; Rosas Construtores, S.A.; M. Couto Alves, SA; António Saraiva e Filhos, Lda; Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda; AZIDREN - EMPREITEIROS, S.A.; Irmãos Almeida Cabral, Lda; Lopes & Irmãos, Lda; José Manuel Pinheiro Madaleno, unipessoal, Lda; MONTALVIA Construtora S.A.
Tipo de Notificação:	Notificação de Publicação dos Esclarecimentos sobre as Peças do Procedimento
Assunto:	Notificação de Publicação de Esclarecimentos sobre as Peças do Procedimento - Procedimento CP1/2013.
Anexos:	Sem anexos

Notificam-se todos os concorrentes da publicação de esclarecimentos no âmbito deste procedimento. Os referidos esclarecimentos encontram-se disponíveis em www.saphety.com/saphetygov, mediante introdução de login e password.

Anexo 19 – Notificação de Publicação de Esclarecimentos a todos os interessados

Erros e Omissões

Por Responder
5

	Tipo	Data/Hora Colocação	Colocado por	Conteúdo	Ver
Nenhum esclarecimento encontrado					

Respondidas
1/1 5

	Tipo	Data/Hora Colocação	Data/Hora Resposta	Colocado por	Estado	Conteúdo Resposta	Ver
<input type="checkbox"/>	Genérico	05/03/2013 10:58	21/03/2013 15:26	Rosas Construtores, S.A.	Respondido	Exmos Srs. Somos a apresentar a Lista de Erros Aceites pelo (...)	
<input type="checkbox"/>	Genérico	05/03/2013 15:55	21/03/2013 15:26	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Respondido	Exmos Srs. Somos a apresentar a Lista de Erros Aceites pelo (...)	
<input type="checkbox"/>	Genérico	05/03/2013 15:58	21/03/2013 15:26	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Respondido	Exmos Srs. Somos a apresentar a Lista de Erros Aceites pelo (...)	

Exportar

Anexo 20 – Apresentação de Listas de Erros e Omissões

Erro/Omissão			
Erros e omissões			
Nº do procedimento:	CP1/2013	Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira ...
Data/Hora Colocação:	05/03/2013 15:58:21	Data/Hora Resposta:	21/03/2013 15:26:49
Colocado por:	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Respondido por:	Município de Celorico da Beira - Vogal
Pergunta		Resposta	
<p>De acordo com o disposto no nº1 do artigo 61º do Decreto-lei nº18/2008 de 29 de Janeiro, somos a enviar lista de erros e omissões referentes à empreitada.</p> <p>Assim sendo, e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 61º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro, o prazo fixado para apresentação das propostas é suspenso desde o termo do quinto sexto daquele prazo até à publicação da decisão prevista no nº5 ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.</p> <p>Cumprimentos</p>		<p>Exmos Srs.</p> <p>Somos a apresentar a Lista de <u>Erros Aceites</u> pelo Órgão Competente para a Decisão de Contratar.</p> <p>Cumprimentos</p>	
Anexos		Anexos	
Erros e Omissões.pdf 		Matriz de quantidades erros e omissões - plataf.xls 	
		EN16 Informação Erros e Omissões.pdf 	
<input type="button" value="Voltar"/>			

Erro/Omissão			
Erros e omissões			
Nº do procedimento:	CP1/2013	Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira ...
Data/Hora Colocação:	05/03/2013 10:58:34	Data/Hora Resposta:	21/03/2013 15:26:49
Colocado por:	Rosas Construtores, S.A.	Respondido por:	Município de Celorico da Beira - Vogal
Pergunta		Resposta	
<p>Exmos. Srs.,</p> <p>Vimos por este meio apresentar a nossa Lista de Erros e Omissões.</p> <p>Com os melhores cumprimentos,</p>		<p>Exmos Srs.</p> <p>Somos a apresentar a Lista de <u>Erros Aceites</u> pelo Órgão Competente para a Decisão de Contratar.</p> <p>Cumprimentos</p>	
Anexos		Anexos	
EO.rar 		EN16 Informação Erros e Omissões.pdf 	
		Matriz de quantidades erros e omissões - plataf.xls 	
<input type="button" value="Voltar"/>			

Anexo 21 – Resposta às Listas de Erros e Omissões apresentadas pelos concorrentes

CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA

purchasing 360° solutions

Notificação de Resposta à Identificação de Erros e Omissões das Peças do Procedimento - Procedimento CP1/2013.

Nº do procedimento:	CP1/2013
Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)
Data de criação:	21/03/2013 15:26:50
Enviado por:	Município de Celorico da Beira - Vogal
Destinatário(s):	Rosas Construtores, S.A.; João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda
Tipo de Notificação:	Notificação de resposta à indicação de Erros e Omissões
Assunto:	Notificação de Resposta à Identificação de Erros e Omissões das Peças do Procedimento - Procedimento CP1/2013.
Anexos:	Sem anexos

Notifica-se da apresentação de resposta à identificação de Erros e Omissões das Peças do Procedimento, no âmbito deste procedimento. O respetivo detalhe encontra-se disponível em www.saphety.com/saphetygov, mediante introdução de login e password.

Anexo 22 – Notificação de resposta à identificação de Erros e Omissões

Propostas Apresentadas									
#	Proposta Nº	Nome do concorrente	Formulário Principal	Data de envio	Detalhe	Estado	Motivo de Exclusão	Comentários	
+	1.1	0	<u>Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda</u>	--	19/04/2013 14:53		Excluída	Não apresentou proposta por o valor da mesma ser superior ao preço base, apresentando apenas uma declaração informando que não apresentaria a proposta.	
+	2.1	0	<u>Higino Pinheiro & Irmão S.A.</u>	--	19/04/2013 14:55		Excluída	Não apresentou proposta por o valor da mesma ser superior ao preço base, apresentando apenas uma declaração informando que não apresentaria a proposta.	
+	3.1	0	<u>Restradas - Revitalização de Estradas do Norte, Lda</u>	--	19/04/2013 15:37		Excluída	Nº1 e alínea b) do nº 2 do artigo 57º do CCP, conjugados com a alínea l) do nº 2 do artigo 146º do CCP e alínea d) do nº 2 do artigo 70º do CCP.	A proposta não observa as formalidades legais exigidas: apenas é apresentada a Lista de Preços Unitários. A proposta apresenta um preço contratual que seria superior ao Preço Base.
+	4.1	0	<u>Irmãos Almeida Cabral, Lda</u>	--	19/04/2013 17:38		Admitida		
+	5.1	0	<u>Biosfera Construções, unipessoal, Lda</u>	--	19/04/2013 18:57		Admitida		
+	6.1	0	<u>João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda</u>	--	19/04/2013 20:01		Admitida		
+	7.1	0	<u>Embeiral - Engenharia e Construção SA</u>	--	19/04/2013 20:39		Admitida		
+	8.1	0	<u>António Saraiva e Filhos, Lda</u>	--	20/04/2013 00:44		Admitida		

Ficha de Abertura de Propostas
Notificar Concorrentes
Disponibilizar Propostas
Esclarecimentos
Comparação de Propostas
Relatórios de Análise

Anexo 23 – Lista de Concorrentes que apresentaram proposta



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA
Câmara Municipal

RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

AO CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE

"BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO – GUARDA)"

(NOS TERMOS DO ARTIGO 146º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

Aos vinte e dois dias do mês de Abril do ano de dois mil e treze, pelas dez horas, para cumprimento do artigo 69º do Código dos Contratos públicos, aprovado e publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, reuniu o Júri do procedimento citado em epígrafe, nomeado por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião ordinária de vinte e quatro de Janeiro de dois mil e treze, constituído por *(Membro do Júri)*, que presidiu, *(Membro do Júri)* e *(Membro do Júri)*, como vogais.

O procedimento para a formação do contrato de empreitada rege-se pelo Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei N.º 18/2008, de 29 de Janeiro na parte respeitante a Concurso Público, sendo o Preço-Base com vista à adjudicação da mencionada empreitada, de 1.126.598,15€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Foi efectuada a abertura de propostas, na Plataforma Electrónica de Contratação Pública, que se passam a enumerar:

- Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda;
- Hígino Pinheiro & Irmão, S.A..
- Restradas – Revitalização de Estradas do Norte, Lda;
- Irmãos Almeida Cabral, Lda;
- Biosfera – Construções Unipessoal, Lda.;
- João Tomé Saraiva, Sociedade de Construções, Lda;
- Embeiral – Engenharia e Construção, S.A.;
- António Saraiva & Filhos, Lda.

*(Rubrica dos três
elementos do Júri)*

Dos concorrentes atrás enumerados, as firmas (xxxxx) e (xxxxx) informaram, através de declaração, que não apresentavam proposta por o valor das mesmas ser superior ao preço base.

Foi efetuada a análise das propostas apresentadas, conforme a seguir descrito.

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

O Júri analisou a conformidade legal dos documentos apresentados e deliberou por unanimidade, a admissão das seguintes propostas por se encontrarem conforme o solicitado nas peças patenteadas a concurso:

Nome do Concorrente
- Irmãos Almeida Cabral, Lda;
- Biosfera – Construções Unipessoal, Lda;
- João Tomé Saraiva, Sociedade de Construções, Lda;
- Embeiral – Engenharia e Construção, S.A;
- António Saraiva & Filhos, Lda;

Mais deliberou, também por unanimidade, nos termos do Código dos Contratos Públicos e Portaria nº 701-G de 29 de Julho de 2008, excluir a proposta abaixo indicada, com os seguintes fundamentos:

Nome do Concorrente	do	Fundamentação da Exclusão	
		De direito	De facto
Restradas de Revitalização de Estradas do Norte, Lda	— do	Nº 1 e alínea b) do nº2 do artigo 57º do CCP, conjugados com a alínea l) do nº 2 do artigo 146º do CCP e Alínea d) do nº 2 do artigo 70º do CCP	A Proposta não observa as formalidades legais exigidas: apenas é apresentada a Lista de Preços Unitários. - A Proposta apresenta um preço contratual que seria superior ao Preço-base.

CONCLUSÃO

Atendendo ao exposto, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 69º do Código dos Contratos Públicos, o Júri procedeu à apreciação das propostas em função do critério de adjudicação estabelecido no artigo 29º do Programa de Procedimento – **Proposta de mais baixo preço.**

(Rubrica dos três elementos do Júri)

Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 146º do Código dos Contratos Públicos, o Júri deliberou, por unanimidade, propor a seguinte ordenação das propostas:

Ordem	Nome do Concorrente	Valor da Proposta (os valores das propostas não incluem o IVA)
1º	Biosfera – Construções Unipessoal, Lda	875.250,98€
2º	António Saraiva & Filhos, Lda	968.000,00€
3º	Irmãos Almeida Cabral, Lda	1.091.509,96€
4º	Embeiral – Engenharia e Construção, S.A.	1.108.928,61€
5º	João Tomé Saraiva – Sociedade de Construções, Lda	1.120.675,98€

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 123º aplicável por força do artigo 147º do Código dos Contratos Públicos, o Júri deliberou enviar o presente Relatório Preliminar a todos os concorrentes, para se pronunciarem ao abrigo do direito de audiência prévia, no prazo de cinco dias.

Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente do Júri deu por encerrada a reunião, da qual resultou o presente Relatório Preliminar, que vai ser assinado por todos os membros do Júri.

Celorico da Beira, 22 de Abril de 2013

O Júri

*(Assinatura dos três
elementos do Júri)*

CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA

REDUCING THE PAIN SOLUTIONS

Notificação de Disponibilização do Relatório Preliminar de Avaliação de Propostas - Procedimento CP1/2013.

Nº do procedimento:	CP1/2013
Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)
Data de criação:	13/05/2013 13:54:27
Enviado por:	Município de Celorico da Beira - Vogal
Destinatário(s):	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda; Biosfera Construções, unipessoal, Lda; Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda; Estradas - Revitalização de Estradas do Norte, Lda; Embeiral - Engenharia e Construção SA; Higinio Pinheiro & Irmão S.A.; António Saraiva e Filhos, Lda; Irmãos Almeida Cabral, Lda
Tipo de Notificação:	Notificar Relatório Preliminar da Fase de Análise de Propostas
Assunto:	Notificação de Disponibilização do Relatório Preliminar de Avaliação de Propostas - Procedimento CP1/2013.
Anexos:	Relatório Preliminar EN16.pdf

Notifica-se da disponibilização do Relatório Preliminar de Avaliação de Propostas, estando o respetivo documento disponível em www.saphety.com/saphetygov, mediante introdução de login e password. O prazo fixado para Audiência Prévia é 20/05/2013 23:59.

Anexo 25 – Notificação de disponibilização de Relatório Preliminar para efeitos de Audiência Prévia

Audiência Prévia

Data/Hora	Nome	Utilizador	Título	Ver
Sem registos para mostrar				


Erros e Omissões

Data/Hora	Entidade	Utilizador	Estado	Título	Ver
05/03/2013 10:58	Rosas Construtores, S.A.	Rosas Construtores, S.A.	Respondido	Erros e omissões	
05/03/2013 15:55	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Respondido	Erros e omissões	
05/03/2013 15:58	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Respondido	Erros e omissões	

Powered by:

© 2013 Saphety Level - Trusted Services SA. Todos os direitos reservados. - v4.21.16

Anexo 26 – Pronúncias em sede de Audiência Prévia

	DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS	<div style="text-align: right;">Município de Celorico da Beira</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 2px;"><div style="display: flex; justify-content: space-between;">Livro : CGI (xxx)</div><div style="display: flex; justify-content: space-between;">Registo N.º:/Ano: 2013</div><div style="display: flex; justify-content: space-between;">Interna de 21-05-2013</div><div style="display: flex; justify-content: space-between;">Registado por:(xxxxx)</div></div> <div style="font-size: small; text-align: center; margin-top: 2px;">SGD-Sistema de Gestão Documental-21-05-2013</div>
PARECER <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"><i>(Parecer da Chefe de Divisão)</i></div> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;">Chefe de Divisão _____</div>	DESPACHO/DELIBERAÇÃO <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"><i>(Despacho do Presidente da Câmara a remeter para reunião do Executivo)</i></div>	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 0 auto; width: 80%;">INFORMAÇÃO TÉCNICA</div>		
<p>ASSUNTO: BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO - GUARDA)</p> <ul style="list-style-type: none">- RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISES DE PROPOSTAS- ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA <p>DATA: 2013/05/21</p> <p style="margin-top: 20px;">Ex.mo Sr. Presidente</p> <p style="margin-top: 10px;">Relativamente ao assunto em epígrafe, propõe-se:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Aprovar o Relatório Final de análise das propostas, nos termos do nº 4 do artigo 148º do Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro;2. Aprovar a adjudicação da obra à firma <i>(Identificação da Firma Adjudicatária)</i> pelo valor de 875.250,98 € (oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta euros e noventa e oito centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. <p style="margin-top: 20px;">Informa-se V. Exª que a celebração do contrato implica a sua redução a escrito, sendo a respetiva minuta aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário, conforme previsto no nº 1 do artigo 98º do Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.</p> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">O Júri</p> <p style="text-align: center; margin-top: 10px;"><i>(Assinatura dos três elementos do Júri)</i></p> <div style="margin-top: 20px;"><div style="display: flex; justify-content: space-between;">OM/DF/MF_____</div></div>		
1		



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA
Câmara Municipal

RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

AO CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE

"BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO – GUARDA)"

(NOS TERMOS DO ARTIGO 146º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

Aos vinte e um dias do mês de Maio de dois mil e treze, pelas dezasseis horas, e em cumprimento do disposto no art.º 69º do Código dos Contratos Públicos (Dec-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro), reuniu o Júri do Procedimento designado para o presente concurso por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião ordinária de vinte e quatro de Janeiro de dois mil e treze, constituído por:

- o Presidente – *(Membro do Júri)* ;
- o Vogal – *(Membro do Júri)* ;
- o Vogal – *(Membro do Júri)*

1 – Introdução:

- 1.1. – Nos termos do artigo 147º do Código dos Contratos Públicos procedeu-se à Audiência Prévia dos interessados, tendo-lhes sido remetido o Relatório Preliminar em 13/05/2013.
- 1.2. Atendendo ao artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicitado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, elaborou-se o presente Relatório Final.
- 1.3. Verificou-se que, findo o direito de Audiência Prévia, nenhum dos concorrentes se pronunciou acerca do teor do Relatório Preliminar.

2- Conclusões:

Atendendo às considerações expostas no ponto 1.3. do ponto 1, do Relatório Final, bem como às considerações constantes do Relatório Preliminar que se anexa, o Júri, nos termos do n.º 1 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicitado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, delibera manter o teor e respectivas conclusões explanadas no Relatório Preliminar, mantendo assim a seguinte ordenação de propostas:

*(Rubrica dos
Membros do Júri)*

Ordem	Nome do Concorrente	Valor da Proposta (os valores das propostas não incluem o IVA)
1º	Biosfera – Construções Unipessoal, Lda	875.250,98€
2º	António Saraiva & Filhos, Lda	968.000,00€
3º	Irmãos Almeida Cabral, Lda	1.091.509,96€
4º	Embeiral – Engenharia e Construção, S.A.	1.108.928,61€
5º	João Tomé Saraiva – Sociedade de Construções, Lda	1.120.675,98€

Mais delibera o Júri do presente procedimento, nos termos do n.º 3 do art.º 148º do Código dos Contratos Públicos, enviar o presente Relatório Final, juntamente com o Relatório Preliminar e demais documentos que compõem o processo de concurso à Câmara Municipal, órgão competente para a decisão de contratar, cabendo a este órgão, nos termos do n.º 4 do mesmo artigo, decidir sobre a aprovação das propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Com base na análise efectuada, o Júri propõe a adjudicação da empreitada de “Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira – Limite do Concelho - Guarda)” ao concorrente –

(Identificação da Firma Adjudicatária) , pelo valor de 875.250,98€ (oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta euros e noventa e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente do Júri deu por encerrada a reunião, da qual resultou o presente Relatório Final, que vai ser assinado por todos os membros do Júri.

Celorico da Beira, 21 de Maio de 2013

O Júri

(Assinatura dos
três Membros do
Júri)

Anexo 27 – Relatório Final

(Logotipo e Identificação da
Empresa Concorrente)

(Assinatura)

PROPOSTA

(Nome do Representante da Empresa) , com o numero contribuinte (xxxx) , com
sede em (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) na qualidade de representante legal da

(Nome da Empresa) , com o numero de contribuinte

(xxxxxx) com sede (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx) , titular do alvará n.º

(xxx) contendo as autorizações da 1ª Subcategoria, da 2ª Categoria, da Classe 5, da 6ª e 8ª Subcategoria, da 2ª Categoria, da Classe 5 respectivamente e da 2ª Subcategoria, da 5ª Categoria, da Classe 5 depois de ter tomado conhecimento do objecto da empreitada **"BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO DA BEIRA-LIMITE DO CONCELHO-GUARDA) "** a que se refere o anuncio publicado no Diário da República n.º 28 datado de 08-02-2013 obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem essa empreitada em conformidade com o caderno de encargos, pela quantia de **875 250,98€ (Oitocentos Setenta Cinco Mil Duzentos Cinquenta Euros e Noventa Oito Cêntimos)** que não inclui imposto sobre o valor acrescentado conforme lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

À quantia supra mencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renúncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se encontra prescrito na legislação portuguesa em vigor.

(Localidade) , 2013. ABRIL. 21

O EMPREITEIRO

(Assinatura)

(Identificação e localização da Empresa)

Anexo 28 A – Documentos da Proposta (Preço Proposto)

(Logotipo e Identificação da Empresa
Concorrente)

(Assinatura)

OBRA: Beneficiação da EN 16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)
CLIENTE: Município de Celorico da Beira
LOCAL: EN 16

PROPOSTA					
Art.	Descrição	Unidade	Quantid.	Preço Unitário	Preço Total
1	VIAS DE COMUNICAÇÃO				
1.1	Trabalhos preparatórios				
1.1.1	Montagem, manutenção e desmontagem de estaleiro de apoio à obra, incluindo fornecimento de dois painéis de co-financiamento e implementação do Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, instalações para a fiscalização, todas as infraestruturas necessárias de abastecimento de água, energia provisória, drenagem de águas residuais entre outras que se mostrem absolutamente necessárias à normal execução dos trabalhos, vedações, garantias de acesso, ensecadeiras, desvios de trânsito.	vg	1,0	800,00 €	800,00 €
1.1.2	Apoio topográfico à realização dos trabalhos.	vg	1,0	500,00 €	500,00 €
1.1.3	Sinalização provisória dos trabalhos.	vg	1,0	500,00 €	500,00 €
1.2	Movimento de terras				
1.2.1	Desmatção, incluindo eventual derrube de árvores, desenraizamento, limpeza do terreno no traçado (Pronto Para Repavimentar) e nas bermas, carga, transporte e colocação dos produtos em vazadouro e eventual indemnização por depósito, em toda a extensão do traçado.	vg	1,0	3.500,00 €	3.500,00 €

Anexo 28 B – Documentos da Proposta (Extrato do Orçamento)

(Logotipo e Identificação da Empresa
Concorrente)

Resumo Geral do Orçamento

OBRA: Beneficiação da EN 16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)
DONO DE OBRA: Município de Celorico da Beira
LOCAL: EN 16

Cap.	Designação do Capítulo	Total Cap.
1	Vias de Comunicação	711.779,60 €
1.1	Trabalhos Preparatórios	1.800,00 €
1.2	Movimento de Terras	22.938,10 €
1.3	Elementos Construídos	646.273,00 €
1.4	Sinalização e Segurança	40.770,50 €
2	Saneamento	163.471,38 €
2.1	Rede de Águas Pluviais	163.471,38 €
Total do Orçamento		875.250,98 €

(Localidade) , 21 de Abril de 2013

O Responsável da Empresa

(Assinatura)

Anexo 28 C – Documentos da Proposta (Resumo do Orçamento)

(Logotipo da Empresa Concorrente)

(Assinatura)

DECLARAÇÃO

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 57º)

(Nome do Representante da Empresa) , com o numero contribuinte (xxxxx) , com sede em (sede) na qualidade de representante legal da (Nome da Empresa) , com o numero de contribuinte (xxxx) , com sede (xxxxxxxxx) , tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO DA BEIRA-LIMITE DO CONCELHO-GUARDA) ” declara sob compromisso de honra que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas todas as suas cláusulas.

- 2- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

12

- a) Declaração modelo Anexo I do CCP
- b)
- c)
- d) Lista Preços Unitários
- e) Preços Parciais
- f) Plano trabalhos
 - Plano de mão de obra
 - Plano de equipamento
 - Plano de pagamentos
 - Memória Descritiva

- 3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

- 4 – Mais declara, sob compromisso de honra que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação, de cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

(Identificação e localização da Empresa)

(Logotipo da Empresa Concorrente)

(Assinatura)

- b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (ou o titular dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foi condenado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional);
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ou o titular dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional);
- d) Tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no estado em que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no estado em que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do artigo 71º da Lei n.º19/2012, de 8 de Maio, e no n.º1 do artigo 460.º do Código dos Contactos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 627º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
- i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum crime (ou o titular dos eu órgão social de administração, direcção ou gerência não foi condenado por algum crime):
 - i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do artigo n.º1 da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do art 1º do Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização dos sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

(Identificação e localização da Empresa)

(Logotipo da Empresa Concorrente)

- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, acessória ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
- 5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da candidatura apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contactos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
- 6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º4 desta declaração.
- 7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(Localidade) , 2013. ABRIL. 21

O DECLARANTE

(Assinatura)

(Identificação e localização da Empresa)

Anexo 28 D – Documentos da Proposta (Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos)

(Logotipo da Empresa Concorrente)

DECLARAÇÃO

(Nome do Representante da Empresa) com o numero contribuinte (xxxxx), com sede em (xxxxxxxxxx) na qualidade de representante legal da (Nome da Empresa), com o numero de contribuinte (xxxxx), com sede (xxxxxxxxxx), possuidor do Alvará nº (xxx) declara para os devidos efeitos da empreitada **"BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO DA BEIRA-LIMITE DO CONCELHO-GUARDA) "** que menciona os trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas no alvará.

1ª Subcategoria, da 2ª Categoria, da Classe 5

Vias de circulação rodoviária e aeródromos-----875 250,98€

6ª Subcategoria, da 2ª Categoria, da Classe 5

Saneamento Básico-----163 471,38€

8ª Subcategoria, da 2ª Categoria, da Classe 5

Calçamentos-----42 000,00€

2ª Subcategoria, da 5ª Categoria, da Classe 5

Movimentação de Terras-----22 936,10€


(Localidade), 2013. ABRIL. 21

O EMPREITEIRO

(Assinatura)

(Identificação e localização da Empresa)

Anexo 28 E – Documentos da Proposta (Declaração de Subcategorias do Alvará)



INCI
INSTITUTO NACIONAL DE
CONSTRUTORES

ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO N.º (xxxxx)
Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro

(Identificação da Empresa)

N.º Contribuinte Empresa inscrita em	— Validade	Habilitações
Categoria	Classe	Subcategoria
1ª Categoria - Edifícios e Património Construído	5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Construção Tradicional
	3	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios com Estrutura Metálica
	3	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Madeira
	5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Reabilitação e Conservação de Edifícios
	5	1ª Estruturas e elementos de betão
	2	2ª Estruturas metálicas
	1	3ª Estruturas de madeira
	4	4ª Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias
	4	5ª Estuques, pinturas e outros revestimentos
	1	6ª Carpintarias
1	7ª Trabalhos em perfis não estruturais	
1	8ª Canalizações e condutas em edifícios	
1	9ª Instalações sem qualificação específica	
2ª Categoria - Vias de Comunicação, Obras de Urbanização e Outras Infra-estruturas	5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Obras Rodoviárias
	5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Obras de Urbanização
	5	1ª Vias de circulação rodoviária e aeródromos
	5	3ª Pontes e viadutos de betão
	5	5ª Obras de arte correntes
	5	6ª Saneamento básico
	2	8ª Calçamentos
	2	9ª Ajardinamentos
	2	10ª Infra-estruturas de desporto e lazer
	3	11ª Sinalização não eléctrica e dispositivos de protecção e segurança
4ª Categoria - Instalações Eléctricas e Mecânicas	2	1ª Instalações eléctricas de utilização de baixa tensão
	3	2ª Redes eléctricas de baixa tensão e postos de transformação
	3	3ª Redes e instalações eléctricas de tensão de serviço até 60 KV
	3	4ª Redes e instalações eléctricas de tensão de serviço superior a 60 KV
	3	5ª Instalações de produção de energia eléctrica
	3	6ª Instalações de tracção eléctrica
	2	7ª Infra-estruturas de telecomunicações
	2	8ª Sistemas de extinção de incêndios, segurança e detecção
	2	9ª Ascensores, escadas mecânicas e tapetes rolantes
	2	10ª Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração
5ª Categoria - Outros Trabalhos	2	13ª Redes de ar comprimido e vácuo
	2	14ª Instalações de apoio e sinalização em sistemas de transporte
	2	15ª Outras instalações mecânicas e electromecânicas
	3	1ª Demolições
	5	2ª Movimentação de terras
	4	7ª Drenagens e tratamento de taludes
	4	9ª Armaduras para betão armado
	4	10ª Cofragens
	2	11ª Impermeabilizações e isolamentos
	2	12ª Andaimos e outras estruturas provisórias
5	13ª Caminhos agrícolas e florestais	

vs. 8

Este documento não substitui a consulta no endereço www.inci.pt

Impresso via www.inci.pt em 06/02/2013 às 14:24

Classe	Validade da Habilitação
1	2013
2	2013
3	2013
4	2013
5	2013

Anexo 28 F – Documentos da Proposta (Alvará)

RELATÓRIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL

Anexo 28 G – Documentos da Proposta (Extrato do Plano de Equipamento)

(Logotipo e Identificação da Empresa)			PLANO DE MÃO DE OBRA										Beneficiário da EN 16 (Colorido da Betta - União do Conselho - Guarda)																			
ID	Cód.	Atividade/Mão de Obra	Reqd.	Duração	Unidade	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1	Mês 1
0		Duração Total dos Trabalhos (270 dias)		270 dias	Sáb 01-06-13																											
1		Preparação da Empreitada		3 dias	Sáb 01-06-13																											
2																																
3																																
4																																
5	1	VIAS DE COMUNICAÇÃO		270 dias	Sáb 01-06-13																											
6	1.1	Trabalhos preparatórios		270 dias	Sáb 01-06-13																											
7	1.1.1	Montagem, manutenção e desmontagem de estruturas de apoio à obra, incluindo fornecimento de dois galpões de armazenamento e implementação do Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, instalações para	0,004	270 dias	Sáb 01-06-13																											
		Demolição, instalações para			Sáb 01-06-13																											
		Chefe de equipa			Sáb 01-06-13																											
		Director de Obra			Sáb 01-06-13																											
		Equipa de Sinalização			Sáb 01-06-13																											
		Manobrador de Máquinas			Sáb 01-06-13																											
		Motorista			Sáb 01-06-13																											
		Oficial			Sáb 01-06-13																											
		Serroteiros			Sáb 01-06-13																											
		Servente			Sáb 01-06-13																											
		Técnico de Resíduos			Sáb 01-06-13																											
		Técnico Superior de Segurança e Saúde			Sáb 01-06-13																											
8	1.1.2	Apoio topográfico à realização dos trabalhos.	0,005	271 dias	Sáb 01-06-13																											
		Ajuda de topógrafo			Sáb 01-06-13																											
		Topógrafo			Sáb 01-06-13																											
9	1.1.3	Sinalização provisória dos trabalhos.	0,004	270 dias	Sáb 01-06-13																											
		Chefe de equipa			Sáb 01-06-13																											
		Equipa de Sinalização			Sáb 01-06-13																											
		Oficial			Sáb 01-06-13																											
		Serroteiros			Sáb 01-06-13																											
		Servente			Sáb 01-06-13																											
10	1.2	Movimento de terras		121 dias	Sáb 01-06-13																											
11	1.2.1	Desmatamento, incluindo eventual derrube de arvoredos, desmatamento, limpeza do terreno no traçado (Pronto Para Regularização) e nos brenhos, carga, transporte e colocação dos produtos em vazeiros e eventual indenização por depósitos, em toda a extensão da	0,033	30 dias	Sáb 01-06-13																											
		Chefe de equipa			Sáb 01-06-13																											
		Manobrador de Máquinas			Sáb 01-06-13																											
		Motorista			Sáb 01-06-13																											
		Oficial			Sáb 01-06-13																											
		Servente			Sáb 01-06-13																											
12	1.2.2	Escavação de terreno de qualquer natureza, incluindo abertura de cara para execução de vias e prossecos, elevação, baldação e transporte das terras sobantes para vazeiros em paragens para aterro e ainda todos os materiais e trabalhos necessários	70,607	61 dias	Qui 31-07-13																											
		Chefe de equipa			Qui 31-07-13																											
		Manobrador de Máquinas			Qui 31-07-13																											
		Motorista			Qui 31-07-13																											
		Oficial			Qui 31-07-13																											
		Servente			Qui 31-07-13																											
13	1.2.3	Aterros em terras seleccionadas na regularização do terreno às cotas do projecto, incluindo todos os materiais e trabalhos complementares, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas	96,689	61 dias	Qui 31-07-13																											
		Chefe de equipa			Qui 31-07-13																											
		Manobrador de Máquinas			Qui 31-07-13																											
		Motorista			Qui 31-07-13																											
		Oficial			Qui 31-07-13																											
		Servente			Qui 31-07-13																											
14	1.3	Elementos construídos		270 dias	Sáb 01-06-13																											
15	1.3.1	Construção de Lances		84 dias	Dom 01-09-13																											
16	1.3.1.1	Fornecimento e assentamento de lajeil guia com 8cm de espessura e 20cm de altura em betão, tipo Guia do Pintor ou equivalente, incluindo base de betão cúbica e todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com	119,048	84 dias	Dom 01-09-13																											
		Chefe de equipa			Dom 01-09-13																											
		Manobrador de Máquinas			Dom 01-09-13																											
		Motorista			Dom 01-09-13																											
		Oficial			Dom 01-09-13																											
		Pedreiro			Dom 01-09-13																											
		Servente			Dom 01-09-13																											
17	1.3.1.2	Fornecimento e assentamento de lajeil guia com 12cm de espessura em betão, tipo Passado do Pintor ou equivalente, incluindo base de betão cúbica e todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças d	119,048	84 dias	Dom 01-09-13																											
		Chefe de equipa			Dom 01-09-13																											
		Manobrador de Máquinas			Dom 01-09-13																											
		Motorista			Dom 01-09-13																											
		Oficial			Dom 01-09-13																											
		Pedreiro			Dom 01-09-13																											
		Servente			Dom 01-09-13																											
Duração Total dos Trabalhos (270 dias)																																

Duração Total dos Trabalhos (270 dias)

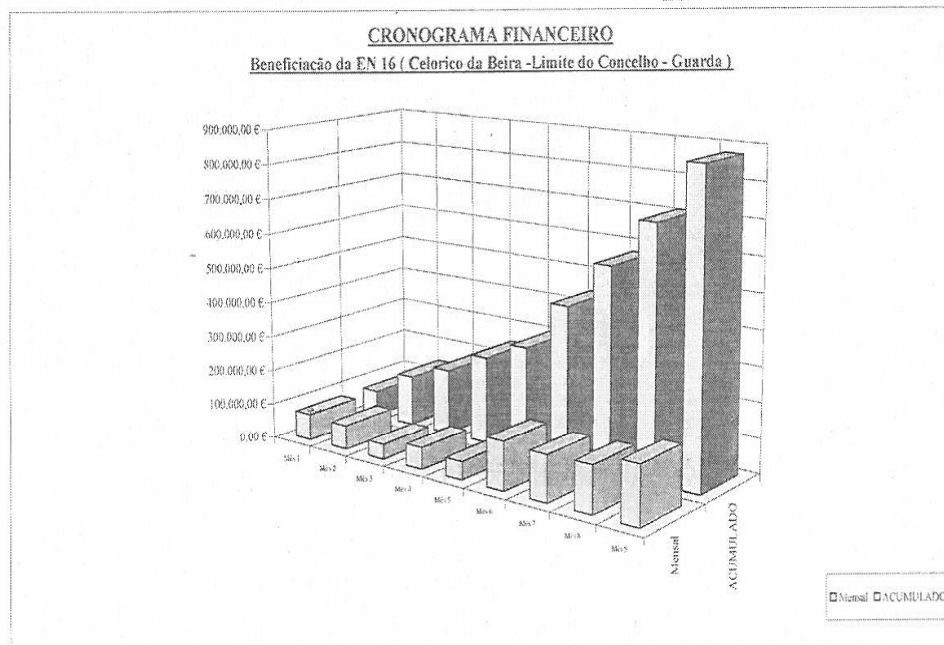
Página 1

Anexo 28 H – Documentos da Proposta (Extrato do Plano de Mão de Obra)

Anexo 28 I – Documentos da Proposta (Extrato do Plano de Trabalhos)

(Logotipo e Identificação da Empresa)

Prazo de Execução: 270 Dias



	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9
Mensal	74.709,00 €	69.569,00 €	43.696,00 €	62.512,36 €	52.794,54 €	138.969,52 €	131.416,36 €	134.559,34 €	166.984,34 €
P. MENSAL	8,54%	7,95%	4,99%	7,14%	6,03%	15,88%	15,01%	15,37%	19,08%
Acumulado	74.709,00 €	144.338,12 €	188.034,73 €	250.547,09 €	303.341,60 €	442.310,93 €	573.727,29 €	708.266,63 €	875.250,98 €
P. ACUMULADO	8,54%	16,49%	21,48%	28,63%	34,66%	50,54%	63,55%	80,92%	100,00%

19-04-2013

PAG:1 de 1

Anexo 28 J – Documentos da Proposta (Cronograma Financeiro)

(Logotipo e Identificação da
Empresa)

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DO MODO DE EXECUÇÃO DA OBRA

1 – NATUREZA, EXTENSÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OBRA

A empreitada tem por objectivo a “BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO – GUARDA) ”

2 – DIMENSIONAMENTO DA EMPREITADA

O programa de trabalhos assinala o desenvolvimento das actividades, tendo sido elaborado em função das características da obra, das quantidades previstas, dos rendimentos dos meios de execução e do prazo previsto.

3 – ESCALONAMENTO DOS TRABALHOS

As fases e distribuição dos trabalhos ao longo do prazo, assim como a interdependência e desfasamento das actividades, são evidenciadas no gráfico de barras.

No caso da obra nos ser adjudicada, o programa de trabalhos definitivo pormenorizará todos os passos do programa. Apresentado agora de forma sucinta, procurou-se que fosse suficientemente elucidativo.

Possíveis ajustamentos relacionados com a data da consignação e que tenham em conta os períodos mais favoráveis para a execução dos trabalhos, terão lugar no programa de trabalhos definitivo.

4 - MATERIAIS E ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO

Constituiremos stocks de materiais que obedecerão às especificações do C.E./mapa de acabamentos e elementos de construção e, só serão aplicados com prévia aprovação da Fiscalização, mediante o fornecimento de amostras, de forma a garantir o normal desenvolvimento da obra.

Todos os materiais e elementos de construção a empregar na obra terão as qualidades, dimensões, formas e demais características definidas nas peças escritas e desenhadas do projecto, caderno de encargos e normas em vigor.

5 - MEIOS DE EXECUÇÃO, METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

Atendendo á natureza dos trabalhos, quantidades envolvidas e data de início de cada actividade, formamos equipas com constituição tal que garantam os

Pag. 1



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

Câmara Municipal

CONTRIBUINTE N.º

CERTIDÃO

(Nome do Presidente da Câmara)

, PRESIDENTE DA CÂMARA

MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA, certifica que da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Celorico da Beira, do dia (Data), consta a seguinte deliberação.

16. BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO – GUARDA)

RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISES DE PROPOSTAS

ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA

Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente informação do júri do concurso, propondo:

1. A aprovação do relatório final de análise das propostas, nos termos do n.º 4, do art.º 148.º, do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro;

2. A adjudicação da obra à firma , pelo valor de 875.250,98€ (oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta euros e noventa e oito cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador (xxxx) :

Aprovar o relatório final de análises de propostas, nos termos do n.º 4, do art.º 148.º, do decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

Adjudicar a obra à firma (Identificação da Firma Adjudicatária), pelo valor de 875.250,98€ (oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta euros e noventa e oito cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Por ser verdade se passa a presente certidão, que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município.

Celorico da Beira, 28 de maio de 2013

O Presidente da Câmara Municipal



(Assinatura do Presidente da Câmara)

RUA SACADURA CABRAL • 6360-350 CELORICO DA BEIRA • TELÉF. 271 747 400 • FAX 271 747 409 • www.cm-celoricotabelra.pt

Gráfica Ideal-Agueda

Formato A4

Anexo 29 – Deliberação do Executivo de Aprovação do Relatório Final e Adjudicação da Empreitada

 CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÔNICA PURCHASE-TO-PAY SOLUTIONS

Notificação de Adjudicação - Procedimento CP1/2013.

Nº do procedimento:	CP1/2013
Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)
Data de criação:	29/05/2013 16:20:13
Enviado por:	Município de Celorico da Beira - Entidade Competente para a Decisão de Contratar
Destinatário(s):	Higino Pinheiro & Irmão S.A.; Reistradas - Revitalização de Estradas do Norte, Lda; Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda; Biosfera Construções, unipessoal, Lda; Irmãos Almeida Cabral, Lda; Embeiral - Engenharia e Construção SA; João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda; António Saraiva e Filhos, Lda
Tipo de Notificação:	Notificar Decisão de Adjudicação
Assunto:	Notificação de Adjudicação - Procedimento CP1/2013.
Anexos:	Sem anexos

Notificam-se todos os concorrentes da tomada de decisão sobre a adjudicação, iniciando-se a contagem do prazo para entrega dos documentos de habilitação. O(s) adjudicatário(s) deve(m) a partir de agora apresentar os documentos de habilitação e fazer prova da prestação da caução se esta for devida. A informação pode ser consultada em www.saphety.com/saphetygov, mediante introdução de login e password.

Anexo 30 – Notificação de Adjudicação aos Concorrentes, apresentação dos Documentos de Habilitação e prestação da Caução

INCI **ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO Nº**
Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro

(Identificação da Empresa)

Nº Contribuinte: _____
Empresa inscrita em: _____ -- Validade 31-01-2014

Categoria	Classe	Subcategoria
1ª Categoria - Edifícios e Património Construído	5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Construção Tradicional
	3	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios com Estrutura Metálica
	3	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Madeira
	5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Reabilitação e Conservação de Edifícios
	5	1ª Estruturas e elementos de betão
	2	2ª Estruturas metálicas
	1	3ª Estruturas de madeira
	4	4ª Avenários, rebocos e assentamento de cantarias
	4	5ª Estuques, pinturas e outros revestimentos
	1	6ª Carpintarias
2ª Categoria - Vias de Comunicação, Obras de Urbanização e Outras Infra-estruturas	1	7ª Trabalhos em perfis não estruturais
	1	8ª Canalizações e condutas em edifícios
	1	9ª Instalações sem qualificação específica
	5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Obras Rodoviárias
	5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Obras de Urbanização
	5	1ª Vias de circulação rodoviária e aeródromos
	5	3ª Pontes e viadutos de betão
	5	5ª Obras de arte correntes
	5	6ª Saneamento básico
	2	8ª Calçamentos
4ª Categoria - Instalações Eléctricas e Mecânicas	2	9ª Ajardinamentos
	2	10ª Infra-estruturas de desporto e lazer
	3	11ª Sinalização não eléctrica e dispositivos de protecção e segurança
	2	1ª Instalações eléctricas de utilização de baixa tensão
	3	2ª Redes eléctricas de baixa tensão e postos de transformação
	3	3ª Redes e instalações eléctricas de tensão de serviço até 60 KV
	3	4ª Redes e instalações eléctricas de tensão de serviço superior a 60 KV
	3	5ª Instalações de produção de energia eléctrica
	3	6ª Instalações de tracção eléctrica
	2	7ª Infra-estruturas de telecomunicações
5ª Categoria - Outros Trabalhos	2	8ª Sistemas de extinção de incêndios, segurança e detecção
	2	9ª Ascensores, escadas mecânicas e tapetes rolantes
	2	10ª Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração
	2	13ª Redes de ar comprimido e vácuo
	2	14ª Instalações de apoio e sinalização em sistemas de transporte
	2	15ª Outras instalações mecânicas e electromecânicas
	3	1ª Demolições
	5	2ª Movimentação de terras
	4	7ª Drenagens e tratamento de taludes
	4	9ª Armaduras para betão armado
2	10ª Cofragens	
2	11ª Impermeabilizações e isolamentos	
2	12ª Andaimos e outras estruturas provisórias	
5	13ª Caminhos agrícolas e florestais	

v.s. 8

Este documento não substitui a consulta no endereço www.inci.pt

Impresso via www.inci.pt em 06/06/2013 às 17:21

Classe	Subcategoria
5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Construção Tradicional
3	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios com Estrutura Metálica
3	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Edifícios de Madeira
5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Reabilitação e Conservação de Edifícios
5	1ª Estruturas e elementos de betão
2	2ª Estruturas metálicas
1	3ª Estruturas de madeira
4	4ª Avenários, rebocos e assentamento de cantarias
4	5ª Estuques, pinturas e outros revestimentos
1	6ª Carpintarias
1	7ª Trabalhos em perfis não estruturais
1	8ª Canalizações e condutas em edifícios
1	9ª Instalações sem qualificação específica
5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Obras Rodoviárias
5	Empreiteiro Geral ou Construtor Geral de Obras de Urbanização
5	1ª Vias de circulação rodoviária e aeródromos
5	3ª Pontes e viadutos de betão
5	5ª Obras de arte correntes
5	6ª Saneamento básico
2	8ª Calçamentos
2	9ª Ajardinamentos
2	10ª Infra-estruturas de desporto e lazer
3	11ª Sinalização não eléctrica e dispositivos de protecção e segurança
2	1ª Instalações eléctricas de utilização de baixa tensão
3	2ª Redes eléctricas de baixa tensão e postos de transformação
3	3ª Redes e instalações eléctricas de tensão de serviço até 60 KV
3	4ª Redes e instalações eléctricas de tensão de serviço superior a 60 KV
3	5ª Instalações de produção de energia eléctrica
3	6ª Instalações de tracção eléctrica
2	7ª Infra-estruturas de telecomunicações
2	8ª Sistemas de extinção de incêndios, segurança e detecção
2	9ª Ascensores, escadas mecânicas e tapetes rolantes
2	10ª Aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração
2	13ª Redes de ar comprimido e vácuo
2	14ª Instalações de apoio e sinalização em sistemas de transporte
2	15ª Outras instalações mecânicas e electromecânicas
3	1ª Demolições
5	2ª Movimentação de terras
4	7ª Drenagens e tratamento de taludes
4	9ª Armaduras para betão armado
2	10ª Cofragens
2	11ª Impermeabilizações e isolamentos
2	12ª Andaimos e outras estruturas provisórias
5	13ª Caminhos agrícolas e florestais

Anexo 31 A – Documentos de Habilitação (Alvará do Adjudicatário)



Serviço de Finanças de PINHEL - [1252]

CERTIDÃO

Matilde de Figueiredo Nunes Fernandes com a categoria de Chefe de Finanças do quadro da Autoridade Tributária e Aduaneira, a exercer funções no Serviço de Finanças de PINHEL.

CERTIFICA que, *(Identificação da Empresa)*

Face aos elementos disponíveis no sistema informático de gestão e controlo de processos de execução fiscal, tem a sua situação tributária regularizada, nos termos da alínea a), do art. 2º do D.L. 236/95, de 13 de Setembro, uma vez que, não é devedor perante a Fazenda Pública de quaisquer impostos ou prestações tributárias e respectivos juros.

A presente certidão é válida por 6 meses por força da alínea a), nº 2 do art. 3 do D. L. 236/95, de 13 de Setembro.

Por ser verdade e ter sido solicitada emite-se a presente certidão em 8 de Abril de 2013.

O Chefe de Finanças


(Assinatura)

(Matilde de Figueiredo Nunes Fernandes)

Elementos para validação**Nº Contribuinte:****Cód. Validação:**

Para validar esta certidão aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt, seleccione a opção "Validação Doc." e introduza o nº de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a esta certidão.

Anexo 31 B – Documentos de Habilitação (Certidão das Finanças)


SEGURANÇA SOCIAL
DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte (Identificação da Empresa)
Firma/denominação
Número de Identificação de Segurança Social (xxxx)
Número de Identificação Fiscal (xxxx)
Número de Declaração
Data de emissão 23-05-2013

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatro meses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida
Digitally signed by INSTITUTO DE INFORMATICA, I.P.
Date: 2013.05.23 11:28:42 +0100

DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA

Mod. GC 1-DGSS versão www.seg-social.pt

Anexo 31 C – Documentos de Habilitação (Certidão da Segurança Social)

(Logotipo da Empresa)

DECLARAÇÃO

(A QUE SE REFERE A ALÍNEA a) DO N.º1 DO ARTIGO 81º)

(Identificação da Empresa) , com o numero contribuinte (xxxxx) , residente em (sede) na qualidade de representante legal de (Identificação da Empresa) , com o numero contribuinte (xxxx) , com sede adjudicatário do procedimento **“BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO DA BEIRA-LIMITE DO CONCELHO-GUARDA)”** declara sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matérias profissional (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional);
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º1 do artigo 71º da Lei n.º19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460º dos contratos públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- d) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 627º do Código do trabalho;
- e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no que se situe o seu estabelecimento principal);
- f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, acessória ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

(Identificação e localização da Empresa)

(Logotipo da Empresa)

- 2- O declarante junta em anexo os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do código dos Contractos Públicos;
- 3- O declarante tem pelo conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contractos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contractos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.


(Localidade) , 2013. Junho. 07

O Declarante

(Assinatura)

(Identificação e localização da Empresa)

Anexo 31 D – Documentos de Habilitação (Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP)

REPÚBLICA  PORTUGUESA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

CERTIFICADO DO REGISTO CRIMINAL

NOME: (Identificação da Empresa) -----

SEDE: (xxxx) -----

LOCALIDADE: (xxxxxxx) N° DE IDENTIF. DE PESSOA COLECTIVA: (xxxx)

REPRESENTANTE: (xxxxxxx) -----

DOC. IDENTIFICAÇÃO: BI (xxxx)

ENTIDADE REQUERENTE: (xxxx) -----

FIM A QUE SE DESTINA: CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS) -----


NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA COLECTIVA ACIMA IDENTIFICADA

DATA DE EMISSÃO: 09-04-2013 LISBOA CONTROLO: 59605EL

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO POR TRÊS MESES, A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO E APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO

Anexo 31 E – Documentos de Habilitação (Certificado de Registo Criminal da Empresa)

<p>REPÚBLICA  PORTUGUESA</p> <p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</p> <p>DIREÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA</p> <p>CERTIFICADO DE REGISTO CRIMINAL</p>		
<p>PINHEL - TRIBUNAL JUDICIAL - SECÇÃO CENTRAL</p> <p>PALÁCIO DA JUSTIÇA, AV. FREDERICO ULRICH, 6400-378 PINHEL</p>		
<p>NOME: (Nome do Representante da Empresa)</p>		
<p>NATURAL DA FREG.: (xxxx)</p>		
<p>CONCELHO DE: (xxxx)</p>		
<p>DATA DE NASCIMENTO: (xxxx)</p>		
<p>NACIONALIDADE: (xxxx)</p>		
<p>Nº BI: (xxxx)</p>		
<p>CERTIFICADO REQUERIDO POR: (xxxx)</p>		
<p>DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE: (xxxx)</p>		
<p>Nº DOC. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE: (xxxx)</p>		
<p>FIM A QUE SE DESTINA: CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)</p>		
<p>*****</p> <p>* NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA ACIMA IDENTIFICADA *</p> <p>* *</p> <p>*****</p>		
DATA DE EMISSÃO:	2013/02/19	CONTROLO: PTJS/4.83179727/0219/111213
CERTIFICADO GERADO AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL		PAG. 1/1
<p>ESTE CERTIFICADO É VÁLIDO POR TRÊS MESES. A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO E APENAS PARA O FIM ACIMA MENCIONADO</p>		

Anexo 31 F – Documentos de Habilitação (Certificado de Registo Criminal do Representante legal da Empresa)

Acesso à Certidão Permanente

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Certidão Permanente Documentos da Certidão Permanente

Voltar Sair



Certidão Permanente

Código de acesso: 8038-3852-8138

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

Matrícula

NIPC:

Firma:

Natureza Jurídica: SOCIEDADE POR QUOTAS

Sede:

Distrito: Concelho: Freguesia:

Objecto:

Capital: 300.000,00 Euros

CAE Principal: 41200-R3

Data do Encerramento do Exercício: 31 Dezembro

Conservatória onde se encontram depositados os documentos: Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Inscrições - Averbamentos - Anotações

Insc.1 AP. 2/20070927 11:31:43 UTC - CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE, DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(ATS)

FIRMA:

NIPC:

NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS

SEDE:

Distrito: Concelho: Freguesia:

OBJECTO: Construção civil e obras públicas

CAPITAL : 300.000,00 Euros

Data de encerramento das contas do exercício: 31 de Dezembro

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 300.000,00 Euros

TITULAR:

NIF:

Estado civil : Casado(a)

Nome do cônjuge:

Regime de bens : Comunhão de adquiridos

Residência:

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: com a intervenção de um gerente

Estrutura da gerência: a administração e representação fica a cargo de quem vier a ser nomeado gerente pelo sócio único

ÓRGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

NIF/NIPC:

Cargo: gerente

Residência/Sede:

CONSERVATÓRIA DA SEDE:

Distrito:

Concelho:

Conservatória:

Conservatória do Registo Comercial da

O(A) Adjunto(a) do Conservador,

An. 1 - 20070927 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.

Conservatória do Registo Comercial da

O(A) Adjunto(a) do Conservador,

Insc.2 AP. 1/20090128 14:54:15 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE

Artigo(s) alterado(s): Artigo 1.º

FIRMA:

NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS

SEDE:

<https://www.portaldadaempresa.pt/RegistoOnline/Services/CertidaoPermanente/consult...> 17-09-2012

Página Portal da Empresa

2 de 3

Distrito: _____ Concelho: _____ Freguesia: _____ OBJECTO: Construção civil e obras públicas. Data de Encerramento do Exercício : 31 Dezembro CONSERVATÓRIA DA SEDE: Distrito: _____ Concelho: _____ Conservatória: _____ Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de: O(A) Ajudante, em substituição, An. 1 - 20090130 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes . Conservatória do Registo Civil/Predial/Comercial de: O(A) Ajudante, em substituição.

Menções de Depósito - Anotações Menção DEP 104/2008-07-02 18:25:54 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL Ano da Prestação de Contas: 2007 Requerente e Responsável pelo Registo: _____ Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro An. 1 - 20080702 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro Menção DEP 10/2009-06-12 18:20:06 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL Ano da Prestação de Contas: 2008 Requerente e Responsável pelo Registo: _____ Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro An. 1 - 20090612 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro Menção DEP 149/2010-07-22 19:18:54 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL Ano da Prestação de Contas: 2009 Requerente e Responsável pelo Registo: _____ Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro An. 1 - 20100722 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro Menção DEP 152/2011-09-29 22:11:36 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL Ano da Prestação de Contas: 2010 (2010-01-01 a 2010-12-31) Requerente e Responsável pelo Registo: _____ Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro An. 1 - 20110929 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro Menção DEP 108/2012-07-23 14:05:55 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL Ano da Prestação de Contas: 2011 (2011-01-01 a 2011-12-31) Requerente e Responsável pelo Registo: _____ Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro An. 1 - 20120723 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro Menção DEP 109/2012-07-23 14:06:16 UTC - ATUALIZAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL Ano da Prestação de Contas: 2011 (2011-01-01 a 2011-12-31) Requerente e Responsável pelo Registo: _____ Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro An. 1 - 20120723 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro
--

Certidão permanente subscrita em 03-07-2008 e válida até 24-11-2013

Fim da Certidão

Nota Importante:
 Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que precise de apresentar uma certidão de registo comercial.

Voltar Sair

<https://www.portaldaempresa.pt/RegistoOnline/Services/CertidaoPermanente/consult...> 17-09-2012

Anexo 31 G – Documentos de Habilitação (Certidão Permanente da Empresa)

saphetygov

CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA

saphety
PURCHASE TO PAY SOLUTIONS

Notificação de Submissão de Comprovativo de Pagamento de Caução - Procedimento CP1/2013.

Nº do procedimento:	CP1/2013
Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)
Data de criação:	07/06/2013 22:38:40
Enviado por:	Biosfera Construções, unipessoal, Lda
Destinatário(s):	Município de Celorico da Beira - Entidade Competente para a Decisão de Contratar
Tipo de Notificação:	Submissão Comprovativo Caução
Assunto:	Notificação de Submissão de Comprovativo de Pagamento de Caução - Procedimento CP1/2013.
Anexos:	Sem anexos

Notificam-se V.Exas. da existência de novo comprovativo de pagamento de caução. Por favor verifiquem os detalhes do procedimento em www.saphety.com/saphetygov.

Anexo 32 A – Notificação de comprovativo de pagamento da Caução



Ramo: CAUÇÃO DIRECTA

Tomador do Seguro: BIOSFERA – CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA.

Apólice: 006508757

3 de Junho de 2013

DECLARAÇÃO

A Zurich Insurance plc – Sucursal em Portugal, com representação legal na R. Barata Salgueiro, 41 – 1269-058 Lisboa, registada na Irlanda, com o Capital Social Autorizado de 125.000.000,00 €, presta a favor do **MUNICIPIO DE CELORICO DA BEIRA**, o contrato de seguro de Caução Directa celebrado com a Firma **BIOSFERA – CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA.**, garantia no valor de 43.762,54 € (Quarenta e três mil e setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), correspondente a 5% do valor contratual da obra adjudicada, destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a firma **BIOSFERA – CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA.**, assumirá no contrato que com ele o **MUNICIPIO DE CELORICO DA BEIRA**, vai outorgar e que tem por objecto “EMPREITADA – BENEFICIAÇÃO DA E.N.16 – CELORICO DA BEIRA, LIMITE DO CONCELHO-GUARDA”, regulado nos termos dos Artºs. 89º e 90º do Dec. Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do **MUNICIPIO DE CELORICO DA BEIRA**, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que a firma **BIOSFERA – CONSTRUÇÕES UNIPessoal, LDA.**, assume com a celebração do respectivo contrato.

A Companhia de seguros não pode opor ao **MUNICIPIO DE CELORICO DA BEIRA** qualquer exceção relativa ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o Tomador do Seguro.

A presente garantia à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Artºs 89º, e 90º, do Dec. Lei nº 18/2009, de 29 de Janeiro).


Zurich Insurance plc – Sucursal em Portugal



Zurich Insurance plc – Sucursal em Portugal
Sociedade registada na Irlanda. Hª 13460. Sede: Zurich House, Belfry Road, Dublin 4, Ireland. Capital Social Autorizado: 125.000.000,00 Euros. Capital Social Realizado: 5.513.388,75 Euros.
Registo: Cons. Reg. Comércio da Lisboa. NIFPC: 503 583 456. Sede: R. Barata Salgueiro, 41 – 1269-058 Lisboa. Capital Social: 20.669.260,00 Euros.
Tel.: 21 313 31 60 - Fax: 21 313 31 11 - zurichportugal.com - zurichhelp@zurich.com

MDO 21/06/13 20:20:01

Anexo 32 B – Caução prestada pelo adjudicatário

	DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS	MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA REGISTO INTERNO N.º (xxxx) DATA: 17-06-2013 REGISTADO POR: (xxxx) SGD – SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL
---	--	--

PARECER <p style="text-align: center;"><i>(Parecer da Chefe de Divisão)</i></p> <p>Chefe de Divisão</p> <p>_____</p>	DESPACHO/DELIBERAÇÃO <p style="text-align: center;"><i>(Despacho do Presidente da Câmara a remeter para reunião do Executivo)</i></p>
--	---

INFORMAÇÃO TÉCNICA

ASSUNTO: PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA “BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO – GUARDA)”
- APROVAÇÃO DE MINUTA

DATA: 17 DE JUNHO DE 2013

Exmo. Sr. Presidente

Relativamente ao assunto em epígrafe, e de acordo com o n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, propõe-se a V. Ex.a aprovação da minuta referente à empreitada “Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira – limite do concelho – Guarda)”:

Presente à reunião de Câmara...../...../..... (Deliberação do Executivo)	A Chefe de Divisão (Assinatura) _____ (Nome do Técnico(a))
---	---

OM/CM/SD

1

MINUTA DO CONTRATO DA EMPREITADA DA OBRA
DE "BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO DA BEIRA
- LIMITE DO CONCELHO - GUARDA) "

VALOR DA EMPREITADA: 875.250,98 €
(Oitocentos e setenta e cinco mil duzentos e
cinquenta euros e noventa e oito cêntimos)

----- No ano de dois mil e treze, mês de , dia , nesta Vila,
Município de Celorico da Beira, no Edifício do Município compareceram
comigo , servindo de oficial público, conforme despacho do Senhor
Presidente da Câmara nº , como outorgantes-----

----- **PRIMEIRO:** , casado, natural de e
residente na freguesia de , concelho de , com
domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, outorgando na qualidade de
Presidente da Câmara Municipal e em representação do **Município de Celorico da
Beira**, no uso da competência que lhe confere a alínea a) do nº 1 e alínea f) do nº 2
do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A /2002, de
11 de Janeiro, pessoa coletiva de direito público número 506849635.-----

----- **SEGUNDO:** , sociedade
unipessoal, com sede em , Município de ,
matriculado na Conservatória do Registo Comercial de , sob o número único de
matrícula e de identificação de pessoa coletiva , com o capital social de
300.000,00 €, neste ato representada por , casado, contribuinte
fiscal número , natural da freguesia de , residente em ,
freguesia de , titular do cartão de cidadão número
, válido até 16 de Março de 2014, outorgando na qualidade de sócio
gerente e cuja qualidade e poderes conferi pela certidão permanente subscrita em 03

----- E disse que no demais respeitante ao prazo de execução da empreitada e condições de execução rege o disposto no caderno de Encargos, designadamente o clausulado nas Secções II e III.-----

----- Os pagamentos serão feitos de acordo com a quantidade de trabalhos medidos mensalmente, traduzidos em autos, devidamente elaborados, devendo a liquidação do seu valor ser feita no prazo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura, nos termos dos artigos 299º e 299º A, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação (Lei nº 3/2010, de 27 de Abril) e restante legislação aplicável, bem como no disposto a esse título no capítulo II do caderno de encargos.-----

----- Quanto ao mais e porque expressamente previstas aplicar-se-ão as normas do caderno de encargos e demais elementos patentes no procedimento pré contratual e, na parte não especialmente prevista as normas constantes do Decreto-lei número 18/2008, de vinte e nove de Janeiro, na sua atual redação e restante legislação aplicável. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-lei 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula. A revisão de preços obedece à fórmula tipo F10 – Estradas. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

----- E pelo representante da segunda outorgante foi dito:

----- Que aceita o presente contrato nos termos exarados, obrigando, por este ato a sociedade que representa ao seu integral cumprimento.-----

----- Assim o disseram e outorgaram.-----

----- A segunda outorgante demonstrou que é possuidora do Alvará de Construção número , válido até , cuja cópia anexo ao maço de documentos relativo a este processo.-----

----- Segunda outorgante apresentou contrato de seguro caução: Apólice nº _____, emitido em 3 de Junho de 2013, pela companhia de seguros ZURICH, valor de 43.762,54 € (quarenta e três mil, setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), o qual se destina a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. -----

----- Ficam a fazer parte integrante do presente contrato e arquivados no respetivo maço de documentos:-----

----- Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de _____ em _____, comprovativa da segunda outorgante não ser devedora de quaisquer contribuições e impostos ao Estado, válida até seis meses.-----

----- Declaração do Instituto da Segurança Social, comprovativa da representada do segundo outorgante possuir a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em _____ e válida pelo prazo de _____ meses.-----

----- Certificado do Registo Criminal do titular do órgão social da segunda outorgante.-----

----- Proposta adjudicada.-----

----- Anúncio do Procedimento, programa de procedimento, projeto de execução e caderno de encargos.-----

----- O presente contrato vai ser assinado pelos outorgantes :-----

----- O Presidente: _____

----- O Representante da sociedade: _____

----- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

Anexo 33 A – Minuta do Contrato (Informação para aprovação e proposta de Minuta)



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA
Câmara Municipal
CONTRIBUINTE N.º 506 849 635

-----CERTIDÃO-----

----- (Nome do Presidente da Câmara) , PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA, certifica que da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Celorico da Beira, do dia 18 de junho de 2013, consta a seguinte deliberação:-----

-----PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA "BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO DA BEIRA - LIMITE DO CONCELHO - GUARDA)" - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO-----

----- Foi presente minuta do contrato referente à empreitada "Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira – Limite do Concelho – Guarda)", para aprovação. -----

----- A Câmara deliberou, por maioria (xxxx) voto: (xxxx) e 2 abstenções, dos Senhores Vereadores e , aprovar a minuta do contrato referente à empreitada "Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira – Limite do Concelho – Guarda)".-----

----- Por ser verdade se passa a presente certidão, que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município.-----

----- Celorico da Beira, 19 de junho de 2013 -----



O Presidente da Câmara Municipal

(Assinatura do
Presidente da
Câmara)


RUA SACADURA CABRAL • 6360-350 CELORICO DA BEIRA • TELEF. 271 747 400 • FAX 271 747 409 • www.cm-celoricotabelra.pt


Gráfica Ideal Águada

Formato A4

saphetygov  CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA		saphety  PURCHASE TO PAY SOLUTIONS	
Notificação de Minuta de Contrato - Procedimento CP1/2013.			
Nº do procedimento:	CP1/2013		
Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)		
Data de criação:	19/06/2013 17:15:00		
Enviado por:	Município de Celorico da Beira - Vogal		
Destinatário(s):	<input type="text"/>		
Tipo de Notificação:	Notificação de Nova Minuta de Contrato		
Assunto:	Notificação de Minuta de Contrato - Procedimento CP1/2013.		
Anexos:	Sem anexos		
Notifica-se a introdução de uma Minuta de Contrato.			

Anexo 34 – Notificação da Minuta ao Adjudicatário

saphetygov CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA

saphety BUSINESS 360 PARTSOLUTIONS

Notificação de Aceitação Minuta de Contrato - Procedimento CP1/2013.

Nº do procedimento:	CP1/2013
Designação:	Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)
Data de criação:	21/06/2013 14:59:23
Enviado por:	Biosfera Construções, unipessoal, Lda
Destinatário(s):	Município de Celorico da Beira - Entidade Competente para a Decisão de Contratar; Município de Celorico da Beira - Entidade Adjudicante
Tipo de Notificação:	Notificação de Aceitação Minuta de Contrato
Assunto:	Notificação de Aceitação Minuta de Contrato - Procedimento CP1/2013.
Anexos:	Sem anexos

Notifica-se a aceitação da minuta de contrato com a versão CP1/2013.

Anexo 35 – Notificação de Aceitação da Minuta do Contrato pelo Adjudicatário



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA
Câmara Municipal
 CONTRIBUINTE N.º 506 849 635

**CONTRATO DA EMPREITADA DA OBRA DE
 "BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO DA BEIRA –
 LIMITE DO CONCELHO – GUARDA) "**

VALOR DA EMPREITADA: 875.250,98 €
 (Oitocentos e setenta e cinco mil duzentos e
 cinquenta euros e noventa e oito cêntimos).-----

----- No ano de dois mil e treze, do mês de Junho do dia vinte e seis, nesta
 Vila, Município de Celorico da Beira, no Edifício do Município
 compareceram comigo (Nome do Oficial Público) , servindo
 de oficial público, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara
 nº13/2013, de 17 de Junho, como outorgantes-----

----- **PRIMEIRO:** (1.º Outorgante) , casado, natural de (xx) e
 residente na freguesia de (xxxx) , concelho de Celorico da Beira, com
 domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, outorgando na qualidade de
 Presidente da Câmara Municipal e em representação do **Município de Celorico da
 Beira**, no uso da competência que lhe confere a alínea a) do nº 1 e alínea f) do nº 2
 do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A /2002, de
 11 de Janeiro, pessoa coletiva de direito público número 506849635.-----

----- **SEGUNDO:** (2.º Outorgante) , sociedade
 unipessoal, com sede em (xxxxxxxxx) , Município de (xxxx)
 matriculado na Conservatória do Registo Comercial de (xx) sob o número único de
 matrícula e de identificação de pessoa coletiva (xxx) ,com o capital social de
 300.000,00 €, neste ato representada por (xxxx) , casado, contribuinte
 fiscal número (xxx) , natural da freguesia de (xx) , residente em (xx) ,
 freguesia de (xx) do Município de (xx) titular do cartão de cidadão número

(xxx) , válido até 16 de Março de 2014, outorgando na qualidade de sócio gerente e cuja qualidade e poderes conferi pela certidão permanente subscrita em 03 de Julho de 2008 e válida até 24 de Novembro de 2013, disponível no endereço <https://www.portaldaempresa.pt/certidaopermanente>, cujo código de acesso foi disponibilizado.-----

-----E pelo primeiro outorgante foi dito:-----

----- Que por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 22 de Maio de 2013, foi adjudicada à segunda outorgante a empreitada de "BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO – GUARDA", de acordo com o programa de procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e demais elementos patentes no procedimento pré contratual, que serviram de base ao respetivo procedimento e de harmonia com a proposta apresentada pela segunda outorgante, os quais uma vez rubricados, fazem parte integrante do presente contrato.-----

----- Que por deliberação da Câmara Municipal de 18 de Junho de 2013 foi aprovada a minuta do presente contrato.-----

----- Mais disse o primeiro outorgante, que o valor da adjudicação é de 875.250,98 € (oitocentos e setenta e cinco mil duzentos e cinquenta euros e noventa e oito centimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. O encargo total resultante do presente contrato é de 875.250,98 €, sendo satisfeito pelo orçamento ordinário desta Câmara Municipal para o corrente ano pela rubrica com a classificação orgânica zero dois e com a classificação económica zero sete, zero três, zero três, zero um, com dotação de 927.766,04 € (novecentos e vinte e sete mil, setecentos e sessenta e seis euros e quatro centimos) com o saldo disponível de 4.226.737,67 € (quatro milhões duzentos e vinte e seis mil setecentos e trinta e sete euros e sessenta e sete centimos) na data da cabimentação, estando a obra incluída no Plano Plurianual de Investimentos.-----

----- Para cumprimento da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro foi gerado o número de compromisso 15128 /2013.-----

----- Mais disse que o prazo de execução da presente empreitada é de 270 dias com o início na data de consignação que terá lugar em prazo não superior a 30 dias após a data da celebração do contrato ou na data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, nos termos previstos na lei, caso esta última seja posterior. -----

----- E disse que no demais respeitante ao prazo de execução da empreitada e condições de execução rege o disposto no caderno de Encargos, designadamente o clausulado nas Secções II e III.-----

----- Os pagamentos serão feitos de acordo com a quantidade de trabalhos medidos mensalmente, traduzidos em autos, devidamente elaborados, devendo a liquidação do seu valor ser feita no prazo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura, nos termos dos artigos 299º e 299º A, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação (Lei nº 3/2010, de 27 de Abril) e restante legislação aplicável, bem como no disposto a esse título no capítulo II do caderno de encargos.-----

----- Quanto ao mais e porque expressamente previstas aplicar-se-ão as normas do caderno de encargos e demais elementos patentes no procedimento pré contratual e, na parte não especialmente prevista as normas constantes do Decreto-lei número 18/2008, de vinte e nove de Janeiro, na sua atual redação e restante legislação aplicável. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-lei 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula. A revisão de preços obedece à fórmula tipo F10 – Estradas. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que

resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

----- E pelo representante da segunda outorgante foi dito:-----

----- Que aceita o presente contrato nos termos exarados, obrigando, por este ato a sociedade que representa ao seu integral cumprimento.-----

----- Assim o disseram e outorgaram.-----

----- A segunda outorgante demonstrou que é possuidora do Alvará de Construção número 58965, válido até trinta e um de Janeiro de dois mil e catorze, cuja cópia anexo ao maço de documentos relativo a este processo.-----

----- A Segunda outorgante apresentou contrato de seguro caução: Apólice nº _____, emitido em 03 de Junho de 2013, pela companhia de seguros ZURICH, Insurance ple – Sucursal em Portugal no valor de 43.762,54 € (quarenta e três mil, setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), o qual se destina a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. -----

----- Ficam a fazer parte integrante do presente contrato e arquivados no respetivo maço de documentos:-----

----- Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de _____ em 08 de Abril de 2013, comprovativa da segunda outorgante não ser devedora de quaisquer contribuições e impostos ao Estado, válida até seis meses.-----

----- Declaração do Instituto da Segurança Social, comprovativa da representada do segundo outorgante possuir a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em 23 de Maio de 2013 e válida pelo prazo de quatro meses.-----

----- Certificado do Registo Criminal do titular do órgão social da segunda outorgante.-----

----- Proposta adjudicada.-----

----- Anúncio do Procedimento, programa de procedimento, projeto de execução e caderno de encargos.-----

----- O presente contrato vai ser assinado pelos outorgantes:-----
----- O Presidente:____ (Assinatura) _____
----- O Representante da sociedade. ____ (Assinatura) _____
----- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

Anexo 36 – Contrato da Empreitada



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

AUTO DE CONSIGNAÇÃO**EMPREITADA: "BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO
CONCELHO – GUARDA"**

Aos dezoito dias do mês de Julho de dois mil e treze, no local onde devem ser executados os trabalhos que constituem a empreitada de "BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO – GUARDA", adjudicada à firma (Adjudicatário), por contrato de vinte e seis de Junho de dois mil e treze, no valor de 875.250,98 € (Oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta euros e noventa e oito centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e pelo prazo de execução de nove meses, compareceu o Exmo Sr. Presidente da Câmara (Nome do Presidente da Câmara) e a Srª Engª (xxxxx) em representação da Câmara Municipal de Celorico da Beira e o Sr. (xxxxxx) como representante do adjudicatário, para se proceder à consignação da obra, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 359º do Código dos Contratos Públicos.

Foram prestadas as necessárias e convenientes indicações para ficarem bem definidas as condições em que deve ser realizada a empreitada, e verificou-se não haver modificação no local onde os trabalhos vão ser executados relativamente ao projecto submetido ao concurso, nem variações nas condições de implantação.

Pelo Sr. (xxxxxx), representante do adjudicatário, foi declarado que aceitava e reconhecia como inteiramente exatos os mencionados factos, não tendo apresentado quaisquer reclamações ou reservas a este ato, pelo que se procedeu à consignação dos trabalhos.

E, não havendo mais nada a tratar, foi dada por finda a consignação e lavrado o presente auto que, depois de lido em voz alta e julgado conforme, vai ser assinado pelos intervenientes no mesmo.

(Assinatura do Presidente da Câmara)

(Assinatura do Adjudicatário)

(Assinatura do Técnico representante da Câmara)

23/01/2015
SaphetyGov - Detalhes do Procedimento

23-01-2015 11:01:18 (UTC)
 Bem vindo(a) Cristina Alexandra Freire Martins
 INÍCIO SAIR CONFIGURAÇÕES AJUDA

Tipo: Concurso Público Normal **Estado:** Concluído
Finalidade: Contrato Público
Procedimento Nº: CP1/2013
Designação do Procedimento: Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)

Visão Geral Peças Publicação Propostas e Negociação Adjudicação e Habilitação Caução e Contrato
Fluxo Relatórios e Integrações Notificações Aprovações

Exportação do Procedimento

Pode exportar aqui a informação relativa ao Procedimento, para efeitos de preservação digital (n.º5, art.º 35º Portaria 701-G/2008)

[Exportar Procedimento](#)

Ficheiro de Exportação [CP1/2013.zip](#)
98 KB - 12/11/2014 12:19 - Cristina Alexandra Freire Martins

Fluxo do Procedimento

Geração de Chaves

Data/Hora	Utilizador	Ação	Documentos
06/02/2013 16:24	Delfina Maria Gil Fonseca	Notificação	
06/02/2013 16:26	Delfina Maria Gil Fonseca	Geração Propostas	N/A

Anúncios

Submissão	Envio	Publicação	Tipo	Utilizador	Documentos
08/02/2013 17:49	08/02/2013	08/02/2013	Anúncio de Abertura de Procedimento - Diário da República	Delfina Maria Gil Fonseca	

Registo de Interessados

Data/Hora	Nome	NIF	Utilizador	Disponibilização das Peças	Autorização do Registo
08/02/2013 18:43	M. Couto Alves, SA	504213709	M. Couto Alves, SA	Automático 08/02/13 18:43	Automático
11/02/2013 09:44	Irmãos Almeida Cabral, Lda	503335096	Irmãos Almeida Cabral, Lda	Automático 11/02/13 09:44	Automático
11/02/2013 11:08	Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda	506034453	Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda	Automático 11/02/13 11:08	Automático
11/02/2013 11:38	Rosas Construtores, S.A.	500236178	Rosas Construtores, S.A.	Automático 11/02/13 11:38	Automático
11/02/2013 12:11	Habitãmega, Construções S.A.	502220821	Habitãmega, Construções S.A.	Automático 11/02/13 12:11	Automático
11/02/2013 12:34	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	506887260	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Automático 11/02/13 12:34	Automático
11/02/2013 14:35	Lopes & Irmãos, Lda	500824932	Lopes & Irmãos, Lda	Automático 11/02/13 14:35	Automático

https://bizgov.saphety.com/bizgov/econcursos/buyer/procedureDetails_52752.action?selectedTab=flowTab
1/3

23/01/2015

SaphetyGov - Detalhes do Procedimento

11/02/2013 15:45	Restradas - Revitalização de Estradas do Norte, Lda	503451541	Restradas - Revitalização de Estradas do Norte, Lda	Automático 11/02/13 15:45	Automático
11/02/2013 15:54	José Manuel Pinheiro Madaleno, unipessoal, Lda	508349362	José Manuel Pinheiro Madaleno, unipessoal, Lda	Automático 11/02/13 15:54	Automático
11/02/2013 17:10	AZIDREN - EMPREITEIROS, S.A.	501884114	LAURINDA ROSA GOMES DA SILVA	Automático 11/02/13 17:10	Automático
13/02/2013 09:08	António Saraiva e Filhos, Lda	500563993	António Saraiva e Filhos, Lda	Automático 13/02/13 09:08	Automático
13/02/2013 12:39	Embeiral - Engenharia e Construção SA	PT501559914	Embeiral - Engenharia e Construção SA	Automático 13/02/13 12:39	Automático
13/02/2013 15:07	IRMÃOS MOREIRAS, S.A.	501347313	IRMÃOS MOREIRAS, S.A.	Automático 13/02/13 15:07	Automático
15/02/2013 16:14	Biosfera Construções, unipessoal, Lda	508307880	Biosfera Construções, unipessoal, Lda	Automático 15/02/13 16:14	Automático
15/02/2013 18:38	ENERGCAMBRA - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA	509910327	JOÃO LAMEIRAS	Automático 15/02/13 18:38	Automático
18/02/2013 11:27	MOTA-ENGIL - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	500197814	MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	Automático 18/02/13 11:27	Automático
18/02/2013 16:55	Higino Pinheiro & Irmão S.A.	503472069	Higino Pinheiro & Irmão S.A.	Automático 18/02/13 16:55	Automático
19/02/2013 17:40	MONTALVIA Construtora S.A.	501145575	MONTALVIA Construtora S.A.	Automático 19/02/13 17:40	Automático
21/02/2013 11:39	Rosas Construtores, S.A.	500236178	Rosas Construtores, S.A.	Automático 21/02/13 11:39	Automático
21/02/2013 16:41	FASE - Estudos e Projectos, SA	500863512	FASE - Estudos e Projectos, SA	Automático 21/02/13 16:41	Automático
25/02/2013 10:51	Martinho & Martinho, Lda.	500991510	Martinho & Martinho, Lda.	Automático 25/02/13 10:51	Automático
25/02/2013 11:48	Adriano Luz Duarte Balala, Lda.	502394510	Adriano Luz Duarte Balala, Lda.	Automático 25/02/13 11:48	Automático
26/02/2013 09:12	MAQUIRECTA LDA	508664500	JOSÉ DA SILVA GOMES	Automático 26/02/13 09:12	Automático
26/02/2013 10:18	ALFEROPE - LOGÍSTICA LDA	503066664	ALFEROPE - LOGÍSTICA LDA	Automático 26/02/13 10:18	Automático
27/02/2013 10:51	LIFETOURIS - VIAGENS, TURISMO E ANIMAÇÃO TURÍSTICA, LDA	509993770	CARLOS MANUEL FREIRA PALMEIRO	Automático 27/02/13 10:51	Automático
01/03/2013 17:58	CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO,S.A.	500072868	CONSTRUÇÕES GABRIEL A.S. COUTO,S.A.	Automático 01/03/13 17:58	Automático
05/03/2013 09:21	Domingos Pedrosa Barreto, Lda.	501247203	Domingos Pedrosa Barreto, Lda.	Automático 05/03/13 09:21	Automático

Propostas

Data/Hora	Nome	Nº Proposta	Utilizador	Estado
19/04/2013 14:53	Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda	0	Gualdim Anciães Amado & Filhos, Lda	Excluída
19/04/2013 14:55	Higino Pinheiro & Irmão S.A.	0	Higino Pinheiro & Irmão S.A.	Excluída
19/04/2013 15:37	Restradas - Revitalização de Estradas do Norte, Lda	0	Restradas - Revitalização de Estradas do Norte, Lda	Excluída
19/04/2013 17:38	Irmãos Almeida Cabral, Lda	0	Irmãos Almeida Cabral, Lda	Admitida
19/04/2013 18:57	Biosfera Construções, unipessoal, Lda	0	Biosfera Construções, unipessoal, Lda	Admitida
19/04/2013 20:01	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	0	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Admitida
19/04/2013 20:39	Embeiral - Engenharia e Construção SA	0	Embeiral - Engenharia e Construção SA	Admitida
20/04/2013 00:44	António Saraiva e Filhos, Lda	0	António Saraiva e Filhos, Lda	Admitida

Abertura de Propostas

Data/Hora	Utilizador	Ação
22/04/2013 10:09		

https://bizgov.saphety.com/bizgov/econcursos/buyer/procedureDetails_52752.action?selectedTab=flowTab

2/3

23/01/2015 SaphetyGov - Detalhes do Procedimento

	Delfina Maria Gil Fonseca	Introdução de password
22/04/2013 10:20	Cristina Alexandra Freire Martins	Introdução de password
22/04/2013 10:39	Joana de Fátima Marques Mendes Félix	Introdução de password
22/04/2013 10:40	Joana de Fátima Marques Mendes Félix	Início da descriptação
22/04/2013 10:45	Plataforma SaphetyGov	Fim da descriptação

Relatórios de Adjudicação

Data/Hora	Utilizador	Tipo	Notificação
13/05/2013 13:51	Delfina Maria Gil Fonseca	Relatório preliminar	13/05/2013 13:57
29/05/2013 14:00	Delfina Maria Gil Fonseca	Relatório final	29/05/2013 14:12

Habilitação

Data/Hora	Nome	Utilizador
24/07/2013 17:08	Biosfera Construções, unipessoal, Lda	Delfina Maria Gil Fonseca : Gestor de procedimento principal; Vogal; Entidade Competente para Prestar Esclarecimentos - Juri; Gerador de Chave;

Conclusão

Data/Hora	Utilizador
31/01/2014 12:20	José Francisco Gomes Monteiro : Entidade Competente para a Decisão de Contratar;

Esclarecimentos

Data/Hora	Entidade	Utilizador	Ação	Título	Ver
18/02/2013 19:03	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Pedido	Esclarecimentos das peças do procedimento	
27/02/2013 11:24	Município de Celorico da Beira	Delfina Maria Gil Fonseca	Resposta	Esclarecimentos das peças do procedimento	

Audiência Prévia

Data/Hora	Nome	Utilizador	Título	Ver
Sem registos para mostrar				

Erros e Omissões

Data/Hora	Entidade	Utilizador	Estado	Título	Ver
05/03/2013 10:58	Rosas Construtores, S.A.	Rosas Construtores, S.A.	Respondido	Erros e omissões	
05/03/2013 15:55	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Respondido	Erros e omissões	
05/03/2013 15:58	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	João Tomé Saraiva - Sociedade de Construções, Lda	Respondido	Erros e omissões	

Powered by:

© 2013 Saphety Level - Trusted Services SA. Todos os direitos reservados. - v4.29.2

https://bizgov.saphety.com/bizgov/econcursos/buyer/procedureDetails_52752.action?selectedTab=flowTab 3/3

23/01/2015

SaphetyGov - Detalhes do Procedimento

23-01-2015 11:01:30 (UTC)

Bem vindo(a) Cristina Alexandra Freire Martins

INÍCIO SAIR CONFIGURAÇÕES AJUDA

Tipo: Concurso Público Normal
Finalidade: Contrato Público
Procedimento N°: CP1/2013
Designação do Procedimento: Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)

Estado: Concluído

Visão Geral Peças Publicação Propostas e Negociação Adjudicação e Habilitação Caução e Contrato
 Fluxo Relatórios e Integrações Notificações Aprovações

Ações

Copiar Retificar Gerir Prazos
 Gerir Equipa Revogar Concluir

Procedimento

Número de referência do Procedimento: CP1/2013
 Designação do Procedimento: Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)
 Tipo de Procedimento: Concurso Público Normal
 Principal Local de Execução / Entrega: Troço da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda), sito no concelho de Celorico da Beira
 Procedimento Precedente: -
 Fundamentação da escolha do procedimento: Alínea b) do artigo 19º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua actual redação.
 Tipo de Contrato: Empreitada de obras públicas
 Finalidade: Contrato Público
 Descrição: Beneficiação de toda a plataforma da Estrada Nacional 16, dotando a mesma de passeios e ciclovia, bem como de rede de águas pluvias.
 Rubrica Orçamental: Classificação Orgânica - 02; Classificação Económica - 07030301

Número de Cabimento	Data de Cabimento	Cabimento	Assinatura
Classificação Orgânica - 02; Classificação Económica - 07030301	18/01/2013	Inf. Cabimento.pdf 40 KB - 30/01/2013 13:24	

Classificação CPV:	Vocabulário Principal	Vocabulário Complementar
Objeto Principal	45233220-7 Pavimentação de estradas	-
Objetos Complementares	-	-

Duração do contrato ou prazo de execução 9 Meses
 Preço base: 1.126.598,15 EUR
 Comentários: -

Unidade Orgânica	Nº Requisição Interna	Anexo	Ações
Sem registos			

Equipa

https://bizgov.saphety.com/bizgov/econcursos/buyer/procedureDetails_52752.action?selectedTab=divOverview

1/5

23/01/2015

SaphetyGov - Detalhes do Procedimento

Entidade(s) Adjudicante(s)

Nome	NIPC	Localidade
Município de Celorico da Beira	506849635	

Representantes do Agrupamento

Nome	NIPC	Localidade
Sem elementos para mostrar		

Júri

Entidade	Nome	Email / Contacto	Função
Município de Celorico da Beira	Cristina Alexandra Freire Martins	cmartins@cm-celoricodabeira.pt	Presidente
Município de Celorico da Beira	Delfina Maria Gil Fonseca	delfinafonseca@cm-celoricodabeira.pt	Vogal
Município de Celorico da Beira	Maria do Céu Neves Martins Louro	mariaceu_louro@hotmail.com	Vogal
Município de Celorico da Beira	Joana de Fátima Marques Mendes Félix	joanafelix@cm-celoricodabeira.pt	Suplente
Município de Celorico da Beira	Elisabete Católico Figueiredo Mimoso	emimoso@gmail.com	Suplente

Entidade Competente de Autorização de Despesa

Entidades Adjudicantes	Autorizador de despesa	Cargo	Competências	Anexos
Município de Celorico da Beira	José Francisco Gomes Monteiro	Presidente da Câmara Municipal	Delegadas	

Entidade Competente para Prestar Esclarecimentos

Entidade	Nome	Email / Contacto
Município de Celorico da Beira	Maria do Céu Neves Martins Louro	mariaceu_louro@hotmail.com
Município de Celorico da Beira	Joana de Fátima Marques Mendes Félix	joanafelix@cm-celoricodabeira.pt
Município de Celorico da Beira	Cristina Alexandra Freire Martins	cmartins@cm-celoricodabeira.pt
Município de Celorico da Beira	Elisabete Católico Figueiredo Mimoso	emimoso@gmail.com
Município de Celorico da Beira	Delfina Maria Gil Fonseca	delfinafonseca@cm-celoricodabeira.pt

Entidade Competente para a Decisão de Contratar ou Representante

Utilizador	Cargo	Limite de competências	Fundo de financiamento	Anexos
José Francisco Gomes Monteiro	-	-	-	

Estrutura e Condições

Método de Adjudicação: Globalmente/por lote

Divisão em Lotes: Não

Critério de Adjudicação: Preço mais baixo

Aspetos submetidos à concorrência

https://bizgov.saphety.com/bizgov/econcursos/buyer/procedureDetails_52752.action?selectedTab=divOverview

2/5

23/01/2015

SaphetyGov - Detalhes do Procedimento

Factor	Subfactor	Unidade	Parâmetro base (Valor)	Preenchimento
Preço		EUR	1.126.598,15	Fornecedor

Aspetos não submetidos à concorrência

Designação	Valor de Referência	Preenchimento
Sem registos		

Caução
Exigibilidade da Caução: Sim
Percentagem da Caução: 5.00 %
Informação Adicional:

Negociação As propostas apresentadas serão alvo de negociação: Não

Prazo de Apresentação dos Documentos de Habilitação Até 23:59 horas do 10.º dia útil após envio da notificação da adjudicação

Documentos para Habilitação

Documento	Descrição	Anexos	Assinatura
Declaração do adjudicatário (Anexo II do CCP)			
Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º, do CCP			
Documentos previstos nos n.ºs 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8 do art.º 81º, do CCP (DL 18/2008)			
Outros documentos	Alvará ou os títulos de registo emitidos pelo Instituto da Construção e do Imobiliário (INCI), contendo as habilitações adequadas e necessárias à execução da obra a realizar, designadamente as seguintes categorias e subcategorias: a) A 1.ª subcategoria da 2.ª categoria (Vias de Comunicações, Obras de Urbanização e Outras Infra-estruturas) na classe correspondente ao valor global da proposta; b) As 6ª e 8.ª subcategorias da 2.ª categoria (Vias de Comunicações, Obras de Urbanização e Outras Infra-estruturas) e a 2.ª subcategoria da 5.ª categoria (Outros trabalhos), nas classes correspondentes à parte dos trabalhos a que respeitam.		

Matriz de Quantidades

Registos encontrados: 76

1 - 20

ID	Tipo	Código	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Preço de Referência	Total
0.1	Artigo	1	VIAS DE COMUNICAÇÃO	-	-	-	-
0.1.1	Artigo	1.1	Trabalhos preparatórios	-	-	-	-
0.1.1.1	Artigo	1.1.1	Montagem, manutenção e desmontagem de estaleiro de apoio à obra, incluindo fornecimento de dois painéis de co-financiamento e implementação do Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, instalações para a fiscalização, todas as infraestruturas necessárias de abastecimento de água, energia provisória, drenagem de águas residuais entre outras que se mostrem absolutamente necessárias à normal execução dos trabalhos, vedações, garantias de acesso, encaixes, desvios de trânsito.	vg	1	-	-
0.1.1.2	Artigo	1.1.2	Apoio topográfico à realização dos trabalhos.	vg	1	-	-
0.1.1.3	Artigo	1.1.3	Sinalização provisória dos trabalhos.	vg	1	-	-
0.1.2	Artigo	1.2	Movimento de terras	-	-	-	-

https://bizgov.saphety.com/bizgov/econcursos/buyer/procedureDetails_52752.action?selectedTab=divOverview

3/5

23/01/2015

SaphetyGov - Detalhes do Procedimento

0.1.2.1	Artigo	1.2.1	Desmatamento, incluindo eventual derrube de árvores, desbrolhamento, limpeza do terreno no traçado (Pronto Para Repavimentar) e nas bermas, carga, transporte e colocação dos produtos em vazadouro e eventual indemnização por depósito, em toda a extensão do traçado.	yg	1	-	-
0.1.2.2	Artigo	1.2.2	Escavação de terreno de qualquer natureza, incluindo abertura de cova para execução de vias e passeios, elevação, baldeação e transporte das terras sobrantes para vazadouro ou colocação em pargos para aterro e ainda todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com especificação de caderno de encargos. Nota: Os volumes apresentados referem-se às quantidades de projecto com referência ao terreno original e às cotas finais de projecto. considera-se incluído todos os acrescentos necessários para execução dos trabalhos, nomeadamente os volumes necessários para a criação de áreas suplementares de trabalho, entre outros que o empreiteiro se julgue obrigado a realizar para lhe permitir a execução da obra com todas as condições de segurança.	m3	4.307	-	-
0.1.2.3	Artigo	1.2.3	Aterros em terras seleccionadas na regularização do terreno às cotas do projecto, incluindo todos os materiais e trabalhos complementares, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos. Nota: Os volumes apresentados referem-se às quantidades de projecto com referência ao terreno original e às cotas finais de projecto, considera-se incluído todos os acrescentos necessários para execução dos trabalhos, nomeadamente os volumes necessários para a criação de áreas suplementares de trabalho, entre outros que o empreiteiro se julgue obrigado a realizar para lhe permitir a execução da obra com todas as condições de segurança.	m3	5.898	-	-
0.1.3	Artigo	1.3	Elementos construídos	-	-	-	-
0.1.3.1	Artigo	1.3.1	Construção de Lancis	-	-	-	-
0.1.3.1.1	Artigo	1.3.1.1	Fornecimento e assentamento de lancil guia com 8cm de espessura e 20cm de altura em betão, tipo Guia da Pavker ou equivalente, incluindo base de betão ciclópico e todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos.	ml	10.000	-	-
0.1.3.1.2	Artigo	1.3.1.2	Fornecimento e assentamento de lancil de passeio com 12cm de espessura em betão, tipo Passeio da Pavker ou equivalente, incluindo base de betão ciclópico e todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos.	ml	10.000	-	-
0.1.3.1.3	Artigo	1.3.1.3	Fornecimento e assentamento de lancil rampeado em betão com 30cm de largura recto ou curvo, conforme necessário, tipo Rampa da Pavker ou equivalente, incluindo base de betão ciclópico e todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos.	ml	600	-	-
0.1.3.2	Artigo	1.3.2	Faixa de rodagem	-	-	-	-
0.1.3.2.1	Artigo	1.3.2.1	Fresagem de tapete betuminoso dentro dos limites de intervenção, incluindo corte geométrico, transporte e reciclagem de resíduos, bem como todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos.	m2	51.000	-	-
0.1.3.2.2	Artigo	1.3.2.2	Fornecimento e aplicação de regularização da camada subjacente à zona fresada com tout-venant, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com especificação de caderno de encargos.	m2	44.923	-	-
0.1.3.2.3	Artigo	1.3.2.3	Fornecimento e aplicação de rega de impregnação, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com especificação de caderno de encargos.	m2	44.923	-	-

https://bizgov.saphety.com/bizgov/econcurso/buyer/procedureDetails_52752.action?selectedTab=divOverview

4/5

23/01/2015
SaphetyGov - Detalhes do Procedimento

0.1.3.2.4	Artigo	1.3.2.4	Fornecimento e aplicação de camada de regularização com 0.08 m de espessura média após recalque em mistura betuminosa densa, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com especificação de caderno de encargos.	m2	44.923	-	-
0.1.3.2.5	Artigo	1.3.2.5	Fornecimento e aplicação de rega de colagem, incluindo todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com especificação de caderno de encargos.	m2	44.923	-	-

Registos encontrados: 76
1 - 20

O formato folha de cálculo é uma forma rápida de visualizar e editar os valores da matriz de quantidades.
Exportar

Propostas

Categoria de Documento	Descrição do Documento	Data	Documento Modelo	Assinatura
Documentos que Contêm os Atributos da Proposta		25/01/13 11:42:04	--	--
Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos		25/01/13 12:22:01	--	--
Documentos exigidos pelo programa do procedimento		25/01/13 12:22:12	--	--

Propostas Variantes: Não

Modo de apresentação das propostas: Eletronicamente na Plataforma de Contratação

Prazo para a Apresentação das Propostas: Até às 23:59 horas do 72.º dia após o envio de anúncio para publicação em Diário da República

Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas: 66 Dias

Abertura das Propostas: No 1.º dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas, pelas 10:00 horas


Powered by:

© 2013 Saphety Level - Trusted Services SA. Todos os direitos reservados. - v4.29.2

https://bizgov.saphety.com/bizgov/econcursos/buyer/procedureDetails_52752.action?selectedTab=divOverview
5/5

Anexo 39 – Visão Geral do Procedimento exportada da plataforma eletrónica de Contratação Pública

ANEXOS REFERENTES À FASE DE EXECUÇÃO DA OBRA

 DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS	<div style="text-align: right;">Município de Celorico da Beira</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 5px;">Livro : CGI Registo N.º: 2516 /Ano: 2013 Interna de 23-07-2013 Registado por: <small>SOC-Sistema de Gestão Documental-23-07-2013</small></div>
<div style="border: 1px solid black; padding: 10px; min-height: 150px;"><p style="text-align: center;">PARECER</p><p style="text-align: center;"><i>(Parecer da Chefe de Divisão)</i></p><div style="text-align: right; margin-top: 10px;"><small>Chefe de Divisão</small> _____ Cristina Martins, Eng.ª</div></div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 10px; min-height: 150px;"><p style="text-align: center;">DESPACHO/DELIBERAÇÃO</p><p style="text-align: center;"><i>(Despacho do Presidente)</i></p></div>
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; background-color: #f0f0f0;">INFORMAÇÃO TÉCNICA</div>	
<p>ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA "BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO - LIMITE DO CONCELHO – GUARDA)"</p> <p>DATA: 2013/07/23</p> <p style="margin-top: 20px;">Exmo Sr. Presidente</p> <p style="margin-top: 20px;">Relativamente à empreitada "Beneficiação da EN 16 (Celorico – Limite do Concelho – Guarda)", proponho que seja formalmente constituída a seguinte equipa para efetuar a fiscalização da obra, por forma a dar início à execução da referida empreitada:</p> <ul style="list-style-type: none">– Para cumprimento do nº 2 do artigo 9º da lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, conjugado com o artigo 17º do mesmo diploma, o Coordenador de Segurança e Saúde em Obra <i>(Nome do Técnico)</i>, Engenheira Civil;– Para cumprimento do artigo 15º da Lei nº 31/2009, de 3 de Julho, conjugado com o nº 2 do artigo 344º do Código dos Contratos Públicos, o Diretor de Fiscalização da Obra: <i>(Nome do Técnico)</i>, Engenheira Civil;– Para efetuar trabalhos de medição e /ou orçamentos: o Sr.: <i>(Nome do Técnico)</i> e o Sr. <i>(Nome do Técnico)</i>, Medidores-orçamentistas;– Para efetuar trabalhos de topografia: o Sr.: <i>(Nome do Técnico)</i>, Topógrafo.	



DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS
SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

Junto se remete para aprovação pelo dono da obra, Plano de Segurança e Saúde a referida empreitada, conforme previsto no artigo 12º do Decreto-lei nº 273/2003, de 29 de Outubro, que posteriormente será tecnicamente validado pelo Coordenador de Segurança e Saúde nomeado por V. Exª.

Proponho ainda que se submeta para aprovação o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

Presente à reunião de Câmara 14/8/2013

A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador (xxxxx) aprovar a proposta apresentada na informação técnica, entregando a equipa de

A Chefe de Divisão

fiscalização da empreitada "Beneficiário do EN 16 (Cabo - Limite do Concelho - Guarda)" as seguintes técnicas:

(Cristina Alexandra Freire Martins, Eng.ª Civil)

Coordenadora de Segurança e Saúde em obra:

(xxxxx)

Engenheira Civil;

Diretor de Fiscalização da obra:

(xxxxx)

Engenheira Civil;

Trabalhos de medição e/ou orgamontos:

(xxxxx)

(xxxxx)

Medidores - orgamontistas:

Trabalhos de topografia:

(xxxxx)

Topógrafo

Assim foi deliberado aprovar o Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, bem como, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

OM/DF/MF

A Ass. Tec.

2

(Assinatura da Técnica)

Anexo 40 A – Informação de proposta da equipa de Fiscalização e do Diretor de Fiscalização para aprovação pelo Executivo



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

Câmara Municipal

CONTRIBUINTE N.º 506 849 635

CERTIDÃO

----- (Nome do Presidente da Câmara) -----, PRESIDENTE DA CÂMARA

MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA, certifica que da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Celorico da Beira de 14/8/2013, consta uma deliberação com o seguinte teor: -----

----- 3 - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS -----

----- ASSUNTO: CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA "BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO - LIMITE DO CONCELHO - GUARDA)-----

----- Foi presente informação da Divisão de Obras Particulares e Municipais, com registo interno n.º 2516, datada de 23/7/2013, com o seguinte teor:-----

----- "Relativamente à empreitada "Beneficiação da EN 16 (Celorico – Limite do Concelho – Guarda)", proponho que seja formalmente constituída a seguinte equipa para efetuar a fiscalização da obra, por forma a dar início à execução da referida empreitada:-----

----- Para cumprimento do n.º 2, do artigo 9.º, da Lei n.º 273/2003, de 29/10, conjugado com o artigo 17.º, do mesmo diploma, o Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: (xxxxx), Engenheira Civil;-----

----- Para cumprimento do artigo 15.º, da Lei n.º 31/2009, de 3/7, conjugado com o n.º 2, do artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos, o Diretor de Fiscalização de Obra: (xxxxx), Engenheira Civil; -----

----- Para efetuar trabalhos de medição e/ou orçamentos: o Sr.

(xxxxx) e o Sr. (xxxxx), Medidores-orçamentistas;

----- Para efetuar trabalhos de topografia: o Sr. (xxxxx), Topógrafo; -----

----- Junto se remete para aprovação pelo dono da obra, Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, conforme previsto no artigo 12.º do Decreto-lei n.º 273/2003, de 29/10, que posteriormente será tecnicamente validado pelo Coordenador de Segurança e Saúde nomeado por V.Ex.ª.-----

----- Proponho ainda que se submeta para aprovação o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador (xxxxx), aceitar a proposta apresentada na informação técnica, integrando a equipa de fiscalização da empreitada "Beneficiação da EN 16 (Celorico – Limite do Concelho – Guarda)", os seguintes técnicos:

----- Coordenador de Segurança e Saúde em Obra: (xxxxx)

, Engenheira Civil; -----

----- Diretor de Fiscalização da Obra: (xxxxx),
Engenheira Civil; -----

----- Trabalhos de medição e/ou orçamentos: (xxxxx)
(xxxxx), Medidores-orçamentistas; -----

----- Trabalhos de topografia: (xxxxx), Topógrafo. -----

----- Mais foi deliberado aprovar o Plano de Segurança e Saúde da referida empreitada, bem como, o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição. -----

----- Por ser verdade se passa a presente certidão, que assino e autentico com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Celorico da Beira, 16 de agosto de 2013 -----

O Presidente da Câmara Municipal

(Assinatura e Nome do Presidente)

Secção AOM/SF



DIVISÃO DE URBANISMO E GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

REGISTO INTERNO N.º 3446

DATA: 29-10-2013

REGISTADO POR: _____

SGD – SISTEMA DE GESTÃO DOCUMENTAL

PARECER

(Parecer da
Chefe de
Divisão)

Chefe de Divisão

Cristina Martins, Eng.ª

DESPACHO/DELIBERAÇÃO

(Despacho do Presidente
da Câmara)

INFORMAÇÃO TÉCNICA

Assunto: Empreitada “Beneficiação da EN 16 (Celorico da Beira Limite do Concelho -
Guarda)”

AUTO DE MEDIÇÃO N.º 1

- VALOR (S/I.V.A): 22.254,00 €

Data: 29/10/2013

Ex.mo Sr. Presidente

Vem o adjudicatário da empreitada em epígrafe, mediante ofício com registo de entrada nº 9518 de 28/10/2013 apresentar fatura nº 13151/2013 [FA], de 28/10/2013, no montante de 22.254,00 € (Vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e quatro euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Os trabalhos constantes do presente auto de medição foram alvo de contrato escrito celebrado em 26/06/2013 e correspondem aos seguintes capítulos:

Trabalhos Preparatórios;
Elementos construídos – Lancis;
Saneamento – Rede de Águas Pluviais.

Dado que os trabalhos se encontram executados, propõe-se o respetivo pagamento.

(Rubrica dos Técnicos
que constituem a equipa
de fiscalização)

Programa Operacional Regional Do Centro 2007-2013	
QREN - MAIS CENTRO - FEDER	
Contrato de Financiamento:	
Eixo Prioritário	3
Código Universal da Operação/Projeto QREN	CE01-03-1150-CE01-020002
Rubrica/Componente	Outras Construções
Imputação:	
Taxa de Imputação	100 %
Valor de Imputação	23.589,24 €
Registo de Lançamento na Contabilidade Geral:	
Lanç.º N.º	3660
Conta	4450,34



DIVISÃO DE URBANISMO E GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS
SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

Informa-se que para garantir o exacto e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo contrato, o adjudicatário apresentou como caução o Seguro Caução com Apólice nº , de 03 de Junho de 2013, da Companhia de Seguros Zurich Insurance plc – Sucursal em Portugal, no montante de 43.762,54 € (Quarenta e três mil, setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), correspondente a 5% do valor de adjudicação. (Em anexo)

À Consideração Superior,

A Fiscalização,

(Assinatura dos Técnicos
que constituem a equipa
de fiscalização)

Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013			
QREN - MAIS CENTRO - FEDER			
Contrato de Financiamento:			
Eixo	Prioritário	Código Universal da	Operação/Projecto QREN
	3		CEVIAO-03-MISO FEDER-020002
Rubrica/Componente			
Outras Construções			
Imputação:			
Taxa de	Imputação	Valor de	Imputação
100 %		23.589,24	6
Registo de Lançamento na Contabilidade Geral:			
Lang. N.º	3660	Conta	445034

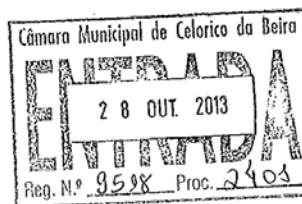
Em anexo: - Seguro caução;

- Auto de medição

- Fatura nº 13151/2013[FA], de 28/10/2013

OM/DF

Anexo 41 A – Auto de Medição (Informação Técnica a propor a aprovação dos trabalhos constantes no auto de medição e pagamento de fatura correspondente)



CLIENTE: Município de Celorico da Beira

OBRA: BENEFICIAÇÃO DA EN16- CELORICO DA BEIRA AO LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA

SITUAÇÃO DE TRABALHOS (Art.389ºDecreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro)

1ª Situação Mensal

Adjudicação		875 250,98€
Adicionais Aprovados		
Situação Anterior		
Situação Actual	22 254,00€	22 254,00€
Saldo		852 996,98€

AUTO DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS

Aos vinte oito dias do mês de Outubro do ano de 2013 no local onde estão a ser executados os trabalhos que constituem a empreitada acima designada, adjudicada à firma: BIOSFERA- CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA., pelo valor de 875 250,98€ (Oitocentos setenta cinco mil, Duzentos e Cinquenta Euros e noventa oito Cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. compareceram, como representante do Dono de obra a Srª Eng.ª (Nome da Técnica) e o Sr. (Nome do Medidor Orçamentista) como representante do Empreiteiro a Srª Eng.ª (Nome da Técnica) para, de harmonia com a legislação em vigor e condições do caderno de encargos patenteado a concurso, procederem ao exame e medição dos trabalhos, tendo verificado que se encontram executadas as quantidades de trabalhos que constam da descrição que se segue anexa a este auto:

Valor da medição	22 254,00€
Deduções	22 254,00€
IVA (6%)	1 335,24€
Pelo que, o valor líquido desta facturação é de	23 589,24€

(Vinte Três Mil, Quinhentos Oitenta Nove Euros vinte Quatro Cêntimos)

A caução será suportada pelo Seguro de Caução direta, cuja apólice apresenta o n.º 006508757, de 03/06/2013 sobre a Zurich Insurance plc-sucursal em Portugal, no montante de 43 762,54€ (quarenta três mil setecentos sessenta dois euros e cinquenta quatro cêntimos).

Programa Operacional Regional Do Centro 2007-2013			
QREN - MAIS CENTRO - FEDER			
Contrato de Financiamento:		CEN160-03-1150	
Elco	3	Código Universal da	FEDER-020002
Prioritário		Operação/Projecto QREN	
Rubrica/Componente		Obras Construção	
Imputação:		Valor da	
Taxa de		Imputação	23.589,24 €
Imputação	100 %		
Registo de Lançamento na Contabilidade Geral:			
Lang. N.º	3660	Conta	445034

(Rubrica dos Técnicos
que subscreveram o Auto
- representantes do dono
da obra e do empreiteiro)

Biosfera - Construções Unipessoal Lda. NIF: 508 307 880 Lugar de Pêga E.N. 221 6400-417 PINHEL
Capital Social: 300.000 euros Alvará de Construção nº 58965
Telfs : 271 412 217 Fax : 271 411 048



Tendo-se verificado que todos os trabalhos se encontram executados de harmonia com as condições contratadas, e não havendo mais nada a considerar, lavrou-se o presente auto que depois de lido em voz alta e julgado conforme, vai ser assinado pelos representantes do cliente e do Empreiteiro.

Representante do Dono de Obra

(Assinaturas dos Técnicos que subscreveram o Auto de Medição, representantes do dono da obra)

Representante do Empreiteiro.

(Assinatura do Técnico que subscreveu o Auto de Medição, representante do empreiteiro)

Programa Operacional Regional Do Centro 2007-2013			
QREN - MAIS CENTRO - FEDER			
Contrato de Financiamento:		CEN-03-RTSO	
Eixo Prioritário	3	Código Universal da Operação/Projecto QREN	FEDER-020002
Rubrica/Componente	Outras Construções		
Imputação:			
Taxa de Imputação	100 %	Valor de Imputação	23.589,24 €
Registo de Lançamento na Contabilidade Geral:			
Lanç.º N.º	366	Conta	4450 34

Biosfera - Construções Unipessoal Lda. NIF: 508 307 880 Lugar de Pêga E.N. 221 6400-417 PINHEL
Capital Social: 300.000 euros Alvará de Construção nº 58965
Tells : 271 412 217 Fax : 271 411 046

Anexo 41 B – Auto de Medição (Informação do Auto de Medição)



Programa Operacional Regional Do Centro 2007-2013			
QREN - MAIS CENTRO - FEDER			
Contrato de Financiamento:		CENTRO-03-1150	
Eixo Prioritário	3	Código Universal da Operação/Projeto QREN	FEDER-020002
Rubrica/Componente		Obras Construção	
Impulsão:			
Taxa de Impulsão	100%	Valor de Impulsão	23.589,24 €
Registo de Lançamento na Contabilidade Geral:			
Lang. N.º	3660	Conta	445034

OBRA: Beneficiação da EN 16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)

CLIENTE: Município de Celorico da Beira

LOCAL: EN 16

PROPOSTA					
Art.	Descrição	Unidade	Quantid.	Preço Unitário	Preço Total
AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1					
1	VIAS DE COMUNICAÇÃO				
1.1	Trabalhos preparatórios				
1.1.1	Montagem, manutenção e desmontagem de estaleiro de apoio à obra, incluindo fornecimento de dois painéis de co-financiamento e implementação do Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, instalações para a fiscalização, todas as Infraestruturas necessárias de abastecimento de água, energia provisória, drenagem de águas residuais entre outras que se mostrem absolutamente necessárias à normal execução dos trabalhos, vedações, garantias de acesso, enscadeiras, desvios de trânsito.	vg	0,5	800,00 €	400,00 €
1.1.2	Apoio topográfico à realização dos trabalhos.	vg	0,2	500,00 €	100,00 €
1.1.3	Sinalização provisória dos trabalhos.	vg	0,2	500,00 €	100,00 €
1.3	Elementos construídos				
1.3.1	Construção de Lancis				
1.3.1.1	Fornecimento e assentamento de lancil guia com 8cm de espessura e 20cm de altura em betão, tipo Guia da Pavicer ou equivalente, incluindo base de betão cicópico e todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos.	ml	1.040,0	4,00 €	4.160,00 €
1.3.1.2	Fornecimento e assentamento de lancil de passeio com 12cm de espessura em betão, tipo Passeio da Pavicer ou equivalente, incluindo base de betão cicópico e todos os materiais e trabalhos necessários para a sua perfeita execução. Tudo de acordo com peças desenhadas e especificação de caderno de encargos.	ml	702,0	6,00 €	4.212,00 €
2	SANEAMENTO				
2.1	Rede de águas pluviais				
2.1.1	Movimento de Terras				

(Rubrica dos Técnicos
que subscreveram o Auto
– representantes do dono
da obra e do empreiteiro)



Programa Operacional Regional Do Centro 2007-2013			
QREN - MAIS CENTRO - FEDER			
Contrato de Financiamento:			
Eixo	Código Universal da	CENIO-C3-1750	
Prioritário	Operação/Projeto QREN	FEIXA-02000	
Rubrica/Componente			
outras construções			
Impulsão:			
Taxa de	Valor de	23.589,24 €	
Impulsão	Impulsão		
Registo de Lançamento na Contabilidade Geral:			
Lang.N.º	Conta	44 5034	

OBRA: Beneficiação da EN 16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)

CLIENTE: Município de Celorico da Beira

LOCAL: EN 16

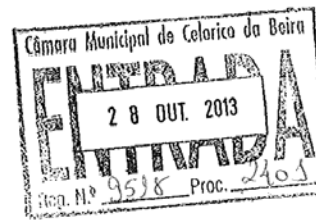
PROPOSTA					
Art.	Descrição	Unidade	Quantid.	Preço Unitário	Preço Total
2.1.1.1	Escavação para abertura de valas em qualquer natureza de terreno, incluindo regularização do fundo da vala, baldeação, entivação e drenagem se necessário	m3	225,0	5,00 €	1.125,00 €
2.1.1.2	Cirandagem de terras ou aplicação de saibro, na protecção da tubagem	m3	100,00	0,40 €	40,00 €
2.1.1.3	Aterro de valas por camadas, compactado e isento de pedras	m3	200,00	1,00 €	200,00 €
2.1.2	Tubagem				
2.1.2.1	Fornecimento e colocação de tubagem em PP corrugado de classe 0,8MPa, com junta autoblocante, incluindo execução de valas, colocação de tubagem com as respectivas pendentes, enchimento e remoção de entulho				
2.1.2.1.1	Ø400 mm	ml	75,0	23,00 €	1.725,00 €
2.1.2.1.2	Ø315 mm	ml	812,0	11,00 €	8.932,00 €
2.1.3	Calxas de Visita				
2.1.3.1	Execução de câmaras de visita circulares, com Ø interior 1,00 m, constituída por anéis de betão armado, fundos em betão armado com malhasol com a caleira recta ou em curva, degraus em aço revestido em polietileno e tampa em ferro fundido reforçadas Ø55mm, normalizadas NP EN 124, classe D400, com altura como indicam os perfis longitudinais devidamente impermeabilizada interior e exteriormente.	un	7,0	180,00 €	1.260,00 €
Total do Auto de Medição Nº 1					22.254,00 €
<p>Pinhel, 28 de Outubro de 2013</p> <p>(Rubrica da Técnica que subscreveu o Auto – representante do empreiteiro)</p>					

(Rubrica dos Técnicos
que subscreveram o Auto
– representantes do dono
da obra)

Anexo 41 C – Auto de Medição



(Despacho do Presidente da Câmara a remeter a fatura para tratamento conjunto dos Serviços Financeiros e Secção de Obras Municipais da autarquia)



Pág. 1/1

Exmo.(s) Sr.(s)

MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA
RUA SACADURA CABRAL

Original

CELORICO DA BEIRA
3360-350 CELORICO DA BEIRA

Factura N.º 13151/2013 [FA]

V/Nº Contrib. 506849635	Requisição	Moeda EUR	Câmbio 1,000000	Data 28-10-2013			
Desc. 0,00	Desc. Fin. 0,00	Vencimento 27-11-2013	Condição Pagamento Factura 30 dias				
Artigo 13017	Descrição BENEFICIAÇÃO DA EN16-CELORICO DA BEIRA, LIMITE DO CONCELHO DA GUARDA AUTO DE MEDIÇÃO N.º1	Quant. 1,00	Un UN	Pr. Unitário 22.254,0000	Desc. 0,00	IVA 6,00	Total Líquido 22.254,00

Programa Operacional Regional Do Centro 2007-2013			
QREN - MAIS CENTRO - FEDER			
Contrato de Financiamento:			
Eixo	3	Código Universal da Operação/Projecto QREN	CENTRO-03-ATTSC-FEDER-020002
Rubrica/Componente	Outras Construções		
Imputação:			
Taxa de Imputação	100%	Valor da Imputação	23.589,24 €
Registo de Lançamento na Contabilidade Geral:			
Lanç.º N.º	3660	Conta	445034

Quadro Resumo do IVA				Mercadoria/Serviços	22.254,00
Taxa	Incidência	Total IVA	Motivo Isenção		
6,00	22.254,00	1.335,24		Descontos Comerciais	0,00
				Desconto Financeiro	0,00
				Portes	0,00
				Outros Serviços	0,00
				Adiantamentos	0,00
				Ecovalor	0,00
				IEC	0,00
				IVA	1.335,24
				Acerto	0,00

Os Artigos facturados foram colocados à disposição do adquirente em
28.10.2013
ao abrigo do Artº 85º N.º 5 Alínea F do CIVA

(Assinatura do Técnico de Contabilidade representante do empreiteiro)

Total (EUR) 23.589,24

Nº de Processo por Programa Certificado n.º 0030/AT / © PRIMAVERA BSS /

Biosfera - Construções Unipessoal Lda. NIF: 508 307 880 Lugar de Pêga E.N. 221 6400-417 PINHEL
Capital Social: 300.000 euros Alvará de Construção nº 58965
Tel: 271 412 217 Fax: 271 411 046

Anexo 41 D – Auto de Medição (Fatura)

**ANEXOS REFERENTES À FASE DE CONCLUSÃO DA OBRA E ENCERRAMENTO DO
PROCESSO**



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA**DAS OBRAS DA EMPREITADA DE:**

TIPO DE PROCEDIMENTO *"Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira - Limite do Concelho - Guarda)" – adjudicada à empresa "Biosfera – Construções Unipessoal, Lda;"*
EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS

Valor de Adjudicação: 875.250,98 € (Oitocentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta euros e noventa e oito cêntimos) + IVA à taxa legal em vigor.

Auto de Consignação: Dezoito dias do mês de Julho de dois mil e treze.

Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, no local em que se executou a obra supra, Celorico da Beira, compareceu o Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal (Nome do Presidente da Câmara), a Srª (Diretora de fiscalização), a Srª (Técnica), Sr. (Medidor orçamentista), Sr. (Topógrafo), em representação da Câmara Municipal de Celorico da Beira e o Senhor (Representante do Empreiteiro) como representante do adjudicatário, a fim de se proceder à vistoria prevista no artigo 394º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, de todos os trabalhos executados, integrados nesta obra, tendo-se verificado que os mesmos se encontram em conformidade com o projeto aprovado e indicações da Fiscalização, razão pela qual se considera a obra em condições de ser recebida a título Provisório.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente auto, que vai ser assinado pelos intervenientes.

(Assinaturas dos intervenientes na
elaboração do Auto de Receção Provisória)

RUA SACADURA CABRAL, 6360-350 CELORICO DA BEIRA TEL.: 271 74 74 00 FAX: 271 74 74 09

Anexo 42 – Auto de Receção Provisória



CONTA FINAL DE OBRA

**BENEFICIAÇÃO DA EN16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO –
GUARDA)****Empreitada:** Beneficiação da EN16 (Celorico da Beira- Limite do Concelho – Guarda)**Local:** Celorico da Beira**Adjudicatário:** Biosfera – Construções Unipessoal, Lda.**Valor da Adjudicação:** 875.250,98€ + IVA**Data de Consignação:** 18/07/2013**Data de Receção Provisória:** 15/12/2014**Situação da Obra:**

Auto N.º 1 – 22.254,00 € + IVA

Auto N.º 2 – 37.954,00 € + IVA

Auto N.º 3 – 42.630,50 € + IVA

Auto N.º 4 – 106.186,05 € + IVA

Auto N.º 5 – 273.335,83 € + IVA

Auto N.º 6 – 95.940,00 € + IVA

Auto N.º 7 – 211.534,85 € + IVA

Auto N.º 8 – 22.650,25 € + IVA


Auto N.º 9 – 62.765,50 € + IVA

Total dos Autos: 875.250,98€ + IVA**Total Revisão de Preços:** 0,00€ + IVA**Trabalhos a menos:** 0,00 €

Celorico da Beira, 15 de dezembro de 2014

TOTAL: 875.250,98 € + IVA**A Fiscalização** (Assinaturas dos membros da equipa de
fiscalização do dono da obra)**O Adjudicatário** (Assinatura do representante do
empreiteiro)**Anexo 43 – Conta Final da Empreitada**

ANEXOS REFERENTES À FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO TRIBUNAL DE CONTAS



Tribunal de Contas
Direcção-Geral

Av. Barbosa do Bocage, 61
1969-045 LISBOA
Email: geral@tcontas.pt
URL: <http://www.tcontas.pt>

Tel.: 21 794 51 00
Fax: 21 793 60 33
Linha Azul 21 793 60 08/9

C/Aviso de Receção

Exmº Senhor
Presidente da Câmara Municipal
Município de Celorico da Beira
Rua Sacadura Cabral
6360-350 CELORICO DA BEIRA

Vossa referência

Nossa referência
DECOP/UT1/4279/13
17.10.2013

Reg. N.º 9315 Proc. 2404

Assunto: **Processo de fiscalização prévia nº 1248/2013**

Levo ao conhecimento de V. Exª o teor do despacho proferido em sessão diária de visto de 15 de Outubro de 2013, no âmbito do processo de fiscalização prévia acima identificado:

"Em sessão diária de visto, decide-se visar o presente contrato."

Recomenda-se, no entanto, o seguinte:

1. Em casos futuros, o Município de Celorico da Beira, no cumprimento rigoroso do artigo 61º, nº 5, do Código dos Contratos Públicos, assegurará que os erros e omissões sejam aprovados pela entidade com competência para a decisão de contratar, não sendo tal competência passível de delegação;
2. Ainda no futuro, aquele Município, na observância do disposto no artigo 64º, nº 4, do Código dos Contratos Públicos, assegurará, ainda, a publicação da prorrogação do prazo de apresentação das propostas no Diário da República."

São devidos emolumentos nos termos dos artºs. 5º a 7º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, anexo ao Decreto-Lei nº 66/96, de 31 de Maio, no montante referido no documento de cobrança que junto se envia.

Chama-se a atenção de V. Exª, de que nos termos dos nºs. 2 e 3 do artº 7º do referido diploma não poderão ser feitos quaisquer pagamentos por força dos atos ou contratos objeto de fiscalização prévia sem que se mostrem pagos os correspondentes emolumentos, sendo as autoridades ou funcionários que autorizem os mesmos solidariamente responsáveis pelo pagamento dos emolumentos em falta.

Mod. TC 1999.003



Tribunal de Contas

Direcção-Geral

Informa-se que o pagamento dos emolumentos deverá ser efetuado para o NIB 0781 0112 0000000 1018 24, constante do Documento de Cobrança em anexo.

Com os melhores cumprimentos

A Auditora Coordenadora
(por subdelegação de assinatura)

ANEXO: - Documento de Cobrança n.º 52080000000015590781
- Original do Contrato

Mod. TC 1999.003

- 2 -

Anexo 44 – Notificação do Tribunal de Contas a informar da concessão do Visto ao Contrato da Empreitada



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

Câmara Municipal

CONTRIBUINTE N.º 506 849 635

CONTRATO DA EMPREITADA DA OBRA DE
"BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO DA BEIRA –
LIMITE DO CONCELHO – GUARDA) "

VALOR DA EMPREITADA: 875.250,98 €
(Oitocentos e setenta e cinco mil duzentos e
cinquenta euros e noventa e oito cêntimos).-----

----- No ano de dois mil e treze, do mês de Junho do dia vinte e seis, nesta
Vila, Município de Celorico da Beira, no Edifício do Município
compareceram comigo (Nome do Oficial Público) , servindo
de oficial público, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara
nº13/2013, de 17 de Junho, como outorgantes-----

----- **PRIMEIRO:** (Nome do Presidente da Câmara) , casado, natural de (xxx) e
residente na freguesia de (xxxxxx) , concelho de Celorico da Beira, com
domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, outorgando na qualidade de
Presidente da Câmara Municipal e em representação do **Município de Celorico da
Beira**, no uso da competência que lhe confere a alínea a) do nº 1 e alínea f) do nº 2
do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A /2002, de
11 de Janeiro, pessoa coletiva de direito público número 506849635.-----

----- **SEGUNDO:** "BIOSFERA – Construções Unipessoal, Lda.", sociedade
unipessoal, com sede em (xxxxxx) , Município de Pinhel,
matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Pinhel, sob o número único de
matrícula e de identificação de pessoa coletiva (xxxx) ,com o capital social de
300.000,00 €, neste ato representada por (Nome do representante) casado, contribuinte
fiscal número (xxxx) , natural da freguesia de (xxxx) residente em (xxxx) ,
freguesia de (xxxx) do Município de Pinhel, titular do cartão de cidadão número

(xxxx) , válido até 16 de Março de 2014, outorgando na qualidade de sócio gerente e cuja qualidade e poderes conferi pela certidão permanente subscrita em 03 de Julho de 2008 e válida até 24 de Novembro de 2013, disponível no endereço <https://www.portaldaempresa.pt/certidaopermanente>, cujo código de acesso foi disponibilizado.-----

-----E pelo primeiro outorgante foi dito:-----

----- Que por deliberação da Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 22 de Maio de 2013, foi adjudicada à segunda outorgante a empreitada de "BENEFICIAÇÃO DA EN 16 (CELORICO DA BEIRA – LIMITE DO CONCELHO – GUARDA", de acordo com o programa de procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e demais elementos patentes no procedimento pré contratual, que serviram de base ao respetivo procedimento e de harmonia com a proposta apresentada pela segunda outorgante, os quais uma vez rubricados, fazem parte integrante do presente contrato.-----

----- Que por deliberação da Câmara Municipal de 18 de Junho de 2013 foi aprovada a minuta do presente contrato.-----

----- Mais disse o primeiro outorgante, que o valor da adjudicação é de 875.250,98 € (oitocentos e setenta e cinco mil duzentos e cinquenta euros e noventa e oito cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor. O encargo total resultante do presente contrato é de 875.250,98 €, sendo satisfeito pelo orçamento ordinário desta Câmara Municipal para o corrente ano pela rubrica com a classificação orgânica zero dois e com a classificação económica zero sete, zero três, zero três, zero um, com dotação de 927.766,04 € (novecentos e vinte e sete mil, setecentos e sessenta e seis euros e quatro cêntimos) com o saldo disponível de 4.226.737,67 € (quatro milhões duzentos e vinte e seis mil setecentos e trinta e sete euros e sessenta e sete cêntimos) na data da cabimentação, estando a obra incluída no Plano Plurianual de Investimentos.-----

----- Para cumprimento da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro foi gerado o número de compromisso 15128 /2013.-----

----- Mais disse que o prazo de execução da presente empreitada é de 270 dias com o início na data de consignação que terá lugar em prazo não superior a 30 dias após a data da celebração do contrato ou na data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, nos termos previstos na lei, caso esta última seja posterior. -----

----- E disse que no demais respeitante ao prazo de execução da empreitada e condições de execução rege o disposto no caderno de Encargos, designadamente o clausulado nas Secções II e III.-----

----- Os pagamentos serão feitos de acordo com a quantidade de trabalhos medidos mensalmente, traduzidos em autos, devidamente elaborados, devendo a liquidação do seu valor ser feita no prazo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura, nos termos dos artigos 299º e 299º A, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação (Lei nº 3/2010, de 27 de Abril) e restante legislação aplicável, bem como no disposto a esse título no capítulo II do caderno de encargos.-----

----- Quanto ao mais e porque expressamente previstas aplicar-se-ão as normas do caderno de encargos e demais elementos patentes no procedimento pré contratual e, na parte não especialmente prevista as normas constantes do Decreto-lei número 18/2008, de vinte e nove de Janeiro, na sua atual redação e restante legislação aplicável. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-lei 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula. A revisão de preços obedece à fórmula tipo **F10 – Estradas**. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que

resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.-----

----- **E pelo representante da segunda outorgante foi dito:-----**

----- Que aceita o presente contrato nos termos exarados, obrigando, por este ato a sociedade que representa ao seu integral cumprimento.-----

----- Assim o disseram e outorgaram.-----

----- A segunda outorgante demonstrou que é possuidora do Alvará de Construção número (xx) , válido até trinta e um de Janeiro de dois mil e catorze, cuja cópia anexo ao maço de documentos relativo a este processo.-----

----- A Segunda outorgante apresentou contrato de seguro caução: Apólice nº (xxxx) , emitido em 03 de Junho de 2013, pela companhia de seguros ZURICH, Insurance ple – Sucursal em Portugal no valor de 43.762,54 € (quarenta e três mil, setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos), o qual se destina a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais. -----

----- Ficam a fazer parte integrante do presente contrato e arquivados no respetivo maço de documentos:-----

----- Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Pinhel em 08 de Abril de 2013, comprovativa da segunda outorgante não ser devedora de quaisquer contribuições e impostos ao Estado, válida até seis meses.-----

----- Declaração do Instituto da Segurança Social, comprovativa da representada do segundo outorgante possuir a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em 23 de Maio de 2013 e válida pelo prazo de quatro meses.-----

----- Certificado do Registo Criminal do titular do órgão social da segunda outorgante.-----

----- Proposta adjudicada.-----

----- Anúncio do Procedimento, programa de procedimento, projeto de execução e caderno de encargos.-----

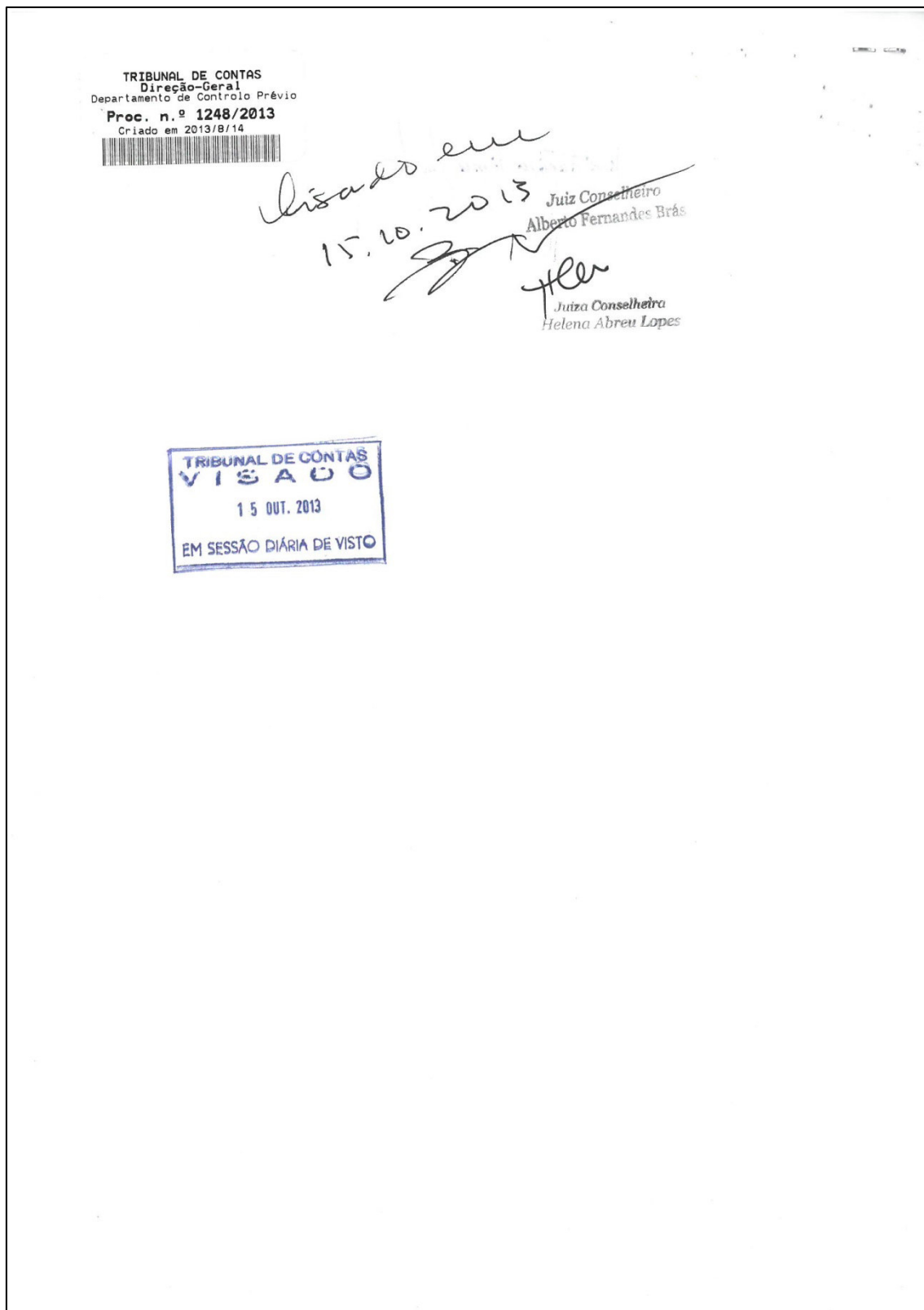
----- O presente contrato vai ser assinado pelos outorgantes:-----

----- O Presidente:____ (Nome do Presidente da Câmara) _____

----- O Representante da sociedade:____ (Nome do representante legal do Adjudicatário) _____

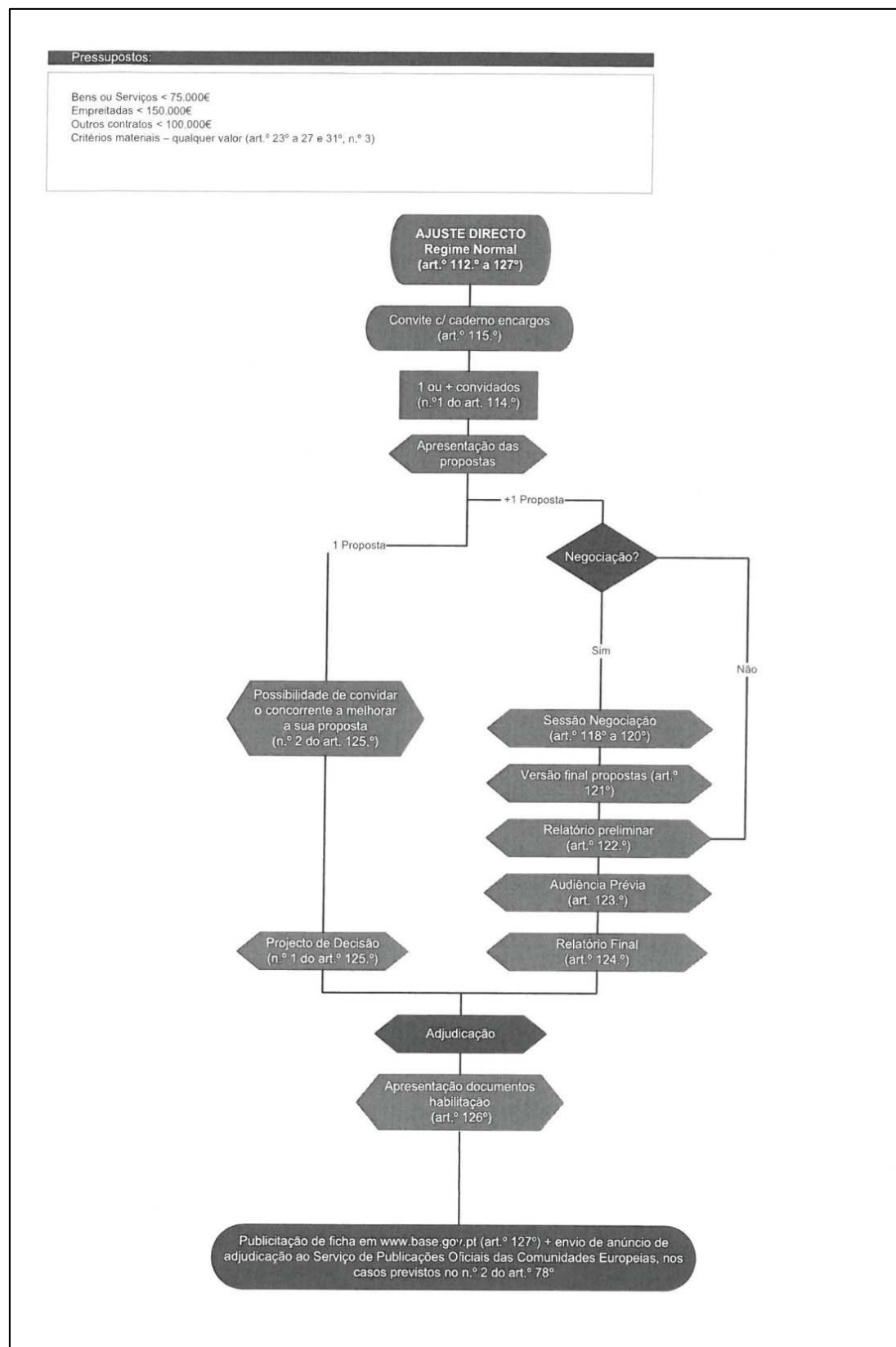
----- Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

COASIV



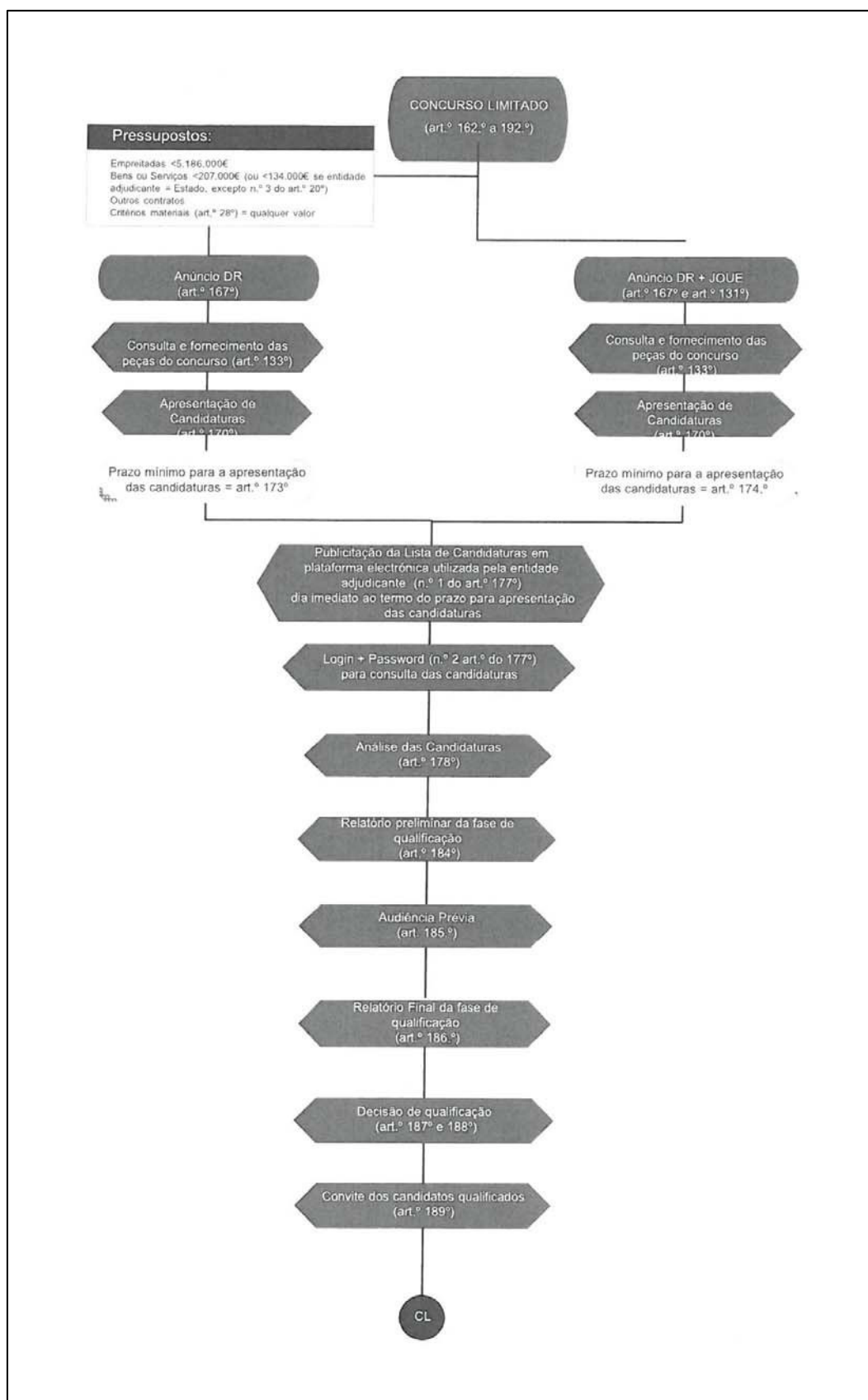
Anexo 45 – Contrato da Empreitada Visado

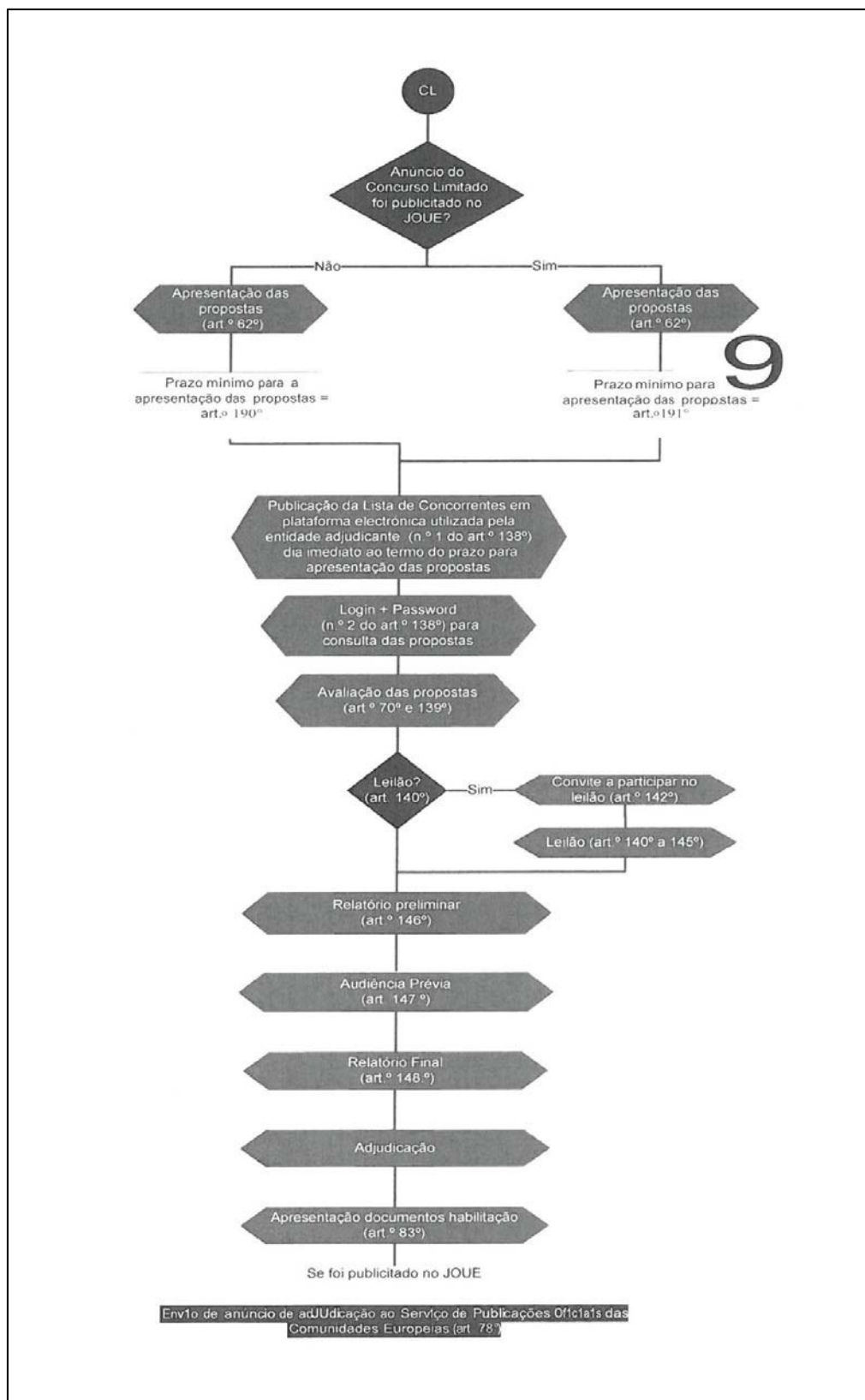
ANEXOS REFERENTES AOS TIPOS DE PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA



Fonte: PORTAL BASE

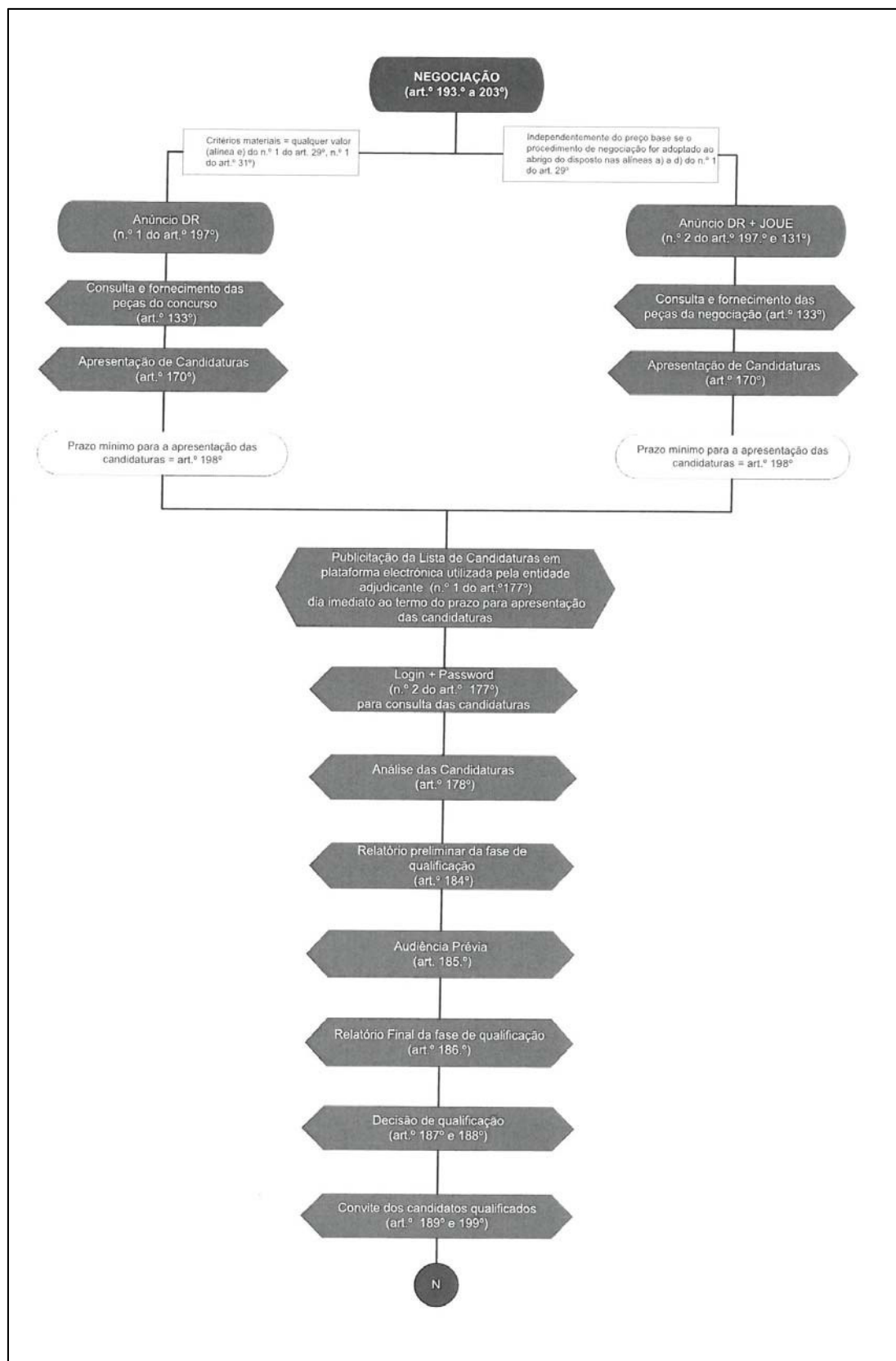
Anexo 46 - Diagrama Esquemático do Ajuste Direto

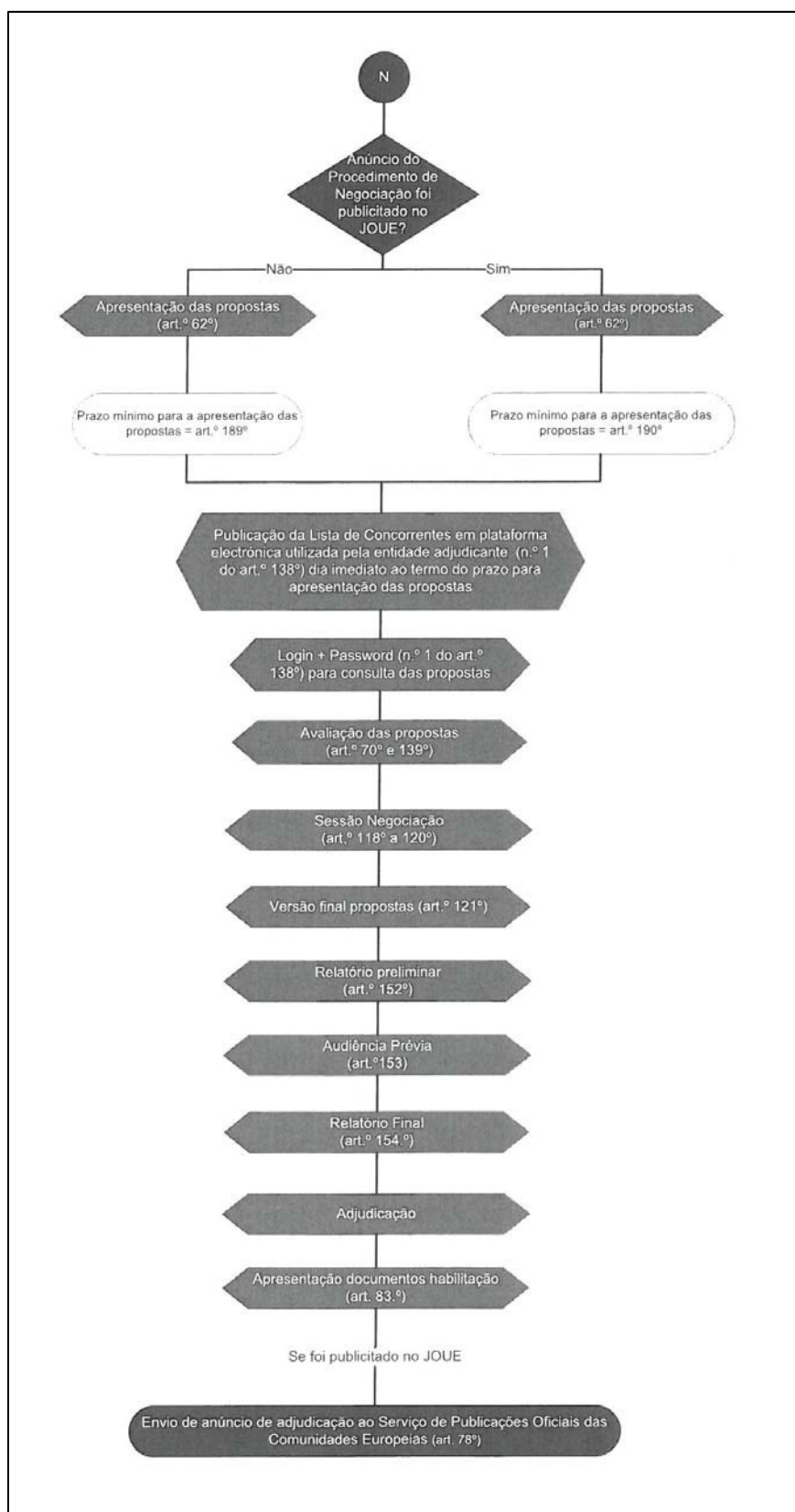




Fonte: PORTAL BASE

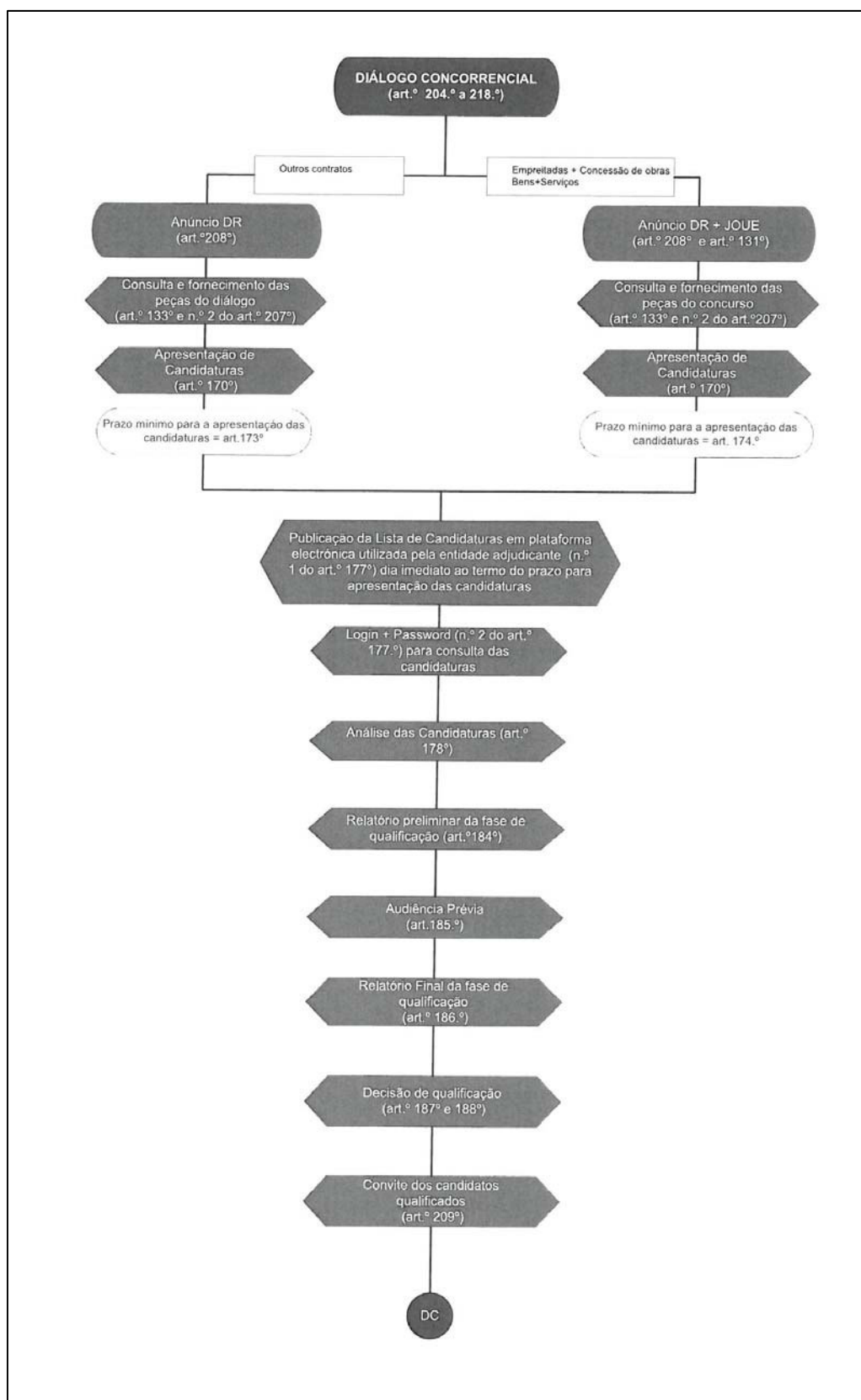
Anexo 47 – Diagrama Esquemático do Concurso Limitado por Prévia Qualificação

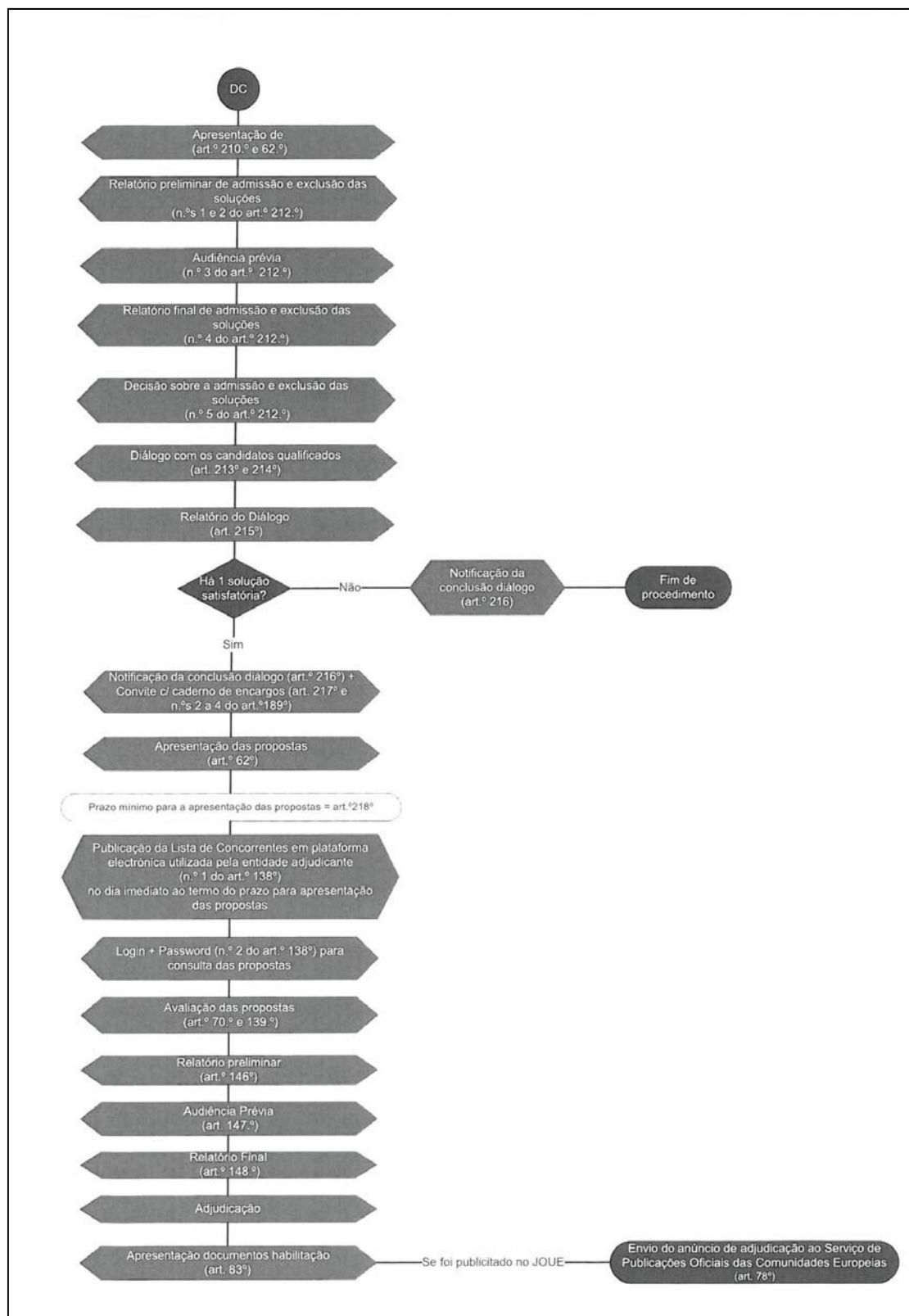




Fonte: PORTAL BASE

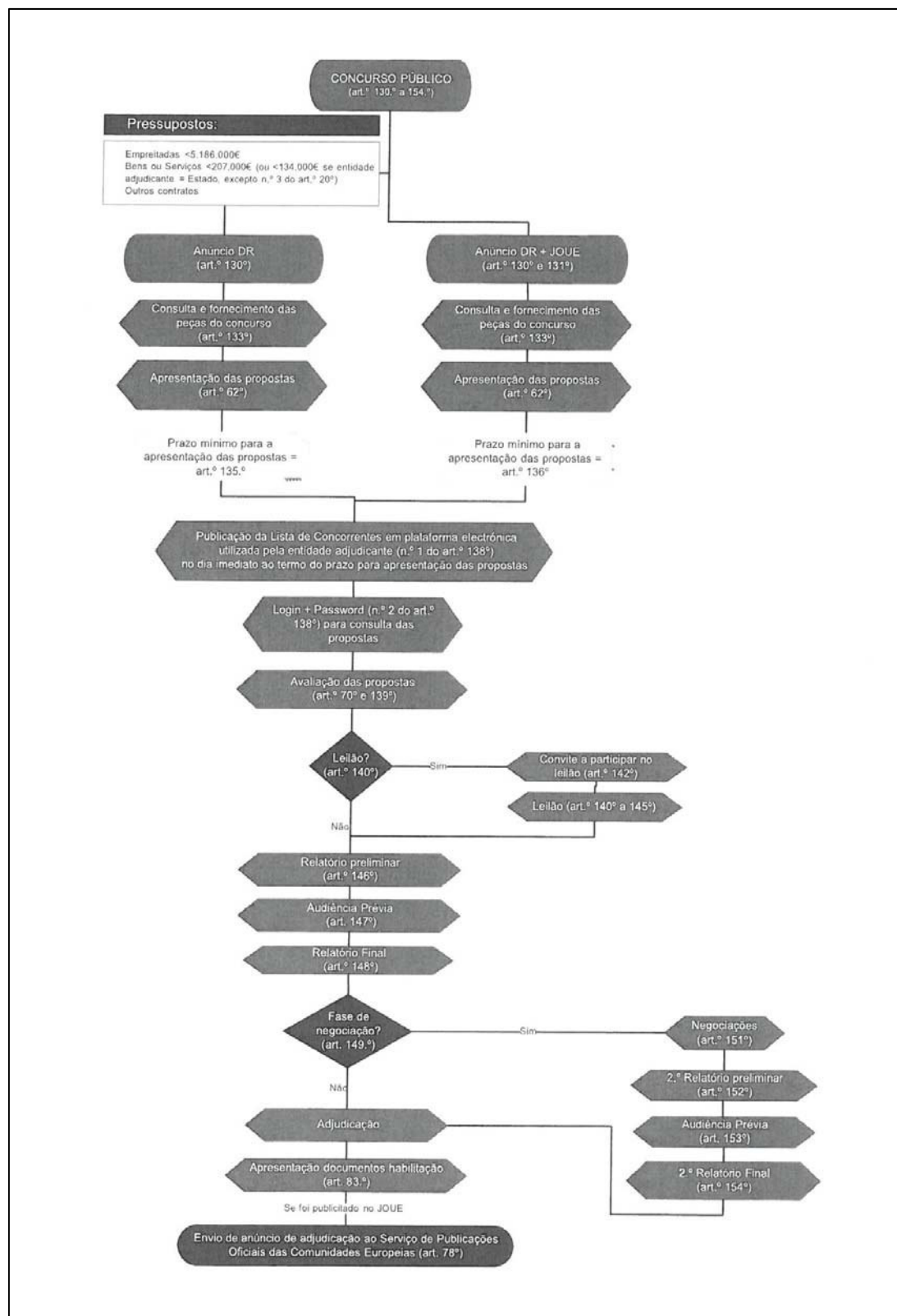
Anexo 48 – Diagrama Esquemático do Procedimento de Negociação





Fonte: PORTAL BASE

Anexo 49 – Diagrama Esquemático do Diálogo Concorrencial



Fonte: PORTAL BASE

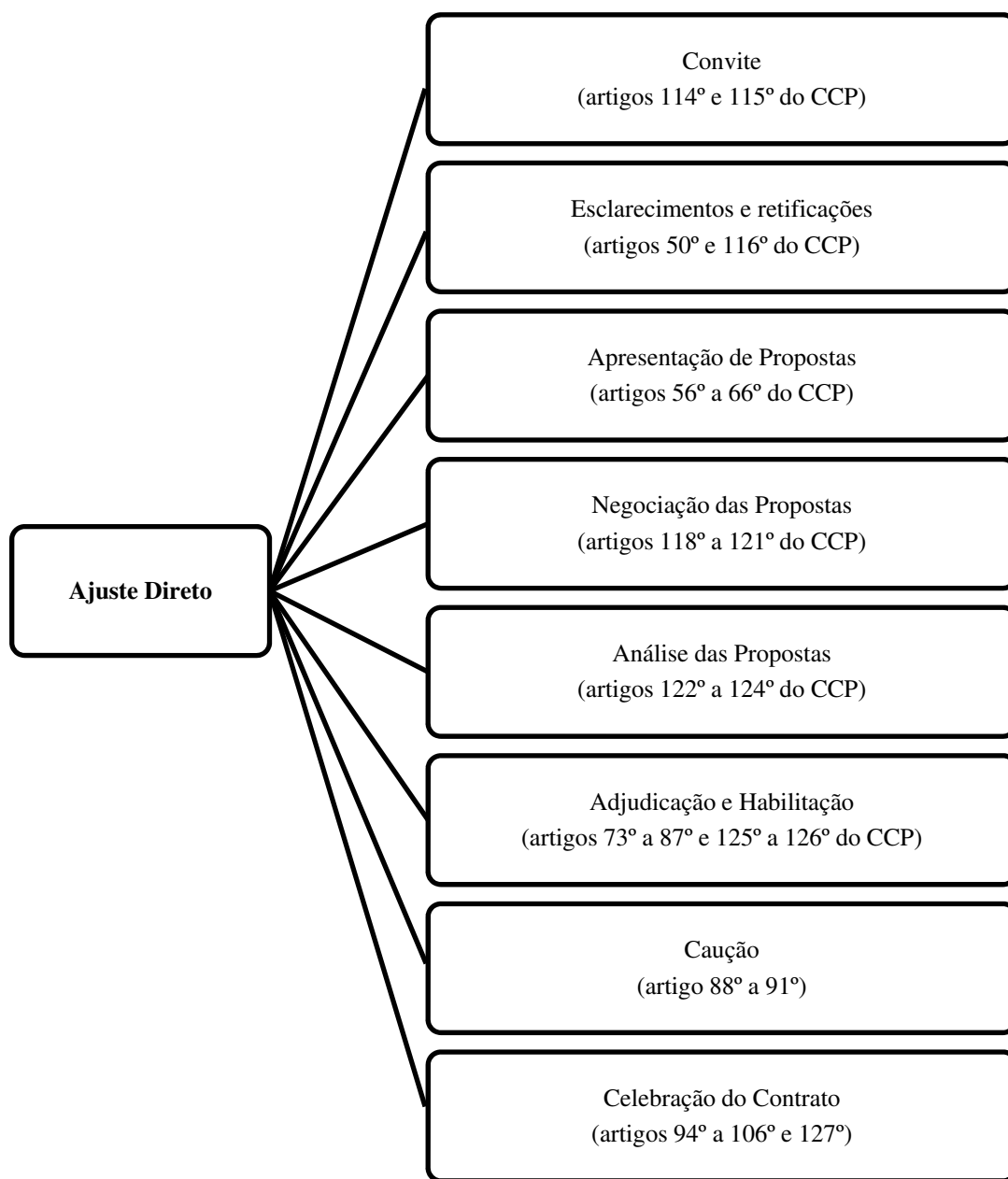
Anexo 50 - Diagrama Esquemático do Concurso Público

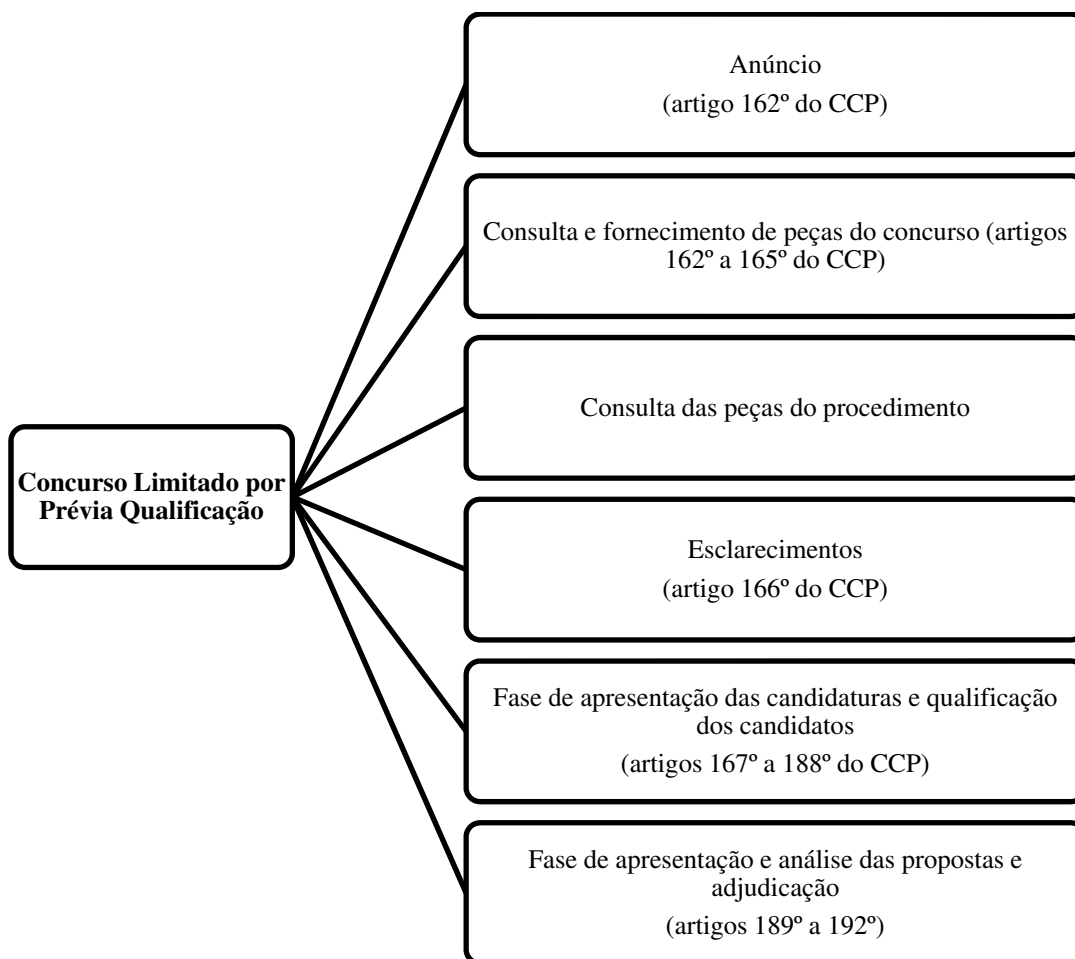
ANEXOS REFERENTES AOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO TIPO DE PROCEDIMENTO

		DECRETO-LEI N.º 18/2008 COM A ATUAL REDAÇÃO	REGULAMENTO (UE) N.º 1336/2013 DA COMISSÃO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATOS DE EMPREITADAS DE OBRAS PÚBLICAS (ART.º 19.º)			
AJUSTE DIRETO (ALÍNEA A))	Celebração de Contratos de valor inferior a 150.000,00 € (Entidades referidas no n.º 1 do art.º 2.º)	150.000,00 € (Fixo)	
	Celebração de Contratos de valor inferior a 1.000.000,00 € (Entidades referidas no n.º 2 do art.º 2.º)	1.000.000,00 € (Fixo)	
CONCURSO PÚBLICO E CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO (ALÍNEA B)) OBS.: VALORES IGUAIS PARA ENTIDADES REFERIDAS NO N.º 1 E NO N.º 2 DO ART.º 2.º	Celebração de Contratos de qualquer valor, se os anúncios forem publicados no JOUE	Qualquer valor	
	Celebração de Contratos de valor inferior ao referido na alínea c) do art.º 7.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu, se os anúncios não forem publicados no JOUE		<5.186.000,00 €
ESCOLHA DO PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO OU DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (ART.º 20.º)			
AJUSTE DIRETO (N.º 1, ALÍNEA A))	Celebração de Contratos de valor inferior a 75.000,00 € (Entidades referidas no n.º 1 do art.º 2.º)	75.000,00 € (fixo)	
	Celebração de Contratos de valor inferior Ao referido na alínea b) do art.º 7.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de Março (Entidades referidas no n.º 2 do art.º 2.º)		<207.000,00 €
CONCURSO PÚBLICO E CONCURSO LIMITADO POR PRÉVIA QUALIFICAÇÃO (N.º 1, ALÍNEA B) E N.º 2)	Celebração de Contratos de qualquer valor, se os anúncios forem publicados no JOUE	Qualquer valor	
	Celebração de Contratos de valor inferior Ao referido na alínea b) do art.º 7.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de Março, se os anúncios não forem publicados no JOUE (Entidades referidas no n.º 2 do art.º 2.º)		<207.000,00 €
	Celebração de Contratos de valor inferior Ao referido na alínea a) do art.º 7.º da Diretiva n.º 2004/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 31 de Março, se os anúncios não forem publicados no JOUE (Entidades referidas no n.º 1 do art.º 2.º)		<134.000,00 €
AJUSTE DIRETO (n.º 3)	Celebração de Contratos de aquisição de planos, projetos ou de criações conceptuais nos domínios da arquitetura ou da engenharia, de valor inferior a 25.000,00 € (Entidades referidas no n.º 1 do art.º 2.º)	25.000,00 € (Fixo)	

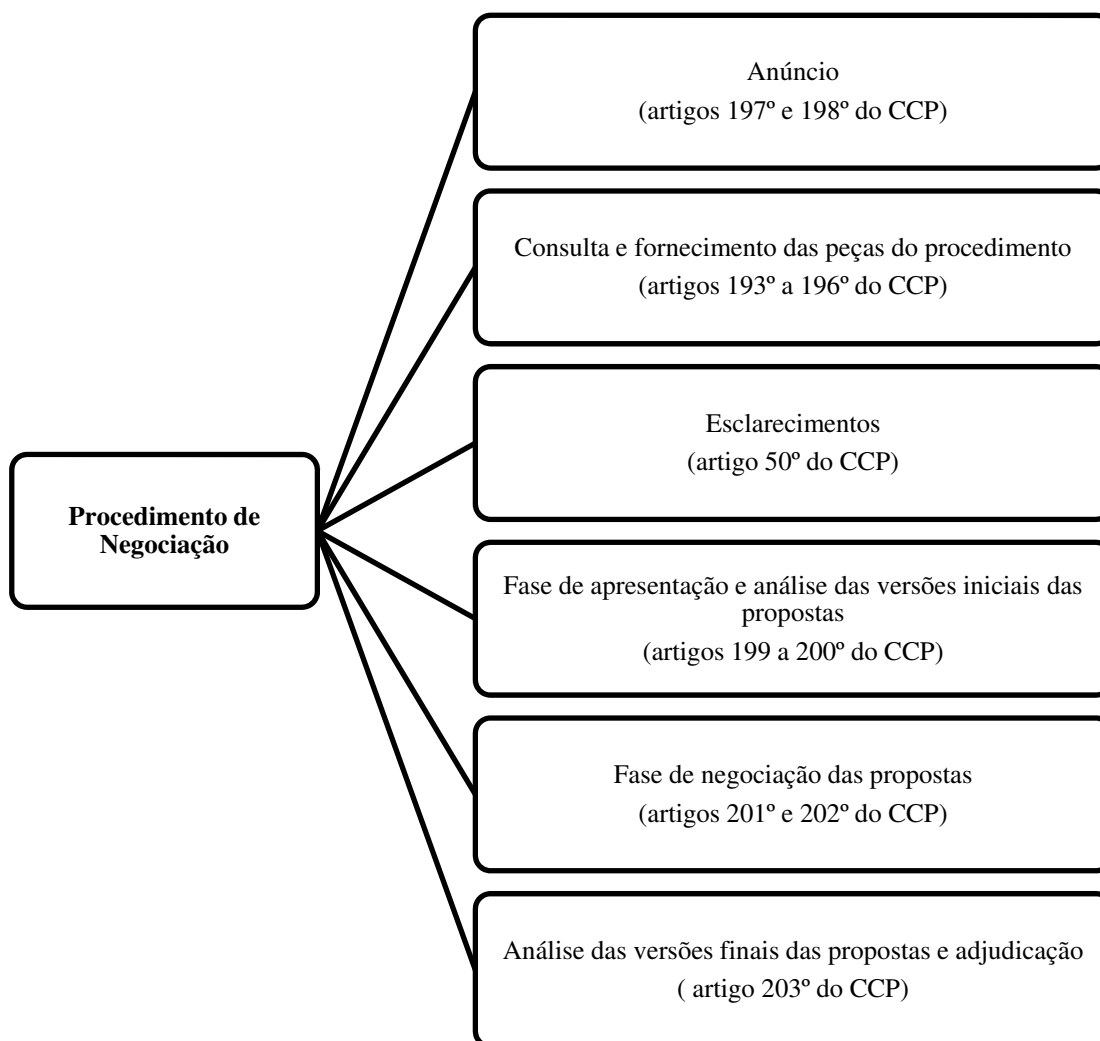
Anexo 51 - Valores limite em vigor a partir de 1 de janeiro de 2014, para procedimentos de contratação previstos no código dos contratos públicos

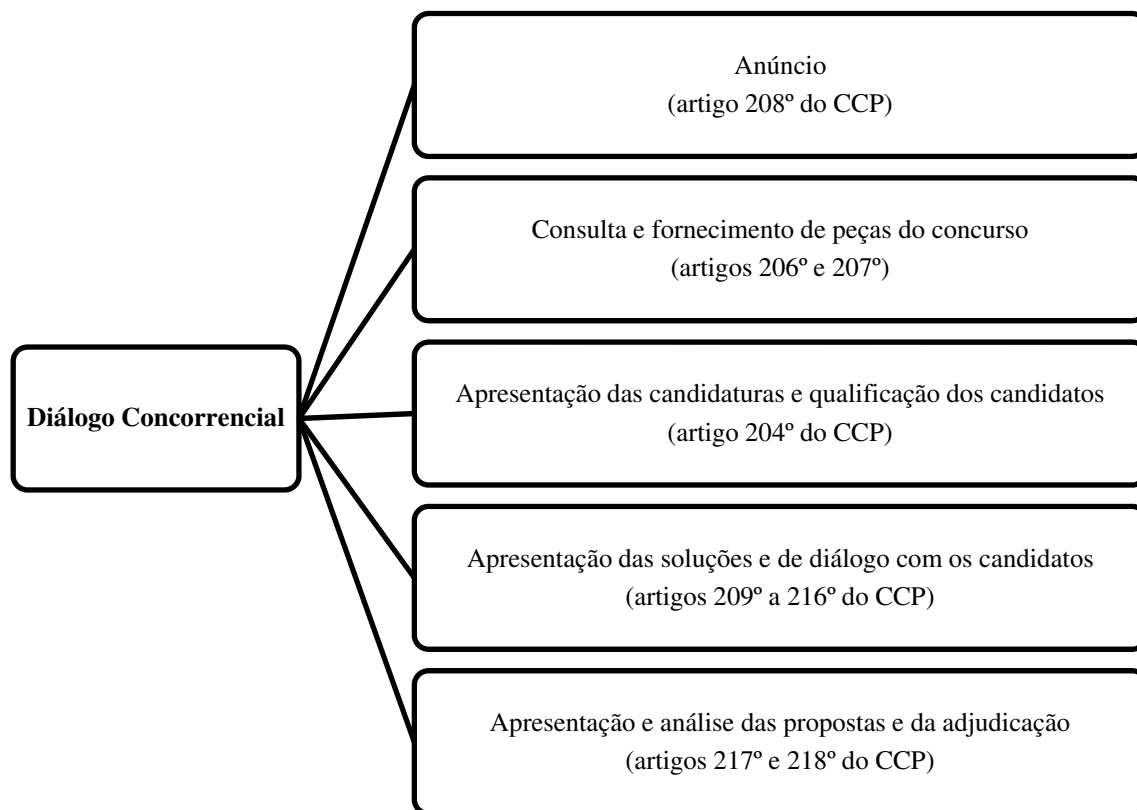
ANEXOS REFERENTES À TRAMITAÇÃO PROCESSUAL DOS PROCEDIMENTOS AO ABRIGO DO CCP

**Anexo 52 – Sistematização da Tramitação Processual do Ajuste Direto**



Anexo 53 – Sistematização da Tramitação Processual do Concurso Limitado por Prévia Qualificação

**Anexo 54 – Sistematização da Tramitação Processual do Procedimento de Negociação**

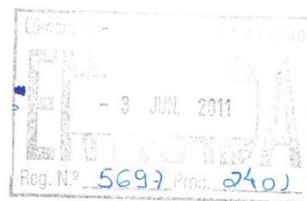


Anexo 55 – Sistematização da Tramitação Processual do Diálogo Concorrencial

ANEXOS REFERENTES AO FINANCIAMENTO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS



Programa Operacional Regional do Centro



Ex.mo(a) Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal do
Município de Celorico da Beira
Rua Sacadura Cabral
6360-350 Celorico da Beira

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

maiscentro 1810/11

Data

01 JUN 2011

ASSUNTO: Notificação de decisão

Candidatura: MOT_2010_20_002_2573

Designação da Operação: **Beneficiação de Rede Viária no Concelho de Celorico da Beira**

20º Aviso de Concurso do Regulamento Específico Mobilidade Territorial

Nos termos da alínea c) do nº 1 do Artigo 46º do Decreto-Lei nº 312/07, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 74/2008, de 22 de Abril, cumpre-nos informar que a Comissão Directiva do Programa Operacional Regional do Centro, no dia 31-05-2011, deliberou aprovar a candidatura em referência, de acordo com os fundamentos em anexo.

Junto se enviam 2 exemplares do Contrato de Financiamento para que os mesmos possam ser assinados pelo representante com poderes legais para esse acto, agradecendo que nos seja reenviado um exemplar.

Os meus melhores cumprimentos,

A Comissão Directiva

ACS

Rua Bernardim Ribeiro, 80 • 3000-069 Coimbra • Tel.: 239 863 505 • Fax: 239 863 510 • e-mail: maiscentro@ccdr.pt • www.maiscentro.qren.pt





Programa Operacional Regional do Centro

(Rubrica de representante da
Comissão Diretiva)**Anexo****1. Beneficiário:** MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA**2. Designação da operação:** Beneficiação de Rede Viária no Concelho de Celorico da Beira**3. Apreciação:**

A análise técnico-financeira incidiu sobre as vertentes de elegibilidades temporal, material e formal.

Quanto à Elegibilidade Temporal, verificou-se que se enquadra não só no período de elegibilidade do programa, como também no período de execução da candidatura indicado no Formulário. Relativamente às datas de execução da operação cumprem com o estipulado no Aviso de Abertura de Concurso.

No que se refere à Elegibilidade Material, a análise efectuada permitiu verificar que se atingiu a maturidade necessária na fase de contratação pública para se dar seguimento à operação. O conjunto de trabalhos previstos na empreitada têm enquadramento na tipologia de despesas elegíveis previstas no artigo 7º do Regulamento Específico de Mobilidade Territorial. Propõe-se 2.420.702,96€ pois que o montante de € (IVA incluído) apresentado no orçamento como investimento, seja considerado na sua totalidade como despesa elegível.

A taxa de FEDER a aplicar a esta operação é de 65,063% correspondente ao valor de 1.574.981,97€.

Quanto à Elegibilidade Formal o procedimento concursal de uma componente encontra-se concluído, não havendo qualquer tipo de condicionamento à elegibilidade, nas peças apresentadas até à presente data.

Metodologia de Cálculo do Mérito

Critério		Pontuação
A	Contribuam para a melhoria das ligações intra-regionais ou supramunicipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT;	0,52
A1	Contribuam para a melhoria das ligações intra-regionais ou supramunicipais, envolvam mais do que um município e se enquadrem nas orientações estratégicas do PROT;	4,00
B	Contribuam para o reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supramunicipal, envolvam mais do que um município e constituam prioridades expressas em PROT;	0,40
B1	Contribuam para o reforço da conectividade e os fechos de malha, nomeadamente entre redes nacional, regional e municipal, sempre que assumam carácter supramunicipal, envolvam mais do que um município e constituam prioridades expressas em PROT;	4,00
C	Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes;	1,00
C1	Proporcionem melhores condições de acesso aos centros urbanos solucionando situações evidentes de congestionamento e permitindo melhores articulações entre os centros urbanos e os territórios envolventes;	4,00
D	Privilegiem o acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros	0,06

Rua Bernardim Ribeiro, 80 • 3000-069 Coimbra • Tel.: 239 863 505 • Fax: 239 863 510 • e-mail: maiscentro@ccdr.pt • www.maiscentro.qren.pt



Programa Operacional Regional do Centro



Quadro de Referência Estratégico Nacional



União Europeia



Programa Operacional Regional do Centro

(Rubrica de representante da
Comissão Diretiva)

	turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural;	
D1	Privilegiem o acesso a portos, áreas de localização empresarial e logística, centros turísticos e outros locais de relevância regional e/ou contribuam para a valorização da paisagem natural;	3,00
E	Contribuam para o reforço da intermodalidade, quer em termos interurbanos como intraurbanos;	0,09
E1	Contribuam para o reforço da intermodalidade, quer em termos interurbanos como intraurbanos;	3,00
F	Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações;	1,00
F1	Contribuam para reduzir a sinistralidade rodoviária e proporcionem melhorias de segurança ou na qualidade de serviço prestado às populações;	4,00
G	Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável;	0,20
G1	Demonstrem ganhos ambientais, contribuam para a redução da dependência energética do exterior e contribuam para o desenvolvimento de uma mobilidade mais sustentável;	4,00
H	Promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica;	0,15
H1	Promovam soluções de mobilidade e transporte de carácter inovador, designadamente em áreas de baixa densidade demográfica;	3,00
I	Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano;	0,06
I1	Contribuam para a qualificação da mobilidade em meio urbano;	3,00
J	Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO, designadamente, para os indicadores de realização e resultado aprovados.	0,40
J1	Contribuam para a estratégia e objectivos definidos no respectivo PO, designadamente, para os indicadores de realização e resultado aprovados.	4,00
MO = 13% A + 10% B + 25% C + 2% D + 3% E + 25% F + 5% G + 5% H + 2% I + 10% J		3,88

4. Montante máximo do apoio, taxa de comparticipação, investimento total e investimento elegível:

Investimento Total: 2420702,96 €
 Investimento Elegível: 2420702,96 €
 Comparticipação: 1574981,97 €
 Taxa: 65,063 %

5. Descrição sumária da operação, com indicadores de realização e de resultado, quando aplicável:

Esta intervenção que o Município de Celorico da Beira pretende levar a cabo corresponde ao desenvolvimento de três projectos, a Beneficiação da EN 16 (Celorico - Limite do Concelho - Guarda), a Beneficiação da EM555 (Prados - Entroncamento de Linhares) e da EM554 (Mesquitela) e a Beneficiação da EM 1102 (Velsa) sendo a intenção dos mesmos, beneficiar e requalificar estradas municipais salvaguardando e compatibilizando na medida do possível, os interesses públicos e privados.



Programa Operacional Regional do Centro

(Rubrica de representante da
Comissão Diretiva)

Os projectos têm por base os seguintes princípios:

- Estruturação viária;
- Hierarquização dos espaços e vias;
- Segurança na circulação Rodoviária;

A beneficiação destas vias de comunicação vai permitir uma melhor acessibilidade na ligação entre as várias freguesias do concelho bem como permitir uma circulação com maior segurança.

O projecto enquadra-se no Regulamento Específico da "Mobilidade Territorial" do Eixo 3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais, do Programa Operacional Regional do Centro.

Tipo	Descrição	Qnt. iid.		Custo
Caracterização	Via rodoviária beneficiada (<= 7 m plataforma)	26000	m	
Realização física	Rede viária municipal beneficiada	19000	m	840.702,96
	Rede viária nacional beneficiada	7000	m	1.580.000,00
Resultado	População abrangida	10000	nº	

6. Plano financeiro anual indicativo:

Quadro por Componente

Unidade euros

Componente	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Beneficiação da EM555 (Prados - Entron. de Linhares) e da EM554(Mesquitela)	0,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00
Beneficiação da EM581 (Baraçal) e da EM 1102 (Velosa)	0,00	0,00	0,00	0,00	470.702,96	0,00	0,00	0,00	0,00	470.702,96
Beneficiação da EN 16 (Celorico - Limite do Concelho - Guarda)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	1.580.000,00

Quadro por Rubrica

Unidade euros

Despesas de Capital / Imobilizações corpóreas										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	total
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento informático	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maquinaria e outro equipamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96
Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Rua Bernardino Ribeiro, 80 • 3000-069 Coimbra • Tel.: 239 863 505 • Fax: 239 863 510 • e-mail: maiscentro@ccdr.pt • www.maiscentro.qren.pt





Programa Operacional Regional do Centro

(Rubrica representante da
Comissão Diretiva)

Despesas correntes / Imobilizações incorpóreas										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	total
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de "software"	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estudos proj. e consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96

7. Explicitação das fontes de financiamento comunitário e nacional:

Unidade euros

Investimento Total										Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96
Investimento Elegível										Total
Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Comp./Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	546.986,57	1.027.995,40	0,00	0,00	0,00	1.574.981,97
CPN	0,00	0,00	0,00	0,00	293.716,39	552.004,60	0,00	0,00	0,00	845.720,99
OE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cap. 5º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cap. 3º	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AL	0,00	0,00	0,00	0,00	293.716,39	552.004,60	0,00	0,00	0,00	845.720,99
EP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa pública	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96
Part. Privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrap. Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	293.716,39	552.004,60	0,00	0,00	0,00	845.720,99
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96
Investimento Não Elegível										Total
Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8. Datas de início e de fim da operação:

Início: 01/10/2010

Fim: 30/09/2012

Rua Bernardino Ribeiro, 80 • 3000-069 Coimbra • Tel.: 239 863 505 • Fax: 239 863 510 • e-mail: maiscentro@ccdr.pt • www.maiscentro.qren.pt



Anexo 56 – Notificação de decisão de aprovação da Candidatura



**mais
CENTRO**
Programa Operacional Regional do Centro



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

(Rubricas dos Outorgantes)

Contrato de Financiamento

Aos 31 dias do mês de Maio de 2011 nas instalações do Programa Operacional Regional do Centro, sitas na Rua Bernardim Ribeiro, 80, 3000-069 Coimbra, entre:

O primeiro Outorgante, Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, representada pelo Presidente da Comissão Directiva do PO Centro 2007-2013 QREN, *(Nome do Presidente da Comissão Directiva)* portador do Bilhete de Identidade nº (xx) , emitido em 14/12/2006 pelo Arquivo de Identificação de Coimbra, nomeado gestor do PO pela Resolução do Conselho de Ministros nº 169/2007, de 19 de Outubro.

E

O segundo Outorgante MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA, Pessoa Colectiva nº 506849635, representado por *(Nome do Presidente da Câmara)* portador do Cartão de Cidadão nº (xxxx) , válido até 12/01/2016, com sede na Rua Sacadura Cabral, 6360-350 Celorico da Beira, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e no uso de poderes legais para este acto, adiante designado por beneficiário;

É, na sequência da candidatura apoiada pelo FEDER, apresentada ao Regulamento Específico Mobilidade Territorial, no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro 2007-2013 QREN, celebrado o presente contrato de concessão de financiamento que se rege pelas disposições constantes das cláusulas seguintes e, subsidiariamente, pelas disposições legais aplicáveis, conforme o estipulado pela alínea p) do nº 3, do art. 19º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objecto)

O presente contrato tem por objecto a concessão de um apoio financeiro para aplicação pelo Beneficiário, da operação Beneficiação de Rede Viária no Concelho de Celorico da Beira, identificada com o n.º 2573 e código universal de operação CENTRO-03-MT50-FEDER-020002 no montante de global de 2420702,96 €, considerando-se parte integrante do presente contrato o formulário de candidatura e a decisão de financiamento.

(Rubricas dos Outorgantes)

CLÁUSULA SEGUNDA

(Objectivos)

A operação é executada nos termos dos objectivos e indicadores previstos no anexo I ao presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA

(Prazo de execução)

A data de início da operação é 01/10/2010 e a de fim é 30/09/2012 .

CLÁUSULA QUARTA

(Apoio a conceder)

1. A comparticipação financeira a atribuir, conforme definido nos termos da decisão de aprovação, reveste a(s) seguinte(s) modalidade(s):
 - a) Comparticipação não reembolsável até ao valor de 1574981,97 €, de acordo com o anexo II ao presente contrato.
2. A comparticipação atribuída corresponde à aplicação da taxa de 65,063 % sobre o montante das despesas consideradas elegíveis.

CLÁUSULA QUINTA

(Despesas Elegíveis)

As despesas elegíveis da operação, assumem um valor global de 2420702,96 €, de acordo com o Anexo III do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA

(Condições Específicas)

A concessão do apoio e a elegibilidade das despesas fica sujeito às seguintes condições:

- a) Início da execução do investimento até 100 dias úteis após assinatura do presente contrato, comprovado pela apresentação do primeiro auto de consignação no caso das empreitadas ou da realização da primeira despesa nos restantes casos;

(Rubricas dos Outorgantes)

- b) Ajustamentos a efectuar em função da verificação das regras dos mercados públicos, de acordo com o disposto na alínea k) do nº 3 do art. 19º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Pagamentos)

1. Os pagamentos da comparticipação FEDER atribuída serão efectuados pelo IFDR – Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, por transferência bancária para a conta de depósitos à ordem do beneficiário, com o seguinte NIB 0035 0243 00021538130 96.
2. Nos termos previstos no nº 10 do artigo 27º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão, o IFDR assegura os pagamentos no prazo de 15 dias a contar da autorização de pagamento emitida pela Autoridade de Gestão.
3. É dado conhecimento ao beneficiário da data de emissão da respectiva autorização de pagamento.
4. Todos os recebimentos e pagamentos respeitantes à execução da operação comparticipada devem ser efectuados através de conta(s) bancárias do beneficiário.
5. Os termos dos pagamentos decorrem do regime fixado na norma de pagamentos, constante de Anexo IV, e que se considera parte integrante do presente contrato.
6. A percentagem mínima de despesa a apresentar em cada pedido de validação face ao montante da comparticipação aprovado é de 5%.

CLÁUSULA OITAVA

(Obrigações do Beneficiário)

1. Pelo presente contrato o beneficiário obriga-se a:
 - a) Executar a operação nos termos e prazos constantes do processo de candidatura e nos termos em que foi aprovado e que fazem parte integrante deste contrato;
 - b) Cumprir atempadamente as obrigações legais a que se encontre vinculado, designadamente as fiscais e para com a segurança social e, bem assim, a demonstrar ou permitir o acesso à verificação do cumprimento dessas obrigações por parte das entidades competentes para o efeito;

(Rubricas dos Outorgantes)

- c) Fornecer nos prazos estabelecidos todos os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competência para o acompanhamento, controlo e auditoria;
- d) Comunicar qualquer alteração ou ocorrência relevante que ponha em causa os pressupostos relativos à aprovação da operação;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da respectiva actividade;
- f) Manter a situação regularizada perante a entidade pagadora do apoio financeiro;
- g) Manter a contabilidade organizada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade ou outra regulamentação aplicável;
- h) Manter, nas suas instalações, *dossier* devidamente organizado, com todos os documentos susceptíveis de comprovar as informações e declarações prestadas no âmbito da operação e de fundamentar as opções de investimento apresentadas, bem como todos os documentos comprovativos da realização das despesas de investimento, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e, disponibilizá-lo (directamente ou através dos seus representantes legais ou institucionais) para consulta sempre que solicitado pelos organismos intervenientes no processo de análise, acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido até três anos após o encerramento parcial ou da aceitação da Comissão sobre a declaração de encerramento do PO. Os referidos documentos deverão também estar disponíveis em formato electrónico.
- i) Cumprir, quando aplicável, os normativos legais em matéria de contratação pública no âmbito da execução da operação, evidenciando, quando aplicável, a articulação entre despesa declarada e o processo de contratação respectivo;
- j) Não efectuar pagamentos em numerário, no âmbito das transacções subjacentes à realização da operação, excepto nas situações em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas e desde que num quantitativo unitário inferior a 250€;
- k) Cumprir os normativos nacionais e comunitários em matéria de ambiente, igualdade de oportunidades e concorrência;
- l) Proceder à publicitação dos apoios, nomeadamente nos termos dos artigos 8º e 9º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, de 8 de Dezembro, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009 da Comissão, de 1 de Setembro de 2009 e demais legislação comunitária e nacional aplicável;

(Rubricas dos Outorgantes)

- m) Autorizar a Autoridade de Gestão a proceder à divulgação dos apoios concedidos nos termos dos Regulamentos aplicáveis;
- n) Não afectar a outras finalidades, nem locar, alienar ou por qualquer modo onerar, no todo ou em parte, os bens e serviços adquiridos no âmbito da operação, durante a vigência do presente contrato, sem prévia autorização;
- o) Manter o investimento participado afecto à respectiva actividade, e, quando aplicável, com a localização geográfica definida na operação, pelo menos durante cinco anos, contados a partir da conclusão da operação;
- p) Criar um sistema contabilístico separado ou um código contabilístico adequado para todas as transacções relacionadas com a operação;
- q) Proceder à reposição dos montantes objecto de correcção financeira decididas pelas entidades competentes, nos termos definidos pelas mesmas e que constarão da notificação formal da constituição de dívida;
- r) Assegurar que os originais dos documentos de despesa relativos à operação são objecto de aposição de um carimbo com menção ao PO Centro, eixo prioritário, código universal de projecto QREN, número de lançamento na contabilidade geral, taxa de imputação e rubrica de investimento;
- s) O beneficiário deverá apresentar relatórios de execução nos termos e prazos definidos no Anexo IV;
- t) No caso de projectos geradores de receita: i) Informar a AG das receitas líquidas geradas ao longo de 5 anos após a conclusão da operação, no caso de não ser possível estimar com antecedência as respectivas receitas, em operações cujo custo total seja superior a 1.000.000€; ii) Informar a Autoridade de Certificação (AC) das receitas líquidas geradas ao longo de 3 anos após o encerramento do Programa, em operações cujo custo total seja superior a 1.000.000; iii) Informar a AG quando as receitas líquidas determinadas para efeito do cálculo de comparticipação sofrerem alteração substancial; iv) Restituir os montantes que venham a ser devolvidos ao orçamento geral da União Europeia na sequência da identificação de receitas que não tenham sido devidamente consideradas no âmbito de pagamentos efectuados à operação.

(Rubricas dos Outorgantes)

CLÁUSULA NONA
(Acompanhamento, Controlo e Auditoria)

1. Sem prejuízo de outros mecanismos de acompanhamento, controlo e auditoria que venham a ser adoptados, o beneficiário aceita o acompanhamento, controlo e auditoria para verificação da boa execução material, financeira e contabilística e cumprimento das obrigações resultantes deste contrato a efectuar pelas entidades com competência para o efeito.
2. O beneficiário obriga-se a permitir, atempadamente, às entidades responsáveis pelo acompanhamento, controlo e auditoria, o acesso aos locais de realização da operação e a todos os documentos e elementos adequados que permitam a realização das verificações físicas e técnicas necessárias à comprovação de que o investimento foi realizado, as obrigações contratuais foram cumpridas e os objectivos foram alcançados nos termos do presente contrato.
3. O beneficiário obriga-se a permitir, atempadamente, às entidades responsáveis pelo acompanhamento, controlo e auditoria, a informação quantitativa e/ou qualitativa relativa à execução de uma operação que lhe venha a ser solicitada.

CLÁUSULA DÉCIMA
(Alterações contratuais)

1. O contrato pode ser objecto de alteração, por proposta do beneficiário e por motivos devidamente justificados, após nova decisão de financiamento da Autoridade de Gestão nos seguintes casos:
 - a) Alteração substancial das condições financeiras, que justifiquem uma interrupção do investimento, uma alteração do calendário da sua realização ou uma modificação das condições de exploração e/ou operação;
 - b) Alteração da operação que implique modificação do montante dos apoios concedidos;
 - c) Alteração imprevisível dos pressupostos contratuais.
2. A alteração a que se refere a alínea b) do nº 1 só pode ocorrer duas vezes após o primeiro auto de consignação no caso das empreitadas ou após a realização da primeira despesa nos restantes casos.

(Rubricas dos Outorgantes)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
(Cessão da Posição Contratual)

A cessão da posição contratual do beneficiário só pode ter lugar por motivos devidamente justificados após nova decisão de financiamento da Autoridade de Gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
(Recuperações)

1. Ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril, a recuperação de montantes indevidamente pagos junto do beneficiário é da competência do IFDR.
2. Esta recuperação é feita através da compensação de créditos e, na sua impossibilidade, através da restituição, cujos termos estão previstos e regulados no artigo 30.º do Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
(Mora)

1. No caso de mora no cumprimento de qualquer obrigação ou condição que não conduza à rescisão do contrato, o pagamento do apoio suspende-se após notificação da Autoridade de Gestão, pelo período de tempo em que a mora se mantiver, passando o eventual apoio a devolver, a vencer juros desde a data da notificação da mora, à taxa em vigor para as dívidas do Estado.
2. No caso de mora no cumprimento de qualquer prestação respeitante ao incentivo reembolsável, incidirá sobre o montante dessa prestação, e durante o tempo em que a mora se mantiver, a taxa de juro legal para as dívidas do Estado em vigor à data de vencimento da prestação.

(Rubricas dos Outorgantes)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
(Rescisão do Contrato)

1. O contrato é rescindido unilateralmente pela Autoridade de Gestão sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações, imputáveis ao beneficiário:
 - a) Preste informações falsas sobre a sua situação ou vicie dados fornecidos na apresentação, apreciação e/ou acompanhamento dos investimentos;
2. O contrato pode ser rescindido unilateralmente pela Autoridade de Gestão sempre que se verifique, pelo menos, uma das seguintes situações, imputáveis ao beneficiário:
 - a) Não cumpra as suas obrigações contratuais e/ou os objectivos da operação;
 - b) Não cumpra as suas obrigações legais, nomeadamente as fiscais e para com a segurança social.
 - c) Não cumpra o prazo do início de execução previsto na alínea a) da cláusula sexta do presente contrato.
3. A rescisão do contrato implica, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da sua notificação, a devolução do montante do apoio financeiro já recebido, acrescido dos juros devidos, a título de cláusula penal, contados desde a data de pagamento de cada parcela do apoio financeiro recebido, até à reposição integral do mesmo à taxa legal em vigor para as dívidas do Estado.
4. Quando a rescisão se verificar pelo motivo referido na alínea a) do nº 1, o beneficiário não poderá beneficiar de quaisquer apoios pelo período de cinco anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
(Encargos com o Contrato)

1. São da responsabilidade do beneficiário todas e quaisquer despesas e encargos, nomeadamente de ordem fiscal, que resultarem da celebração, cumprimento ou execução do presente contrato.
2. São ainda da conta do beneficiário todas as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo honorários de advogado ou solicitador que a Autoridade de Gestão haja de efectuar para garantir a cobrança de tudo quanto constitua o seu crédito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

(Vigência)

1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura.
2. O termo de vigência deste contrato ocorre com o integral cumprimento de todas as obrigações positivas ou negativas dele emergentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

(Disposições Finais)

1. Em tudo o que não estiver expressamente regulado no presente contrato, serão aplicáveis as disposições legais, comunitárias e nacionais vigentes.
2. Para dirimir as questões emergentes da validade, interpretação, cumprimento e incumprimento do presente contrato, as partes estipulam como competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.
3. O presente contrato vai ser assinado em dois exemplares originais, destinando-se um deles ao beneficiário e o outro à Autoridade de Gestão.

AUTORIDADE DE GESTÃO

*(Assinatura do Primeiro
Outorgante)*

BENEFICIÁRIO

*(Assinatura do Segundo
Outorgante)*

(Rubricas dos Outorgantes)

ANEXO I

OBJECTIVOS E INDICADORES

Esta intervenção que o Município de Celorico da Beira pretende levar a cabo corresponde ao desenvolvimento de três projectos, a Beneficiação da EN 16 (Celorico - Limite do Concelho - Guarda), a Beneficiação da EM555 (Prados - Entroncamento de Linhares) e da EM554 (Mesquitela) e a Beneficiação da EM 1102 (Velosa) sendo a intenção dos mesmos, beneficiar e requalificar estradas municipais salvaguardando e compatibilizando na medida do possível, os interesses públicos e privados.

Os projectos têm por base os seguintes princípios:

- Estruturação viária;
- Hierarquização dos espaços e vias;
- Segurança na circulação Rodoviária;

A beneficiação destas vias de comunicação vai permitir uma melhor acessibilidade na ligação entre as várias freguesias do concelho bem como permitir uma circulação com maior segurança.

O projecto enquadra-se no Regulamento Específico da "Mobilidade Territorial" do Eixo 3 - Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais, do Programa Operacional Regional do Centro.

Tipo	Descrição	Qnt. iid.	Custo
Caracterização	Via rodoviária beneficiada (<= 7 m plataforma)	26000 m	
Realização física	Rede viária municipal beneficiada	19000 m	840.702,96
	Rede viária nacional beneficiada	7000 m	1.580.000,00
Resultado	População abrangida	10000 n°	

ANEXO II

MAPA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA

Unidade euros										
Investimento Total										Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96
Investimento Elegível										Total
Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Comp./Fundo	0,00	0,00	0,00	0,00	546.986,57	1.027.995,40	0,00	0,00	0,00	1.574.981,97
CPN	0,00	0,00	0,00	0,00	293.716,39	552.004,60	0,00	0,00	0,00	845.720,99
OE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cap. 50"	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cap. 3"	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Fontes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AL	0,00	0,00	0,00	0,00	293.716,39	552.004,60	0,00	0,00	0,00	845.720,99
EP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa pública	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96
Part. Privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrap. Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	293.716,39	552.004,60	0,00	0,00	0,00	845.720,99
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96
Investimento Não Elegível										Total
Fontes	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(Rubricas dos Outorgantes)

ANEXO III

MAPA DE DESPESAS ELEGÍVEIS

Quadro por Componente

Unidade euros

Componente	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Beneficiação da EM555 (Prados - Entron. de Linhares) e da EM554(Mesquitela)	0,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370.000,00
Beneficiação da EM581 (Baraçal) e da EM 1102 (Velosa)	0,00	0,00	0,00	0,00	470.702,96	0,00	0,00	0,00	0,00	470.702,96
Beneficiação da EN 16 (Celorico - Limite do Concelho - Guarda)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	1.580.000,00

Quadro por Rubrica

Unidade euros

Despesas de Capital / Imobilizações corpóreas										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	total
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento informático	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maquinaria e outro equipamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Construções	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96
Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas correntes / Imobilizações incorpóreas										
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	total
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de "software"	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estudos proj. e consultoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Informação e Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	840.702,96	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00	2.420.702,96

(Rubricas dos Outorgantes)

ANEXO IV NORMA DE PAGAMENTOS

1. Âmbito

1.1 - A presente norma de pagamento aplica-se aos projectos aprovados pelo Programa Operacional Regional do Centro, não sendo aplicável às operações aprovadas no âmbito dos sistemas de Incentivos objecto de Protocolo com os organismos técnicos.

1.2 - O estabelecido nesta norma regula os pagamentos das participações financeiras aos beneficiários do PO Centro.

2. Modalidades de pagamento

2.1 - Os pagamentos ao beneficiário são efectuados:

a) A título de reembolso, na sequência da confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos pedidos de pagamento apresentados, acompanhados de cópia dos documentos de despesa realizada e paga pelo beneficiário (factura e recibo ou documentos de valor probatório equivalente), ou;

b) A título de adiantamento, mediante a apresentação das cópias das respectivas facturas, ficando neste caso o beneficiário obrigado a apresentar à Autoridade de Gestão, no prazo máximo de 20 dias úteis, contado a partir da data de pagamento da participação, os comprovativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento do adiantamento.

2.2 - O incumprimento do prazo previsto na alínea b), determina a suspensão de todos os pagamentos de participação comunitária relativos à operação em causa e a outras operações do beneficiário aprovadas no âmbito do Programa, até à regularização da situação.

2.3 – O beneficiário deverá apresentar relatórios de progresso da operação co-financiada semestralmente em projectos anuais e anualmente em projectos plurianuais, os quais deverão incluir os elementos necessários à caracterização e quantificação dos indicadores de realização, caracterização e de resultado da operação. Os relatórios devem evidenciar a

(Rubricas dos Outorgantes)

situação acumulada nessa data da execução física e financeira da operação e dos desvios face ao programado.

2.4 - Os pagamentos serão efectuados até ao limite de 95% do montante máximo do apoio para a operação, sendo o pagamento do respectivo saldo (5%) autorizado após a apresentação do Relatório Final e confirmação da execução da operação nos termos previstos no contrato.

2.4.1 - Para o efeito o beneficiário deve apresentar no prazo de noventa dias, contados seguidos, após a conclusão da operação:

- a) Pedido de Pagamento do Saldo Final da operação;
- b) Relatório final da operação, através de formulário normalizado para o efeito, e que deverá ser acompanhado de fotografias e outros elementos de natureza qualitativa e quantitativa, que permitam a análise e avaliação da relação entre o investimento efectuado e a expressão física da operação, bem como os resultados e indicadores do mesmo;

2.4.2 - Neste sentido deverá ser dada evidência pela Autoridade de Gestão, após verificação junto do beneficiário, em sede de relatório final dos seguintes pontos aquando do encerramento:

a) Investimento: corresponde à verificação de todos os pressupostos relacionados com a execução física e financeira dos projectos, envolvendo a:

- verificação documental, financeira e contabilística;
- verificação física do investimento;
- análise da execução do investimento e avaliação do cumprimento das obrigações do beneficiário;
- apuramento do investimento e das fontes de financiamento;
- apuramento da comparticipação financeira final.

b) Projecto: corresponde à verificação dos objectivos, metas ou outras condições cuja concretização ultrapasse a conclusão física do investimento, abrangendo a:

- avaliação do cumprimento dos objectivos, resultados e indicadores;
- verificação do cumprimento das condições a que ficou sujeito o encerramento do investimento.

2.5 - Os pedidos de pagamento são formalizados por submissão electrónica em formulário próprio disponibilizado para o efeito no sítio do Programa Operacional Regional do Centro "Mais Centro", devidamente preenchidos e acompanhados de toda a documentação relevante de suporte à despesa, designadamente cópia dos documentos comprovativos:

13

facturas e recibos ou documentos de quitação de valor probatório equivalente, cujos originais tenham sido carimbados, e cópias dos documentos que comprovem as transferências bancárias realizadas, devidamente digitalizados.

2.6 - O Programa emitirá a Autorização de Pagamento ao IFDR, no prazo máximo de 25 dias úteis após a submissão do pedido de pagamento.

2.7 - O IFDR assegurará a execução dos pedidos de pagamento no prazo de 15 dias, desde que satisfeitas as seguintes condições:

- a) A existência de disponibilidade de tesouraria;
- b) A suficiência das informações exigíveis na fundamentação do pedido de pagamento;
- c) As condições de regularidade do Beneficiário face à Administração Fiscal e à Segurança Social;
- d) A inexistência de decisão de suspensão de pagamentos ao Beneficiário.

2.8 - O pagamento do saldo final da operação está condicionado ao disposto no ponto 10 do anexo I do Despacho nº 16068/2008, de 12 de Junho.

2.9 – A aplicação da presente norma não dispensa o cumprimento das regras constantes dos regulamentos específicos.

(Rubricas dos Outorgantes)